

Educação e Iluminismo em Portugal:

Luís António Verney
e o seu verdadeiro método
de estudar (1746)

Vanessa Campos Mariano Ruckstadter

**EDUCAÇÃO E ILUMINISMO
EM PORTUGAL:
LUÍS ANTÓNIO VERNEY E O
SEU *VERDADEIRO MÉTODO DE
ESTUDAR* (1746)**



Pedro & João
editores

VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER

EDUCAÇÃO E ILUMINISMO
EM PORTUGAL:
LUÍS ANTÓNIO VERNEY E O
SEU *VERDADEIRO MÉTODO DE*
ESTUDAR (1746)



Pedro & João
editores

Copyright © Vanessa Campos Mariano Ruckstadter

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Vanessa Campos Mariano Ruckstadter

Educação e Iluminismo em Portugal: Luís António Verney e o seu verdadeiro método de estudar (1746). São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 297p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0157-3 [Digital]

1. Educação. 2. Iluminismo em Portugal. 3. Luís António Verney. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Dedico este livro à melhor parte de mim:
meu pequeno Inácio

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
UMA AUTORA E UMA HISTÓRIA ILUMINISTA Carlota Boto	
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	25
LUÍS ANTÓNIO VERNEY E O ILUMINISMO EM PORTUGAL	
1.1 Luís António Verney nas produções acadêmicas	25
1.2 Verney e o iluminismo católico português	31
1.3 A construção da esfera pública literária em Portugal	70
CAPÍTULO II	81
A PUBLICAÇÃO DA OBRA E SEU CONTEXTO: O EMBATE COM OS PADRES JESUÍTAS	
2.1 Biografia de uma obra: publicação, anonimato e polêmica	82
2.2 <i>Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal</i> : análise do título da obra	96
2.3 <i>Aos Reverendíssimos Padres Mestres da Venerável Religião da Companhia de Jesus</i> : a crítica ao método de estudos dos padres jesuítas e a polêmica após a publicação da obra	119

CAPÍTULO III	131
O MANIFESTO DA NOVA PEDAGOGIA: ANÁLISE DA PROPOSTA DE REFORMA EDUCACIONAL NO VME	
3.1 Introdução ao conjunto da obra: as protestas do barbadinho	144
3.2 O Plano de Reforma das Escolas Baixas: apresentação das cartas de estudos linguísticos e literários (cartas I – VII)	150
3.3 O Plano de Reforma das Escolas de Filosofia: apresentação das cartas de estudos filosóficos (cartas VIII – XI)	206
3.4 O Plano de Reforma das Universidades: apresentação das cartas de estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos (cartas XII –XV)	232
3.5 A síntese do Manifesto: apresentação da carta sobre a organização prática dos estudos (carta XVI)	244
CONCLUSÃO	261
REFERÊNCIAS	267
ANEXOS	281
SOBRE A AUTORA	297

O que os homens pensam a respeito do mundo é uma coisa, e outra muito distinta são os termos em que o fazem
- Eric J. Hobsbawm.

PREFÁCIO: uma autora e uma história iluminista

Vanessa Campos Mariano Ruckstadter apresenta neste livro o resultado de sua tese de doutorado, sob o título *Educação e Iluminismo em Portugal: Luís António Verney e seu Verdadeiro Método de Estudar (1746)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do professor César Alencar Arnaut de Toledo. Estudiosa da História da Educação desde a Iniciação Científica, quando efetuou pesquisa sobre os jesuítas e o teatro de Anchieta, Vanessa desenvolveu, em seu mestrado, uma investigação sobre o colégio jesuítico da Vila Paranaguá. No doutorado, Vanessa dedicou-se a averiguar, com o pensamento de Luís António Verney, como ocorria a renovação dos métodos de investigação e, sobretudo, de ensino na modernidade portuguesa. Vanessa apresenta, para tanto, o ambiente intelectual de publicação da obra, relacionando o autor, com a elaboração de seu livro e com seu contexto histórico. Tratava-se, pela hipótese de Vanessa, de um projeto pedagógico de modernização do reino português.

A autora demonstra, então, os modos pelos quais Verney se propunha a interpelar o pensamento intelectual português, escrevendo sobre as disciplinas ministradas nas escolas baixas, nas escolas de filosofia e nos estudos da universidade. *O Verdadeiro Método de Estudar* pode então ser compreendido – diz a investigadora – como um manifesto da nova pedagogia: uma busca de renovação da sociedade portuguesa e de modernização dos processos de ensino. À luz de bibliografia clássica sobre o tema, a qual é caracterizada por Vanessa como as marcas de leitura que precederam a sua, a autora indagará: o que distingue a proposta de Verney daquela empreendida pelos jesuítas? Tratava-se, antes de

tudo, de renovar os estudos contra um suposto atraso. A pergunta que Vanessa se coloca é exatamente se haveria de fato esse proclamado atraso.

Luís António Verney, desde muito cedo, viveu em Roma, sendo, portanto, identificado por seu tempo como um estrangeirado. Ele acreditava na força da formação intelectual, identificando que a nobreza se daria fundamentalmente pelo estudo e não mais por uma condição de linhagem. Tratava-se de constituir uma nova sociedade; uma nação moderna, identificada com os anseios de uma burguesia ascendente. Para situar o lugar de Verney no território da história da cultura em Portugal, Vanessa vale-se da aceção de intelectual tradicional, tal como ela vem formulada no pensamento gramsciano. Acerca disso, Verney compreendia que haveria uma transformação cultural em Portugal e que essa ocorreria pela reforma do ensino das escolas: todas as escolas – das elementares aos cursos superiores. Havia de se modificar a mentalidade portuguesa por meio de uma ação intelectual junto às escolas. A obra de Verney, como se sabe, alavancou em Portugal o debate sobre os métodos de ensino e impulsionou a reforma pombalina.

Este livro demonstra que a proposta pedagógica de Verney não se propunha a subverter as hierarquias sociais e a distribuição política do poder na sociedade. Tratava-se, mais do que isso, de impulsionar uma progressiva transformação no tocante às mentalidades dos portugueses. E isso ocorreria por meio da reforma da cultura; o que implicava mudança nos métodos de ensino. Esta obra ainda demonstra os modos pelos quais se deu a apropriação do pensamento de Verney por parte da Geração de 70 e dos republicanos do início do século XX. Verney será identificado pela literatura de tais movimentos como um intelectual-pedagogo, que teria se proposto a educar o governo dos homens, como se o saber contribuísse para prever e para prover o futuro. Surgia naqueles anos em Portugal o conceito moderno de opinião pública. A crítica à organização dos estudos e dos métodos de ensino em

Portugal é acompanhada, no texto de Verney, de proposições quanto aos estudos linguísticos, de retórica e de poética.

O *Verdadeiro Método de Estudar* contou com três edições no século XVIII; mas não foi sem conflito com os jesuítas que esse livro circulou. Ele trazia o plano da reforma de ensino das escolas baixas, a reforma dos estudos filosóficos e o plano de reforma da universidade. Para tanto, trabalhava com uma nova concepção de verdade e de classificação do saber, herdada do pensamento de Descartes, Bacon, Galileu e Locke. Vanessa mostra como tais autores teriam sido mobilizados para perfazer o plano educacional de Verney, o qual pretendia fundamentalmente formar quadros administrativos para o Estado. Tratava-se de pensar em modificar o lugar político de participação dos quadros pedagógicos para modificar também os territórios de distribuição do poder. Naquela época, boa parte da participação pública da Companhia de Jesus advinha do quase monopólio que ela possuía no ensino em Portugal. Os colégios jesuíticos da época eram divididos já em classes, graus, com um rígido controle disciplinar. Como substituir esse formato de ensino por outra estrutura, mais adequada para educar o Estado? O que se pretendia, em última instância, era modernizar Portugal pela via da educação. Com Verney e com os demais iluministas portugueses, passará a haver uma luta pelo domínio na forma de pensar a sociedade, a economia e a cultura. São, portanto, contrapostos dois projetos de formação nacional: o dos jesuítas e o iluminista; este último abraçado pelo Marquês de Pombal. A História daria ganho de causa ao modelo iluminista de ensino, com a arquitetura de uma escolarização de Estado, voltada para iluminar as nações modernas e contemporâneas.

Vanessa Campos Mariano RUCKSTADTER, ao trazer para a tela do debate contemporâneo, essa história que embalou o movimento de nossos processos de modernização, leva a que questionemos o quanto hoje ainda somos tributários de tais referências; e o quanto delas somos esquecidos... Trazer Verney à cena do debate contemporâneo é contribuir para que possamos também pensar a atualidade de suas reflexões e, em especial, o

vigor de sua presença no espaço público. Em nosso tempo, muitos dos teóricos da educação recusam-se a se colocar no palco da praça pública. Os debates pedagógicos acabam por se restringir aos muros da universidade. Ao deixar de fazer o debate público, este acaba sendo ocupado por atores sociais de fora da universidade, basicamente por integrantes de organizações não-governamentais e até por agentes do mercado. Rer Verney é necessário porque parece imprescindível que a universidade e os produtores de políticas públicas em educação voltem a circular na arena pública, dando a ver a sua produção, o seu conhecimento e os seus projetos de escola e de nação. Só por meio da palavra e do diálogo é que poderemos superar todos os entraves hoje colocados para o desenvolvimento de uma pedagogia progressista, mediante a qual os conteúdos curriculares possam ser mobilizados para o propósito da transformação do tecido social em prol de uma sociedade mais equilibrada, mais justa e mais fraterna. Que a leitura deste belo livro, extremamente bem escrito, possa impulsionar as novas gerações a ter em Verney não um modelo de intelectual engajado, mas um exemplo de estudioso comprometido com a causa da educação pública.

Carlota Boto

Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo (FE/USP)

INTRODUÇÃO

O livro que aqui se apresenta é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES). A tese intitulada “Luis António Verney e o Projeto Pedagógico Modernizador do Reino Português: uma análise do *Verdadeiro Método De Estudar* (1746)” foi orientada pelo professor doutor César de Alencar Arnaut de Toledo e aprovada no ano de 2012.

A pesquisa teve como objetivo analisar o projeto modernizador para o reino português a partir das ideias pedagógicas contidas na obra **Verdadeiro Método de Estudar** (VME) de Luís António Verney (1713-1792). Publicada no ano de 1746, a obra gerou controvérsias e se inseriu em um contexto de formação da esfera pública literária em Portugal, bem como e dos debates em torno dos métodos de ensino. Verney dialogou de forma direta e indireta com intelectuais do século XVIII, portugueses e estrangeiros, em um momento de intensa circulação de ideias ilustradas em Portugal, e que, por consequência, deu forças aos debates em torno da renovação da ciência em Portugal. Como parte da discussão sobre a renovação da ciência houve debates e polêmicas sobre a renovação dos métodos de ensino, que objetivavam, sobretudo, a inserção de Portugal no mundo moderno.

O VME é composto por dezesseis cartas que versam sobre as matérias ensinadas nas escolas portuguesas no período de lançamento da obra, e apresenta um plano de reformas do ensino vigente de então. Ao pretender reformar os métodos de ensino, Verney idealizava uma reforma na própria cultura portuguesa, o que possibilitaria a modernização de Portugal, que, para ele, estava

à margem do conhecimento científico disponível nas nações mais cultas da Europa.

Com o intuito de analisar o discurso pedagógico do século XVIII em Portugal, bem como o projeto de renovação dos métodos de estudos e seu corolário, a modernização do reino português, o caminho escolhido foi a análise da trajetória e do discurso pedagógico a partir do exame de uma obra especificamente. Consideramos que, *a priori*, as trajetórias de vida devem ser analisadas em suas relações com o contexto histórico, social, econômico, político e cultural.

A obra de Verney é referência obrigatória para estudos que se ocupem em investigar as reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782). Contudo, apesar da frequente menção ao autor e à obra, há ainda poucos estudos sobre sua proposta de um novo método de ensino no século XVIII como meio de atingir o desenvolvimento em Portugal, o que significa dizer, modernizar o reino português. Analisar o projeto pedagógico que embasou indiretamente as reformas pombalinas de ensino a partir das ideias de Verney se apresenta como forma de discutir um importante aspecto da história da educação no sul da Europa, que mantém estreita e direta relação com a história da educação pública brasileira, dada a condição de dependência político-administrativa do Brasil em relação a Portugal até 1822. Além disso, o período a ser examinado, o século XVIII, ainda é pouco investigado atualmente por historiadores da educação se comparado a outros períodos mais recentes, especialmente aqueles que se dedicam aos estudos da educação no século XX.

A escolha do tema visou dar continuidade a uma linha de pesquisa iniciada desde a graduação no curso de História na Universidade Estadual de Maringá, com um projeto de iniciação científica sobre o teatro de José de Anchieta intitulado **A filosofia educacional dos jesuítas no teatro anchietano**, e que resultou em um artigo com o mesmo título publicado no ano de 2006 na Revista *Temas em Educação*, da Universidade Federal da Paraíba. Na Especialização em Pesquisa Educacional, também cursada na

Universidade Estadual de Maringá, o mesmo tema foi objeto de estudo e publicada em 2006 como capítulo de livro, na coletânea **Pesquisa Educacional**. Enquanto na iniciação científica somente foram analisadas a primeira e a última peça escritas pelo padre jesuíta José de Anchieta, na Especialização foram analisadas as doze peças conhecidas de Anchieta. Foi mantida a coerência em relação à linha de pesquisa na pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Mestrado em Fundamentos da Educação. A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o resultado foi a dissertação defendida no dia 30 de março de 2007 intitulada **Presença Jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do colégio jesuítico (1708-1759)**, na qual foi realizada a análise de fontes primárias para investigar a atuação dos padres jesuítas na possessão portuguesa mais ao sul, conforme determinação do Tratado de Tordesilhas (1494). A dissertação foi publicada como livro em 2011 pela Editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM).

Esta pesquisa também se relaciona ao plano de desenvolvimento investigativo do grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre “Política, Religião e Educação na Modernidade”, formado em 2000 e liderado pelo professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. As linhas de pesquisa do Grupo (Catolicismo e educação no Brasil; Filosofia, Religião e Educação; Os jesuítas e a formação da cultura brasileira; História, Política, e Educação nos Tempos Modernos) possibilitaram a investigação sobre a presença da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia.

A proposta inicial para esta pesquisa, apresentada na seleção do Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Maringá em 2009, consistia na análise da formação do antijesuitismo, ou ainda, da visão iluminista de educação a partir do lançamento da

obra de Verney, mas especialmente a partir dos folhetos publicados logo depois da publicação da obra, e que iniciaram uma alteração entre os críticos do método de ensino adotados nos colégios da Companhia de Jesus, considerado atrasado, antigo, e a proposta iluminista de educação para a renovação e modernização da educação, considerada nova, progressista, moderna. Os documentos que serviram de suporte para esta pesquisa foram adquiridos em visita e pesquisa na Biblioteca Nacional de Lisboa no ano de 2008.

Todavia, à medida em que foram iniciadas as leituras sobre a vida e a obra de Luís António Verney, bem como a leitura das suas cartas, verificamos que a obra era uma fonte documental pouco explorada nos estudos específicos no campo disciplinar no qual se insere esta obra: História da Educação.

Desta forma, foi necessário um redimensionamento do plano desta pesquisa, que direcionou seu olhar para a análise das ideias pedagógicas de Verney contidas em sua principal e polêmica obra. A partir de nosso objetivo principal, que consistiu no exame do discurso pedagógico de Luís António Verney a partir da análise de seu conjunto, especialmente na relação entre o projeto pedagógico e o projeto de modernização do reino português, uma questão central deverá ser respondida: em que medida a obra de Verney dialoga com a concepção de educação do século XVIII? Partimos da hipótese de que Verney não escreveu a obra a pedido da Coroa Portuguesa, o que implica afirmar que não foi um livro e um projeto pedagógico que se vincularam ao programa oficial das reformas em Portugal. Ainda assim, não descartamos sua importância tanto como base teórica quanto como parte importante de um debate no âmbito da formação da opinião pública em Portugal acerca da necessidade da renovação dos métodos de ensino, e que tiveram como ilação a construção de uma imagem negativa da atuação dos jesuítas no reino português, também conhecida como Mito dos Jesuítas.

Para tanto, o trajeto percorrido é o de dialogar com obras que versam sobre o autor e realizar um estudo no tocante às leituras e

interpretações dos principais biógrafos de Verney, de livros, capítulos de livros, teses, dissertações e artigos. A análise da obra se dará a partir da interlocução do texto escrito no século XVIII com seu ambiente cultural, em particular a imersão do autor em um movimento de ideias que se consagrou chamar de iluminismo.

Apesar de não dispensarmos trabalhos mais recentes, não temos o intuito de realizar uma discussão sobre a historiografia do iluminismo português ou das reformas pombalinas de estudos, mas sim, debater e dialogar com essas produções no sentido de retomar os trabalhos já existentes sobre o iluminismo português, as reformas promovidas por Pombal e o pensamento de Verney para a análise de seu projeto pedagógico a partir do exame do VME. Por esta razão, não deixaremos de lado o contexto histórico e nos aproximamos da Filosofia e da Filosofia da Educação. As fronteiras são muito tênues, mas acentuamos o fato de que os debates aqui apresentados se inserem no campo disciplinar da História da Educação e a pesquisa utilizou um instrumental teórico-metodológico e ferramentas de análise do campo da História.

No que se refere ao método, por se tratar de uma pesquisa documental, alguns aspectos foram considerados. A análise das cartas escritas por Verney passou por dois crivos: uma análise interna e outra externa. A interna considerou aspectos conceituais, formais, e ainda, a descrição do ideal de educação expresso nas cartas de Verney, considerando centralmente três aspectos: sua concepção de educação, de método e de história. Consideramos ainda que fonte é tudo aquilo que o homem produz e fornece informações sobre ele. As cartas que compõem o VME foram analisadas em sua relação com o contexto, e daqui derivou o segundo crivo. A análise externa consistiu em relacionar autor e obra a seu contexto histórico, a fim de discutir como as ideias ali apresentadas se situam em relações políticas, econômicas, sociais e culturais específicas. Isso significa afirmar que todo documento é portador de um discurso ideológico, e não possui neutralidade nem traz em si uma verdade. Partimos do pressuposto que analisar a obra de Verney nos auxilia na compreensão da forma de pensar a

educação de uma época: o século XVIII. Além disso, colabora para a análise de um intelectual do século XVIII e da maneira como ele compreendia a educação em seu tempo histórico.

No momento do lançamento da obra, quase meados do século XVIII, havia uma luta ideológica pelo lugar conferido à verdade no seio da opinião, uma vez que é característica da ideologia transformar o particular em universal. O intelectual no contexto do iluminismo tinha o intuito de educar a sociedade e o Estado, o que o tornava um pedagogo e um militante, em sentido amplo. Dentre as lutas ideológicas travadas no século XVIII em Portugal, consideramos neste texto aquela entre Verney e os padres inacianos.

Verney se integrava ao pensamento iluminista português. O significado e extensão de sua obra devem ser analisados nesse contexto. As ciências no século XVIII, até então envoltas na Filosofia, começavam a se emancipar, essencialmente no que se refere ao método de estudo. O propósito de Verney de reformar o pensamento português o levou a escrever sobre as disciplinas que eram ministradas nas escolas baixas, nas escolas de Filosofia e nos estudos na universidade. Para analisar autor e obra, este texto foi organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado **Luís António Verney e o Iluminismo em Portugal**, dedica-se a tecer uma discussão sobre o ambiente intelectual da publicação da obra, o século XVIII e em especial, faz uma discussão acerca do pensamento iluminista. Procura responder a dois questionamentos: houve um Iluminismo em Portugal? Pode Verney ser chamado de Iluminista? Para responder a esses questionamentos, a seção inicia com um mapeamento do tema nas produções acadêmicas. Apresenta também uma análise e discussão sobre o *iluminismo católico* em Portugal. Por fim, discute a formação da esfera pública literária em Portugal e sua relação com a formação de uma opinião pública no século XVIII nos círculos intelectuais portugueses.

O segundo capítulo, intitulado **A Publicação da Obra e seu Contexto: o embate com os padres jesuítas**, tem como ponto de partida a biografia da publicação da obra e do próprio autor. Na

sequência, analisa o título da obra a fim de inserir Verney no contexto científico do século XVIII. Relaciona o diálogo que Verney estabeleceu de forma direta e indireta com pensadores modernos e que contribuíram para a elaboração de suas cartas a partir da análise do título da obra. Por fim, apresenta a dedicatória feita por Verney aos padres jesuítas, a fim de discutir o endereçamento da crítica, o debate que se instituiu após o lançamento da obra e a relação da obra com a construção da lenda negra dos jesuítas, mito dos jesuítas, ou ainda, de um sentimento denominado antijesuítismo.

O terceiro e último capítulo deste livro, **O Manifesto da Nova Pedagogia: análise da proposta de reforma educacional no VME**, tem como objetivo analisar a concepção de educação e a proposta de reforma educacional de Verney. O capítulo discute o sistema filosófico-cultural proposto no VME, bem como sua proposta de organização de estudos. Apresenta o conteúdo das dezesseis cartas, nossa fonte principal, e analisa a sua proposta de reforma dos métodos de estudos das escolas baixas, das escolas preparatórias e das universidades. As categorias a serem observadas e consideradas para a apresentação e análise da fonte serão as concepções de educação, método e história. Apresenta uma discussão sobre o projeto pedagógico de Verney para a renovação da sociedade portuguesa e sua modernização via reformas no ensino. Para tanto, será analisada a proposta da organização prática de estudos contida na última carta, na qual o autor apresenta uma proposta de novos conteúdos, ou, uma reorganização dos antigos conteúdos com novas finalidades.

O pensamento de Verney pode ser considerado o primeiro a sistematizar uma crítica à organização do ensino e a propor um novo método em Portugal? Em que medida seu método pedagógico representa o *moderno* em contraposição à tradição, aos *antigos*? A proposta pedagógica dos jesuítas, anterior ao método de Verney, é tão distinta da sua? Em que medida suas ideias são originais? Qual o mérito da obra? Essas são algumas perguntas que esta pesquisa procurou responder.

Há um duplo problema na análise do discurso pedagógico de Verney: seu conteúdo é essencialmente político e ideológico. Político, pois se coloca como porta-voz oficial do Estado em suas propostas de reforma e vislumbra que elas sejam executadas. Ideológico, pois se pretende universal. Quando um discurso pretende ser uma verdade universal, ele tende a julgar, assimilar ou recusar os outros discursos. Assim, diante dessa dificuldade, a perspectiva do trabalho é a análise das ideias de Verney sem, contudo, entrarmos no mérito de sua existência concreta, de sua força real nas reformas de Pombal.

A obra de Luís António Verney não pode ser vista apenas como um tratado antijesuítico, tampouco como a mais eficiente e brilhante base das reformas pombalinas de ensino. Antes, seu pensamento e sua proposta idealizada de reformas se articulam com seu tempo e espaço, ou seja, o século XVIII português. Por essa razão, a proposta de Verney foi analisada à luz das concepções de educação, método e história que o autor possuía.

Mas, qual a importância, afinal, de estudar um autor português do século XVIII para a história da educação? Os estudos que retomam a história da educação no século XVIII contribuem como exercício de reflexão para a análise da formação de um sentimento antijesuítico, de crítica à sistematização da educação no Brasil pelos padres da Companhia de Jesus, acusados de atrasados, em contraposição a um projeto novo, um novo método. Essa renovação dos métodos de estudo pretendia superar um suposto atraso advindo dos resquícios da organização de estudos dos padres inacianos e sua hegemonia nos estudos formais, para um período de *Luzes*, de organização da educação com base nos métodos modernos de racionalização do pensamento e da experiência, e sob a direção do Estado, e que conduziriam a sociedade a um progresso sem precedentes na história.

A análise das relações sociais, políticas, econômicas e culturais desse período de intenso debate e intercâmbio de ideias possibilita a discussão sobre as reformas na educação propostas para o reino português no século XVIII, que culminou com a expulsão dos

jesuítas em 1759 e a proposta de modernização do reino português como consequência da reforma dos métodos de estudos em Portugal. Esse projeto havia sido idealizado antes de Pombal por diversos pensadores iluministas portugueses, dentre os quais podemos destacar o nome de Verney. Além disso, diversifica a possibilidade do uso de fontes para a discussão do século XVIII, uma vez que o VME sempre é mencionado como base filosófica das reformas pombalinas sem, contudo, haver uma análise verticalizada – até onde conhecemos - das ideias de Verney expressas na obra, proposta central deste livro.

Um clássico se reconhece tanto pela contribuição na análise de sua época quanto pelo legado que permite, a partir de suas reflexões, a interpretação e crítica do presente. A partir desta definição, podemos considerar Verney um clássico para os estudos que se dediquem em analisar o século XVIII, não somente em seus aspectos pedagógicos, mas também políticos, sociais, econômicos e culturais.

O pensamento de Luís António Verney expresso no seu *verdadeiro método* chegou até nós trazendo as marcas dos olhares e das leituras que precederam a nossa, além das marcas que também deixou na cultura luso-brasileira. Causou controvérsia não somente quando do seu lançamento, mas por meio das diversas leituras e interpretações da obra.

Isso torna Verney um autor clássico para a compreensão do pensamento educacional do século XVIII, e, todo clássico deve ser constantemente revisitado. Os clássicos são aqueles que oferecem a partir de sua leitura, uma surpresa em relação à imagem que fazíamos deles. São ainda obras e/ou autores que provocam incessantes críticas, mas se sobressaem a elas. Verney provoca essas e outras tantas questões.

CAPÍTULO I

LUÍS ANTÓNIO VERNEY E O ILUMINISMO EM PORTUGAL

Há diferentes interpretações sobre o iluminismo em Portugal. A primeira aproximação com o objeto desta obra tem a finalidade de debater o século XVIII, época de lançamento do VME, e tem como objetivo analisar o contexto a fim de fundamentar a análise do sistema pedagógico proposto por Verney.

Desde a publicação do livro em 1746, Luís António Verney foi comentado, analisado e se construiu, assim, a figura de um dos principais representantes do iluminismo em Portugal. Polêmica, a obra incitou o início de um intenso debate nos círculos intelectuais sobre os métodos de ensino no século XVIII em Portugal. Destacamos que a análise do pensamento de Verney a partir do VME foi realizada *a posteriori*, uma vez que a alteração aconteceu ainda com a obra no anonimato. Fazer um balanço do impacto de sua obra é também percorrer a produção historiográfica que versou sobre o filósofo desde 1746, e considerar as revisões mais atuais realizadas em pesquisas acadêmicas, artigos e livros. O intuito desta obra é o de analisar seu ideal de reforma a partir da leitura da fonte primária, do documento original, o que demanda a consideração do contexto no qual a obra foi escrita e circulou como ponto de partida, bem como uma discussão sobre a formação da esfera literária em Portugal no século XVIII.

1.1 Luís António Verney nas produções acadêmicas

Em geral, o estado da arte é realizado como um capítulo de trabalhos de pós-graduação ou como resultado de discussões no interior de grupos de pesquisa. Atualmente, há uma maior

possibilidade de se consultar a produção disponível com os dispositivos de busca na rede mundial de computadores e bibliotecas virtuais dos Programas de Pós-Graduação, que disponibilizam as dissertações e teses. Ainda assim, os trabalhos de pós-graduação não são disponibilizados em sua totalidade, em alguns casos por opção do próprio autor e/ou orientador. Pode-se contar com a maioria dos resumos dos trabalhos, que são disponibilizados no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).¹ Todavia, não temos a pretensão de alcançar nesta pesquisa um levantamento completo, ainda que com o cuidado de levantar o maior número possível de trabalhos. É apresentado aqui um mapeamento, no sentido de direcionar a discussão e situar o objeto, que possui caráter provisório e necessita ser constantemente alimentado com novos aportes e discussões a respeito da temática.

Um mapeamento prévio para uma posterior construção do estado da arte em história da educação sobre o período pombalino foi realizado pelo professor Gilberto Alves (2006)². O mapeamento considera o VME como obra importante e ainda pouco analisada pelos historiadores da educação brasileira. Devido à repercussão e à inserção das ideias verneianas nos debates sobre a organização dos métodos de ensino, que culminou com as reformas de ensino iniciadas pelo Marquês de Pombal, o autor insere a obra e Verney no estado da arte, uma vez que o pensamento de Verney faz parte do período compreendido como Brasil Colonial, em especial, relacionado ao tema do mapeamento por ele realizado: as reformas pombalinas do ensino.

Essa periodização considerada tradicional adota como critério para estabelecer suas balizas temporais os aspectos políticos. Desse

¹ Os resumos de teses e dissertações defendidos a partir de 1987 podem ser consultados em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

² Trata-se do mapeamento realizado a pedido do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) por ocasião da comemoração dos 20 anos do grupo no projeto Navegando na História da Educação Brasileira. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/> Acesso em: 04 Nov. 2010.

modo, divide a história da educação brasileira em três períodos: Colônia, Império e República. Pensando em uma temporalidade que considera fatores internos da educação, como aquela que propõe o professor Dermeval Saviani (2007) em sua **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**, Verney se insere em uma fase de coexistência de idéias laicas e religiosas na educação, que abrange o período da expulsão dos padres inacianos em 1759 à publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, no ano de 1932. Esse período se subdivide, e as ideias de Verney de inserem no período de predominância das ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827). Saviani, assim como Alves, destaca a influência de Verney nas reformas pombalinas, especialmente por meio da obra, o **Verdadeiro Método de Estudar**. Mesmo destacando a importância de Verney, as obras citadas e a historiografia da educação de modo geral, associam Verney às Reformas Pombalinas, mas não há estudo que analise sua obra de modo verticalizado e considerando os aspectos propostos neste livro: suas concepções de educação, história e método.

Registrada a necessidade de estudos que analisem a obra de Verney de modo mais verticalizado, o próximo passo foi buscar possíveis trabalhos já apresentados em Programas de Pós-Graduação no Brasil sobre a temática. Em levantamento realizado no sítio eletrônico da CAPES, especificamente no Banco de Teses e Dissertações, foi constatada uma escassez de trabalhos que analisaram a obra apresentados em Programas de Pós-Graduação em Educação³.

³ A lista dos trabalhos encontra-se em anexo (ANEXO A). O levantamento foi realizado em 04 nov. 2010 e atualizado em 05 Ago. de 2011 e 29 Ago. 2012. Palavras-chave pesquisadas no campo "assunto": Verney, Luis Antonio Verney, Vernei, Luis Antonio Vernei, Reformas Pombalinas e Verdadeiro Método de Estudar. Foram mantidos os títulos e informações encontrados no resultado da busca. Resultados ordenados por ordem alfabética de sobrenome do autor. Um trabalho defendido em 2010 e que não aparece ao efetuar a busca será considerado trata-se de uma tese em História Social defendida na Universidade de São Paulo intitulada **A música no embate metodológico entre a educação jesuíta e a educação pombalina: os acordes finais** (ALMEIDA, 2010). Somente um dos

Dos dezessete trabalhos identificados, há duas teses e quinze dissertações. A tese defendida por Lopes (2002) no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Rio Claro, analisa o compêndio escrito por Verney para o ensino de Física, o *De Re Physica*. Já a tese defendida por Cardoso (1991) na Universidade de São Paulo em História Social discute a introdução da ciência moderna no Brasil por meio dos estrangeirados brasileiros.

Esta pesquisa não tem como objetivo analisar cada um dos trabalhos, pois não se ocupará em analisar historiografia nem intenta realizar um estudo de estado da arte. O que interessa de modo mais próximo é a constatação de que não há dentre os trabalhos pesquisados nenhum que se dedique à análise do projeto modernizador de Verney para reino português por meio da renovação dos métodos de ensino a partir do estudo sistemático de sua principal obra.

Duas das dissertações analisam de modo direto o VME, todavia, sem o enfoque dado nesta pesquisa. Primeiro, a dissertação defendida por Patrícia Domingos Woolley Cardoso, em 2004, no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que tem por foco a polêmica em torno do lançamento da obra, a partir de algumas respostas atribuídas aos padres inacianos e ao próprio Verney e que foram lançadas em panfletos. A segunda, de Mendes (2006), analisa o VME tendo por foco o embate entre antigos e modernos a partir da análise de três das dezesseis cartas. Selecionou as cartas dedicadas às reformas de estudo na Filosofia, na Física e na Medicina, além de dedicar pouco mais de cinco páginas à discussão sobre as reformas pombalinas.

A importância do estudo do VME para a área de educação reside no fato de que:

trabalhos consultados foi apresentado em um Programa de Pós-Graduação em Educação. (AZEVEDO E SILVA,1989).

Pelo pioneirismo, a obra de Verney gerou um ambiente de disputas no campo educacional, que se expressou, também, numa literatura apologética reveladora das idéias educacionais que circulavam no império colonial português em meados do século XVIII. Jesuítas e *estrangeirados* foram as figuras centrais das escaramuças produzidas nesse ambiente de disputas. Para efeito de exemplo considere-se **Reflexoens Apologeticas á Obra Intitulada Verdadeiro Methodo de Estudar** publicada em 1748 por um hipotético Frei Arsenio da Piedade, nome fictício por trás do qual se escondia algum importante ideólogo jesuíta. Essa obra realizou um ostensivo ataque às idéias educacionais contidas no referido livro de Verney. Em seguida, ainda no mesmo ano, foi editada a **Resposta as Reflexoens, que o R. P. M. Fr. Arsenio da Piedade Capucho fez as (sic) Livro Intitulado: Verdadeiro Método de Estudar**, atribuída a um anônimo religioso (ALVES, 2006, p. 4-5, grifos do autor).

A constatação de Alves em seu mapeamento sobre as obras clássicas para o estudo do século XVIII, dentre as quais se encontram as cartas de Verney, é a de que são obras pouco difundidas no Brasil. Ainda que as referências a Verney e a Ribeiro Sanches, contemporâneo de Verney e autor de **Cartas sobre a Educação da Mocidade Portuguesa** (1760), sejam sistemáticas nos estudos que versam sobre as reformas pombalinas, “o **conhecimento direto** de suas obras é precário.” (ALVES, 2006, p. 05, grifos nossos). Para o conhecimento direto da fonte esta pesquisa adotou como metodologia a pesquisa documental segundo uma perspectiva histórica.

Conclui que cabe às pesquisas em História da Educação:

[...] retirar essa literatura do esquecimento; cabe investigá-la de forma sistemática para que, num patamar mais rico teoricamente, possa fecundar a interpretação da educação brasileira nessa fase dominada pelas reformas pombalinas da instrução pública (ALVES, 2006, p. 05).

Entre as teses e dissertações pesquisadas, aquela que conta com uma revisão de literatura mais atualizada e mais ampla do

ponto de vista da historiografia sobre a temática em questão é a dissertação de Breno Leal Ferreira (2009), defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Apesar de seguir em grande parte as informações contidas na biografia **Vernei e a cultura de seu tempo**, de um dos mais importantes biógrafos de Verney, António Alberto Banha de Andrade (1915-1982), fornece um resumo importante das leituras feitas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, relacionando tais leituras ao contexto no qual foram feitas⁴.

Por essa razão, esta revisão não desconsiderará a contribuição do levantamento feito por Ferreira (2009), utilizando em grande parte a sequência da revisão, que se divide em quatro momentos: século XVIII, século XIX, século XX e recentes abordagens, que contam com subdivisões que utilizaram o padrão político da História de Portugal. Contudo, esta pesquisa buscou também apoio nas fontes primárias - já indicadas e elencadas tanto por Banha de Andrade na biografia de 1966, quanto por Ferreira em sua pesquisa de 2009.

Este estudo não pretende esgotar as possibilidades de abordagem da temática. Trata-se de trazer à discussão um autor muito mencionado mas ainda pouco estudado em Programa de Pós-Graduação na área de Educação a fim de que, além da ampliação da compreensão da obra de Verney, possam ser indicadas direções com o intuito de ampliar o debate sobre a história da educação no século XVIII. Ainda que nosso objeto direto não seja a educação no Brasil, o estudo direto do VME possibilita a ampliação das discussões e diversificação de fontes para os estudos sobre a educação no período, tanto em Portugal quanto no Brasil, uma vez que até o século XIX o país mantinha uma relação de dependência com a sua metrópole, o que incluía a organização da educação formal. Esse é um período ainda pouco estudado pela

⁴ Banha de Andrade, que assinou alguns de seus trabalhos como somente António Alberto de Andrade publicou uma vasta obra sobre Verney, e a sua bibliografia pode ser consultada em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?Printconceito=1124>. Acesso em 30 Mar. 2011. As menções e referências feitas neste trabalho à BANHA DE ANDRADE ou a DE ANDRADE se referem, portanto, ao mesmo autor.

historiografia da educação se comparado aos outros, sobretudo o mais recente.

Este estudo não tem o intuito de discutir as reformas pombalinas de ensino e a possível influência do pensamento de Verney, tão mencionado pela historiografia da educação que se ocupa em estudar a temática, como, por exemplo, os estudos do professor Laerte Ramos de Carvalho (1978), Gilberto Alves (1993) e Carlota Boto (1996; 2010). O resultado da pesquisa aqui apresentado se ocupa em analisar as ideias de Verney em sua principal obra, o VME, e que compõe um projeto idealizado e amplo de reforma dos métodos de estudos em Portugal, que deveria ser precedida de uma reforma na cultura e tinha por objetivo a modernização do reino português.

1.2 Verney e o iluminismo católico português

Esta parte do texto se dedica a analisar a cultura das luzes em Portugal no século XVIII, contexto de lançamento da obra de Verney, a fim de relacionar com a recepção do VME no século XVIII em Portugal, bem como a repercussão da obra e o enfrentamento ideológico que se seguiu à sua publicação.

Não temos o intuito de analisar a historiografia sobre a temática iluminista, o que seria inadequado, dado o objetivo central deste trabalho, mas, inserir temporal e espacialmente o autor em sua época. A partir das análises da obra de Verney temos o intuito de embasar as discussões sobre seu projeto pedagógico, especialmente as cartas do VME. Por esta razão, não deixaremos de lado o contexto histórico, e nos aproximaremos da Filosofia à medida em que discutirmos conceitos como o iluminismo católico, despotismo esclarecido e a formação de uma esfera pública literária em Portugal.

Aflorava no século XVIII em Portugal um especial interesse por panfletos, meio pelo qual se divulgava desde literatura, simplificações de erudições até o “conhecimento sério de ciências úteis.” (DE ANDRADE, 1966, p. 121). As polêmicas veiculadas por folhetos proliferavam, em especial, aqueles que versavam sobre

discordâncias religiosas, literárias ou científicas. Essas publicações e disputas também eram impulsionadas pelo surgimento de Academias em Portugal, inspiradas pelas academias fundadas em outras nações europeias.

Era um momento que se caracterizava pela busca cada vez maior de conhecimento e informação, impulsionada pelas curtas viagens, aprendizagem de línguas e a difusão de um número cada vez maior de obras portuguesas e estrangeiras que circulavam no país, além de alguns periódicos, por exemplo a *Gazeta de Lisboa (1715-1760)*. Apesar de poucos, esses periódicos traziam de forma razoável os acontecimentos políticos e intelectuais na Europa para o conhecimento de um número maior de pessoas. (DE ANDRADE, 1966, p. 121).

Nesse clima intelectual favorável ao debate crítico a obra de Verney foi publicada. Havia intensa discussão especialmente na área de Medicina, sobre a dualidade entre corpo físico e alma, e uma vertente crítica ao racionalismo cartesiano, sem, no entanto, desconsiderá-lo totalmente, e aliando-o a de um experimentalismo newtoniano. Além disso, “o empirismo e o racionalismo, separados no século XVII, voltavam a se encontrar.” (PORTELLA, 2007, p.27).

Houve tentativas de implantar uma nova medicina em Portugal. O clima de renovação cultural, política, e econômica permeava a intelectualidade do século XVIII. Dessa maneira, Verney propôs, impulsionado por esse espírito renovador, mais que um novo método de estudar, uma proposta de reformar a sociedade portuguesa via educação.

Mas em quais aspectos Portugal deveria ser reformado para ele e para os pensadores iluministas portugueses? Destaca-se em sua proposta, principalmente, a necessidade da inserção de Portugal, no âmbito cultural, entre as nações mais cultas. No segundo apêndice de sua quarta carta, por exemplo, onde trata da utilidade do ensino de línguas estrangeiras, atribui o atraso em relação aos estudos em Portugal à inexistência do comércio literário com as nações mais cultas da Europa. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 273).

Concomitante a esse projeto de modernização, estava ainda no horizonte dos iluministas portugueses inserir Portugal entre as nações mais desenvolvidas. Para tanto, era necessário formar homens que fossem úteis, sobretudo na burocracia estatal.

Não se tratava de retomar um passado colonial glorioso, mas, de organizar a economia com o que havia de mais moderno, tecnológico e científico, aos moldes das nações industrializadas, em especial, a Inglaterra. Para tanto, era necessário formar homens aptos a atuarem e comporem os quadros burocráticos e administrativos do Estado, ou que estariam a serviço dele qualquer que fosse sua área de atuação profissional⁵.

Apesar do intenso fluxo de ideias dos iluministas franceses, ingleses e, em especial, a aproximação com o iluminismo católico italiano, há que se discutir se houve um iluminismo em Portugal, ou se o movimento de ideias no século XVIII pode ser denominado de ecletismo, pelo fato de ter havido a coexistência de ideais laicos e do teísmo e a força do cristianismo, sobretudo do catolicismo, e da ideia de que a fé não contraria a razão, antes, a completa.

Luís António Verney nasceu em 1713 e morreu em 1792, presenciando, dessa maneira, quase todo o século XVIII e suas principais características, especialmente a difusão do iluminismo por toda a Europa. Veio de uma família de imigrantes franceses, que foram da cidade de Lião para Lisboa no final do século XVII. Seu pai, Dionísio Verney, casou-se em Portugal com Maria da Conceição Arnaut, também de origem francesa, mas nascida no bispado de Coimbra. Ao certo não temos notícia de quantos irmãos Verney teve. Aqueles que podemos ter notícia são Diogo e Henrique Verney. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2).

Verney realizou os *estudos menores* com os padres jesuítas no Colégio de Santo Antão, passou por um colégio dos oratorianos e terminou seus estudos no Colégio Madre de Deus. Era mestre em

⁵ As quatro faculdades existentes naquele momento eram as de Teologia, Direito, Direito Canônico e Medicina, às quais Verney dedicou planos de reformas específicos nas cartas XII a XV. (VERNEY, 1952a, vol. 4).

Artes pela Universidade de Évora, e doutor em Teologia e Direito pela Universidade de Roma. Apesar de ter concluído os estudos, foi para Roma em agosto de 1736 para cursar novamente Teologia e depois Jurisprudência Civil. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2).

Após sua formatura passou a fazer parte do círculo intelectual romano, e em 1742 foi nomeado pelo Papa para o cargo de Arcediago da sexta cadeira da Catedral de Évora, que fica na hierarquia católica entre os vigários e o bispo, e a quem cabe a incumbência da administração de parte da diocese. Tomou posse em 24 de fevereiro do mesmo ano. Segundo De Andrade (1966), Verney conseguiu o benefício devido ao pedido do padre jesuíta João Baptista Carbone, conselheiro de D. João V e influente na corte, o que nunca teria reconhecido. Gozou de privilégios na corte portuguesa, sobretudo entre os representantes portugueses na Itália. Todavia, De Andrade (1966) questiona a frequente relação construída na historiografia com o rei D. João V. Segundo o autor, Verney não foi enviado à Itália pelo rei. Mas, ao chegar lá aos 23 anos, pediu que intercedessem por ele para que pudesse viver dignamente. Carbone o recomendou por carta para o Ministro de Portugal em Roma, Comendador Manuel Pereira de Sampaio. O autor sugere que Verney conseguiu tais favores porque seu primo, Ludovici, era influente e amigo do padre Carbone.

Em Roma foi membro da Arcádia de Roma, academia literária da qual também fazia parte o rei Dom João V. Escreveu sob o criptônimo de Verenio Orgiano um soneto em homenagem ao rei, no ano de 1744, e uma oração publicada um ano depois em louvor à recuperação do monarca português. Esses escritos revelam a aceitação de Verney nos círculos intelectuais romanos e nas esferas da Igreja e da Coroa portuguesa. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2, p. XVIII-XIX).

Por ter vivido em Roma desde os seus 23 anos, Verney é considerado um “estrangeirado”. O termo estrangeirado definia aqueles que viviam fora de Portugal por opção ou por exílio, e que, a partir da historiografia, em especial os escritos do grupo da **Revista Seara Nova**, constituiu-se em um conceito de pessoas das

letras, adeptos do pensamento iluminista, e, dessa forma, do que havia de mais moderno⁶. Também foi utilizado de modo pejorativo à sua época (século XVIII), pois a tradição combatia as ideias novas vindas do exterior. Este trabalho não adota o termo estrangeirado nem em um sentido nem em outro, mas antes, na compreensão de que estes sujeitos que olhavam para Portugal do exterior e buscavam soluções para superação do atraso do país em relação às demais nações europeias, sobretudo a Inglaterra em termos econômicos, mantinham uma rede de contatos e de diálogo, tanto entre si, de modo direto ou indireto, quanto com outros autores que consideravam modernos.

Era membro da Congregação do Oratório, instituição que chegou a Portugal no ano de 1640 após o fim da União Ibérica (1580-1640). Os oratorianos foram responsáveis por introduzir em Portugal as experimentações científicas características do século XVIII, e tiveram apoio de D. João V, que incentivou durante seu reinado (1707-1750) a criação de Academias científicas. Receberam o convento de Nossa Senhora das Necessidades e, em troca, criaram aulas de Doutrina Cristã, Teologia, Retórica, Filosofia Moral e Gramática. No convento havia uma vasta biblioteca de aproximadamente 30 mil volumes, além de um laboratório de Física, que servia ao curso frequentado por nobres portugueses. (FONSECA, 2006).

Verney integrou um movimento intelectual que se consolidou na historiografia como *Iluminismo* ou *Ilustração*. Partimos da concepção de que não houve um Iluminismo, mas sim iluminismos. Assim, o modelo francês não deve ser aplicado ao caso português pura e simplesmente. Tampouco o Iluminismo português deve ser entendido como apêndice ou deformação do modelo francês.

⁶ Essa concepção de estrangeirado e a exaltação desse grupo de homens como os responsáveis por levar as ideias da Ilustração a Portugal pode ser encontrada, por exemplo, entre os autores do grupo da Revista Seara Nova, com destaque para António Sérgio. (FERREIRA, 2009, p. 34). No século XVIII, entretanto, eram vistos pela parte tradicional da sociedade portuguesa como ameaça.

Houve na Europa Ocidental um movimento dedicado a *iluminar* as explicações sobre o mundo com as *Luzes* da razão. Por esse motivo, faz-se necessário inserir o autor e sua obra nessa concepção de mundo, que engloba aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

O Iluminismo tinha por princípio a crítica, que reconhecia as possibilidades e os limites do conhecimento humano. Também foi um movimento que acreditava na razão, no futuro, no progresso, no comércio entre os homens e, especialmente acreditava na educação. (BOTO, 2010).

Um dos aspectos basilares do pensamento iluminista era a ideia de progresso, princípio central da cultura na modernidade:

As relações econômicas e sociais, as trocas interpessoais, os movimentos do espaço público, o fazer cultural, o trabalho da linguagem, costumam adotar uma postura concentracionária e ascensional. Esse acontecimento adquire maior relevância quando fica claro que a história do ocidente tem sido a história do progresso. E sob as ordens do progresso, a modernidade foi percorrendo caminhos díspares e cruzados. (PORTELLA, 2007, p. 28).

Nos últimos 30 anos houve na Europa e na América novas leituras historiográficas sobre as Luzes. Em balanço dessas obras, uma publicação coletiva francesa estende o conceito de Luzes ao Japão e à China⁷. Todavia, não inclui a Península Ibérica. Essa omissão teria suas causas:

Por insuficiência de estudos, por falta de projecção internacional do que se tem produzido durante os últimos anos nos dois países, ou por alheamento dos especialistas portugueses e espanhóis nos campos de relação e de poder que delimitam, por vezes artificialmente, as fronteiras do debate científico? (ARAÚJO, 2003, p.10).

⁷ Trata-se da obra dirigida por Michel Delon e Jochen Scholobach, *La recherche Dix-Huitiémiste. Objets, méthodes et intitutions* (1945-1995), e citada por ARAÚJO (2003).

O século XVIII é denominado o *Século das Luzes*. Intelectuais em toda a Europa se dedicaram a analisar a sociedade em consolidação pelo filtro da razão: “aí nasceu o intelectual moderno, depositário de desproporcionada confiança na liberdade, e de excepcional vigor pedagógico.” (PORTELLA, 2007, p. 31). A época do Esclarecimento também pode ser compreendida como uma época pedagógica. (MAINKA, 2005).

Quando se menciona o Iluminismo como movimento intelectual na Europa geralmente se utiliza como referência o modelo francês. Um dos motivos pelos quais se tem negligenciado o estudo desse movimento intelectual nos países ibéricos, pode ser devido à compreensão de que neles houve um iluminismo com características distintas do modelo estabelecido, sobretudo no tocante à esfera religiosa que predominava nesses países católicos⁸.

Pode-se, então falar de um iluminismo português? O que caracteriza esse movimento maior de ideias que busca compreender o mundo por meio da razão e utilizando os métodos da modernidade?

É importante considerar que o Iluminismo é um conceito construído ainda no século XVIII e ao longo dos séculos XIX e XX e que, enquanto conceito, deve ser objeto de uma análise histórica. Necessita ser discutido para além do modelo iluminista francês e como construção histórica⁹.

A definição sobre o Iluminismo mais conhecida foi aquela feita pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), que, em sua *Resposta à Pergunta: o que é Esclarecimento?* (*Beantwortung der Frage:*

⁸ Araújo (2003) destaca na Europa algumas publicações recentes que se dedicam a analisar o iluminismo, ainda sem contemplar a Península Ibérica, tais como a edição da obra de J. Black e R. Porter, em 1994 na Inglaterra, intitulada *A Dictionary of Eighteenth-Century*, bem como na Alemanha em 1995, o livro de W. Schneiders, *Lexicon der Aufklärung, Deutschland und Europa*. Segundo a autora, há a preponderância do iluminismo a partir os modelos francês e alemão, mesmo entre as obras que propõem analisar o iluminismo europeu. (ARAÚJO, 2003, p. 09-21).

⁹ Aqui, nos deteremos a compreender o movimento em linhas gerais a fim de dar suporte à futura análise das cartas do VME. Não foi intuito desta pesquisa discutir a historiografia sobre o iluminismo.

Was ist Aufklärung?) de 1783 defendia centralmente a instauração do domínio da razão e da liberdade. Os homens deveriam sair da imaturidade, da tutela do conhecimento, e fazer o uso público de seu esclarecimento, um uso público da razão. Público, no século XVIII, tem ao menos três distintas acepções. A primeira se referia ao coletivo em oposição ao individual; a segunda dizia respeito ao público de leitores de um escritor; por último, de forma geral, o conjunto de homens vivendo em determinada época histórica. Kant reconhecia, todavia, a dificuldade dos homens se posicionarem criticamente publicamente, e atribuía a menoridade à covardia ou preguiça. Para sair da menoridade o homem deveria fazer uso de seu próprio intelecto. (KANT, 1985, p.100).

Em fins do século XVIII, quando escreveu o texto, Kant questionava se os homens viveriam em uma época esclarecida, e respondeu de maneira negativa. Não estariam, para Kant, os homens, já esclarecidos, mas em processo de esclarecimento. À época de Kant, não havia a compreensão do Iluminismo enquanto movimento intelectual ou época histórica (século XVIII), mas, como um processo de difusão das luzes da razão, e do uso público dessa razão para uma organização civil pautada nos ideais da liberdade individual. Além disso, o próprio Kant apontava o maior paradoxo do esclarecimento: na medida em que os homens, a sociedade civil se iluminava, ficava mais difícil a obediência ao Estado.

A partir dessa discussão iniciada por Kant se pode indagar: poderia haver iluminismo fora de uma sociedade marcada pelos valores protestantes? Ou ainda: haveria a possibilidade de conciliação entre os valores do iluminismo e os dogmas da tradição católica? Como consideramos neste texto que houve *iluminismos*, não restringimos a compreensão da ilustração em Portugal ao parâmetro clássico francês ou ao modelo alemão. Assim, acreditamos ser mais apropriado o uso do termo *cultura das luzes em Portugal*, tal como utilizado por Araújo (2003).

Apesar das particularidades do processo de esclarecimento em cada país, alguns princípios gerais podem ser elencados. Os homens do século XVIII tinham uma nova atitude diante do saber,

advinda do experimentalismo. Além disso, na medida em que o homem conhecia, especialmente no tocante aos conhecimentos da natureza e seu funcionamento, cultivava um otimismo em relação ao progresso da civilização.

Outra característica é a aceleração do processo de laicização da educação no século XVIII, atrelada a uma visão de progresso e civilização. O pensamento iluminista foi o responsável por construir a ideia do papel redentor e civilizador da educação. Vários pensadores do período trataram da necessidade da formação civil aliada ao ensino das ciências modernas e da História como princípio de uma educação nacional. Dentre eles, pode ser destacada a defesa da formação do patriotismo de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) entre os iluministas. (FONSECA, 2009). No caso de Verney, a defesa da reforma do ensino de língua portuguesa se enquadrava nesse mesmo sentido. Era urgente ensinar homens e mulheres a ler e escrever corretamente. Somente dessa maneira, seria possível formar cidadãos esclarecidos de sua utilidade para o reino. Não por acaso, foi por este estudo que Verney inicia seu VME. Na primeira carta que compõe a obra, destacou que o estudo da Gramática da Língua Portuguesa “é a porta dos outros estudos.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 26).

No caso português havia uma especificidade no movimento de iluminar a nação: a histórica íntima relação entre Estado e Igreja. Apesar de não existir mais uma relação oficialmente reconhecida e enquanto instrumento jurídico (Padroado) a partir das reformas promovidas por Pombal, os resquícios do modo religioso de ver e explicar o mundo se faziam presentes em Portugal. Tal aparente paradoxo não excluía a existência das luzes em Portugal, mas, é necessário delinear suas nuances. Utilizamos, pois, neste trabalho, a expressão *iluminismo católico* para designar a especificidade do movimento das luzes ao sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália, por exemplo), mas não como uma tentativa modesta comparada ao modelo francês, tampouco na tentativa de uniformizar o movimento.

Alguns instrumentos de censura da Igreja Católica se faziam fortemente presentes em nações como Portugal, Espanha e Itália

ainda no século XVIII. O mais expressivo deles era o Tribunal do Santo Ofício. Havia também uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica (*Index librorum prohibitorum*), que limitava a circulação de ideias, mas, isto não impossibilitou a emergência de uma esfera literária e de pensadores guiados pela crítica da razão laica nessas nações.

Ao sul, as dificuldades criadas à livre circulação de ideias conferem menor fluidez às linhas de fronteira no interior do espaço cultural europeu. Algumas cidades italianas, e sobre todas Roma, continuam a exercer um enorme fascínio sobre os amantes de antiguidades. (ARAÚJO, 2003, p. 14).

A inserção internacional foi outra considerável característica do pensamento do século XVIII. Esperava-se que o conhecimento reverberasse e impactasse a opinião pública não somente na origem, mas em termos gerais, o que significava o mundo Europeu. Caracterizava-se como um pensamento universal, que buscava a compreensão do homem enquanto categoria ampla, e propostas de mudança e reformas que contemplassem a sociedade como um todo. O pensamento italiano, nesse sentido, legou importantes pensadores, que influenciaram de modo direto e indireto os pensadores de modo geral, e de modo específico, Verney, dada sua proximidade com o movimento iluminista na Itália. Dentre as contribuições, podem ser destacadas diferentes áreas do saber:

Se no capítulo da história erudita e da filosofia da História, tenha-se em mente a *Scienza Nuova* (1725) de Giambattista Vico (1688-1744), a margem de inovação é considerável, também nos domínios da filosofia, da **pedagogia**, da economia e do direito, iluministas como Muratori, Genovesi, Gianone, Verri, Galiani, Filangieri e Beccaria logram, ainda em vida, alcançar notoriedade internacional. Nos anos trinta do século XVIII, Luís António Verney demanda terras de Itália, acabando por aí se fixar. Por essa altura, surgem também, em Espanha e Portugal, as primeiras manifestações públicas,

razoavelmente conseqüentes, de defesa de uma **nova ordem cultural**. (ARAÚJO, 2003, p. 14. Grifos nossos).

O movimento por uma “nova” ordem cultural que atendesse à “nova” ordem econômica e social ocorreu em toda a Europa. Não houve uma difusão do pensamento elaborado na França aos outros países europeus, mas sim, uma elaboração de um pensamento baseado nas chamadas luzes da razão, em decorrência das necessidades materiais da organização social específica de cada nação. A obra de Verney tratou dessa necessidade de reorganização da cultura na sociedade portuguesa naquele contexto.

O uso generalizado do termo luzes, e a associação do pensamento de Verney ao chamado Iluminismo católico italiano, com influências de Muratori¹⁰ e Genovesi¹¹, é devida à obra de Luís Cabral de Moncada (1888-1974), jurista e professor de Direito da Universidade de Coimbra. Em 1941 publicou **Um Iluminista Português do Século XVIII: Luiz António Verney**. Dentre outras questões, Moncada afirma que Verney cristalizou em seu pensamento todo o movimento cultural, filosófico reformador de sua época, e é também responsável pela associação do pensamento

¹⁰“Muratori é o historiógrafo formado no interior do universo da erudição monástica, no final do século XVII, aluno do beneditino italiano, Benedetto Bacchini, e seguidor do beneditino francês e representante máximo da erudição historiográfica da época, Jean Mabillon. [...] Ludovico Antonio Muratori, maior medievalista italiano de seu tempo, havia organizado a história literária na Itália entre os anos 500 e 1500, além de se dedicar ao estudo das antiguidades italianas na Idade Média.” (FERNANDES, 2006, p. 11-12). Verney foi amigo de Muratori, que defendia a renovação dos métodos de estudo (DE ANDRADE, 1966; VAZ, 1999).

¹¹ António Genovesi (1712-1769) foi um dos mais importantes nomes da ilustração italiana e que influenciou o pensamento das elites portuguesas do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Foi o fundador da primeira Cadeira de Economia Civil, na Universidade de Nápoles. (VAZ, 1999). “Antônio Genovesi (1713/1769), conhecido em Portugal e no Brasil como Genuense, sacerdote italiano ordenado em 1737, foi, desde os começos da década de 40, professor na Universidade de Nápoles, depois de ter sido aluno de Vico. Entre outras coisas, regeu uma cadeira de Economia Política, que se considera tenha sido a primeira organizada em universidades européias. É autor de extensa bibliografia.” (PAIM, 2007, p.31).

de Verney com as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal. (DE MONCADA, 1941)¹².

Ainda que a maioria dos pensadores do século XVIII em Portugal fosse católica, pode-se, pela predominância, apontar as diferentes linhas de pensamento. Por exemplo, a existência de pensadores católicos que teciam críticas à Igreja e de outros intelectuais que não eram católicos. Denominar o processo de ilustração em Portugal de Iluminismo católico é reduzir o pensamento de outros importantes personagens em tal movimento, como é o caso de Ribeiro Sanches, que era judeu. Assim, entendemos que não houve um iluminismo católico, mas a predominância de “católicos que se situaram dentro dos parâmetros das Luzes.” (ARAÚJO, 2003, p. 17).

Interessante ressaltar a característica católica do chamado movimento das luzes em Portugal. A Igreja necessitava se reformar, e, para tanto, acompanhar as mudanças advindas de uma nova ordem econômica, sobretudo com a industrialização. O mesmo havia acontecido no século XVI, processo de modernização do qual fizeram parte, por exemplo, a fundação da Companhia de Jesus e a reativação do Tribunal do Santo Ofício. No tocante ao pensamento no século XVI, por exemplo, uma visão crítica em relação à atuação da Companhia de Jesus, como Araújo, afirma que seu pensamento consistia em um aristotelismo com fundo moderno. (ARAÚJO, 2003).

Havia em setores da Igreja Católica a defesa de um caráter utilitário de ensino, em contraposição ao ensino humanista ministrado nos colégios jesuíticos, representada por esses católicos *iluminados* pela razão. A principal congregação religiosa opositora dos inicianos, e da qual Verney fazia parte, a dos padres oratorianos, já se dedicava ao ensino e recebia estímulos para

¹² A principal contribuição dessa publicação em 1941 foi a disponibilização de oito cartas até então inéditas de Verney, bem como dois relatórios, encontrados por Cabral de Moncada no Arquivo Colonial, conforme nos apresenta o autor na introdução da obra. (DE MONCADA, 1941, p. 15-16).

praticar experiências científicas, bem como ministravam aulas práticas no reino. Após a expulsão dos jesuítas a direção dos colégios que estavam sob sua organização foi entregue aos padres desta congregação católica¹³.

Outra crítica que pode ser feita diz respeito às balizas temporais do chamado movimento das luzes em Portugal, que, tradicionalmente, é periodizada em *Luzes Joaninas*, *Luzes Pombalinas* e *Viradeira*. (ARAÚJO, 2003). Essa periodização é um legado de uma historiografia liberal republicana sobre o pombalismo, e que associou Verney a Pombal na tentativa de engrandecimento da figura dos dois. O primeiro como o Estadista que promoveu reformas e que modernizou Portugal; o segundo, considerado a base filosófica desse projeto. Verney não recebeu apoio irrestrito do primeiro ministro português para publicar suas obras:

Não manteve relações de amizade com Pombal, mas o ministro aproveitou-se das circunstâncias de Verney ter andado em luta com os jesuítas para o nomear Secretário da Legação, no tempo em que iniciou em Roma a campanha de extinção desses Religiosos (DE ANDRADE, 1965, p. 17).

Apesar de considerarmos o movimento com tal abrangência, na Península Ibérica houve mais cautela em relação a algumas temáticas. Um exemplo disso é o cuidado que o próprio Verney teve ao abordar a tese heliocêntrica em sua carta de Retórica. (VERNEY, 1950a, vol. 2). Também não se pode desconsiderar a já mencionada censura da Inquisição, que limitava a circulação de obras consideradas perigosas à crença cristã, bem como a toda a organização da sociedade. Nesse sentido, as ideias *modernas*, em especial daqueles que estavam fora de Portugal, em condição de estrangeirado, não deveria, para os *antigos*, adentrar Portugal.

¹³ A Congregação do Oratório chegou em Portugal no ano de 1640. Em meados do século XVIII, os oratorianos foram instalados na Casa das Necessidades, possuíam uma vasta biblioteca e dirigiam aulas de Física Experimental (CARNEIRO; DIOGO; SIMÕES, 2000).

Devido ao cuidado em relação à abordagem de alguns temas, desde o Renascimento português, os eruditos espanhóis e portugueses assumiram o papel de receptores de outras correntes, mas não deixaram, com alguns autores, de fazer o caminho inverso e se tornarem influenciadores, e elaboradores de pensamentos originais.

Em um diagnóstico cultural da vida intelectual dos portugueses feito em carta a desconhecido destinatário, Verney afirmava que em Portugal poucas eram as obras de estrangeiros que circulavam, e que, diferentemente dele que, por viver na Itália tinha acesso ao mais moderno conhecimento, os portugueses, mesmo aqueles que se julgavam mais eruditos, pouco conheciam dos “progressos das ciências”.

Primeiramente essa presunção de que vocês lá [em Portugal] têm de lerem com toda a familiaridade os autores franceses e italianos é falsa e sem o mínimo fundamento porque os autores que vocês lá conhecem são os dozinais. Os melhores não vão para lá (Portugal), ou porque muitos são proibidos por algumas razões, ou porque todos os livreiros sabem de certo que lá (Portugal) não se compram, e se não compram os latinos bons, como hão-de comprar os que são de línguas estrangeiras e não comuns? (VERNEY, 1753, p. 46).

O século XVIII teve um progresso científico e tecnológico nunca visto, e o apontou como direção inevitável na marcha da humanidade. Para dimensionar o significado e a extensão da mensagem contida no VME devemos considerar que Verney partilhava das ideias iluministas. Uma das questões centrais é a emancipação das ciências, antes unidas em torno da Filosofia. Isso aconteceu especialmente na defesa de métodos de estudos específicos a cada área do conhecimento. O propósito de Verney ao publicar suas cartas, um manifesto da pedagogia iluminista, era o de reformar a mentalidade portuguesa para levar o país ao progresso científico. Assim, suas cartas contemplaram as disciplinas que eram ministradas nas escolas e nas universidades.

O ideal de renovação nos métodos de estudos invocava também o de inovação. É necessário, contudo, cautela ao analisarmos tal questão. A inovação deve ser entendida naquela situação como a elaboração de um pensamento que visava adaptar à realidade portuguesa os valores políticos, sociais, pedagógicos, econômicos e culturais que se consolidavam no restante da Europa.

A irreduzível singularidade do movimento das Luzes em Portugal resulta, exactamente, do processo de selecção e de adaptação que vão sofrendo as orientações e os valores veiculados pela literatura estrangeira. (ARAÚJO, 2003, p.15).

Assim, apesar de apresentar uma proposta para uma nova ordem social, os *modernos* não se desvencilhavam das convenções herdadas.

É, portanto, sob o signo da dualidade, da ilusão compartilhada e persuasiva da mentalidade barroca, como todo o seu arsenal de representações, que as Luzes irrompem, em Portugal, na primeira metade do século XVIII. (ARAÚJO, 2003, p. 18)

A inovação não deve ser entendida simplesmente como mudança, ruptura, mas, também, como tentativa de manter a sociedade. Cada geração utiliza o passado como padrão para o presente, mas reproduz a tradição somente até onde seja possível. Assim, mesmo as sociedades mais tradicionais aceitam mais facilmente inovações em setores flexíveis, como a tecnologia, por exemplo, mas não em setores mais inflexíveis como a organização social e a ideologia, ou sistema de valores. (HOBBSAWM, 1998).

No caso de Verney, suas propostas de renovação dos métodos de ensino e de modernização da sociedade portuguesa não incluíam, por exemplo, a superação da organização nobiliárquica portuguesa, ainda muito ligada aos resquícios feudais, tampouco a tradição expressa essencialmente em valores católicos. Verney defendia a educação desses nobres, pois o lugar que ocupariam na sociedade seria determinado por seus estudos, não mais pelos

títulos herdados. Contudo, não descartava que, aqueles de origem humilde, que poderiam alcançar a nobreza por meio da formação ética. Também o nobre necessitaria de tal formação, pois sem ela, teria apenas um título. Ao realizar uma digressão sobre a origem da nobreza em sua carta sobre os estudos de Ética defendeu que “[...] a origem de toda a nobreza é a Virtude” e que a essa nobreza pode-se chamar de *nobreza natural* e seu uso *nobreza civil*. O nascimento não teria nenhum influxo sobre a Virtude. Ela poderia ser adquirida por meio da educação. Nesse sentido, completa: “Os Homens nasceram todos livres, e todos são igualmente nobres.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 267).

Também é oportuno destacar que, apesar de haver um processo de secularização do Estado português no século XVIII, ele não significou um processo de laicização em todas as esferas. O ideal das reformas propostas por Verney, sobretudo as educacionais, eram centralmente relativas aos métodos de ensino, que efetivamente levariam a uma transformação da organização da sociedade e da cultura, considerando, todavia, tais especificidades. Por exemplo, na mesma carta de Ética, Verney defendeu um duplo objetivo dos estudos de Ética. Primeiro, ela ensinava os homens as suas obrigações com Deus, formando o bom cristão, qualquer que fosse a profissão que ocupasse na sociedade. Segundo, os estudos de Ética possibilitariam o reconhecimento das obrigações com os outros homens e com a Nação. (VERNEY, 1950b, vol.3).

No caso português, a querela entre *antigos* e *modernos* não significou que os modernos representassem o novo no sentido de uma nova organização social. Mas, dadas as mudanças materiais, era necessário reorganizar a cultura de modo compatível com o novo contexto político e econômico. Era um vinho novo vertido em velhos recipientes. (HOBSBAWM, 1998).

O passado deixa de ser padrão para o presente quando a mudança social acelera ou transforma a sociedade para além:

Quando a mudança social acelera ou transforma a sociedade para além de um certo ponto, o passado deve cessar de ser o padrão do

presente, e pode, no máximo, tornar-se modelo para o mesmo. ‘Devemos voltar aos caminhos de nossos antepassados’ quando já não os trilhamos automaticamente, ou quando não é provável que o façamos. Isso implica uma transformação fundamental do próprio passado. Ele agora se torna, e deve se tornar, uma máscara para a inovação, pois já não expressa a repetição daquilo que ocorreu antes, mas ações que são, por definição, diferentes das anteriores. Mesmo quando se tenta realmente retroceder o relógio, isso não restabelece de fato os velhos tempos, mas meramente certas partes do sistema formal do passado consciente, que agora são funcionalmente diferentes [...] (HOBSBAWM, 1998, p. 25-26).

Nesse sentido, uma das tarefas do historiador “[...] é mostrar que a inovação não é e nem pode ser absolutamente universal [...]” (HOBSBAWM, 1998, p. 41). Apesar disso, a inovação se pretende universal. Assim, também a proposta de um novo método por Verney, intentando a reforma dos estudos e da própria sociedade portuguesa, deve ser compreendida nessa perspectiva: sua proposta não era e nem pode ser entendida como universal, apesar de ter pretendido ser. O olhar ao autor e à sua obra devem ser direcionados a fim de considerar que se trata de um homem do século XVIII discutindo e defendendo uma visão compatível com o seu momento histórico.

Vejamos do que se tratava em Portugal especificamente a questão da reforma como adequação. As mudanças sociais na Europa decorrentes da Revolução Industrial reverberaram no discurso dos estrangeirados. Todavia, não fazia sentido pleno em Portugal, que, ainda sem indústrias, estava fortemente ligado às estruturas hierárquicas do Antigo Regime.

No contexto de industrialização na Europa e do desenvolvimento de um capitalismo industrial, vários intelectuais formularam propostas de reforma. Apesar do século XVIII ter se constituído como um período de prosperidade e de expansão na maior parte do continente europeu, tal desenvolvimento industrial não significou necessariamente uma *revolução industrial*. (HOBSBAWM, 2010). No caso português não havia no século XVIII

tampouco uma expansão industrial. Era necessário criar condições para um projeto de sociedade e nação modernas, que, economicamente, significava industrializada. Nesse contexto surgiram as propostas de reforma de Verney. Ele defendeu ao longo das dezesseis cartas um ensino útil, que não morresse com a escola.

As transformações socioeconômicas, ou a aspiração por elas, geraram a necessidade de uma mudança na formação do homem para viver nesse novo contexto. O papel dos intelectuais iluministas como pedagogos, no sentido de educar o povo e o Estado, incluía o de propor reformas e mudanças, pois não era mais possível reproduzir o passado feudal, especialmente com sua estrutura nobiliárquica e religiosa, no padrão do presente. A educação como privilégio na época feudal foi contestada pela burguesia ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, e passou a ser defendida como direito.

O Estado moderno, nascido da aliança entre burgueses e nobres, e, no caso específico de Portugal some-se a força da Igreja católica, ainda constituíam o poder, resquício de uma estrutura da antiga hierarquia feudal. O papel desses intelectuais era promover adequações que superassem as antigas estruturas, mas não a sociedade burguesa capitalista. Era o contexto de consolidação de uma sociedade e valores burgueses, tais como o ideal de trabalho e o individualismo. No caso português, Verney propunha um projeto modernizador por meio da renovação dos métodos de ensino para a formação de homens necessários àquela nova época. Para tanto, defendia que fosse promovida uma renovação da cultura portuguesa.

Nesse contexto de modernização de Portugal, o país seguia os modelos, especialmente, da Inglaterra e França. Destacou-se a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1792), primeiro-ministro do rei Dom José I (1714-1777), que reinou entre os anos de 1750 e 1777. Pombal fora nomeado para promover reformas na sociedade portuguesa após conseguir credibilidade em sua ação durante a reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755. Destacou-se como líder político da reconstrução da cidade, pois na ocasião era

secretário e pôs em prática uma estratégia pouco usual para a época. Como ele respondeu rapidamente ao clamor de reconstrução,

[...] tornou visível e credível o funcionamento das instituições: os soldados, mobilizados para diversos serviços públicos (enterrar mortos, desentulhar ruas, transportar alimentos, guardar as ruas), tornaram-se elementos perceptíveis do Estado por toda a cidade; os vereadores municipais, controlando as entradas e saídas da cidade e a distribuição de comida, foram um sinal claro do empenho das autoridades na resolução dos problemas mais prementes da população; os juízes, faziam *in loco* julgamentos sumários dos ladrões, e as forças espalhadas pela cidade constituíam símbolos do poder do Estado na regulação da vida social a cidade; mesmo os clérigos foram utilizados nesta estratégia de resposta o terramoto, sendo levados a simplificar os rituais fúnebres, a participar no desentulho da cidade e a servirem de fontes de informação no inquérito nacional aos danos (LIMA, 2008, p. 12).

Ao dizer ao rei que a solução era enterrar os mortos, fechar os portos e cuidar dos vivos, Pombal consolidou um prestígio que se desenhava na corte de Dom João V, e foi enviado pelo rei à Inglaterra como diplomata. Estudou as estratégias políticas e econômicas inglesas no período de quatro anos em que esteve em Londres (1739-1743). Mas foi após a morte de Dom João V e a ascensão de Dom José I, foi nomeado ministro, em 1750. (CATÃO, 2005).

As ações de Pombal ao se tornar Primeiro-Ministro português (1755-1777) fazem parte de outra relevante particularidade do que se poderia chamar de pensamento ilustrado em Portugal, além da questão religiosa, e se caracteriza pelo modelo político daquele país: a monarquia absolutista. Essa junção das ideias iluministas ao absolutismo ficou conhecida como *despotismo esclarecido*¹⁴. No caso de Pombal, suas ações em Portugal, sobretudo a de laicização de um Estado ainda muito influenciado pela Igreja Católica em

¹⁴ A aliança entre reis e filósofos na modernidade aconteceu em muitos países, como, por exemplo, na Prússia. (MAINKA, 2000).

questões políticas, levou a uma interpretação de que sua atuação se constituiu em um paradoxo tanto do despotismo quanto do esclarecimento. (MAXWELL, 1990;1997)¹⁵.

As ações dos Estados Absolutistas Esclarecidos podem ser assim definidas, de modo geral¹⁶:

O governo se tornou uma tentativa sistemática e racional para aplicar o melhor **conhecimento recente** para a tarefa de governar, enquanto o principal objetivo da **política interna** passou a ser a **melhoria das oportunidades educacionais**, das condições sociais e da vida econômica. (SCOTT, 1990, p. 01).¹⁷

O papel do intelectual nesse contexto passou a ser, mais que uma questão de elaboração teórica, uma questão de ação política. Dessa maneira, mais que elaborar projetos, o intelectual pretendia que suas ideias se tornassem efetivas pelas mãos daqueles que estavam no poder, os homens de governo. Para Antonio Gramsci (1989) os homens de ação se baseiam em uma *categoria intelectual pré-existente*. A partir desse conceito podemos analisar a presença

¹⁵ O próprio conceito de despotismo esclarecido necessita ser compreendido como uma construção historiográfica. Há também distinção entre os conceitos de despotismo e absolutismo esclarecido. Todavia, é um conceito que ainda permanece. A teoria do absolutismo esclarecido data da segunda metade do século XVIII. Trata-se de uma visão considerada clássica e servia para distinguir a forma de governar dos reinos ilustrados do século XVIII das políticas absolutistas anteriores. (SCOTT, 1990).

¹⁶ Os principais déspotas esclarecidos que reinaram no século XVIII foram Frederico, o Grande da Prússia (1740-1786), a czarina Russa Catarina, a Grande (1762-1796), Gustavo III da Suécia (1771-1792), Carlos II (1759-1788) da Espanha e José II (1765-1780) da *Haus von Habsburg* (Casa de Habsburgo) na Áustria. Além dos ministros: Marquês de Pombal em Portugal, Bernardo Tanucci (1734-1776) na região das Duas Sicílias, e Johann Friedrich Struensee, da Dinamarca (1770-1772). (SCOTT, 1990).

¹⁷ Government became systematic and rational attempt to apply the best recent knowledge to the task of ruling, while the main aim of internal policy came to be improvement of educational opportunities, social conditions and economic life (Tradução livre).

do pensamento de Verney nas reformas pombalinas, sem, contudo, ser ele citado diretamente nas reformas promovidas por Pombal.

A partir da leitura da biografia de Verney escrita por De Andrade (1966), percebemos que Verney nunca foi reconhecido como aquele que iria reformar o ensino, apesar de ter recebido incentivo financeiro por um período no reinado de D. João V, sobretudo correspondente ao seu cargo eclesiástico em Évora, e foi, inclusive, perseguido por Pombal.

Suas ideias podem ter aumentado o suporte teórico para as reformas, mas seus manuais de ensino, por exemplo a sua Gramática Latina ou o seu compêndio de Física (*De Re Phisica*), nunca foram adotados nas escolas após as reformas dos estudos menores, ou nas universidades, após as reformas dos estudos maiores.

Em carta ao Padre Foyos da congregação do oratório confidenciou que havia falhado na tarefa de iluminar a nação por não ter recebido incentivos para publicar suas obras, apesar de ter recebido, segundo ele próprio, um incentivo inicial que não passou de promessas:

Eu sim tive ao princípio particular ordem da Corte para iluminar a nossa nação em tudo o que pudesse, mas nunca me deram os meios para o executar. Tive largas promessas de prêmios, e de rendas, e ajudas de custo, e vieram recomendações repetidas aos Ministros para me darem um conto de réis sobre os Benefícios do Reino que cá se provessem. (VERNEY, 1941, p. 146).

Percebemos a frustração diante do não cumprimento da promessa. O fato auxilia na discussão sobre a ideia de que os intelectuais necessitavam dos homens de ação para que suas ideias fossem efetivadas.

Ao discutir as relações entre os intelectuais e a formação da cultura, Gramsci (1989) afirma que cada grupo cria para si, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem ao grupo homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também nos campos

social e político. Além disso, cada grupo busca a legitimidade de suas ações em categorias de intelectuais pré-existentes.

A partir do uso da categoria de intelectual proposta por Gramsci, bem como de sua análise de como esse intelectual se relaciona com a formação da cultura, podemos analisar o caso português. Marquês de Pombal (o homem de ação) buscou legitimidade para suas ações em tópicos já discutidos e onde já houvesse a formação de uma opinião pública, uma espécie de consenso. Os intelectuais que serviram como base filosófica da ação de Pombal foram, sobretudo, os pensadores iluministas, estrangeirados em sua maioria, dentre os quais está Verney.

Dentre as categorias de intelectuais pré-existentes definidas por Gramsci (1989), a mais típica é a dos eclesiásticos, que, dominou o conhecimento formal por um longo período (Idade Média), e esteve atrelada inicialmente ao poder descentralizado dos aristocratas, mas que depois, acabou também por legitimar e justificar o absolutismo que se constituiu na modernidade. Além disso, os intelectuais que se inserem no grupo dos *intelectuais tradicionais*, sentem-se como autônomos e independentes do grupo social dominante. (GRAMSCI, 1989).

O grupo social dominante luta para assimilar e conquistar ideologicamente os intelectuais tradicionais. Além disso, os intelectuais são “funcionários” das superestruturas, e servem tanto à sociedade civil quanto ao Estado. (GRAMSCI, 1989).

Verney pode ser analisado como uma importante voz no embate ideológico que se travou, desejoso da inovação e do otimismo em relação ao progresso inerente ao discurso ilustrado do século XVIII, bem como dos anseios dos nobres e da burguesia em Portugal, de desenvolvimento cultural, econômico, político e social. Todavia, sua proposta de modernização não intentava alterar drasticamente a hierarquia social. Modernizar naquele contexto significava consolidar um pensamento burguês. De Andrade (1966) sugere que ao lançar o VME e propor a reforma dos métodos de ensino, Verney almejava trazer o assunto ao debate, para formar um desejo na opinião pública de transformação, para constituir um

clamor por educação de uma camada que estava em ascensão, sobretudo aquela relacionada às profissões liberais: a burguesia. Assim, o VME pode ser considerado um manifesto com uma proposta de renovação. Ao defender um novo método, ele se inseriu no debate e no embate com os métodos tradicionais e o pensamento dos *antigos*, que ainda não havia sido abandonado totalmente pelo Estado. Um exemplo disso é o fato de que, mesmo gozando de prestígio em Roma, Verney não proferiu o elogio por ocasião da morte de Dom João V na Igreja Nacional de Santo António, da Congregação dos Portugueses em Roma. O convidado foi o padre jesuíta Pedro da Serra. Ainda assim, às suas expensas, publicou sua oração em homenagem ao rei, mas depois rejeitou a autoria devido aos muitos erros tipográficos. (DE ANDRADE, 1966).

O objetivo de Verney ao escrever seu novo método em formato de cartas era reformar a mentalidade portuguesa por meio do ensino nas escolas baixas, nas escolas preparatórias, mas também nas universidades. Não era um projeto individual. Ele próprio reconhecia na apresentação das cartas que:

[...] emendar o mundo, e principalmente o querer arrancar certas opiniões do ânimo de homens envelhecidos nelas, e consagradas já por um costume de que não há memória, é negócio que excede as forças de um homem só. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 19).

No século XVIII, acreditava-se que seria necessária uma nova ordem cultural, que reformasse a sociedade para a nova ordem econômica e política. Para tanto, seria necessária a elaboração de uma política educacional permeada por essa nova perspectiva, que consistia na defesa de um ensino mais útil, em contraposição à formação humanista clássica ministrada, sobretudo, pelos jesuítas em seus colégios. Trata-se de uma elaboração sistemática e intencional de reformas. Não significa que nos colégios dirigidos pelos padres jesuítas não houvesse abertura aos novos conhecimentos. A crítica de Verney aos estudos em Portugal era centralmente em relação ao método, mais que em relação aos

conteúdos propriamente ditos, com exceção à sua crítica ao ensino de Poesia, prática comum nos colégios jesuíticos. O ensino das artes em geral foi criticado por alguns iluministas, pois não era considerado um saber útil. Segundo Verney considerou em suas quatro primeiras cartas, sobretudo àquela destinada à Poesia, tais saberes ocupavam excessivamente a memória, prejudicando o restante do aprendizado. (VERNEY, 1950a, vol. 2).

Não há acaso no encontro e nas trocas de ideias no contexto em que viveu e escreveu o autor aqui em questão, mas sim o intuito de elaborar um projeto modernizador para Portugal via educação, mais especificamente, por meio das reformas dos métodos de estudos. Como todo projeto, o de Verney também deve ser considerado como um plano idealizado e que não partiu de uma novidade absoluta. Mas seu contributo e importância para a História da Educação residem no fato de que sua obra alavancou os debates em torno dos métodos de ensino em Portugal, e que reverberou no Brasil a partir das reformas pombalinas. Não podemos entender tais reformas como a materialização do pensamento de Verney ou de qualquer outro dos estrangeirados. Seu contributo está na proposição de mudanças e de reformas para toda a sociedade via educação, o que tipificava seu projeto de reformas como iluminista, ou, ao menos, relacionado a esse ideário.

Nesse contexto a ligação entre os intelectuais e o Estado nem sempre se dava de forma direta. Havia antes o entendimento de que, se houvesse uma *República das Letras*, haveria maior liberdade de ação e pensamento. A defesa, também dos iluministas, de modo geral, era a de que os reis, homens de ação, fossem também filósofos¹⁸. Nesse sentido, construiu-se então, a figura do déspota esclarecido. A relação entre os intelectuais e os estadistas não aconteceu somente no âmbito da necessidade dos estadistas em

¹⁸ Em 1793 surgiu na França pós-revolucionária um baralho que substituíra as figuras reais por filósofos, virtudes e soldados da república. Ele realizava de modo simbólico o ideal defendido ao longo do século XVIII pelos iluministas de que a política deveria ser guiada pelo império da razão. (FORTES, 1982).

aderirem ao pensamento das luzes, como é comumente definido o despotismo esclarecido. A formação de uma *República das Letras* ampararia também os intelectuais. Uma das características do século XVIII é a defesa do financiamento do Estado em prol do desenvolvimento das ciências.

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778), foi quem defendeu de modo mais contundente a relação dos príncipes com os intelectuais. Para ele, as reformas sociais e um bom governo dependeriam do príncipe, pois ele seria o espelho da nação. (MOSCATELLI, 2000; LOPES, 2004).

Apesar de conter rupturas com o pensamento do século XVII, o pensamento político de Voltaire ainda era fundado no modelo ideal de príncipe, que implicava em um modelo de virtudes morais. O progresso dependeria de um príncipe virtuoso. Todavia, apesar de se pôr a serviço da coroa francesa, Voltaire não era tido como um consultor, mas antes, um camareiro. Optou conscientemente como intelectual:

[...] por vender seus serviços ao Estado na crença de que, ocupando uma posição estratégica no sistema de hierarquias, pode a partir daí bafejar o mundo com as luzes do espírito. Sempre tencionou ser o pedagogo de testas coroadas, aos quais pretendia levar a filosofia, criando assim os chamados "déspotas esclarecidos". Queria iluminar a cúpula do Estado para lançar fochos de luz sobre a civilização. Mas na monarquia francesa não havia lugar para a aplicação dessa idéia. (LOPES, 1996, p. 558).

Ao estilo de Voltaire, Verney, ao compor seu novo método, queria educar o príncipe, mais que educar o povo. Mas para que isso fosse possível, precisava antes que sua ideia fosse aceita ao menos entre seus pares. Sua proposta de reforma no ensino era o primeiro passo para uma reforma política e econômica. (DE ANDRADE, 1966).

No caso de Portugal, havia um desejo de mudança e de renovação por parte das “[...] elites, das iniciativas mecenas do

poder régio e das reformas políticas, de cunho educativo, empreendidas pelo Estado.” (ARAÚJO, 2003, p. 19). Assim, não foi a política cultural do Estado a mola propulsora da modernização do reino, mas sim, a vida cultural que se formou ao longo do século XVIII, bem como a necessidade de reorganização do modelo produtivo que levou às reformas políticas. Todavia, não se pode desconsiderar que a

[...] vida intelectual do século se correlaciona, directamente, com a apertada vigilância exercida pelas monarquias centralizadas – no caso em apreço, da monarquia portuguesa – sobre as consciências individuais, de molde a garantir a conformidade da ordem política ao cânone cultural e à ortodoxia religiosa (ARAÚJO, 2003, p. 19).

Na construção de uma República das Letras na Europa era defendido um ideal comum, universal, que era a razão, a crítica, em combate à ignorância. Era a Europa necessitando construir uma nova ordem cultural, a organização de uma nova cultura em tempos de mudanças estruturais, especialmente com a reorganização do mundo do trabalho possibilitada pela Revolução Industrial.

A principal singularidade lembrada no tocante ao pensamento iluminista em Portugal é o fato de que essa cultura, em Portugal não possuía uma característica antirreligiosa. Principalmente nas cartas sobre os estudos filosóficos, principalmente na décima primeira, que se dedica à Ética, é nítida a sua preocupação em formar o *bom* cristão, o homem virtuoso que serviria a Deus e à Nação. Ao falar do homem virtuoso e da formação por meio dos estudos de Ética propôs “[...] servir-se das verdades da Escritura [...]”, sem entrar no mérito das disputas das escolas, mas sim “[...] abraçar a opinião mais provável.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 288). Na compreensão do trecho no contexto de sua apresentação dos planos de estudos de uma Ética Moderna, podemos afirmar que a opinião a ser adotada pelos estudantes das escolas de Filosofia seria aquela determinada pela Igreja.

Apesar dessa característica comum, os pensadores iluministas portugueses não se enquadravam em um único movimento. Apesar de serem pensadores que não tinham uma visão antirreligiosa, havia significativas distinções entre os pensadores católicos inseridos no movimento das luzes. Por exemplo, Luís António Verney possuía uma base filosófica e teológica crítica, já Teodoro de Almeida, uma base apologética. Ambos eram oratorianos, mas, devido ao contexto de cada um, podem ser considerados pensadores católicos e que se inserem em uma perspectiva iluminista. Dessa forma, a pluralidade de ideias nos leva a afirmar que houve em Portugal pensadores católicos iluministas, e não um iluminismo católico como um movimento uniforme. (ARAÚJO, 2003).

Há na historiografia autores que defendem que as linhas de força da filosofia portuguesa são modestas. (COXITO, 2006). Todavia, se analisarmos o movimento das luzes em Portugal, podemos afirmar que o pensamento português do século XVIII expressava o que havia de mais recente em termos de discussões científicas em muitas áreas do conhecimento. (ARAÚJO, 2003; SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

Nesse sentido, qual a contribuição e o lugar de Verney nesse espectro de iluministas católicos? A quem ele se opunha em seu texto? A construção da figura de um pensador iluminista português, e, sobretudo, associado à imagem do “grande” estadista modernizador de Portugal, Pombal, foi labor da historiografia dos séculos subsequentes.

Em recente Comunicação apresentada em uma sessão conjunta de membros das Academias de Letras do Brasil e das Ciências de Lisboa, com a temática **O Iluminismo Luso-Brasileiro**, Eduardo Portella anuncia em sua conclusão sobre as projeções do Iluminismo no Brasil e em Portugal que: “O <<estrangeirado>> Luís António Verney, se não foi o mais brilhante, foi o mais eficiente porta-voz do <<déspota-esclarecido>>” (PORTELLA, 2007, p.31). Associações do pensamento de Verney às reformas promovidas

por Pombal são encontradas sistematicamente em análises que versam sobre o iluminismo português e brasileiro.

Sobre o enaltecimento, cabe aqui uma digressão sobre as leituras da historiografia dos séculos XIX e XX sobre Verney. No século XIX, por exemplo, considerado o século da História, foi publicada a segunda biografia de Verney. Trata-se da obra escrita por Pedro José de Figueiredo no ano de 1818. Essa biografia tem um tom apologético, e foi escrita baseada no verbete de Diogo Barbosa Machado e complementada com informações fornecidas por um parente de Verney, Dionísio António Verney (DE ANDRADE, 1966, p. VII). Deve ser discutida mais no contexto no qual foi escrita que no contexto no qual viveu Verney, ou seja, no século XIX e não no século XVIII.

[...] como já advertiu o Dr. Salgado Júnior, “trai a cada passo a insegurança de quem o faz cinco anos após o centenário de nascimento do biografado”. O pior - acrescentaremos nós - é que teima em transformar o herói em menino prodígio com tonalidades de super-homem iluminador da Pátria (DE ANDRADE, 1966, p. VII).

A partir de pesquisas documentais, António Alberto de Andrade, que escreveu a terceira biografia de Verney, em 1966, aponta contradições na biografia de Figueiredo. Antes de apresentar essas duas biografias, ambas apologéticas, o autor afirma que tentará traçar um panorama total da vida de Verney, e justifica que:

Escrever a biografia de Vernei não é apenas ponderar seu merecimento como divulgador de novo método de estudo, com o intuito de o enaltecer ou propósitos de o amesquinhar, desenlaçando a perspectiva do âmagos dos escritos mais vulgarizados (DE ANDRADE, 1966, p. VII).

Apesar do enunciado cuidado, o autor direciona suas considerações no sentido de relacionar Verney ao ataque direto à Companhia de Jesus.

Um outro exemplo de enaltecimento da figura de Verney no século XIX está inserido no contexto de formação da própria república portuguesa. Em resposta a uma vertente onde predominava o sentimento de decadência, ou decadentismo português, há um esforço em valorizar a cultura nacional. Percebe-se no lançamento do *Dicionário Bibliográfico Português*, organizado por Innocencio Francisco da Silva (1810-1876) tal esforço. Trata-se de um dicionário com pensadores portugueses de A a Z, no qual há um verbete destinado a Luís António Verney. Assim como a biografia de Figueiredo, o tom da descrição da figura de Verney é permeada por adjetivações positivas, e traz em seu verbete que muitos pensadores portugueses de destaque, como Frei Fortunato de Boaventura (1777-1844), consideravam Verney o maior sábio do século XVIII (DE ANDRADE, 1966).

Percebe-se uma valorização do pensamento de Verney nesse contexto de enaltecimento da pátria. Foram publicadas na segunda metade do século XIX cartas inéditas de Verney. Primeiro, no ano de 1858, foram publicadas várias cartas escritas por Verney e António Pereira de Figueiredo aos padres oratorianos, que compreende um período que se estende de 1756 a 1771. Em 1868, foi publicada no *Jornal Conimbricense*, mais uma carta, escrita por Verney para o padre oratoriano Joaquim de Foyos. (DE ANDRADE, 1966).

Em meio aos debates do final do século XIX acerca da implantação de uma república em Portugal, que aconteceu em 1910, muitos autores fizeram uso da figura de Verney e a presença em seu pensamento das ideias de um dos pensadores iluministas liberais mais influentes, o inglês John Locke, para consolidar um ideal progressista, liberal e republicano em Portugal. Além disso, Verney representava a oposição à Escolástica, e, apesar de não ser contrário em sua época à monarquia, seu pensamento foi utilizado por exemplo, por Joaquim José Lopes Praça (1844-1920) em sua obra *História da Filosofia em Portugal*, publicada em 1868, como portador de uma atualidade, e que merecia ser utilizado para levar Portugal a um progresso ainda não alcançado no que concernia às

ciências. Além disso, ao remeter às autoridades um apelo para as reformas dos estudos, afirmava que o método proposto por Verney e sua visão de educação deveriam ser um exemplo seguido. (PRAÇA, 1988).

Outro ponto para se discutir o enaltecimento de Verney no século XIX diz respeito a uma questão de cunho historiográfico. O tema central das discussões promovidas em Portugal a partir do século XIX pela historiografia foi a chamada *Questão Ibérica*, o que compreendia um debate sobre o decadentismo português e espanhol frente às nações europeias, ou seja, ao capitalismo industrial. Foi feito um esforço, sobretudo de um grupo de historiadores na segunda metade do século XIX, chamado de *Geração de 1870*, para promover uma revolução nas ideias. Autodenominavam-se como os introdutores das ideias modernas em Portugal. Para tanto, alguns nomes como Antero de Quental, Teóphilo Braga e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, valorizaram os autores do início dos Tempos Modernos, como Luís de Camões (1524-1580), considerado representante de um passado grandioso a ser recuperado, em contraposição àquele que seria o período de decadência de Portugal, o século XVII. Valorizaram também, sobretudo, pensadores do século XVIII, considerado momento de superação da decadência da centúria anterior, no qual incluíam Verney. (DE QUENTAL, 2005; MARTINS, 1951).

Tanto em Quental quanto em Martins,

(...) transbordavam teorias hoje consideradas como científicas, entre as quais constava o Positivismo, mas que à época eram entendidas como avançadas. Afirma-se isso muito embora o primeiro tenha se definido contra o Positivismo e o Republicanismo, ao contrário do segundo, um dos introdutores da sociologia de Auguste Comte (1798-1857). (FERREIRA, 2009, p. 28).

Portugal se inseria, naquele momento, em um movimento republicano e liberal, que criou seus mitos e heróis. Condenar as duas instituições mais fortes em Portugal, a Igreja e a Monarquia,

significava negar um passado a fim de chegar ao progresso econômico, político e intelectual.

Nesse contexto, os republicanos amaldiçoaram o século XVII e glorificaram o século XVIII. Criaram seus heróis e vilões. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, pertenceria ao primeiro grupo. O próprio Comte havia colocado-o no panteão de seus heróis: constava do Duodécimo Mês de seu “calendário positivista [...]” O Positivismo, de certa forma, havia feito um resgate do Iluminismo, por valorizar a razão e a ciência. (FERREIRA, 2009, p.28).

Os autores da denominada Geração de 1870 acreditavam que Portugal iria se regenerar ao “recuperar as glórias passadas mediante o desenvolvimento científico e industrial.” (FERREIRA, 2009, p. 29).

O século XIX comemorou o centenário da morte de Pombal, e os escritores liberais produziram inúmeras obras ligando os nomes dos portugueses ilustres do século XVIII, sobretudo, ao que seria a revolução liberal portuguesa. Um destaque dentre tais obras se refere ao **Perfil do Marquês de Pombal**, publicada por ocasião do centenário da morte de Pombal no ano de 1882, por Camilo Castelo Branco (1852-1890). Nesta biografia, Castelo Branco enaltece a figura de Verney, e o classifica como o mais importante autor das reformas pombalinas, juntamente com D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, Francisco Xavier de Oliveira e Ribeiro Sanches. (CASTELO BRANCO, 1982).

Ainda no século XIX, outros autores exaltaram a figura de Verney. Alguns o fizeram inclusive destacando a atuação de Verney de modo mais incisivo que a do próprio Marquês de Pombal. É o caso do *Diccionario popular historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*, dirigido por Manoel Pinheiro Chagas (1842-1895), que no 13º volume afirmou que o VME seria uma obra revolucionária, especialmente destacando o ataque dirigido por Verney à pedagogia jesuítica. Destaca que a obra de Verney causou em

Portugal mais “[...] ruído e irritação que o método de Descartes em França.” (CHAGAS, 1884, v. XIII, p. 341). Além disso, considera que os jesuítas maquinaram intrigas contra Verney.

José de Arriaga (1848-1921) é outro nome que considerava Verney como figura central nas reformas promovidas por Pombal. Sua obra **História da revolução portuguesa de 1820** (1886-1889), teve como principal influência o positivismo e o nacionalismo, inerentes ao discurso dos liberais do final do século XIX. O enfoque principal é o de Verney como combatente da filosofia jesuítica, e representante do moderno, do novo, em oposição ao velho, ao modelo de atraso da Companhia de Jesus (DE ARRIAGA, 1901, v. 01).

De caráter progressista, essas obras do século XIX construíram, em geral, a figura grandiloquente de Luís António Verney, relacionando sua obra às reformas pombalinas, apontadas como base da revolução liberal e ao progresso e desenvolvimento de Portugal. Concomitantemente à construção da figura heroica de Verney, a historiografia do século XIX contribuiu para a construção da imagem negativa dos padres da Companhia de Jesus, o primeiro ligado ao progresso, e, os últimos ao atraso intelectual e material de Portugal. O primeiro, considerado moderno, os últimos, medievais. Verney, o representante das luzes, e, os inicianos, das trevas e da ignorância.

A historiografia do século XX é marcada por três importantes questões: a primeira delas é a defesa da República, e sua implantação em 1910, e, conseqüentemente, a desqualificação da monarquia. A segunda diz respeito ao debate sobre as razões do atraso econômico de Portugal em relação às demais nações europeias, sobretudo Inglaterra. Por fim, o anticlericalismo que se cristalizou na perseguição das ordens religiosas em Portugal. Após somente três dias da proclamação da República, foi decretada em Portugal a extinção de todas as ordens religiosas. (VILLARES, 2003).

No entanto, essas discussões sobre o regime político, a economia e a religião são anteriores à implantação da República. O sentimento republicano foi construído desde o século XIX. Como

reflexo dessas questões, antes mesmo da proclamação da República em Portugal no ano de 1910:

[...] as linhas gerais que embasariam as discussões do período republicano já estavam formuladas: Verney, figura exemplar e representante da Filosofia Moderna, associado a Pombal e suas reformas. E símbolo do liberalismo e do republicanismo, opositor dos jesuítas. Assim que as tendências políticas e ideológicas durante o século XX viriam a enxergá-lo. (FERREIRA, 2009, p. 32).

Um exemplo dessa continuidade é a análise de Teófilo Braga na obra **História da Literatura Portuguesa**. Destaca o lado moderno de Verney, e seu reconhecimento somente após a sua morte, apesar de ser possível identificar nas reformas de ensino de 1770 promovidas por Pombal a influência do VME. (BRAGA, 1984).

Novas leituras de Verney foram feitas em decorrência do contexto político português a partir de 1926, com a Revolução Nacional e posteriormente a instalação do Estado Novo (1933). Essas novas leituras foram impulsionadas também por uma concepção que, além de antiliberal, em especial durante o Estado Novo, adquiriram traços antirracionaisistas. Dessa forma, houve uma proliferação de estudos historiográficos sobre o século XVIII, em especial nos anos de 1930, de certa maneira, como oposição aos regimes totalitaristas na Europa.

Entre essas novas leituras, pode-se destacar a interpretação de Hernâni Cidade (1887-1975) sobre o século XVIII, sobretudo em seu **Ensaio sobre a crise mental do século XVIII**, de 1929. Apesar de criticar a objetividade e o excesso de apreço pelo factual na obra de Verney, configura o pensamento de Verney como importante representante da modernidade em Portugal, especialmente por ser um estrangeirado, e estar em contato com as ideias das Luzes europeias. (CIDADE, 1959; 2005). A crítica se insere, sobretudo, em um contexto de influência na escrita da História em Portugal da História Metódica Alemã, e, uma crítica feita a Verney pode ser no sentido de que, para ele, a História seria a chave da compreensão

da sociedade, entretanto, não como ciência autônoma, mas como auxiliar na interpretação das leis (Direito) e da escritura (Teologia), por exemplo, resquícios da concepção de História medieval. (FERREIRA, 2009).

Também merece destaque o pensamento de António Sérgio de Souza (1883-1969) - que assinava seus textos somente como António Sérgio. Ele viu em Verney um importante representante do pensamento crítico¹⁹. Exaltava a figura dos estrangeirados, pois, devido ao contato com o pensamento de outros países, puderam combater o pensamento considerado como “atrasado” em Portugal. Circunscrito a uma atmosfera anticlerical, mais especificamente de perseguição aos padres inacianos, António Sérgio de Souza enaltecia Verney por ter combatido a hegemonia jesuítica na formação intelectual portuguesa, que seria uma das causas da decadência econômica portuguesa, apesar de Verney ter sido também representante da Igreja Católica, e membro de uma ordem religiosa. (SÉRGIO, 1979).

O século XX intensificou o debate sobre a figura de Verney devido a dois fatores:

(...) as comemorações do duplo centenário (formação da nacionalidade e Restauração) e o bicentenário da publicação do *Verdadeiro método de estudar*. Do primeiro motivo, destaca-se, em 1934, a publicação de *História de Portugal* dirigida por Damião Peres (1889-1976), - “Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade”, que incluía menção a Verney em capítulo redigido por Newton Macedo, Hernâni Cidade, Luís de Pina, Araújo de Lacerda e Ângelo Ribeiro. (FERREIRA, 2009, p. 36-37).

¹⁹ António Sérgio de Souza foi um dos fundadores, juntamente com Raul Proença, em 1921 da Revista Seara Nova, que contou com a participação e contribuição de Fernando Pessoa, Jaime Cortesão, entre outros. Após a implantação da ditadura, o grupo assumiu uma postura de combate ao salazarismo, apesar da censura. Apesar de se intitular Socialista, tal conceito deve ser compreendido nesse contexto como uma socialdemocracia. Defendia a República, em especial, a democracia, e uma aproximação com a sociedade. (DE SÁ, 1979).

Apesar de considerar o grupo de estrangeirados como responsáveis pelo pensamento moderno português, atribuem a Verney e ao Marquês de Pombal a execução dessas ideias modernas por meio de reformas.

No entanto, a ideia de os estrangeirados constituírem um pequeno grupo de homens excepcionais, responsável por inserir Portugal no pensamento iluminista do século XVIII é criticada por autores como Mariana Amélia Machado dos Santos (1904-1991). Ela destaca um modismo historiográfico na década de 1930, tanto em Portugal quanto na Europa, de retomar os estudos sobre o século XVIII. O aumento significativo de estudos sobre o século XVIII pode ser explicado como uma reação política ao totalitarismo. Assim, retomou-se o iluminismo e seus princípios universalistas, em especial a ideia de liberdade, e de igualdade como forma de resistência aos regimes totalitários. (FERREIRA, 2009).

Da mesma forma, havia obras e análises que serviram de sustentáculo ao regime salazarista. Dentre tais obras se encontra **Um “iluminista” português do século XVIII**, de Luís Cabral de Moncada (1888-1974), que teve importante influência na historiografia portuguesa. Os escritos de Moncada se inserem em um primeiro esforço em tratar Verney e sua obra em uma perspectiva acadêmica. Não considera Verney um sábio iluminista, o que podemos verificar no próprio título, onde o autor utiliza o termo iluminista entre aspas. Mas também não ignora sua contribuição nos debates pedagógicos portugueses do século XVIII. (DE MONCADA, 1941).

Uma historiografia que passou a analisar de modo mais crítico a figura de Verney pode ser identificada a partir da década de 40 do século XX, especialmente com as publicações da Revista Brotéria. Importante destacar que a Revista Brotéria é uma revista publicada pelos padres inicianos desde 1902, e que atualmente está em seu 172º volume, e que os artigos ali publicados estavam imbuídos do combate ao antijesuitismo que se configurou a partir das interpretações sobre o século XVIII ao longo da historiografia portuguesa. Dentre os artigos, aqueles escritos por António Alberto

Banha de Andrade e de Joaquim Pereira Gomes se destacam pela crítica hostil ao pensamento de Verney. (DE ANDRADE, 1944; GOMES, 2012). A crítica visava também um rompimento com a historiografia portuguesa, que acabou por construir uma imagem grandiloquente de Verney e, em contraposição, antijesuítica. Banha de Andrade foi padre da Companhia de Jesus, e, após abandonar a carreira eclesiástica, obteve o grau de licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas e o de Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa²⁰.

Ao fazer a crítica a Verney, De Andrade (1958) defendia a tese de que suas ideias não eram mais modernas que as dos padres inacianos. Ao contrário, eram a compilação do pensamento europeu iluminista nas mais diversas áreas. Dessa forma, no que se refere à Filosofia:

[...] que para ele se reduz à Lógica, adopta os princípios fundamentais da crítica do conhecimento de Locke, aceitando para a restante parte do que ainda integra no campo filosófico, os maravilhosos progressos das ciências físicas e matemáticas, na orientação de Newton. (DE ANDRADE, 1958, p. 4).

Em relação à suas ideias sobre Direito e Moral, Verney teria seguido pensamento de “Grócio, Puffendorf, Heinício, Muratori e Wolf”, pois

[...] propugna pelo desprezo tal da Escolástica, que filosófica quer teológica, porque uma e outra se baseia em Aristóteles. A Polemica e a Dogmática, assentes no estudo das línguas e escritos orientais, nos Santos Padres e autores adversários da Religião, devia substituir a Teologia Especulativa das Escolas. (DE ANDRADE, 1958, p. 4).

²⁰ Verbete consultado: *António Banha de Andrade*, na enciclopédia da Porto Editora disponível on-line. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$antonio-banha-de-andrade](http://www.infopedia.pt/$antonio-banha-de-andrade). Talvez um dos motivos para abandonar a trajetória eclesiástica tenha sido a própria extinção das ordens pelo decreto republicano. Os padres jesuítas atuaram na clandestinidade, ou foram para países como Espanha e Bélgica. (VILLARES, 2003).

Por sua vez, “A medicina também tinha de mudar de rumo, na direcção mecanista, tomando em conta os novos métodos e novas ciências, como a mineralogia, a botânica, a anatomia renovada.” (DE ANDRADE, 1958, p. 4).

O debate entre antigos e modernos, trata-se de uma discussão que adentra os séculos XVIII, XIX e XX na historiografia e, em Portugal, até essa historiografia iniciada a partir da Revista Brotéria, construiu-se uma interpretação que associava a atuação da Companhia de Jesus com ideias antigas e que considerava as ideias dos iluministas, especialmente aquelas dos pertencentes da Congregação do Oratório como Verney, modernas. (MENDES, 2006).

Não foram somente os artigos publicados na Brotéria que se esforçaram por desconstruir a imagem heroica de Verney, e a imagem negativa dos padres inacianos. Autores da década de 1940, como, por exemplo, João Ameal (1902-1982), em sua **História de Portugal**, critica e refuta a ideia da medievalidade e da retórica como algo sombrio e ruim. Concentrou sua análise na afirmação de que a modernidade foi a negação de todo um sistema filosófico já constituído, e que, a solução para Portugal seria retornar à Escolástica no tocante ao ensino. (AMEAL, 1958).

Tal ataque não era direcionado somente à figura de Verney, mas do pensamento português do século XVIII, de modo geral, e, mais especificamente, da historiografia posterior que sagrou o iluminismo como a modernização da sociedade portuguesa. Por essa razão, logo se instalou, mais uma vez, um debate entre *antigos* e *modernos*.

Por ocasião da comemoração do 2º centenário da publicação do VME, a Revista Seara Nova publicou uma edição especial sobre Verney²¹. O artigo de José Serrão (1919-2008) lamentava o fato de que as ideias de Verney ainda não haviam triunfado em Portugal.

²¹ Essa edição da revista Seara Nova e seus textos foram publicados no Brasil em 1979 sob o título *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*, com apresentação de Celina Junqueira e Introdução de Antônio Paim. Fazia parte da coleção Textos didáticos do pensamento brasileiro. (JUNQUEIRA, 1979).

(SERRÃO, 1979). Mas a defesa exacerbada de Verney aparece em artigo de António Sérgio (1979), intitulado **Luis Verney, apóstolo cívico**. Defendia neste artigo a existência (...) de ideais eternos, de princípios universais, de valores imutáveis (...) (SÉRGIO, 1979, p. 81). Outro texto dessa edição especial, escrito por Joaquim Ferreira, chega a identificar no pensamento de Verney um anticlericalismo para destacar sua importância na consolidação da civilização em Portugal.

Percebe-se que, durante o período salazarista, Verney e Pombal foram interpretados de modo ambíguo: em alguns aspectos, positivos, em outros negativos na construção da nação portuguesa. Percebe-se a disputa na historiografia de diferentes ideologias: pombalismo, salazarismo e tradicionalismo. O passado aparece como espaço de disputa do presente. (FERREIRA, 2009).

Se até os anos de 1940 as contribuições historiográficas foram de pessoas externas à academia, como António Sérgio, a partir de então houve uma ampliação das análises da sociedade portuguesa por uma historiografia acadêmica. Nesse contexto de renovação da historiografia portuguesa, António Salgado Júnior propõe a republicação do VME. Ele, como organizador da edição, direciona a importância da compreensão de Verney no âmbito da história da pedagogia, o que viria a contribuir para reduzir significativamente as interpretações detratoras ou apologéticas produzidas nos séculos anteriores. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1).

A partir desse panorama historiográfico podemos considerar que houve uma construção da figura de Verney associada ao pombalismo. Verney não representava o novo, no sentido *stricto*, mas sim a tentativa de renovação dos métodos de ensinar. Era uma mudança para manter a sociedade, uma vez que a inovação é instrumento de manutenção, não de transformação. (HOBSBAWM, 1998).

Algo comum aos biógrafos de Verney, mesmo aqueles que lançaram um olhar crítico sobre sua obra, como é o caso de António Alberto de Andrade (1966; 1980), é a consideração de que o pensamento desse autor teria sido o mais consistente da filosofia portuguesa do século XVIII, e o que possuía uma linha filosófica mais definida.

Se o Iluminismo se caracteriza pelo interesse do homem e respectivo ambiente, como objeto dominante de reflexão filosófica, repassada pelas diretrizes da razão crítica, infalível até certo ponto e oposta frontalmente à metafísica, em favor da explicação empírica das causas e fenômenos, de expressão matemática, Verney não pode deixar de ser tido como iluminista convicto. (DE ANDRADE, 1980, p.18).

Consideramos Verney um intelectual iluminista português, estrangeirado, e que propôs um projeto modernizador para o reino português por meio das reformas nos métodos de ensino. Independentemente de ser uma proposta nova ou uma leitura de ideias já apresentadas em outros países, seu mérito consiste em adaptar tais ideias ao estilo e necessidade de Portugal, como ele próprio indica no subtítulo de sua obra. Também consideramos que houve um importante movimento iluminista em Portugal, e não partimos do princípio de que a presença da Igreja Católica em países como Portugal, Espanha e Itália foi um entrave para o desenvolvimento da razão e do surgimento de propostas de reformas pautadas pela reflexão filosófica e uso da razão. Não concordamos, por exemplo, com afirmações de autores como Ivan Teixeira, que consideram o iluminismo português “[...] antes um movimento de sombras que de luzes, sobretudo por causa do catolicismo e da lógica dos privilégios absolutistas.” (TEIXEIRA, 1997, p. 114). Também discordamos do mesmo autor quando ele afirma que Verney era coagido pela força dos valores oficiais – da Igreja e da monarquia – nem consideramos que há distorções no pensamento de Verney. Antes, consideramos que a Igreja deu mais apoio social e financeiro aos estudos científicos ao longo de seis séculos (XII-XVI) do que qualquer outra instituição. (LEITÃO; FRANCO, 2012).

Ainda que sua proposta não fosse efetivamente nova, isso não desmerece o valor das ideias contidas no projeto de reformas de Verney. O legado da obra de Verney consiste na importante contribuição para a compreensão de como uma época histórica

concebia a educação e discutia sua renovação por meio dos métodos de estudo.

1.3 A construção da esfera pública literária em Portugal

Esta análise sobre a construção de uma esfera literária e da opinião pública em Portugal no século XVIII se faz relevante a esta discussão uma vez que há indícios de que Verney tenha publicado o VME de modo intencional para formar um público desejoso das reformas na sociedade portuguesa via educação. (DE ANDRADE, 1966). Afirmamos mais: além de um público esclarecido, Verney tinha o intuito do convencimento de seus pares, os padres oratorianos e que já possuíam prestígio em Portugal no reinado de Dom João V (1707-1750).

Nesse sentido, esta discussão se pauta pelo encaminhamento metodológico feito por Milton Meira do Nascimento (1989), ao analisar um grupo de intelectuais na França e seu papel na revolução de 1789, conhecido como Círculo Social. Ele analisa em sua obra em que medida as ideias desse grupo circularam na França pré-revolucionária e possibilitaram a formação de um público maior de pessoas desejosas de uma mudança na sociedade. O prefácio de seu livro conta com a contribuição da Professora Marilena Chauí no que se refere à discussão sobre a formação da opinião pública e seu papel nas mudanças sociais ou nos projetos de mudança. Uma vez que Verney se circunscreve no contexto dos autores que Nascimento analisa como os primeiros a discutirem o papel dos intelectuais na formação da opinião pública será aqui considerada a análise feita por ele, mais em relação ao encaminhamento metodológico que propriamente ao conteúdo discutido em seu livro. Esta discussão também dialoga com autores da área de educação que analisam o iluminismo português, especialmente a professora Carlota Boto (2010), que tem se dedicado a analisar o iluminismo português e as reformas dos estudos em Portugal e seu legado, bem como as professoras Ana Cristina Araújo (2003) e Thaís Nívea Lima e Fonseca (2009), no

intuito de circunscrever nossa análise e debate nas discussões sistemáticas e no esforço de um grupo de pesquisadores brasileiros e portugueses em analisar um período ainda pouco estudado pelos historiadores da educação brasileira, seja ele o século XVIII.

Os filósofos do século XVIII, não desconsiderando suas particularidades e contextos, apresentaram um discurso comum: a esperança de um homem melhor, e, conseqüentemente uma sociedade melhor. A tarefa de melhorar o homem caberia à educação, e a conseqüência, o progresso humano. Foi criada uma expectativa de um progresso contínuo e irreversível. O papel do intelectual nesse processo era o de educador, o que poderíamos denominar de intelectual pedagogo. Os filósofos, os homens da razão, dessa maneira, teriam a tarefa de educar os homens. Todavia, não significava educar a população em geral, ou ainda, a defesa da educação do povo, de todos. Tratava-se da tarefa de educar também o governo dos homens.

A base do projeto de desenvolvimento e progresso implicava que se atribuísse um papel fundamental à ação esclarecida dos homens ao longo da história humana. Nesse sentido, os filósofos se apresentavam como profetas laicos e educadores da humanidade. (ARAÚJO, 2003).

Havia também no século XVIII uma preocupação em conhecer, saber, para prover o futuro. Inseriam-se nessa perspectiva do intelectual pedagogo, com a tarefa de educar os homens, alguns autores do contexto iluminista português. Ribeiro Sanches, por exemplo, alertava que “é da obrigação do juízo humano prever tudo, e conhecer as causas das desordens presentes, para evitá-las, ou suprimi-las pelo discurso do tempo.” (RIBEIRO SANCHES, 2003, p. 23). Era necessário identificar no presente as causas das desordens para evitá-las ou até chegar a suprimi-las no futuro, acreditando na perfectibilidade humana, isto é, na capacidade do homem de melhorar a si mesmo por meio do esclarecimento, da educação.

Os intelectuais no século XVIII punham-se na condição de preceptores do povo a fim de esclarecê-los com as luzes da razão.

Acreditavam possuir a missão de guiá-lo na derrubada da tirania para que fosse exercida a soberania. Esse processo ocorreria como vigilância pública, de uma cobrança e pressão de um maior número de pessoas. (CHAUÍ, 1989).

O surgimento da concepção moderna de opinião pública se deu ao longo dos séculos XVII e XVIII. Ela pode ser entendida como força racional capaz de exercer pressão sobre os indivíduos, instância julgadora a exigir um processo de esclarecimento e de formação do próprio público, por meio dos intelectuais, considerados os portadores das Luzes e da Palavra regeneradora:

Se na tradição filosófica, o conceito de opinião sempre fora relegado à condição de sombra perturbadora da verdade, obstáculo à razão, sistema do medo e do preconceito cristalizado nos costumes, sobretudo sob a ação dos poderes eclesiásticos, no final do século XVIII, fazendo-se opinião pública, passa a ser encarada positivamente. Tida, antes como efêmera e volúvel, reino duvidoso da moda, torna-se agora, estabilizadora dos costumes e da moral, transpondo a moda para o reino da verdade. (CHAUÍ, 1989, p.16).

É válido considerar que Verney e sua proposta de um verdadeiro método de estudar se inserem nesse intuito dos intelectuais esclarecidos de formar uma opinião pública. O intuito de levar sua verdade a se tornar universal, por Verney, pode explicar a razão para que a obra fosse publicada anonimamente, e para que não admitisse sua autoria sobretudo após o intenso debate que seguiu a publicação.

Formar a opinião pública fazia parte dos esforços que se iniciaram no final do XVII, e se intensificaram ao longo do *Século das Luzes* na Europa, de grupos de intelectuais para que seus discursos fossem aceitos e assimilados pelo público esclarecido, bem como por seus pares. A opinião pública seria o encontro da razão e um maior número de pessoas esclarecidas, e como uma verdade a ser defendida. Seu poder dependeria da sua capacidade de se impor aos homens no poder. (CHAUÍ, 1989).

Até o século XVIII a tradição filosófica considerou opinião como algo falso. Era utilizada com o sentido de oposição à ciência. (NASCIMENTO, 1989). A partir do século XVIII houve a ampliação de espaços de convívio social, e, considerando que o mundo das ideias possui uma relação estreita com as práticas sociais, possibilitou a formação de uma esfera pública literária. A construção dessa esfera pública possibilitou um espaço público de crítica, que se ampliou a partir de novos espaços de sociabilidade e de novas práticas sociais, como por exemplo, o ato de frequentar cafés, salões e mesmo a formação de academias científicas e literárias. (HABERMAS, 2003).

No século XVIII podemos considerar que a opinião pública era já reconhecida como uma forma racional capaz de exercer uma pressão sobre os indivíduos, e entendida pelos intelectuais iluministas como processo de esclarecimento de formação do público, que deve tomar o lugar dos preconceitos existentes. Podemos constatar essa noção de opinião pública iluminista, por exemplo, no verbete da famosa *Encyclopédie*, organizada e dirigida por Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783). Nela, o verbete opinião, de autoria desconhecida, aparece como crença fundada sobre um motivo provável, como um julgamento duvidoso e incerto do espírito²². O grande tema do século XVIII era eliminar preconceitos, superstições, considerados os maiores inimigos do progresso das ciências. (NASCIMENTO, 1989).

A fim de superar as superstições, que impediriam o progresso das ciências, emergiu no século das luzes a esperança de um homem melhor, o que seria possível por meio “do ensino dos valores e dos progressos realizados pela cultura ocidental.” (ARAÚJO, 2003, p. 51).

O principal inimigo da Filosofia nesse contexto não era a dúvida, mas o dogma, a autoridade e o preconceito. Esta era a questão central no debate entre *antigos* e *modernos*. Ao discutir o

²² Verbetes original disponível em: http://artflx.uchicago.edu/images/encyclopedie/V11/ENC_11-506.jpeg. Consulta realizada em 17 Set. 2012.

preconceito da autoridade em sua carta décima, sobre os estudos de Física, Verney questionou o argumento: “Que importa que Aristóteles, ou todos os outros Filósofos da Grécia, dissessem que o Ar era leve, se estou vendo experiências que provam que é pesado?” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 193).

Houve em Portugal um intenso movimento de filósofos, que se apresentavam na condição de profetas laicos e educadores da humanidade, no sentido de iluminar a nação. Em Portugal, quem deu voz à opinião pública foi uma elite esclarecida. Os mais variados assuntos, em especial aqueles relacionados à prática e à experiência científica, extrapolaram os limites das universidades, escolas e colégios, e passaram a ser intensamente debatidos nos círculos sociais nobres e burgueses:

Na transição dos séculos XVII para o século XVIII, as redes de contacto, institucionais e/ou informais, de sábios, eruditos e filósofos, alteraram-se. Arautos de uma nova visão do mundo, estes homens de razão entregaram-se à busca da verdade com disciplina e sentido de missão. Usam uma linguagem própria, recorrem a métodos de verificação idênticos e partilham os resultados das suas experiências. As suas ideias e descobertas encontram eco fora dos circuitos tradicionais de informação, conservados, durante séculos a fio, à sombra dos colégios e das universidades (ARAÚJO, 2003, p. 13).

Naquele momento de intenso debate e circulação dos saberes, e do sentido de missão de que estavam imbuídos os intelectuais, apareceu a defesa de que a educação seria a principal via de modernização da sociedade. É importante considerar que as múltiplas vozes do iluminismo português não formavam unanimidade em alguns aspectos da educação, mas todos a defendiam como via central de reformas:

Em Portugal, os entendimentos e as proposições dos iluministas acerca desses princípios gerais não foram unívocos, variando conforme a valorização dos ensinos público e particular, a educação

para as mulheres ou o grau de intervenção do Estado na educação, por exemplo. (FONSECA, 2009, p. 24)

Verney deve ser analisado em sua relação com os outros estrangeirados que se ocuparam em pensar projetos de reformas para Portugal via educação. Destacaram-se três pensadores que, juntamente com Verney, preocuparam-se com a renovação dos métodos de ensino e a modernização do reino português no século XVIII: Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), Dom Luís da Cunha (1662-1749) e Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783).

O primeiro, Pina e Proença, foi o responsável pela divulgação do pensamento de Locke, Fénelon e Rollin em Portugal e a sua principal obra foram os **Apontamentos para a educação de um menino nobre** (1734). Foi membro da Academia dos Anônimos e da Academia Real de História. Assumiu cargos administrativos no reino na Torre do Tombo, na Real Biblioteca e ainda no Conselho Ultramarino. Foi também Governador da capitania de Minas Gerais entre 1736 e 1737. Dentre suas ideias sobre educação, destaca-se a defesa da educação preceptoral para a nobreza separada das escolas públicas. Além disso, defendia o ensino de uma moral civil, pois defendia a civilidade para formar o leal servidor do rei. (FONSECA, 2009). Aproximava-se da defesa que Verney fazia do ensino de Ética Particular para ensinar os homens a conhecer seus deveres na sociedade civil. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

O **Testamento Político de D. Luís da Cunha** é um importante documento para compreender Portugal no século XVIII. Assim como Verney, D. Luís da Cunha era um estrangeirado, que viveu em Londres exercendo a atividade de embaixador. Defendia o fortalecimento do papel do rei, que deveria, para tanto, curar os males da sociedade portuguesa. Nessa obra, uma carta ao então príncipe D. José, escrita pouco antes de ele assumir o trono, D. Luís da Cunha sugere alguns nomes para assumir o cargo de principal ministro do reino. Dentre eles, dá destaque ao nome de Sebastião José de Carvalho e Melo. Foi um dos idealizadores de uma

modernização econômica em Portugal, e, para tanto, identificou algumas *sangrias* que impediam o desenvolvimento. Percebemos a preocupação de Cunha em igualar Portugal aos demais reinos europeus, e, para tanto, ele identificou os principais males, ou, conforme nominou, *sangrias*, que seriam entraves ao desenvolvimento português. Dentre as quatro apontadas, duas se destacam. Primeiro, o numeroso contingente de homens e mulheres que procuravam o convento e nele se enclausuravam, sem serem úteis à Pátria, uma vez que não procriavam e tampouco trabalhavam. Segundo, o envio de homens aos domínios além-mar, principalmente às Índias e ao Brasil. Para ele era necessário formar indivíduos úteis à nova conformação social, e que não deveriam aspirar somente a vida religiosa ou se aventurar nas novas colônias, mas antes, ajudar a construir Portugal, nos moldes do desenvolvimento capitalista. (CUNHA, 1976). De certo modo, ao defender a formação do homem virtuoso qualquer que fosse sua posição na sociedade, Verney não defendia necessariamente a vida religiosa para todos.

O terceiro, Ribeiro Sanches, escreveu as **Cartas sobre a educação da mocidade**, publicado em 1760. Pode-se perceber em sua obra a diretriz reformista e pedagoga que marcou o pensamento iluminista português. (FONSECA, 2009). Defendia a educação para o bem público (*res publica*), em uma perspectiva do contrato social. Ainda, foi defensor da escola a cargo do Estado para fins normatizadores. Além disso, a elite, para ele, deveria aspirar não somente ser cavalheiro ou membro do clero. (RIBEIRO SANCHES, 2003). O autor tinha uma base cristã, como os outros iluministas portugueses, e não desconsiderava, como a maioria dos iluministas portugueses, inclusive Verney, a importância da educação cristã com um objetivo moral. (VERNEY, 1950b, vol. 3). Todavia, essa educação moral, ainda que cristã, deveria ficar a cargo do Estado, não da Igreja. Dessa forma, pode-se afirmar que tinha uma visão anticlerical, mas não anticristã. (FONSECA, 2009). Para ele, a formação cristã seria a base da reforma da sociedade portuguesa, e a reforma em todo o reino deveria visar a formação

de jovens úteis à pátria. Diferente de outros pensadores portugueses advogava a ideia do ensino separado para as diferentes classes sociais, o que considerava fundamental na manutenção do poder do Estado. Não havia em seu pensamento a defesa do ensino universal, e o exemplo a ser seguido por todas as pessoas deveria ser o das classes dominantes. Verney também defendia, por exemplo em sua carta sobre os estudos de gramática portuguesa, que o português ensinado fosse simplificado, e que fossem usadas somente as palavras usadas por homens cultos. Os dicionários deveriam ser também simplificados, e sugeria a exclusão do grande número de palavras plebeias. (VERNEY, 1949, vol. 1). Assim como Verney, passou a ser perseguido pelo marquês de Pombal, e teve exílio na Rússia, onde se tornou o médico da czarina Ana Ivanovna (1693-1740).

O século XVIII foi também um período de ampliação do debate das descobertas no âmbito civil, por meio de sociedades ou academias científicas e literárias. Houve o estímulo à circulação de livros e de notícias, bem como ao intercâmbio das descobertas. Nesse sentido, houve uma ampliação do debate de ideias e difusão do conhecimento que ultrapassou o meio restrito das escolas, colégios e universidades e passou a se por “à disposição dos príncipes e dos Estados, em prol do progresso e do bem-estar social; permeiam o mérito, e agenciam a promoção de carreiras na esfera da sociedade civil.” (ARAÚJO, 2003, p. 13).

Verney atribui a essas academias a produção de um saber moderno, pois era um saber que considerava a observação e a experiência. Além disso, produziam um conhecimento legitimado pelo grupo. Ao indicar a bibliografia para os estudos de Geometria e Aritmética, essenciais à compreensão da Física, Verney sugeriu além dos livros newtonianos as coleções publicadas por academias científicas:

[...] ali não há perigo que aleguem uma coisa falsa por verdadeira, porque, primeiro que se publiquem, são vistas e revistas, e aprovadas pelo corpo da Academia. Coitadinho deles se alegassem

falso: sairiam logo mil críticas que os desasariam. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 204).

Contudo, sobre essas academias em Portugal ironizou Verney, sobretudo a Academia de História. A partir da leitura das obras históricas das coleções dessa academia conclui que²³:

[...] na dita Academia se tem adoptado tantas fábulas históricas de que o mundo erudito se ri, porque os que as adoptam não sabem eu coisa é Arte Crítica e Hermenêutica, que são duas partes da Lógica Moderna, e os fundamentos da história, como advirto na minha *Lógica*. (VERNEY, 1753, p. 52-53)

Verney sabia que precisava do apoio régio para que esse saber fosse difundido:

[...] grande serviço fazem ao público os Príncipes que fundam, dotam e protegem semelhantes Academias, e remuneram os que assinalam nestes estudos! Fazem tão grande utilidade ao público, que não há louvor, nem agradecimento, que os iguale. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 204).

Precisava duplamente do apoio da Coroa, primeiro, pelo apoio financeiro. Segundo, para que sua reforma se tornasse oficial:

Para levar a cabo a missão de iluminar o País, a munificência Régia tornava-se necessária, não só pelo aspecto mecenático de que empresas desta ordem não prescindem, como ainda pelo motivo de intentar a reforma de ensino oficial. (DE ANDRADE, 1966, p. XI).

Assim, pode-se afirmar que em Portugal no século XVIII se formava um espaço de debates, uma esfera literária, e Verney, apesar de ter vivido parte de sua vida na Itália, se inseria nesse

²³ *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa, que nos anos de 1721 a 1736 se compuseram e se imprimiram por ordem de seus censors.* (CURADO; CURADO, 2008, p. 52).

contexto de crítica e de busca da verdade por meio do método científico. Além disso, colocava-se à disposição do Estado português, principalmente ao propor um projeto modernizador para o reino português que tinha como corolário a reforma dos métodos de estudos.

Em cada uma das cartas que compõe sua principal obra, o VME, apresenta uma crítica à organização dos estudos em Portugal, aos métodos utilizados, sobretudo pelos padres jesuítas. Tratava-se de um plano de reformulação na normatização dos estudos para servirem à Igreja e à República, e, atender, dessa maneira, às modificações que urgiam serem feitas na sociedade portuguesa para sua inserção econômica, política e cultural no mundo europeu das Luzes. Com esse intuito escreveu suas cartas, seus compêndios e dedicou sua vida na tarefa de *iluminar* a nação portuguesa.

CAPÍTULO II

A PUBLICAÇÃO DA OBRA E SEU CONTEXTO: O EMBATE COM OS PADRES JESUÍTAS

Esta seção tem como objetivo central apresentar o contexto de publicação da obra, a polêmica que envolve seu lançamento e a crítica endereçada aos padres jesuítas que deu início a uma alteração logo após a sua publicação em 1746. Para tanto, este capítulo se ocupa primeiramente em analisar a biografia da obra.

Na sequência será feita uma análise do título da obra, uma vez que ele contextualiza e apresenta indícios do pensamento não só do autor, mas do século XVIII em Portugal e na Europa. Trata-se de relacionar Verney a seus possíveis interlocutores, tanto diretos quanto indiretos.

Por fim, este texto analisa a dedicatória aos padres da Companhia de Jesus na apresentação do editor fictício Antonio Balle, que endereça a crítica feita nas cartas “Aos Reverendíssimos Padres da Venerável Religião da Companhia de Jesus [...]” (VERNEY, 1949, vol. 1)²⁴. Na apresentação da obra, dividida em três partes, o suposto impressor primeiro apresenta as razões que levaram à elaboração da correspondência e porque julgou importante imprimi-las; na segunda parte dedica as cartas aos padres jesuítas; e, por fim, faz algumas observações sobre a ortografia utilizada pelo autor.

²⁴ Os impressores da primeira edição do VME foram Gennaro e Vincenzo Muzio, em Nápoles (DE ANDRADE, 1966).

2.1 Biografia de uma obra: publicação, anonimato e polêmica

No contexto da publicação do VME apareceu pela primeira vez uma obra que fazia menção a Verney em um verbete. Trata-se do terceiro tomo da **Bibliotheca Lusitana** (1752), organizado por Diogo Barbosa Machado²⁵. Podemos perceber um tom apologético na descrição feita por Machado, que apresentou a biografia de Verney em poucas linhas, mas de modo enaltecendo da figura do autor, quando logo de início afirma que Verney mostrou “perspicaz talento” e “feliz compreensão” em sua instrução primeira (MACHADO, 1752, t. 3, p. 58)²⁶.

A inclusão do nome de Verney na obra já indica o intuito de reforçar a importância e a existência de uma cultura letrada portuguesa, em um momento de efervescência das ideias iluministas na Europa, esforço que recebeu o apoio do rei e do primeiro-ministro. Mas o próprio Verney criticou a iniciativa da Bibliotheca de Diogo Barbosa Machado:

Se leres o Barbosa na *Biblioteca*, não acharás ridículo que tenha composto um epigrama latino a que ele não dê o epíteto de <<excelente latino, incomparável poeta>>. Mas como o Barbosa não entende estas matérias, não se deve fazer caso do que ele diz. Mas fazem-no os ignorantes e esses meio ignorantes. E daqui nasce eu, se ouvimos o Barbosa e seus parciais, não há nação mais cheia de homens doutos que a nossa, e [a nossa nação] desbanca todas as outras. Contudo, nós estamos vendo o contrário e tu o confessas. (VERNEY, 1753, p. 54).

Para Verney, a obra enaltecia o pensamento português demasiadamente, e que, se houvesse um exame rigoroso da

²⁵ A Bibliotheca Lusitana é uma coleção de 4 tomos e mais de 3000 páginas dedicadas aos principais intelectuais portugueses até o século XVIII. (MACHADO, 1741,1747,1752,1759).

²⁶ Na citação de documentos primários e secundários mais antigos a ortografia foi modernizada a fim de dinamizar a leitura do texto. A partir desse ponto, todas as citações serão atualizadas.

seleção de pensadores ali elencados a partir dos princípios que ele tinha, “ficariam muito poucos e raríssimos” nomes na obra (VERNEY, 1753, p. 54).

Como seu nome consta no terceiro tomo, publicado em 1752, talvez Verney não tivesse ficado contente que seu nome figurasse ao lado de outros que não partilhavam de suas ideias, e que não considerava como pensadores portugueses que merecessem serem lembrados, especialmente os padres jesuítas Leonardo Nunes (1509-1554), Leão Henriques (1575-1621) e outros 20 jesuítas. Aqueles que não eram jesuítas estudaram nos colégios da Companhia e talvez, por essa razão, Verney não ficou feliz ao ver seu nome ao lado de pensadores que considerava antigos, representantes de um saber que deveria ser renovado²⁷.

Ainda com tais ressalvas, alguns pontos do verbete merecem destaque. O primeiro é referente à ênfase dada pelo autor ao fato de Verney ser membro da Congregação dos Oratorianos. O segundo é a referência à sua formação teológica. Terceiro, uma menção ao cargo de Arcediago de Évora, assim descrito:

A integridade da vida unida à vastidão da literatura lhe adquirirão ser provido por nomeação Pontifícia na dignidade de Arcediago da Sexta Cadeira na Catedral de Évora de que tomou posse a 24 de Fevereiro de 1742. (MACHADO, 1752, tomo III, p.58).

Por fim, o verbete contempla uma lista de suas obras, na qual o VME não foi indicado, uma vez que a autoria da obra ainda não havia sido assumida em 1752, ano de publicação do terceiro tomo, ainda que houvesse passado 6 anos desde a primeira edição das dezesseis cartas. A autoria somente foi assumida por Verney em seu testamento. (DE ANDRADE, 1966).

Essa breve e sintética primeira biografia provavelmente foi escrita com elementos fornecidos pelo próprio Verney, que teria se correspondido com o próprio Diogo Barbosa Machado. Ainda no

²⁷ Leonardo Nunes aparece na página 07 e Leão Henriques, um dos principais provinciais da Companhia de Jesus, na página 03. (MACHADO, 1752, t. 3).

século XVIII, as cartas do frei barbadinho também foram traduzidas para o espanhol, latim e francês, a primeira no ano de 1760, e as últimas, em 1762. (DE ANDRADE, 1966).

A polêmica em torno da publicação da obra contribuiu para a sua difusão. Pode-se perceber ainda no século XVIII a rápida propagação das ideias de Verney em várias partes do mundo, especialmente na Europa, na América Espanhola e Portuguesa. Em 1752, por exemplo, mesmo ano da publicação do verbete de Machado, foi publicada no *Journal des Sçavans* uma matéria noticiando a obra, bem como um resumo do conteúdo das cartas oito, nove e dez, que compunham o segundo tomo da obra de Verney. (DE ANDRADE, 1966).

Há indícios da influência das ideias de Verney em algumas reformas e tentativas de reforma educacionais na Espanha, com dois exemplos significativos: o “*Informe al rei sobre el methodo de enseñar em las universidades de España*”, de D. Gregorio Mayáns y Siscar (1699-1781), bem como o “*Plan de estúdios para la Universidad de Sevilla*”, de Pablo de Olavide (1725-1803). A influência no país vizinho também pode ser mensurada com a tradução em 1760 da obra para o castelhano por Joseph Maymó y Ribes (1712-1774). Além disso, no ano de 1762 foi publicada uma versão resumida do Verdadeiro Método em latim. A *Synopsis primi tentaminis pro literatura scientiisque instaurandis apud lusitanos* foi depois traduzida para o francês, com o título *Essai sur les moyens de rétablir les sciences et les lettres em Portugal*²⁸.

Durante o reinado de Dom José I (1750-1777), Verney escreveu as obras que seriam consideradas um aprofundamento de seu pensamento: em 1751, *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam e De Re Logica*; em 1753, *De Re Metaphysica*; e em 1769 *De Re Physica*. As duas primeiras foram noticiadas em um jornal italiano, o *Giornale de' Lietrati* de Roma, em 1752 e 1753 (FERREIRA, 2009).

²⁸ A edição organizada por Salgado Júnior conta com a tradução francesa da *Synopsis* no último volume. (SALGADO JÚNIOR, 1952b, vol. 5, p. 151-314).

O VME foi encontrado ainda no século XVIII em bibliotecas por todo o mundo, inclusive em algumas colônias americanas como México, Equador, Cuba, Peru, Paraguai, Venezuela, Bolívia e Colômbia, o que mostra sua ampla difusão. Foi encontrada também em bibliotecas particulares no Brasil, como, por exemplo, do inconfidente Cônego Luís Vieira da Silva, do Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, Juiz de Fora de Pernambuco e um dos responsáveis pela reforma no Seminário de Olinda. Os estatutos do Seminário de Olinda de 1798 ainda indicavam a Gramática de Verney, publicada em 1785, além de mostrar traços das ideias de seu método pedagógico. (FERREIRA, 2009).

A obra de Verney também compunha as bibliotecas das diferentes Ordens e congregações religiosas que atuavam no Brasil. Tal difusão no Brasil pode ser apontada como uma necessidade de reorganizar os estudos na colônia a partir da expulsão dos padres jesuítas do Brasil em 1759. Por ser uma crítica à pedagogia jesuítica, o VME se tornou uma referência na organização dos estudos das diferentes Ordens. A *Gramática* de Verney, bem como sua obra de Lógica (*De Re Logica*), constavam, por exemplo, na *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método de Ensino estabelecido após a extinção das escolas jesuíticas, 1759*²⁹.

Entre o ano de sua formatura na Itália e 1746 Verney decidiu ser “um renovador em matéria pedagógica.” (SALGADO JÚNIOR, 1950a, v. 2, p. XIX). A partir da experiência que teve em ambos os países e ao comparar os dois modelos de formação decidiu propor que em Portugal se renovassem os estudos por um novo método. A partir de sua experiência, iniciou a redação de volumosas páginas que contemplassem um novo método de ensinar as mais variadas disciplinas. Enquanto redigia os compêndios e planos de

²⁹ MEMÓRIA dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método de Ensino estabelecido após a extinção das escolas jesuíticas, 1759. ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. Apêndice Documental. In: A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil, São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978). Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo.html>. Acesso em 12 fev. 2011.

estudos de seu projeto de uma reforma geral dos estudos portugueses,

Verney foi escrevendo à margem uma outra obra, que seria apenas uma espécie de manifesto da nova pedagogia, e que, por isso mesmo, lhe tomava em grande número de páginas uma feição crítica, digamos mesmo polêmica. Essa outra obra era o Verdadeiro Método de Estudar. Por ela resolveu começar, publicando-a em 1746. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2, p. XX).

Mas Verney não queria somente a publicação do seu Manifesto. Queria a publicação e implementação de seus compêndios. Publicar uma obra não era tarefa simples no século XVIII. Por essa razão, “os autores se esforçavam por instaurar o melhor que pudessem a voga do Mecenatismo, e por isso mesmo é que qualquer obra desses tempos é sempre precedida de incríveis dedicatórias encomiásticas.” (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2, p. XXI).

Verney obteve apoio na publicação do VME do próprio rei Dom João V. (DE ANDRADE, 1965; SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2). Mas o principal para ele era a publicação de seus compêndios e sua ambição de que fossem adotados após as reformas oficiais nos estudos maiores e menores em Portugal. Quanto à publicação de suas cartas obteve apoio. O mesmo não aconteceu com a execução da proposta que nelas apresentava.

Com a morte de Dom João V, depositou a esperança de ver seu programa de reformas executado por seu sucessor, o rei Dom José I. Obteve do monarca a promessa de ter suas obras didáticas impressas. No ano de 1751 publicou o Aparato de Filosofia e Teologia e o Aparato de Lógica. Em 1753, publicou o compêndio sobre o ensino de Metafísica, com uma dedicatória ao monarca português. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2).

Não pôde, contudo, levar a cabo sua proposta de reformas, pois o auxílio que recebeu de Dom José I entre os anos de 1750 e 1752 cessaram. Em carta ao padre Foyos, Verney afirma que nunca

soube ao certo porque as promessas de prêmios e incentivos não se mantiveram:

Mas tudo isto ficou na esfera dos possíveis, e nunca se verificou por culpa dos Ministros, e outras pessoas, as quais sempre embaraçaram para bajular os jesuítas, que sempre me perseguiram com ódio imortal (VERNEY, 1941, p. 146).

Denuncia ainda que deixou inclusive de receber os benefícios já enviados pelo rei Dom José I por interceptação de alguns ministros em Roma, sem, contudo, citar os nomes. Trata-se da contenda que Verney teve com o ministro Francisco de Almada Mendonça, primo de Pombal. Em carta a Pombal em 1770, Almada considera Verney um impertinente. Em outra carta um ano depois justifica sua decisão de exilar Verney, que foi obrigado a deixar Roma³⁰.

A influência mais direta do pensamento de Verney pode ser encontrada em escolas, uma vez que muitas apostilas manuscritas e obras impressas de filosofia utilizadas nessas escolas citam os manuais de Verney. Todavia, nenhum desses manuais escritos por Verney, e apresentados ao Estado português, conseguiu aprovação oficial. Isso não significa que não foram adotados indiretamente. Mesmo não sendo oficialmente aceito, “[...] sempre havia quem se aproveitasse de seus escritos.” (DE ANDRADE, 1965, p. 10-11).

A clandestinidade que envolve a história da publicação da obra foi desvendada graças aos estudos documentais do professor António Alberto de Andrade (1966). Também não descartamos o importante estudo documental do professor Cabral de Moncada (1941), especialmente por publicar pela primeira vez as cartas italianas, que conta com a sua primeira e recente tradução feita por Ana Curado e Manuel Curado (2008). Mas além da análise da documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alberto de Andrade traz à luz os inquéritos inquisitoriais que contribuíram

³⁰ A correspondência referente à nomeação de Verney para Secretário da Legação e aquela trocada por Almada e Pombal foi publicada por António Alberto de Andrade. (1966, p. 633-650).

para o esclarecimento sobre o processo de publicação, apreensão e circulação da obra.

A obra que causou tanta controvérsia no meio intelectual lisboeta do século XVIII é composta por dezesseis cartas, que tratam dos mais variados assuntos, referentes às áreas do conhecimento que deveriam ser reformadas em Portugal na concepção de Verney.

O VME teve três edições ainda no século XVIII. Por muito tempo se acreditou que a primeira edição seria aquela impressa em Valença, na Espanha. Todavia, a primeira edição, que fora apreendida em Lisboa e circulou clandestinamente em Portugal, foi impressa originalmente em Nápoles³¹.

As cartas causaram controvérsia até mesmo quanto à sua análise pelo Tribunal do Santo Ofício: os inquisidores não chegavam a um consenso se o livro deveria ou não ser proibido de circular. A apreensão pela Inquisição foi um dos pontos da altercação com os jesuítas. Em um dos panfletos que seguiram a publicação da obra, há a consideração de que uma obra apreendida pela Inquisição não poderia ter merecimento. (REFLEXÕES, 1748).

A obra de Verney foi lida e relida por mais de dez inquisidores e a primeira edição, apreendida e proibida, foi lançada de maneira clandestina justamente por um desses inquisidores. (DE ANDRADE, 1965).

Os dois tomos da obra desembarcaram de um navio vindo de Nápoles, às margens do rio Tejo em Lisboa, no ano de 1746. A embarcação trazia um carregamento de livros apreendidos pelo Tribunal do Santo Ofício. “O autor ocultava o nome, e isso gerou curiosidade.” (DE ANDRADE, 1965, p. 05). Antes de desembarcar,

³¹ Os dois tomos da primeira edição podem ser encontrados na Biblioteca Nazionale di Napoli. Além desse exemplar, um exemplar do tomo II estaria depositado na Biblioteca Nacional de Madrid (DE ANDRADE, 1966). Todavia, em busca no catálogo dos Fundos e Coleções no sítio eletrônico da Biblioteca, somente foram encontradas referências aos exemplares impressos em Valença. Em busca similar no Arquivo Nacional português também não foi localizada a primeira edição napolitana, somente aquela impressa em Valença.

“De acordo com a lei vigente, um visitador da Inquisição inspecionou o barco onde tinham sido transportados os livros e apreendeu-os, para se proceder à sua apreciação.” (MARTINS, s.d., p. 01).

Após a apreensão, Verney lançou nova edição entre os anos de 1746 e 1748, mudando somente o local de Nápoles para Valença. Manteve na capa o ano de 1746 (ANEXO A) e a tipografia utilizada também foi a mesma. (DE ANDRADE, 1966)³².

Por muito tempo se acreditou que a edição de António Balle, impressa em Valença, fosse a primeira edição. O próprio Salgado Júnior trata a edição organizada por ele como a terceira edição: “De facto, até hoje, o Verdadeiro Método de Estudar não teve senão duas edições [...]” (1949, vol. 1, p. X).

De acordo com a professora Tereza Payan Martins “Esta edição circulou em Portugal e depressa se esgotou, pois o interesse que a obra naturalmente suscitava foi reforçado pelo conhecimento de que a primeira edição fora apreendida.” (MARTINS, s.d., p. 02).

Ao falar da primeira edição na introdução do primeiro volume, Salgado Júnior destaca que

Foi em 1746 que apareceu a primeira (edição), em muito bom papel de linho, impressão nítida. Sumiu-se, porém, logo, por forma que não se explica bem (tiragem limitada? inutilização? quê?) e são raros os exemplares que chegaram até nós. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1, p. X).

Na verdade, tratava-se da segunda edição. A edição de Nápoles apreendida contava com todas as licenças. Já a segunda edição traz menção na folha de rosto que a obra obteve “todas as licenças necessárias” (ANEXO A), mas não as imprimiu, como era usual à época, pois foram dadas apenas à edição de Nápoles.

Foi impressa ainda uma terceira edição, a partir da edição de Valença, dessa vez em Lisboa entre os anos de 1751 e 1752. (DE

³² Provavelmente não ultrapassou 1748, pois nesse ano saiu o primeiro panfleto em resposta ao VME, as **Reflexões** do Frei Arsénio da Piedade.

ANDRADE, 1966). Mas a data impressa na folha de rosto é de 1747. (ANEXO D).

A qualidade dessa edição era inferior à edição de Valença de 1746:

[...] a obra não trazia da imprensa grandes condições de resistência ao manusear e ao passar do tempo. Vinha impressa em péssimo papel passento, que a umidade empapava, coloria de castanho, desfazia ao fim. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1, p. XI).

Isso fez com que poucas edições chegassem até nosso século, e quando são encontradas, possuem preço elevado³³.

A circulação da obra foi intensa em Portugal, principalmente após a notícia de sua apreensão, e Verney conseguiu atingir aquele que era seu intuito central: “conquistar o público culto.” (DE ANDRADE, 1966, p. XI). Pode-se mensurar tal conquista com o debate gerado após a publicação do VME por meio de panfletos, tanto respostas que criticavam as considerações feitas pelo autor, quanto defesas, gerando uma acalorada altercação.

A edição de Valença mantém a estrutura da primeira: é a mesma edição dividida em dois tomos. Está digitalizada e disponível no sítio eletrônico do Arquivo Nacional de Lisboa. No Tomo I das edições de Nápoles e Valença estão as cartas I a VIII, e, as outras restantes estão no Tomo II. A organização acomoda o número total de páginas, que somam 622 páginas (322 no primeiro tomo e 300 no segundo), em dois volumes. Provavelmente as cartas foram agrupadas nessa edição por uma questão prática, relativas à impressão. Assim, foi considerado como critério de impressão da obra e agrupamento em dois tomos o número de páginas total, que

³³ Em consulta a um livreiro virtual de Portugal, encontramos a terceira edição para a venda. O preço atual é de €1.200, os dois tomos, mais as **Reflexoens apologeticas a obra intitulada Verdadeiro Método de Estudar**, do Frei Arsénio da Piedade e as respostas às reflexões, ambas de 1748. Disponível em <http://www.castroesilva.com/store/viewItem.asp?idProduct=7116>. Acesso em: 11 Jul. 2012.

foram distribuídas de tal forma que cada tomo ficasse com um volume de páginas equitativo.

A quarta e última edição completa do VME foi preparada por ocasião do 2º centenário da publicação da obra. Lançada entre os anos de 1949 (volume 1) e 1952 (volume 5). Foi organizada em cinco volumes, de acordo com a temática das cartas, por António Salgado Júnior.

No primeiro volume estão os **Estudos Linguísticos**, que reúne as cartas I a IV, nas quais Verney se dedica em dar notícia do método que havia em Portugal e de propor um plano de estudos para o ensino da gramática portuguesa e da gramática latina, bem como para os estudos de Latinidades, Grego e Hebraico. O segundo volume, de 1950, reúne as cartas V a VII, com o título **Estudos Literários**, e que contemplam os estudos de Retórica e Poética. As cartas VIII a XI foram reunidas no terceiro volume de 1950, intitulado **Estudos Filosóficos**, e são aquelas que contém propriamente o sistema cultural que proposto por Verney em sua obra (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3). O quarto volume, **Estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos**, conta com a compilação das cartas que versam sobre Medicina, Jurisprudência e Teologia (cartas XII a XIV) e foi publicado no ano de 1952. Por fim, o último volume, publicado também em 1952, **Estudos Canônicos, Regulamentação e Sinopse**, que agrega as cartas XV e XVI. A edição conta ainda com a tradução francesa da *Synopsis*, resumo do VME, que integra o quinto e último volume.

Há ainda uma carta escrita por Verney durante a polémica que sucedeu o lançamento do VME, no ano de 1753, e que é considerada por um dos maiores estudiosos de Verney, António Alberto de Andrade, como a 17ª carta da obra. Foi escrita no contexto de debates em que se tentava, sobretudo, descobrir a autoria da crítica e polémica obra. O autor justifica sua afirmação de que a carta integra a obra:

[...] já porque escrita no rescaldo da polémica que esta obra provocou em meados do século, já porque na verdade se filia na mesma

orientação crítica que o tornou célebre na história da cultura portuguesa. (DE ANDRADE, 1958, p. 03).

A opção por utilizar a edição de Salgado Júnior, apesar de haver o acesso à edição *fac simili* da 2ª edição digitalizada e que está depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa, deve-se à contribuição de Salgado Júnior com introduções a cada volume, notas e comentários, que possibilitam um diálogo com parte da historiografia produzida sobre o autor e sua obra.

Além disso, foi feita na quarta edição a atualização do vocabulário e ortografia, o que facilita a leitura da fonte, sem, contudo, alterar seu significado ou o estilo de Verney. Salgado Júnior enfatiza que seu interesse em organizar essa obra é o que usualmente se colocava em segundo lugar: compreender o sistema de ideias de Verney.

Assim, o que temos em vista é precisamente organizar a edição capaz de permitir o entendimento desse sistema de ideias, dando ao texto a maior clareza possível, quer actualizando-o, quer dispondo-o, quer anotando-o. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1, p. XIV).

Nas edições primitivas cada uma das dezesseis cartas conta com um sumário que as precede e que descreve de modo resumido o conteúdo abordado por Verney (ANEXO C). Salgado Júnior resumiu e adaptou os sumários, mas sempre que necessário remeteremos aos originais a fim de compreender como Verney estruturou sua obra. O conteúdo de seu manifesto pedagógico está assim organizado:

Carta I – Gramática e ortografia da língua portuguesa

Carta II – Gramática Latina

Carta III - Latinidade

Carta IV – Grego e Hebraico

Carta V - Retórica

Carta VI – Continua o estudo da Retórica

Carta VII - Poética

Carta VIII – Filosofia; Lógica

Carta IX - Metafísica

Carta X - Física

Carta XI - Ética

Carta XII - Medicina

Carta XIII - Jurisprudência

Carta XIV - Teologia

Carta XV – Direito Canônico

Carta XVI – Observações várias (sobre a organização prática dos estudos e sobre a educação das mulheres)

Podemos destacar que cada área do conhecimento reconhecida pela ciência moderna até o século XVIII se fazia presente nas temáticas abordadas nas cartas. Além disso, cada uma das áreas se fazia presente nas escolas portuguesas. Em cada uma delas, propõe-se reformar especialmente o seu ensino, por essa razão, denomina o conjunto de suas cartas como um método novo e verdadeiro de organizar os estudos. Além disso, dedica a última carta especialmente à organização prática dos estudos, além de incluir um apêndice no qual fazia a defesa da educação das mulheres.

Agrupamos as cartas para apresentá-las e analisá-las de acordo com sua integração a cada plano de reformas proposto: a reforma das escolas baixas, das escolas de Filosofia e das universidades.

Verney apresenta primeiro em suas cartas a proposta para os estudos linguísticos (Gramática e Ortografia da Língua Portuguesa, Gramática Latina, Latinidades, Grego e Hebraico); depois para os estudos da Retórica, que completariam a sua proposta de reforma das escolas baixas. Apesar de afirmar que com as duas cartas de Retórica, a quinta e a sexta, finalizaria seu programa de reformas nas escolas baixas, podemos incluir nesse programa a sétima carta, que versa sobre a Poética. Isso, pois nos colégios, e, sobretudo naqueles dirigidos pelos padres inacianos, havia a forte presença do ensino e composição de Poesias, que Verney considera um saber que ocuparia a mente dos estudantes excessivamente, e somente deveria ser ensinada em classes

separadas e para aqueles que, além de aptidão, quisessem se dedicar aos seus estudos. (VERNEY, 1949, v. 1).

Seu programa de reformas para as escolas baixas pode ser assim visualizados a partir de suas cartas:



Após a apresentação de seu plano de reforma dos estudos iniciais, Verney defendia a necessidade de reformar os estudos filosóficos (Cartas de Lógica, Metafísica, Física e Ética). A importância dessas cartas consiste na ideia presente na obra de Verney de que anterior à reforma dos métodos de ensino era necessário reformar a própria cultura portuguesa. Além disso, os estudos filosóficos eram os estudos preparatórios para o ensino superior. Assim, com esses estudos filosóficos “[...] fica concluída a revisão daquele grau de ensino que tinha em mira a cultura geral em todos os seus três aspectos essenciais ao tempo: linguístico, literário e filosófico.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, v. 3, p. VII).



Por fim, ele apresenta a proposta de renovação dos métodos nos estudos da universidade portuguesa em suas quatro

Faculdades: Medicina, Direito (Jurisprudência), Teologia e Direito Canônico.



Após seu último plano de reformas, Verney dedicou a última carta (XVI) a uma síntese sobre a organização dos estudos, com o foco em sua organização prática e na qual se destaca a defesa da educação da mulher.

Suas cartas seguem uma estrutura geral, composta por uma introdução, onde conceitua cada área, ressalta a sua importância e dá notícia do seu histórico. Outro ponto em comum ao apresentar a evolução histórica de cada uma das áreas a serem reformadas é o enaltecimento da antiguidade clássica, da cultura e sociedade dos gregos e romanos, a quem atribuía uma superioridade cultural a ser imitada. Sua defesa da Cronologia e da História como estudos auxiliares, nesse sentido, contribuiriam para que o passado servisse de molde ao presente, como exemplo a ser seguido. Todavia, sempre apresenta a cautela com que os antigos devem ser lidos. Sua preocupação era romper com o argumento da autoridade, em uma época em que se defendia ainda a autoridade do argumento.

Ainda nesse mesmo sentido, em sua apresentação cronológica e histórica Verney critica em mais de uma carta o período que vai da queda do Império Romano (473 d.C.) até o século XVI. O período medieval é para ele, assim como para os iluministas em geral, um período de sombras em relação ao conhecimento, como por exemplo, afirma em sua carta de Física. (VERNEY, 1950b, p. 213). Mas não somente. Ele se refere, por exemplo, aos séculos XVI e XVII como

séculos da ignorância, por considerar um momento de inexistência de método. Para os iluministas do século XVIII o século XVII foi um momento de crise, e o século XVIII seria a reconciliação em relação à cisão moderna entre o método cartesiano e o empirismo.

Também enfatiza no conjunto da obra a necessidade de reformar o modo de ensinar, a fim de torná-lo útil. Essa é uma palavra e defesa que se repetem incontáveis vezes ao longo de suas dezesseis epístolas. Reconhece também a dificuldade com que os antigos, em qualquer época, recebem os novos conhecimentos e métodos. Mas é em sua carta dedicada aos estudos da Física, considerada por ele parte importante da Filosofia, que Verney apresenta a questão da disputa entre *antigos* e *modernos*, posicionando-se ao lado dos argumentos dos modernos, especialmente em sua crítica aos Peripatéticos. (VERNEY, 1950b, v. 3). Mesmo em outras épocas e entre povos que considera superiores culturalmente, por exemplo, os romanos, “houve dificuldade em se receberem costumes novos, ainda que fossem úteis.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 29).

Antes de analisarmos cada uma das cartas a fim de atingir nosso propósito maior, que é o de analisar o projeto modernizador de Verney por meio de sua proposta de reforma dos estudos em Portugal, procederemos à análise do título da obra a fim de debater os principais interlocutores diretos e indiretos de Verney, nominados ou não por ele em suas epístolas.

2.2 Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: análise do título da obra

[...] jurar determinada doutrina é o primeiro impedimento para toda a sorte de estudos (Luís António Verney)

[...] nunca abrace uma coisa porque to dizem, mas porque a razão to persuade (Luís António Verney)

O título da obra que aparece na folha de rosto da primeira edição indica de início o objetivo de Verney com suas cartas (ANEXO B). Analisar cada uma das palavras que compõem o título, bem como a relação entre elas e ainda a relação do título como um todo e o contexto, dimensiona o quadro que compunha o pensamento no século XVIII e os interlocutores diretos e indiretos do pensador iluminista.

Verney reconhecia diretamente a importância para a Filosofia Moderna, especialmente no processo de emancipação do homem, dos estudos realizados por Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Francis Bacon (1561-1626) e Isaac Newton (1642-1727). Dialogava com outros autores, a maioria sem citar diretamente, o que dificulta a análise de algumas considerações. Com o intuito de embasar a análise de seu plano de reformas, destacaremos as contribuições daqueles que são considerados pelo próprio Verney como os principais nomes da Filosofia Moderna na introdução da sua oitava carta, que versa sobre a proposta de renovação do método de estudo da Filosofia em Portugal.

Em primeiro lugar, por que *verdadeiro*? A ciência moderna se fundou no princípio da verdade, que tem em René Descartes e Francis Bacon duas das matrizes do pensamento moderno. A modernidade se caracteriza pela busca da verdade científica. A concepção de verdade a ser analisada se circunscreve ao contexto específico da formação da opinião pública em Portugal ao longo do século XVIII, mas se constitui em importante base de análise relacioná-la ao contexto moderno.

Com seu *Cogito Ergo Sum* (Penso, logo existo), Descartes acreditava ter encontrado, a partir da dúvida metódica, que implica na aplicação do preceito da evidência, preparado previamente pelos preceitos da análise, da síntese e da enumeração, a única verdade, pautada fortemente na subjetividade. O caminho de seu método é descrito passo a passo em sua obra mais conhecida, **Discurso sobre o Método**, de 1637, especificamente na segunda parte:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção [...]. O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1999, p. 49-50)

A questão central no discurso da modernidade reside no fato da centralidade no sujeito:

Com Descartes a modernidade descobre o sujeito, enquanto constituído de duas realidades distintas: o *ego* ou *res cogitans* e a *res extensa*. A verdade primeira e fundamental para Descartes é a existência do pensamento: “penso, logo sou”. Enquanto um ser de pensamento, o homem reconhece sua existência. (MARTINAZZO, 2004, p. 02).

Para a educação, tal centralidade no sujeito a partir da filosofia moderna contribuiu para a consolidação de um discurso pedagógico centrado no indivíduo, no primado da razão humana. (BOTO, 1996).

Contudo, tal centralidade no indivíduo se manifesta de modo contraditório:

As eclosões de subjectividade se vêem estigmatizadas pelo saber objectivo das ciências da natureza. Persistia uma contradição interna. A razão, dona do mundo como se supunha, ao procurar se impor, quis igualmente obstruir a passagem da subjectividade, com a qual se dera muito bem. (PORTELLA, 2007, p. 27).

Se o momento do renascimento, principalmente com o movimento humanista, foi a primeira manifestação da

individualidade centrada na razão, foi somente a partir das transformações que marcam os séculos XVI, XVII e XVIII que a centralidade no sujeito se consolidou, especialmente após o cisma cristão do Ocidente, o pensamento Iluminista e a tomada do poder político pela burguesia na França em 1789. (SANTOS, 1999).

No século XVIII a concepção de verdade deixa de ser um debate teórico para tornar-se uma questão prática. Isso pode ser percebido a partir dos esforços de grupos de intelectuais na construção de uma opinião pública, no intuito de fazer com que suas teorias se tornassem defendidas por um maior número de pessoas esclarecidas, e, por fim alcançassem o poder político para que se concretizassem. Partilhamos da concepção de Marilena Chauí (1989) em sua análise sobre o conceito de verdade entre os intelectuais do século XVIII. Para a autora, caberia aos filósofos iluministas propagar suas ideias e torná-las aplicáveis. Para tanto, era necessário formar a opinião pública. Nesse aspecto, o debate que se trava é ideológico. (CHAUÍ, 1989). Há uma luta ideológica pelo lugar conferido à verdade no seio da opinião entre os homens letrados, com o intuito de universalizar a particularidade de seu método.

[...] a particularidade constitutiva da opinião, elevada à condição de verdade pelos grupos em luta, rouba-lhe sua marca fazendo-a submergir na marca da verdade, isto é, na pretensão à unidade e à universalidade (CHAUÍ, 1989, p. 16).

Por esta razão, no intuito de exemplificar esse conceito de verdade na proposta de modernização do reino português de Verney, será analisado neste texto o debate travado entre Verney e os jesuítas em Portugal a partir dos panfletos com respostas ao método de Verney e que sucederam a publicação da sua obra. Essa alteração expressa a disputa para que sua verdade chegasse ao poder e, assim, tornasse-se oficial via reformas promovidas pelo Estado.

Ao longo das reformas de Pombal, por exemplo, a opinião rumou da qualidade de pública para a de oficial. Interessante o papel exercido pelo filósofo no século XVIII. Para os iluministas, o

intelectual deveria ser atuante. Todavia, há um paradoxo na concepção iluminista de aplicabilidade da teoria, pois:

Da mesma forma que o filósofo põe em risco a verdade e sua vida ao ingressar no domínio da política, o homem de ação está o tempo todo saindo de suas fronteiras e indo buscar socorro numa verdade de cunho filosófico ou religioso para sustentar sua prática. (CHAUÍ, 1989, p. 18).

Assumir uma aberta defesa de uma verdade também era algo feito com cautela, especialmente em Portugal, com o Tribunal do Santo Ofício, e por aqueles, que como Verney, ocupavam um cargo administrativo eclesiástico.

Em longa carta enviada a um *amigo do coração*, em 01 de janeiro 1753, já no auge da polêmica, Verney nega a autoria do VME e pede ao amigo que não mostre ou mencione suas ideias a ninguém em Portugal³⁴: “Como não li o Verdadeiro Método, não posso saber que folhas citas, nem que autor desejas, nem aqui me consta que o aja.” (VERNEY, 1753, p. 41).

Adiante, adverte o amigo:

Tenho-te escrito com muita clareza e não me alargaria tanto com outro, e nem tanto, nem menos, porque eu para esse reino não escrevo senão o que se possa ler. Acauteló-me com todos por diversas razões, que todas conspiram ao fim de viver quieto porque conheço muito bem o génio dos nossos naturais. (VERNEY, 1753, p. 59).

No que se refere ao método, segunda palavra que compõe o longo título da obra, a partir de Descartes e Bacon, ele seria o

³⁴ Esta carta faz parte do conjunto de cartas de Verney escritas em italiano a destinatários até agora não identificados com segurança, e que foram publicadas pela primeira vez por Cabral de Moncada em 1941, e recentemente traduzidas e publicadas sob o título de **Cartas Italianas** por Ana Curado e Manuel Curado (2008). Sobre os possíveis destinatários das cartas temos notícia na biografia de Verney escrita por António Alberto de Andrade (1966) e prefácio das cartas feitas por Ana Curado e Manuel Curado (2008).

caminho seguro a ser seguido por todo aquele que investiga algum fenômeno para se chegar a uma verdade:

Temos que reconhecer que a ciência moderna desenvolveu grandes formulações acerca do real, o que permitiu um grande poder de controle sobre os fatos da natureza. Suas metodologias bem constituídas, principalmente seus métodos quantitativos bem definidos, permitiram a descrição de muitos fenômenos através de uma linguagem matemática e forneceram ao cientista caminhos seguros para sua tarefa de pesquisar. (FERREIRA; CALVOSO; GONZALES, 2002, p. 01).

Falar da revolução científica na modernidade não é possível sem mencionar Galileu Galilei. Na carta oitava que versa sobre os estudos de Filosofia Moderna, Verney o coloca entre aqueles que revolucionaram o conhecimento. (VERNEY, 1950b, vol. 3). Seus estudos sobre o peso dos corpos e centro de gravidade de sólidos foram responsáveis por sua nomeação em 1589 como catedrático de matemática da Universidade de Pisa, cidade onde nasceu. Foi também o inventor do telescópio, e, a partir do uso científico desse aparelho observou cuidadosamente o céu, a fim de descobrir fenômenos e astros ocultos à olho nu, e até então não estudados por essa razão. Em 1610 publicou sua obra *Sidereus nuntius*, por meio da qual revelou descobertas nas quais se constituíram como as mais significativas até aquele momento:

O *Sidereus nuntius*, de Galileu, provocou grande impacto. De um lado, admiração por parte do público culto, de outro lado, ásperas críticas de filósofos e astrônomos que acusavam o cientista de fraudar o conhecimento por meio de seu instrumento. (GIOIA, 2000, p. 183).

Galileu publicou sua principal obra em italiano e não em latim. O mesmo ocorreu posteriormente com a principal obra de Descartes, que publicou na língua do povo, o francês. Verney também escreveu seu manifesto em português, mas seus compêndios, ainda sem tradução para o português, foram escritos naquela que era

considerada até o século XVIII a língua dos estudos, o que dificulta um estudo mais aprofundado de suas obras completas.

Ao imprimir um livro em língua vulgar, os intelectuais almejavam atingir a um público maior e divulgar amplamente suas descobertas, sem restringi-las aos filósofos e astrônomos. Essa é uma marca do início dos Tempos Modernos, e que se consolidou no século XVIII: a difusão do conhecimento científico ao maior número possível de pessoas³⁵. No caso do século XVIII, esperavam convencer especialmente àqueles que poderiam executar as suas propostas: os políticos.

Quando Galileu Galilei passou a ser acusado de ser contrário às ideias da Igreja, e temendo ser punido pela Inquisição, defendeu a separação entre fé e ciência. Sua oposição se daria, segundo ele defendia, ao pensamento filosófico, não aos dogmas da igreja. Sempre tentou uma posição conciliadora com a Igreja, característica do próprio renascimento e seus representantes. Para Gilberto Alves (1993), a ambiguidade marca o pensamento humanista e iluminista, especialmente no que se refere ao cuidado do pensamento burguês em se opor à Igreja Católica. (ALVES, 1993). Verney afirma que essa associação do ateísmo à Filosofia Moderna era uma das razões que levava Portugal ao atraso cultural em relação às nações mais cultas da Europa. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 8).

Galileu Galilei, enquanto expoente da ciência moderna tem a marca em seu pensamento de dois aspectos que caracterizam a forma de pensar do período. O primeiro é a “destruição da idéia de cosmo, que deixa de fazer parte das noções científicas.” (GIOIA, 2000, p. 186). O segundo é a “geometrização do espaço ou a substituição do espaço cósmico qualitativamente diferenciado e

³⁵ Um exemplo do uso desse método pedagógico pode ser encontrado entre os reformadores, sobretudo em Martinho Lutero. Lutero e o protestantismo já haviam lançado mão da leitura da Bíblia na língua alemã, como um método pedagógico de acessibilidade ao conteúdo do livro sagrado. Assim, trocar o latim pelo português no ensino seria a aplicação do que já havia sido feito, mas que constituía uma novidade na organização das escolas portuguesas, ainda baseadas no humanismo clássico dos colégios jesuíticos.

concreto, pelo espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana.” (GIOIA, 2000, p. 186).

A matematização é um dos aspectos metodológicos fundantes do pensamento de Galileu Galilei. Além disso, defendia a observação e a experimentação na construção do conhecimento, consideradas requisitos para a construção da própria ciência. Essa construção se daria a partir de conceitos matemáticos, de um sistema. Verney defende que não é possível ser um bom Filósofo sem conhecer a Matemática, e destaca que os principais nomes da Filosofia moderna eram também renomados matemáticos. Sem a matemática, não era possível conhecer a natureza do Corpo e do Espírito. Para ele, quem separa a Física e a Matemática “[...] contraria a boa razão também dos antigos Filósofos, entre os quais Matemático e Físico significava o mesmo [...]” (VERNEY, 1950b, p. 213). Ao apresentar os exemplos mais significativos dessa junção, afirma que

A Física não recebeu aumento senão depois que a começaram tratar os Matemáticos. Galileu, Cartésio, Gassendo, Hobbes, os dois Pascoais, O P. Merseno, Borelli, Torricelli, e outros grandes Filósofos, que nos princípios do século passado reestabeleceram a Física, foram os maiores Matemáticos do seu tempo, e a alguns deles devemos o aumento da Geometria e Álgebra. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 216).

No tocante ao método pedagógico, um dos principais interlocutores de Verney foi John Locke (1632-1704). Em relação à Filosofia de Locke, Verney adota os princípios basilares da crítica do conhecimento. No que diz respeito ao aspecto filosófico, há uma adesão submissa por parte de Verney. Mas no tocante ao aspecto pedagógico, mantém certa independência de Locke. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3). No caso específico da educação, vemos em Locke a refutação do inatismo cartesiano, e que levou à defesa de que as crianças são como *tabulas rasas*, ou seja, suas mentes seriam um papel em branco a ser preenchido ao longo de suas vidas a partir da experiência. Além disso, reverencia “os maravilhosos

progressos das ciências físicas e matemáticas, na orientação de Newton.” (DE ANDRADE, 1958, p. 04)³⁶.

Pode-se perceber no tocante ao método em Verney essa aproximação do empirismo inglês de Locke. Como isso pode ser explicado? Temos duas hipóteses. Primeiro, o fato de naquele contexto, a Inglaterra ser a nação mais desenvolvida economicamente, e, ao buscar reconstruir o passado glorioso de Portugal, Verney era adepto das ideias vindas da nação mais rica no século XVIII. Mas uma segunda hipótese é a importância das ideias de Locke em um contexto em que a Europa Ocidental acreditava estar vivenciando uma crise cultural. John Locke era admirado por Verney, pois era considerado o pensamento de conciliação da própria ciência, entre racionalismo e empirismo, no limiar do século XVIII, sobretudo com sua obra **Ensaio sobre o Entendimento Humano** e em **Alguns Pensamentos Sobre Educação**.

A História cultural consagrou a palavra crise para designar o espírito que se iniciou no século XVII e se estendeu até o século XVIII (crise de consciência, crise mental, crise cultural...). Não é fácil defini-la nem a datar. Todavia, podemos afirmar que as certezas seculares, advindas de um longo processo de laicização e racionalização pelo qual passou o pensamento humano nos séculos XVI e XVII, revelaram-se insuficientes aos homens do século XVIII no intuito de compreender a existência e a natureza humanas.

Indícios dessa crise apareceram ainda no Renascimento, pois foi o momento no qual as primeiras certezas tradicionais foram abaladas. A descoberta do passado clássico foi desconcertante, pois o homem no ocidente europeu percebeu que havia um passado grandioso em termos de elaboração de pensamento racional, e ainda que não era “o único homem que tinha existido até então.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. XI).

³⁶ É frequente a associação de Verney como adepto do experimentalismo newtoniano nas obras consultadas. Assim, Isaac Newton constitui importante interlocutor indireto de Verney. Tal influência é mencionada no sentido da ênfase ao experimentalismo, à observação e à experiência, filiação admitida pelo próprio barbadinho. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Com os descobrimentos, os europeus encontraram mais que terras: também tomaram consciência de que na sua mesma época viviam outros homens com valores distintos e diferentes maneiras de existir.

Um fator para pensar tal crise é, por exemplo, o desenvolvimento da Astronomia, das teorias sobre o movimento dos astros, a partir da observação. A partir dessas novas teorias o homem passou a se questionar se a Terra seria única no universo, e se seria o centro do mundo. Esse percurso dos séculos XVI ao XVII pode ser compreendido como a “marcha da humilhação do homem.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. XIII). A defesa da centralidade do indivíduo, o antropocentrismo renascentista, nada mais era que desespero por perceber o contrário.

A saída para a superação da crise se deu pela reafirmação das forças morais. A única certeza era a da crise. Assim, o homem buscou saídas para esses problemas nas forças morais, pois, quando já não existia confiança nas ideias, essas soluções foram buscadas nas fontes práticas. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3). Essa informação é fundamental na compreensão da proposta de Verney, e no motivo pelo qual ele estava mais preocupado em renovar os métodos que propriamente os conteúdos, a fim de que o ensino se tornasse mais simples, rápido e útil.

Para encontrar uma saída para a crise, não eram mais suficientes as explicações dos “[...] quadros tradicionais da filosofia oficializada, dessa que contou com o homem único, na existência única possível, entronizado o Astro Soberano do Universo rodeante.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. XV).

O método moderno nasceu a partir da investigação das ciências naturais, pois o homem percebeu-se tão subalterno às forças que regiam o mundo quanto a natureza, e adquiriu a consciência de que não era mais o centro desse mundo. Assim, pensava que ao desvendar a natureza poderia desvendar a si próprio. Esse foi o primeiro esforço para encontrar uma saída para a crise. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

Além disso, a nova geografia possibilitou ampliar a observação, como as correntes marítimas, a fauna e a flora do Novo Mundo, as novas drogas. As descrições de viagem contribuíram para noticiar essas descobertas.

Começaram a surgir questões relativas à interação do homem com a natureza. Especialmente sobre o direito da guerra e o direito da paz. Haveria um direito natural a ser expansível aos outros direitos? Juristas responderam que sim. Uns justificando a tirania, outros defendendo a aliança entre direitos e normas morais. Verney se encontra no segundo grupo.

Até no recurso das respostas de natureza religiosa o homem andou inquieto, pois a Teologia se aproximava da Filosofia, que era sistematicamente criticada. Nesse âmbito religioso, também surgiram muitas soluções, mas duas foram mais radicais: uma que propunha romper com a fé tradicional e defendia uma religião natural; outra, que salvava a fé defendendo sua desvinculação com a especulação racional. Entre esses dois extremos, havia aqueles que buscavam uma aliança. Verney estava entre eles. Mas onde encontrar a justificação para esse novo sistema? Verney se interessou, por exemplo, pela Medicina, pois, para ele, essa área fazia parte da renovação dos métodos uma vez que o corpo humano passou a ser considerado passível de ser estudado, como qualquer outro corpo, a partir da teoria da mecânica dos corpos de Newton. O corpo humano era dirigido por sistemas mecânicos que regiam todos os outros corpos. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

Os estudos de mecânica sólida e fluida possibilitaram a elaboração de um primeiro grande sistema: subordinar os corpos a uma ordem abstrata, leis imateriais, explicadas de modo racional. Esse sistema apareceu sob Descartes. Trazia fundamentos de uma nova lógica, uma nova metafísica, uma nova física, uma nova moral e até mesmo uma psicologia. Expunha traços de concordância com a fé, o que demonstra uma tentativa de reconciliação entre fé e razão. Todavia, quando o homem encontrava respostas e se distanciava do ceticismo viria a segunda matriz da ciência moderna com Bacon, que defendia o uso da razão, mas não sua primazia,

tampouco subordinada a um sistema, mas sim, subordinada aos limites da experiência. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

Tal dissidência foi fecunda no domínio da investigação natural. A crise subsistia nesse período em fase aguda: “por um lado, na afirmação de um mundo racional; por outro lado, na desconfiança das possibilidades dum conhecimento sistemático desse mundo.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. XXIV). O homem aprendeu a confiar em sua existência: “ou porque pensava ou porque sentia.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. XXIV).

Nesse contexto de embate entre racionalismo e empirismo surgiu o homem necessário para aquietar tal crise: John Locke. Era admirado por Verney, pois era considerado o pensamento de conciliação da própria ciência no limiar do século XVIII. A obra versava sobre aquilo que o pensamento moderno necessitava, em especial no tocante ao problema do conhecimento. Teve grande repercussão, e o impacto de seu pensamento pode ser verificado a partir do grande número de edições independentes e de sua difusão, bem como as referências feitas por grandes pensadores.

Verney considera, como os iluministas, a importância dos autores modernos, especialmente no que se refere a uma evolução e progresso dos estudos. O pensamento de Verney é catalogado por muitos autores como eclético, e sua obra é assinalada, no que diz respeito ao aspecto filosófico, a uma “crítica à filosofia peripatética até então vigente, pelo conhecimento de Descartes, apego a Bacon e filiação em Locke [...]” (DE CARVALHO, 2008, p. 601). Podemos perceber essa aproximação com as ideias de Locke sobretudo nas cartas de Filosofia. Na carta oitava, ao apresentar seu plano de estudos para uma Lógica Moderna, Verney toma como ponto de partida os três primeiros livros do Ensaio Sobre o Entendimento Humano. A concepção de Lógica que apresenta é aquela apresentada na obra de Locke. Na carta décima, também indica aproximação com as ideias de Locke ao afirmar que: “Este é o sistema moderno: não ter sistema; e só assim é que se tem descoberto alguma verdade.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 202-203).

No caso de Verney, podemos afirmar que “De Descartes era grande admirador, mas muito mais de Bacon e, sobretudo de Locke, com quem concorda na questão capital da origem das ideias”. (MENÉNDEZ PELAYO, 1968, p. 191)³⁷. A partir da leitura do conjunto da obra, especialmente as cartas que versam sobre as reformas das Escolas de Filosofia, percebemos que, apesar de reconhecer a importância de Descartes para o pensamento moderno, e de que ele próprio defendia o uso da razão, afirma categoricamente em sua carta oitava: “Eu certamente não sou Cartesiano.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 14). Percebemos na sequência, em sua carta décima, sua posição, assumindo-se Newtoniano, e filiado à crença na experiência sensível. Afirma sobre Newton que “este é o método que hoje corre entre os doutos.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 201).

Em relação ao método, não há como entender a proposta de Verney sem considerar o problema que os filósofos do seu século enfrentaram. Ele se refere, sobretudo, a uma crise na crença nos sistemas explicativos. O centro de seu sistema filosófico-cultural se encontra nas cartas que destinou aos estudos filosóficos (Cartas VIII-XI).

Para Verney o cartesianismo era mais engenhoso que verdadeiro. Ao afirmar que o verdadeiro sistema moderno é não ter sistema, não recusa o método e o uso da razão, mas sim a existência de um sistema de hipóteses fundamentais. Para ele, o racionalismo de Descartes, por admitir tais hipóteses fundamentais, era uma espécie de nova escolástica. Mas reconhece que o sistema proposto por Descartes “abriu a porta à reforma dos estudos.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 14). Considera ainda “que Descartes foi o primeiro que fez um sistema ou inventou hipótese para explicar todos os fenômenos naturais e, por este princípio

³⁷ “De Descartes era grande admirador, pero mucho más de Bacon, y sobre todo de Locke, con quien está acorde en la cuestión capital del origen de las ideas.” (Tradução Livre).

abriu a porta aos outros para a reforma das Ciências.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p.15).

Mas ponderava que era preciso avançar quanto à origem das ideias a partir do valor da experiência sensível, não do inatismo. Ao combater a origem das ideias como inatas, exemplifica:

Um menino não profere senão as palavras que ouve; só entende e fala daquilo que lhe têm dito ou visto, o que mostra claramente que não tem outros conhecimentos senão os que entram pelos sentidos. Os que defendem ideias inatas, que mostrem alguma que não entre pelos sentidos, ou não se deduza das ideias que entraram por eles. [...] São, pois, os sentidos as principais portas pelas quais entram as ideias na alma. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 82-83).

Ao falar de Descartes, Verney subalterniza Bacon e Galileu, mas não despreza a importância desses autores. Para ele, “ninguém mais deu tanta luz à Física, quanta Francisco Bacon de Verulâmio.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 31). Além disso, na carta onde apresenta seu plano de uma Lógica Moderna, Verney se aproxima de algumas considerações de Bacon, sobretudo discorre sobre a Teoria do Raciocínio e do Discurso. Apresenta certa dependência da teoria dos ídolos de Bacon (1999), quando apresenta as causas do erro. Apesar da aproximação com a teoria dos ídolos (da tribo, da caverna, do foro e do teatro), fazendo uma adaptação das causas do erro apresentadas por Bacon em seu *Novum Organum*.

O grande nome conciliador do problema da questão do método, e que estava em voga quando Verney escreveu, foi o do inglês John Locke. Autores como Salgado Júnior (1952b, vol. 3) e De Andrade (1966) indicam que Verney possuía grande admiração por suas ideias. Mas a única menção direta que encontramos a Locke nas cartas de Verney – e aqui podemos talvez ter deixado passar outra menção – é uma crítica. Ao elencar os autores pouco recomendados para o ensino de Ética, adverte que a leitura da obra do inglês, de Maquiavel e de Hobbes: “não servem senão para homens feitos e bem fundados nos princípios da Religião Católica,

que os podem ler sem perigo e deles tirar o que é útil.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 298).

Salgado Júnior defende a tese de que Verney, apesar de seguir passo-a-passo os livros do Ensaio de Locke, teve que adotar a cautela em relação ao autor. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3). Ou ainda: “Provavelmente Luis Antônio Verney temesse recomendar um autor tão antidogmático como o filósofo inglês, que tivera participação definitiva numa revolução democrática e francamente burguesa.” (TEIXEIRA, 1997, p.114).

Ao considerar o pensamento de Locke como prejudicial à mocidade portuguesa, provavelmente Verney fez sua crítica “como estratégia de burlar a censura.” (TEIXEIRA, 1997, p. 114). Ao responder ao questionamento sobre qual espécie de relação poderia existir entre Locke e “escritores tipicamente peninsulares como Luis António Verney”, Teixeira afirma que “Os fatos que os unem são, de fato, muito tênues e periféricos, pois ambos os portugueses possuíam, no mesmo grau, um inabalável compromisso com o catolicismo e com a monarquia absolutista.” (TEIXEIRA, 1997, p. 114). Isso caracteriza a visão de Teixeira sobre a dependência do iluminismo português em relação aos modelos francês ou nesse caso, inglês. Mas reconhece que o VME é um livro complexo para ser analisado em poucas linhas. Apresenta em seu estudo alguns pontos em comum dos autores em questão. O que indica como maior dependência das ideias de Locke se refere ao seu plano de estudos de uma Lógica Moderna, já indicada por Salgado Júnior (1950b, vol. 3), que reproduz nas notas de rodapé os trechos da obra de Locke a fim de mostrar em que medida o pensamento de Verney sobre Lógica depende do sistema lockeano.

A principal crítica que recaiu sobre o anônimo barbadinho da Itália nos folhetos que sucederam a polêmica foi a acusação de que a obra era um plágio de autores modernos. Devemos atentar, todavia, que os critérios de originalidade do século XVIII não eram os mesmos que os nossos, além disso, pode ter se constituído como estratégia para driblar a censura. (TEIXEIRA, 1997). Mas em um momento no qual prevalecia o argumento da autoridade, citar

distintos autores para corroborar suas afirmações consistia em uma afronta à tradição e gerou um intenso debate.

Mas seria seu método novo? Há críticas no sentido oposto:

Como literato curioso e amante da novidade, aberto a todo vento de doutrina e amigo do **novo pelo novo**, e não por ser verdadeiro ou bom, Verney aceitou sem discussão por dogmas de eterna verdade quantas opiniões propalavam os modernos ou neotéricos, e caiu, como Genovesi e Condilacc, em mil calafrios contra Peripato e Aristóteles e o silogismo. Mas, como era espírito mais retórico que filosófico, inesgotável de palavras mais que firme de ideias, se manteve em geral em uma espécie de sincretismo elegante, que nem a ecletismo chegava³⁸. (MENÉNDEZ PELAYO, 1968, p. 190-191, grifos nossos).

Ainda que não constituísse um método novo, o mérito da obra de Verney consiste em dialogar com esses autores a fim de renovar os métodos de estudo no reino português. Revela também o considerável esforço de Verney para atualizar a ciência em Portugal no século XVIII, e de ver sua proposta adotada pelo Estado português. (TEIXEIRA, 1997).

Por que a preocupação com os estudos? A educação, especialmente a educação formal, adquiriu novo significado após o final do feudalismo na Europa. No momento do nascimento da sociedade moderna, a educação passou a ser um valor que diferenciaria os indivíduos na sociedade. Não mais pelo nascimento, mas pela posição que ocuparia na sociedade, sobretudo no mundo do trabalho, o valor social do indivíduo seria mensurado. Verney dedica parte significativa em sua carta de Ética

³⁸ Como literato curioso y amante de la novedad, abierto a todo viento de doctrina y amigo de **lo nuevo por nuevo** y no por verdadero ni por bueno, Verney aceptó sin discusión por dogmas de eterna verdad cuantas opiniones propalaban los modernos o neotéricos, y cayó, como Genovesi y Condillac, en mil frialdades contra el Peripato y Aristóteles y el silogismo. Pero, como era espíritu más retórico que filosófico, inagotable de palabras más que firme de ideas, se mantuvo por lo general en una especie de sincretismo elegante, que ni a eclecticismo llegaba (Tradução livre).

a discutir a origem da nobreza, e considera que o que confere nobreza ao sujeito não é o título, mas a educação recebida. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

No século XVIII ainda não era unânime a defesa da educação para o povo. Os iluministas se dividiam e debatiam no contexto no qual Verney escreveu sua obra se o povo deveria ser educado pelo Estado. Mas com o clima de curiosidade intelectual e a busca por um padrão moderno de urbanidade e civilidade levaram a elite a desenvolver no final do século XVII novas formas de convívio e, portanto, de aprendizagem. (ARAÚJO, 2003, p. 23). Além disso, no final do século XVII

[...] começava então a ganhar corpo a convicção de que o modelo de racionalidade técnico-científica do presente superava a herança dos antigos e que só por meio da crítica os modernos se libertariam da servil imitação do passado. (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Assim, mesmo ao defender um ensino universal e o direito das mulheres à educação, Verney não defendia um ensino para o povo. Esse sentido de educação para todos provida pelo Estado somente surgiria após a Revolução Francesa de 1789, com a organização da escola pública, estatal e laica. (PETITAT, 1994). Verney estava preocupado em formar os quadros administrativos do Estado, e a educação das mulheres visava sua atuação apenas no ambiente familiar, na formação inicial dos futuros homens virtuosos, tanto no âmbito civil quanto no âmbito particular.

Há ainda que se destacar que o centro das tendências filosóficas no século XVIII era o problema dos métodos de estudo. Quanto mais se descobria, mais o homem se deparava com coisas por descobrir. As metodologias tradicionais já não bastavam para os estudos. Dessa maneira, seriam necessários novos métodos que fossem apropriados tanto na esfera da pesquisa quanto da mensuração. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

Em Portugal o problema dos métodos de estudos foi explanado por Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), um engenheiro, e por D.

Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), 4º Conde de Ericeira, ambos membros da Academia Portuguesa. Mas foi o VME de Verney que adquiriu o valor de manifesto das Luzes em Portugal. O método dos modernos não era consensual, e se dividiam em racionalistas e empiristas. Portugal acompanhou o debate entre a razão e a experiência, mas nem sempre “se traduziu num alinhamento explícito de posição filosófica.” (ARAÚJO, 2003, p. 29).

Também a necessidade de uma educação moral urgia, pois, à medida que havia um alargamento do horizonte em decorrência de novas pesquisas, um aspecto se apresentava como mais urgente, e que a investigação da natureza não explicava: o comportamento humano. (SALGADO JÚNIOR, 1952a, vol. 4). A distinção de um homem na sociedade passa a ser mensurada não mais pelo seu título ou cargo, mas pela educação. Para Verney, reformar os estudos em Portugal era reformar a própria cultura, fator que levaria à sua modernização.

Assim, a preocupação, não só de Verney, em reformar os métodos de estudos estava intrinsecamente relacionada à necessidade de educar moralmente os homens para viver em uma sociedade que se apresentava em reorganização: era o capitalismo atingindo a sua fase industrial na Inglaterra e na França, e que exigia novos comportamentos, tanto no mundo do trabalho quanto no convívio social. Dessa maneira, a defesa da educação visava um saber mais prático, menos contemplativo, uma formação que fosse útil àquela sociedade em consolidação.

Dando sequência à análise do título, nesse ponto se pode avançar para outro relevante aspecto para a compreensão do propósito da obra de Verney: por que a preocupação em ser útil à Igreja? É necessário expandir a compreensão para além do pertencimento de Verney a uma congregação religiosa católica, e considerar a expressividade do catolicismo em Portugal, bem como o poder institucional da Igreja Católica nos países ibéricos e na Itália.

As descobertas da ciência, em especial na Física e na Astronomia, foram recebidas em Portugal precocemente, e, havia a presença de pensadores portugueses, por exemplo, em uma das

mais importantes Academias, a *Royal Society* de Londres, que havia sido presidida por Isaac Newton de 1703 a 1727.

Apesar do pertencimento a uma ordem religiosa, o autor partilhava do pensamento iluminista no tocante ao posicionamento antiescolástico, o que simbolizava sua oposição à pedagogia jesuítica e em favor da cultura científica moderna, vistas como opostas e inconciliáveis. Seu pensamento político não era radical, pois subordinava princípios éticos à razão, princípios esses que não eram totalmente desvinculados de uma moral cristã. Para Verney, a moral cristã deveria ser secularizada, e ele associava em seu pensamento a possibilidade da emancipação pelo esclarecimento do conhecimento, das Luzes, com a necessidade de renovação da Igreja católica. Por essa razão, preocupa-se tanto com uma formação do homem virtuoso na esfera privada quanto na esfera pública. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Os padres jesuítas também tiveram decisivo papel na disseminação da Astronomia e na Física em Portugal, especialmente no século XVII, mas também no século XVIII. No caso português, destacou-se o matemático Inácio Monteiro (1724-1812). (CAROLINO; CAMENIETZKI, 2005). Segundo Nobre (2005), esse jesuíta português recebeu influência do precursor do iluminismo na Alemanha, Christian Wolff (1679-1754). Ao comparar a obra desses dois autores, Nobre conclui que: “Apoiado em grandes autores, e o destaque deve ser dado à utilização da obra matemática de Wolff, ele trouxe para Portugal uma nova visão sobre a forma de se apresentar a matemática em textos escolares.” (NOBRE, 2005, p. 131). Todavia, alguns pontos ainda são omitidos no manual escrito por Monteiro. Os dois casos apontados por Nobre (2005) são as omissões dos assuntos Cálculo Diferencial e Integral, tema que recebia destaque no século XVIII. Mas o principal deles se refere às teorias do movimento dos astros. Enquanto Wolff apresentava em sua obra as teorias do movimento dos astros de Copérnico, Kepler e Galileu, o padre jesuíta Monteiro apresenta hipóteses já consideradas ultrapassadas. Esse ponto foi muito questionado por Verney. Para ele, não existem “meio modernos.” Considera em sua

carta destinada à Física incompatíveis as adaptações dos jesuítas em seus colégios às ideias modernas, sobretudo a Física Experimental. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Verney se posicionou sobre o ensino de matemática em Portugal em uma carta escrita no ano de 1753. Ao falar sobre a capacidade intelectual dos portugueses, ele questiona os progressos feitos nessa área após as reformas de Pombal e a instituição das Aulas Régias. (VERNEY, 1753). Uma hipótese a ser pensada é que, em decorrência da intensa polêmica e crítica ao método dos jesuítas, o compêndio de matemática de Monteiro tenha sido lançado em 1754 também em resposta a essas críticas.

Entretanto, mesmo com o contato precoce em Portugal com as teorias modernas da Física, ainda havia cautela em defender posicionamentos que fossem abertamente contrários à Igreja, provavelmente em função do Tribunal do Santo Ofício e da forte ligação com a tradição. Muitos intelectuais, e, podemos incluir Verney, “pretendiam a todo custo, salvar a sua reputação moral e religiosa através da manutenção, por vezes pouco credível de um pretenso alinhamento com a cultura oficial.” (ARAÚJO, 2003, p. 26). O próprio Verney, ao fazer menção à teoria heliocêntrica de Copérnico, por exemplo, o faz com cautela ao afirmar que: “O Sol, posto no centro do Universo, segundo a hipótese (que agora suponho) de Copérnico, dá luz aos demais planetas, alma ao Mundo, vigor à terra, utilidade aos homens, e glória ao seu criador.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p.7). Em outra carta, a décima, que versa sobre os estudos de Física, afirma [...] porém, o Sol gire, ou não, na hipótese de Copérnico [...]” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 189). Nesse tema não assume de modo intransigente uma posição, como faz em outros aspectos.

A partir das inquietações geradas por essas investigações científicas, no âmbito religioso surgiram propostas de soluções. Nos dois extremos temos, de um lado, a defesa do rompimento com a fé e apologia da religião ligada à natureza e, do outro, a separação entre fé e razão. Pode-se afirmar que Verney se insere no meio-termo, dadas as características do movimento das luzes em Portugal. Ser

útil à Igreja para Verney não deve ser entendido como a defesa de um ensino voltado à formação de religiosos, mas, especialmente, uma tentativa de conciliar ciência e fé no bojo dos debates sobre novas propostas de ensino, a fim de formar bons cristãos qualquer que fosse a profissão exercida na sociedade. Contudo, essa defesa vinha precedida do cuidado para não romper com a fé, especialmente com a instituição católica, que tinha prestígio e poder para além do mundo espiritual, e para não criticar uma estrutura hierárquica institucional na qual ele próprio estava inserido.

O termo *República* do título também deve ser compreendido no contexto da publicação da obra. O conceito atual remete a um regime político que se opõe ao regime monárquico. Porém, há que se considerar que desde a antiguidade, passando pelo momento de formação dos Estados Nacionais Modernos, a palavra república era utilizada como sinônimo de bem público (*res publica*). Eventualmente o termo também era empregado para designar um tipo de governo, e incluía os principados e reinos. (LENZ, 2007, p. 290).

Verney se preocupava com um método de ensino que fosse útil para o bem público, que consistia em um conhecimento que formasse o homem para a vida em sociedade de acordo com suas leis. Seu pensamento político centrava na figura do príncipe a responsabilidade do bom governo, o que embasou posteriormente teoricamente o despotismo esclarecido em Portugal.

Para que seu projeto de renovação dos métodos se concretizasse, esperava obter o apoio do Estado, responsável por administrar e garantir o bem público. Para ele seria possível reformar facilmente as escolas em Portugal se o Estado impusesse o método que ele propõe. Essa menção ao rei é feita em diversos momentos de suas cartas. Podemos perceber o intuito de que sua proposta fosse executada, e, para tanto, seria necessário o apoio da Coroa.

Além disso, é necessário considerar que no século XVIII se construía o princípio da utilidade social da ciência, a serviço do Estado, para o progresso da humanidade:

A dominação universal da crítica torna-se, a partir de então, subsidiária do princípio da utilidade social da ciência. Através de sociedades ou academias científicas e literárias, os sábios promovem a especialização dos saberes; estimulam o intercâmbio de experiências, livros e notícias; *colocam as suas descobertas à disposição dos príncipes e dos Estados, em prol do progresso e do bem-estar social*; premeiam o mérito, e agenciam a promoção de carreiras na esfera da sociedade civil. (ARAÚJO, 2003, p. 13).

O pensamento de Verney fazia parte de uma tendência dos iluministas que concentravam suas reflexões em propostas que pudessem ter aplicação prática. No VME há críticas à educação desvinculada da realidade social. Para ele, Portugal negligenciava a promoção pela educação de uma cultura útil à república. Faltava ensinar questões práticas da administração pública, saberes que estivessem no cotidiano, nas relações comerciais, administrativas e políticas. Verney orienta, por exemplo, a didática necessária para a redação de cartas, e conclui que falta esse método aos secretários de reis para escrever cartas e correspondências régias em geral. Em outros países havia livros ensinando esse cerimonial do reino, mas não em Portugal. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Ao acrescentar no subtítulo da obra: *ao estilo e necessidade de Portugal*, Verney expressa o propósito central de seu programa de reformas do ensino: reformar a mentalidade portuguesa. Sua proposta de reforma via educação se ocupava em indicar, ao longo de todas as dezesseis cartas, as fragilidades daquelas consideradas as mais importantes áreas do conhecimento de então, e propor um método para corrigir o seu mau ensino em Portugal.

Podemos notar também um esforço em educar o próprio Estado para o que seria necessário mudar, a fim de modernizar Portugal em todos os aspectos. Mais que propor um método de estudar, de organizar a educação e as práticas pedagógicas, Verney queria educar, em primeiro lugar, o Estado, e, como consequência, modernizar o reino português. O significado de modernizar incluía também reformar a forma de pensar a cultura, para além dos

aspectos econômicos. Era uma proposta ampla de reformas, e, por essa razão, contemplava a educação de um ponto de vista amplo.

Na apresentação de suas cartas que precedem a dedicatória aos padres jesuítas Verney afirma: “Podem servir para todos; mas especialmente são proporcionadas ao estilo de Portugal [...]” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 02). Demonstra preocupação de que suas cartas não fossem aceitas caso fossem práticas de outros reinos adaptadas, e reforça em vários momentos nas páginas iniciais de suas cartas, desde o título e até mais de uma vez na apresentação, que tinha acomodado a organização de estudos ao gosto do reino português. Admitindo que quem havia escrito a obra havia sido um autor moderno, um *frei barbadinho* que vivia na Itália, omitia o nome, mas não sua condição de estrangeirado.

A tradição em Portugal no século XVIII rejeitava as ideias dos estrangeirados. Por isso insiste em afirmar que, mesmo sendo um olhar de fora para as questões de método de ensino em Portugal, haviam sido consideradas as particularidades e necessidades do reino português.

A crítica de Verney – como estrangeirado que ele era – visava principalmente a cultura nacional, mas (e este aspecto tem sido descurado) valorizava também expoentes genuínos desta última, tais como a Língua, e pretendia a promoção da aprendizagem eficaz, tendo em vista a formação – em termos das necessidades sociais da pátria – da “juventude lusitana”. Esta nota da *eficácia social*, do empenhamento concreto no problema educativo nacional, ressalta, aliás, de toda a obra, que é dirigida em ordem à *utilidade* dos estudos, quanto à República e à Igreja, e está alicerçada numa crítica à orientação escolástica do ensino julgado inadequado para tal efeito. (CAEIRO, 1979, p.111, grifos do autor).

A concretização de reformas no ensino em Portugal se deu somente com a proposta de reforma de Pombal. Houve uma tentativa de inovação consciente e radical, e o pensamento anterior às reformas, mas ainda do século XVIII, representado por pensadores como Verney - considerados *modernos* - foi uma das

maneiras de legitimá-las. Assim, antes mesmo das reformas serem propostas, na esfera pública já havia sido formada uma opinião pública desejosa de mudanças. A legitimação de propostas de inovações acontece de poucas maneiras:

Ela pode ser disfarçada como retorno ou redescoberta de alguma parte do passado erroneamente esquecida ou abandonada, ou pela invenção de um princípio anti-histórico de força moral superior prescrevendo a destruição do presente/passado, como, por exemplo, uma revelação religiosa ou profecia. (HOBSBAWM, 1998, p. 24).

No caso de Verney, tal legitimação das futuras ações de Pombal se insere nas duas formas. Percebemos a partir da leitura do VME a história como preparação necessária à compreensão de seu novo método, ao mesmo tempo em que evoca uma moral, ainda que não-religiosa ou secular (mas não antirreligiosa) oficialmente, com significativas características de uma moral cristã.

A partir de uma compreensão ampla do que foi o movimento das luzes na Europa, pode-se relacionar o pensamento de Verney às características do pensamento do século XVIII, em especial, quando ele propôs um método *verdadeiro* para reformar a educação e, com ela, reformar a sociedade portuguesa. Além disso, a publicação do VME reverberou para além dos *circuitos tradicionais* intelectuais, as Universidades e Escolas, incitando um importante debate na sociedade letrada lusitana.

2.3 Aos Reverendíssimos Padres Mestres da Venerável Religião da Companhia de Jesus: a crítica ao método de estudos dos padres jesuítas e a polêmica após a publicação da obra

E, sendo eu não menos propenso e obrigado a toda a Companhia, quero também mostrar-lhe o meu reconhecimento nesta pequena oferta. Se a minha possibilidade desse mais, mais faria; mas as forças não correspondem aos desejos; e VV. RR. costumam estimar mais a vontade que as ofertas. (Luís António Verney).

Em Portugal o século XVIII representou o embate entre duas visões de mundo e concepções de educação inerentes a cada uma delas. A disputa entre dois projetos pedagógicos - jesuítico e iluminista - representou também a luta pelo domínio na forma de pensar a sociedade, a economia e a cultura nesse século, bem como se insere no processo de secularização da educação à medida que se fortalecia o poder do Estado e a defesa da universalização do ensino na modernidade.

Na dedicatória o endereçamento do conteúdo apresentado na obra: aos mestres jesuítas. Escrita de modo irônico, a dedicatória dá o tom da crítica que seria feita ao longo das dezesseis cartas ao método pedagógico jesuítico, concomitante à apresentação daquele que seria um novo método, moderno e verdadeiro.

Foi essa dedicatória que suscitou logo após a publicação da obra uma reação dos padres jesuítas e uma polarização do debate em dois grupos: aqueles que criticavam a proposta de Verney para a renovação dos métodos de ensino e aqueles que, fazendo coro com Verney, criticavam a ação educacional dos jesuítas em Portugal. Tão logo a obra passou a circular em Portugal, essa dedicatória foi considerada “uma completa manifestação de ironia, disfarçadora de uma animadversão profunda.” (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1, p. 03). Para Salgado Júnior, entretanto, não foi o intuito de Verney o ataque direto à Companhia de Jesus. Mas como a Ordem detinha o monopólio educacional em Portugal, ao propor os métodos de ensino e tecer críticas ao método existente, acabou por atacar indiretamente os jesuítas. Não concordamos com o autor, uma vez que, ao ler as dezesseis cartas percebemos em alguns pontos o ataque direto à Ordem, e a menção às práticas de mestres jesuítas, aos seus livros, além da recorrente menção à submissão dos padres ao Superior da Companhia.

Na edição primitiva são 10 páginas, das quais 9 são dedicadas a elogios jocosos aos padres jesuítas (ANEXO D). Verney destina a maior parte das páginas introdutórias, supostamente escritas pelo editor, em dedicar o livro aos jesuítas e em louvor à Companhia de Jesus.

Somente após conhecer o teor do conjunto das cartas de Verney, nas quais procede a uma crítica sistemática e incisiva ao método de ensino dos padres jesuítas em Portugal, é possível perceber a ironia em dedicar tal obra aos mestres, bem como compreender a polêmica que sucedeu a sua publicação entre Verney e os padres jesuítas.

E querendo eu agora imprimir estas cartas, a quem as devo dedicar senão a VV. RR.? Presumo, e com muita razão, que, se o autor houvesse de publicar estes escritos, a ninguém mais os ofereceria que a essa sagrada Religião, visto mostrar a cada passo o respeito e veneração que lhe professava. [...] Além disso, por todos os títulos deviam estas cartas ser consagradas ao seu nome. São VV. RR. aqueles que só podem ajudar os pios desejos deste autor, aqueles que só têm forças para isso, e finalmente aqueles que mais que ninguém desejam o adiantamento da Mocidade e se cansam para o conseguir. (VERNEY, 1949, vol. 01, p.03).

Após a dedicatória direta, destaca que não poderia ser diferente, uma vez que: “o autor confessa que tudo aprendera com a direção dessa Roupeta e pelos seus autores.” (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 04). Verney teve parte de sua formação no Colégio das Artes, dirigido pelos padres jesuítas.

Em meio a tantos elogios feitos aos padres, pode-se perceber a crítica central feita de modo sutil, pois aos jesuítas estavam entregues não somente a educação dos jovens em Portugal como também esses padres atuavam em diversas esferas do reino português, especialmente como confessores de reis e príncipes:

Quão oportuna ocasião se me oferecia agora de referir os louvores dessa venerável Religião, se a moderação e humildade de VV. RR. não me tapasse a boca! Quem tem dado mais e mais ilustres escritores a esse Reino que a Companhia? Quem tem promovido com mais empenho os estudos que os seus mestres? Onde florescem as letras com mais vigor, que nos seus Colégios? Que homem douto tem havido em Portugal, que não bebesse os primeiros elementos nas

escolas dessa Religião? Não leio as histórias desse Reino e Conquistas, que não veja a cada passo exemplos memoráveis da grande piedade, da suma erudição, do inexplicável zelo dos seus Religiosos! (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 04).

Além disso, destaca a participação nas missões e dimensiona a ampla atuação dos jesuítas na educação dos povos nativos. Menciona que a os padres seriam mais gloriosos e importantes para a história portuguesa que o próprio Estado, que os próprios generais, o que mais tarde foi uma das razões de sua expulsão e extinção da Ordem.

Mas, se é mais glorioso o triunfo que se consegue sem sangue, somente com a força da eloquência, sem prejuízo dos Povos e com grande utilidade da República, ficam VV. RR. muito mais gloriosos que os mesmos ilustres generais portugueses; pois conseguiram a vitória, não dos corpos, mas dos ânimos. Venceram VV. RR., não derramando o sangue dos outros, mas o próprio, e com ele escreveram o seu nome, não só nos livros da fama e destas histórias caducas, mas no mesmo livro da vida, e levantaram um padrão naquela pátria em que as virtudes se estimam, premeiam-se dignamente os serviços, e a glória dos vitoriosos não morre. Não me volto para a África, para a América, que não veja os Religiosos da Companhia convertendo os idólatras, ajudando os fiéis, **ensinando a todos**. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 04-05, grifos nossos)

Verney também destaca a forte influência dos jesuítas em Portugal em diversos aspectos da vida dos homens portugueses:

Aí mesmo em Portugal, quem há que não seja **obrigado** à Companhia e não experimente os influxos dessa benigna Religião? Quem jámais chegou a uma das casas dessa Religião, para buscar um confessor, a qualquer hora da noite, que não ficasse consolado? um pregador, para qualquer festividade, que não fosse obedecido, ainda sem interesse? quem foi pedir conselho em matérias de consciência que não tivesse pronta resposta? quem quis um parecer escrito, em qualquer matéria que o quisesse, que não tornasse satisfeito? Se olho para as prisões,

vejo os Religiosos da Companhia consolando a todos. Se olho para as praças e ruas públicas, vejo os mesmos Religiosos **doutrinando os ignorantes**, excitando a emulação nos meninos, atraindo com suave maneira os que passam para ouvirem a verdade evangélica. Se olho para as igrejas, vejo-os frequentes no confessionário, exortando os fiéis em dias determinados, exactíssimos nas funcções divinas que celebram com toda a magnificência e devoção. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 05, grifos nossos).

Também menciona diretamente que a educação em Portugal estava entregue ao monopólio da Companhia de Jesus:

Se olho para as escolas, vejo-os ensinando aos meninos com grande amor e paciência, não só as letras, mas a piedade, que em toda a ocasião lhes inspiram. As mesmas portarias das suas casas ensinam com o exemplo, nos muitos mártires e doutos que nelas vemos pintados, que muda, mas eficazmente persuadem seguir a mesma estrada; e ensinam com a doutrina, nos livros que nelas encontramos, que suavemente inclinam a vontade para abraçar a vida perfeita. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 05-06).

Ironiza sobre a rígida hierarquia da Ordem e aos importantes cargos políticos que ocupavam os jesuítas:

[...] se olho para qualquer Religioso da Companhia, vejo o retrato da continência, da moderação, da mansidão, da afabilidade, do respeito, coisas que me infundem um **sagrado terror**. [...] Ninguém aspira aos governos; ninguém busca meios de conseguí-los. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 06. grifos nossos).

Faz uma crítica velada ao método de ensino, pois aparentemente elogia a humildade entre os jesuítas, especialmente no que diz respeito à formação dos professores que atuam nos colégios e Seminários jesuíticos:

Não há distinção de magistérios, não há isenção de graus. O mesmo que ensina a Teologia na cadeira, ensina o catecismo nas praças, o

mesmo que confessa os grandes, confessa os pequenos, o mesmo prelado que manda aos mais, obedece e serve nas ocasiões a todos. (VERNEY, 1949, vol. 01, p.06).

Também ironiza o lema da Companhia, “para maior glória de Deus” (*Ad majorem Dei gloriam* - AMDG), e destaca a ampla influência dos padres jesuítas nas questões políticas naquele contexto. Além disso, menciona que existem outras ordens no interior da Igreja, mas que não têm o espaço que a Companhia de Jesus possuía.

Finalmente todos **conspiram** para dar glória a Deus, utilidade ao próximo e servir no que podem à **república**. Não quero trazer à memória o que essa sua Religião tem feito, e faz, nas mais partes da Europa Católica. Deixo de parte a **inviolável união** que sempre teve com a **Sé Apostólica** e as **perseguições** e **censuras críticas** que tem sofrido por essa causa. Nem menos falo na glória que resulta à Companhia de ver que tantas religiões e congregações que se fundaram depois dela, todas a têm tomado por treslado e não julgam merecer com justiça os louvores dos homens pios senão quando se avizinham mais ao seu instituto. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 06-07. Grifos nossos).

Os jesuítas tinham um voto a mais que as outras Ordens: o de obediência estrita ao papa. Ao longo das cartas Verney ironiza a insubordinação dos padres, pois, mesmo que conheça alguns jesuítas que reconheçam que um autor ou compêndio usados nas escolas da Companhia não sejam os mais adequados, continuam usando o material ou ensinado sobre o autor por determinação do Padre Geral. Podemos citar como exemplo a crítica feita por Verney ao uso da Gramática do Jesuíta Manuel Álvares nos colégios da Companhia, que não considera ser o mais adequado para um ensino moderno. Afirma que mesmo alguns Mestres jesuítas reconheciam que não era mais o melhor material, mas continuavam usando a gramática pois: “o P. Geral não queria se apartassem do P. Álvares, por ser Religioso da Companhia.” (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 150).

Direciona seu “elogio” à atuação dos jesuítas em Portugal, pois era o que interessava de modo direto. Destaca que os inacianos não são os únicos que atuam no ensino, e, de modo indireto, sugere que as ações dos padres estariam motivadas por vaidades e interesses mundanos, mais que por amor a Deus ou caridade:

Só considero o que faz em Portugal, e o que pratica no seu domínio. Estas coisas ocupam de sorte a minha ideia e admiração, que me não permitem considerar o demais, ainda que seja grande e singular. Nem tem que me dizer que as outras Religiões sagradas todas se cansam em obséquo da Igreja, ensinam muito, e edificam muito. Confesso que todas têm as suas singularidades, todas merecem ser louvadas, todas dão glória a Deus e servem à Igreja; mas cada uma no seu género. Não vejo alguma, que tenha todas as prerrogativas que se acham juntas na Religião da Companhia, e que as pratique, não por vaidade, não por interesse mundano, mas por amor de Deus e por caridade do próximo. (VERNEY, 1949, vol. 01, p.07).

Na sequência, destaca o consenso que há em Portugal sobre a importância da Ordem dos inacianos e sua ampla atuação junto ao Estado:

Estão todos os portugueses tão persuadidos desta verdade, que quem quisesse dizer o contrário, seria publicamente escarnecido. Os mesmos Monarcas de Portugal, que sabem justamente estimar a Virtude, não costumam entregar a direção da sua consciência senão aos Religiosos da Companhia. Desde que VV. RR. entraram nesses Reinos, conspiraram todos esses Soberanos a reconhecê-los como prudentíssimos diretores da consciência dos homens, e por isso os elegeram para seus confessores. Os Príncipes, a Casa Real, os Grandes, a maior parte dos homens de letras e empregos, todos praticam o mesmo. Não é possível que se enganem tantos homens de diferentes hierarquias e de encontrados interesses, sem que os obrigue a experiência e a verdade. Em todos os séculos, e entre todos os homens de juízo, o consenso de todos foi argumento irrefragável da evidência. Todos os homens prudentes louvam a VV. RR., todos

os engrandecem, todos os buscam, todos se servem das suas prendas e virtudes. (VERNEY, 1949, vol. 01, p.07-08).

Criticar tal consenso era seu intuito, todavia, o faz de modo “elogioso”, pois sabia inclusive da censura que poderia sofrer, especialmente ao tentar obter as licenças da Inquisição para a publicação da obra.

Para provar tamanha influência, estrutura seu texto de modo a dar a entender que inclusive ele teria fugido de seu propósito, que era o da crítica. Todavia, repentinamente, percebe que ele próprio elogiava os padres jesuítas:

Mas eu, PP. RR., já saí fora do meu argumento. Comecei uma carta, e acho-me engolfado em um elogio. Caí naquilo mesmo que desejava evitar. Não sei se ofendi a sua moderação com as minhas expressões, que é verdade que nascem do coração e são feridas com toda a sinceridade de um bom amigo, mas enfim são elogios. Não obram VV. RR. pelos louvores, mas por um fim mais alto, mais grande, mais admirável. Não obram bem para o parecerem e para que todos o conheçam, mas **porque o seu instituto assim obriga**; vivem persuadidos disso mesmo; e não podem obrar de outra sorte. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 08, grifos nossos).

Indica mais uma vez a subordinação dos padres jesuítas aos seus superiores. A Companhia de Jesus foi criticada como uma Ordem que tinha instruções secretas e conspirava contra Reis e papas³⁹.

³⁹ Um exemplo de literatura antijesuítica e que sugere que os padres inicianos recebiam instruções secretas de seus superiores é a *Monita Secreta*: “Aquelas que ficaram conhecidas pelo título abreviado de *Monita secreta* (Instruções secretas) dos Jesuítas, apesar de constituírem um libelo produzido e editado pela primeira vez na Polónia para denegrir a imagem de sucesso da Companhia de Jesus em 1614, rapidamente foram apropriadas pelo movimento antijesuítico internacional. Estas Instruções Secretas foram utilizadas, abundantemente, durante mais de três séculos, para apetrechar a propaganda antijesuítica, servindo de arma de arremesso de grande precisão para combater os Jesuítas.” (FRANCO; VOGEL, 2003, p. 94).

Sugere uma imposição dos jesuítas na forma de pensar, já que oficialmente direcionavam a educação da mocidade em Portugal no século XVIII:

Verdade é que, falando dessa Religião, dificultosamente podia deixar de exprimir alguma coisa do que entendo. Mas VV. RR. não permitem. Eu me desdigo e dou por não dito quanto até aqui tenho significado. (VERNEY, 1949, vol. 01, p. 8).

Termina afirmando que é preciso mudar o método de estudos. Quem monopolizava o ensino em Portugal para o autor? Os jesuítas. Logo, o autor moderno que enviou cartas a um amigo e que teriam sido ali publicadas por António Balle sem deixar aparecer a autoria, queria ensinar aos mestres jesuítas um método moderno de organizar o ensino e os estudos. Propõe que o modo de ensinar dos jesuítas necessita de mudanças, e que somente irão entender essas propostas aqueles que possuem um espírito crítico, conhecerem os assuntos ali discutidos e se desprenderem das paixões ao lerem as cartas que ali apresentava:

Só digo que lhe ofereço e dedico as cartas de um autor, que, conforme julgaram os homens doutos que as leram, conheceu o **verdadeiro modo de estudar**, e, para o conseguir, deu excelentes doutrinas; e quem as ler com ânimo desapaixonado e tiver voto na matéria, achará nelas tudo o que é necessário para aquistar o bom gosto literário, quero dizer, um juízo crítico que ensine abraçar somente o que se deve, em todo o género de estudos. [...] Mas, se nelas há algumas coisas que emendar e acrescentar, quem melhor o pode fazer que VV. RR.? Com que ponho-as nas suas mãos e ofereço-as ao seu critério; e só direi o que me pertence acerca da presente edição. (VERNEY, 1949, vol. 01, p.9-10. Grifos nossos).

As críticas aos jesuítas podem ser entendidas também como um olhar de um estrangeiro para uma sociedade que julgava não estar ainda em consonância com os novos tempos. Sua condição de

“estrangeirado” também justifica o teor crítico de suas cartas de modo geral:

Mas acontecia a Verney o que a muitos que, por haver residido muito tempo em um país mais culto, vindo de outro menos ilustrado, depreciam muito tudo de sua terra; de tal sorte, que o Verdadeiro Método de Estudar pode ser entendido como sátira sangrenta e espantosa contra Portugal e os portugueses. Nada encontra de bom, nem sequer Camões, a quem despidoradamente maltrata e censura [...] (MENÉNDEZ PELAYO, 1978, p.190)⁴⁰.

Para reformar a educação em Portugal era necessário modificar o que havia de antigo em termos de método de ensino: a pedagogia inaciana. Os tempos haviam mudado, por essa razão, o modo de ensinar deveria mudar.

Os tiros do Barbadinho iam principalmente endereçados contra as escolas dos jesuítas, a quem, não obstante, parece que quis desagradar com uma amistosa dedicatória. Mas os padres da Companhia não se deixaram adormecer pelo incenso, e saíram com duplicados bríos na defesa de seus métodos de ensino [...] (MENÉNDEZ PELAYO, 1978, p. 189)⁴¹.

Após a apresentação, iniciam-se as cartas que teriam sido descobertas e publicadas por António Balle. As cartas seguem uma estrutura geral e devem também, em seu volume de páginas, serem compreendidas no contexto do enciclopedismo. Primeiro o autor

⁴⁰ Pero acontecía a Verney lo que a muchos que, por haber residido largo tiempo en un país más culto, viniendo de otro menos ilustrado, desprecian en montón las cosas todas de su tierra; de tal suerte, que el Verdadero método de estudiar puede tomarse por sátira sangrienta y espantosa contra Portugal y los portugueses. Nada encuentra bueno; ni siquiera a Camoens, a quien desenfadadamente maltrata y zahiere [...] (Trad. Livre).

⁴¹ Los tiros del Barbadino iban principalmente enderezados contra las escuelas de los jesuitas, a quienes, no obstante, parece que quiso desagradar con una amistosa dedicatoria. Pero los Padres de la Compañía no se dejaron adormecer por el incienso, y salieron con duplicados bríos a la defensa de sus métodos de enseñanza [...] (Trad. Livre).

faz uma crítica severa ao modelo vigente do tema debatido naquela carta. Apresenta o que considera uma definição moderna da matéria para na sequência apresentar suas observações de caráter didático em um plano de estudos.

CAPÍTULO III

O MANIFESTO DA NOVA PEDAGOGIA: ANÁLISE DA PROPOSTA DE REFORMA EDUCACIONAL NO VME

Este capítulo tem a finalidade de examinar a proposta de reforma educacional de Verney para Portugal a partir da análise das epístolas que compõem a sua mais famosa obra, o VME. A obra será analisada a partir de uma leitura de todas as cartas do VME, e considera especialmente as concepções de educação, método e história que permeiam cada uma delas.

Sobre sua concepção de educação, considera-se em seu sentido amplo, para além da instituição central a partir da modernidade para este fim: as escolas, os colégios e as universidades. No contexto a ser analisado, a educação era compreendida como a proposta pedagógica de Verney para a formação dos jovens rapazes portugueses, necessária ao contexto específico de desejo de modernização do reino português.

As instituições escolares de orientação humanista cumpriram nos séculos XVI e XVII a função de produção e reprodução de uma cultura geral distintiva. Não podemos, contudo, desconsiderar que em toda época histórica há uma política oficial e outra extraoficial em relação à educação. Apesar de haver um método adotado nessas escolas, havia também pensadores propondo mudanças de acordo com as transformações que observavam na sociedade burguesa. Assim, parte-se do princípio de que o espaço formal educativo, à medida que adentramos os tempos modernos, contribuiu para reproduzir e produzir uma forma de pensar e agir.

A escolarização do pensamento humanista não rompeu de imediato com a visão de ensino que predominava nas universidades medievais, a escolástica. A crescente valorização do passado clássico

dos homens do renascimento preconizava o estudo de autores considerados modelos na Grécia e Roma Antigas.

A partir da modernidade, do período que se estende do Renascimento às vésperas Revolução Industrial, há a criação e multiplicação de colégios na Europa. Alguns dirigidos pelas Ordens e congregações religiosas católicas e, especialmente após a Reforma Protestante, de orientação em consonância com as novas religiões modernas. As instituições educativas mantinham certa estabilidade até meados do século XVIII, quando começaram a ser contestados por indivíduos que se preocupavam com o desenvolvimento da indústria e da ciência, ou ainda, da modernização de seus países. Os colégios, divididos em classes, graus e com rígido controle da disciplina, contribuíram ainda para a produção e reprodução da divisão social do trabalho. (PETITAT, 1994).

No intuito de fazer circular os saberes eruditos a um público menos esclarecido, e tornar seu método reconhecido como verdadeiro, Verney precisou difundir o corpo de suas ideias. Seu trabalho pedagógico possui um sentido político bem definido. Não se trata de um projeto pedagógico vago para formar homens para a vida em sociedade. Mais que isso, tinha como principal intuito educar o Estado. Não foi o primeiro a tentar introduzir as novidades pedagógicas em Portugal, mas foi o responsável pela ampliação do debate em torno dos métodos de ensino. (DE ANDRADE, 1981). Nesse sentido, também serão destacados os esforços de Verney para que sua proposta fosse implantada oficialmente, bem como os louvores ao rei em relação às suas iniciativas mecenas.

Sobre o método, alguns esclarecimentos também são necessários. Ao escrever sua obra Verney procurava um reconhecimento público. Não há acaso no encontro e troca de ideias simplesmente entre Verney e seus interlocutores diretos e indiretos, mas sim o esforço sistemático e intencional da elaboração de um projeto modernizador para Portugal via educação. Dessa forma, mais que um método de estudar, sua obra deve ser entendida como um projeto amplo de reformas que pretendia ser

implantado em todo o reino português. No contexto do século XVIII, não podemos olvidar o papel eminentemente e essencialmente pedagógico do intelectual. Ele, como intelectual tradicional daquele contexto, acreditava ser sua tarefa iluminar a nação lusitana, e se colocava à disposição do rei e da Igreja para realizar tal intento.

Isso não significa, todavia, que antes do século XVIII e de Verney não houvesse estudos e menções aos autores modernos ou a presença em Portugal dos mais recentes conhecimentos nas ciências, como ele sugere em suas epístolas. Devemos compreender as palavras de Verney como projeto ideal de reformas, e não como programa que foi executado tal e qual ele se apresenta. Entre os padres jesuítas e em seus colégios e universidades havia autores e obras que se aproximavam dessa cultura científica do século XVIII. Assim, não desconsideramos que em Portugal houvesse contato e conhecimento com o método moderno. Mas partimos do pressuposto que havia sim resistência da Igreja e dos setores mais tradicionais, pois mudar os métodos de estudos significava mudanças estruturais na sociedade.

No século XVIII não se pode ainda falar em um conjunto de obras que seguissem um mesmo método nas análises históricas. Apesar de significativas mudanças nos séculos XVI e XVII, a forma antiga e nova de compreender a história coexistiram por muito tempo, até aproximadamente o século XIX. (CARDOSO, 2005).

A partir dos tempos modernos aumentaram essencialmente duas preocupações. Primeiro a de crítica aos textos e fontes (autenticidade). Segundo a de constituição do texto nos parâmetros da ciência moderna (método). Essa segunda preocupação, a do método, era ainda um problema a ser resolvido pelos modernos. Faltava ainda o como fazer específico da História. No século XVIII surgiram textos históricos que se preocupavam não em narrar fatos históricos, mas voltar à história para elaborar questionamentos. Assim, a preocupação desse século em relação à história era a de romper com a metafísica e observar os processos mais gerais. Isso

levou à redução da História a leis e processos gerais, e a uma visão evolucionista. (CARDOSO, 2005).

Não podemos afirmar que há uma historiografia no século XVIII, mas sim, textos históricos de diferentes autores, que não constituíam um bloco homogêneo. A História também não era ainda objeto de ensino,

[...] exceto pelos esforços localizados dos padres jesuítas e oratorianos que se dedicavam a explorar suas dimensões evangelizadoras em seus colégios. Como se poderia esperar, era uma história da cristandade, na perspectiva do catolicismo. Até essa altura, a história foi uma ciência da moral, matéria aberta a todos os interessados pela edificação das almas. (LOPES, 2004, p. 34).

Os colégios da Companhia de Jesus já possuíam cursos autônomos de História desde o século XVII. Um exemplo é o manual escrito pelo padre jesuíta Antônio Maria Bonucci (1651-1728), secretário do padre Antônio Vieira (1608-1697), e professor de Humanidades do Colégio da Bahia. O *Epítome Cronológico, Genealógico e Histórico* foi impresso somente no ano de 1706 em Lisboa, mas já era utilizado no colégio dos inacianos desde fins do século anterior. O manual de Bonucci, e, conseqüentemente, o ensino de história nesse colégio, unia história sacra e profana e se ocupava principalmente em contar a história sacra, a história da Igreja e a história das monarquias modernas, em uma concepção evolutiva e otimista em relação aos progressos humanos, bem como um especial interesse e admiração pelo passado Greco-romano, considerado por ele modelar para o presente. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2010).

A concepção de História no século XVIII era a de uma cronologia, ainda fortemente influenciada pela teologia, sobretudo nos países católicos como Portugal, Espanha e Itália. Seu estudo serviria mais como prolegômeno, como estudo introdutório e preliminar, que efetivamente como chave interpretativa e crítica do presente por meio do passado. (MENÉNDEZ PELAYO, 1978, p. 191).

Não demorou em sair a resposta da Companhia de Jesus, que entendeu a obra do barbadinho como acusações e provocações diretas à Ordem. Concomitante à apresentação das cartas, será analisado o debate anônimo entre o autor e a Companhia de Jesus logo após a publicação da obra. Para tanto, serão analisados três folhetos, dois publicados no ano de 1748 e um em 1749.

O primeiro consiste nas **Reflexões Apologéticas à Obra Intitulada Verdadeiro Método de Estudar [...]**, crítica ao VME escrita pelo padre jesuíta José de Araújo, mas publicada sob o pseudônimo de Frei Arsênio da Piedade⁴². O folheto do padre José Araújo (1681-1759) foi organizado em 15 reflexões, com pouco mais de 50 páginas. Centralmente elas refutam as ideias propostas no VME, sobretudo em relação à renovação dos métodos de ensino e às críticas endereçadas à Companhia de Jesus.

O segundo, a **Resposta às Reflexões [...]**, escrita pelo próprio Verney, em resposta às considerações feitas pelo padre inaciano⁴³. Respondeu cada uma das reflexões apresentadas por José de Araújo em quase 90 páginas. Apresentaremos as reflexões e as respostas dadas por Verney a cada uma delas, no intuito de analisar quais os pontos da proposta de modernização do reino português por meio da reforma de estudos foram mais polêmicos e geradores de discussão entre o autor e seus opositores.

O terceiro trata-se do **Retrato de Montecór [...]**, resposta a Verney escrita por outro padre jesuíta, Francisco Duarte, que defende as posições de José de Araújo nas suas reflexões. Assim como os outros dois folhetos da polêmica, foi escrito sob um alônimo, D. Alethophilo Candido de Lacerda, e em formato de carta⁴⁴.

⁴² A partir daqui o documento será citado apenas como **Reflexões**, e sua autoria foi atribuída ao jesuíta José de Araújo. (DE ANDRADE, 1966).

⁴³ A partir deste ponto nos referiremos à obra apenas como **Resposta**, de autoria do próprio Verney.

⁴⁴ A referência a este documento a partir deste ponto será apenas **Retrato**. O significado dos pseudônimos usados pelos jesuítas são interessantes e curiosos. O primeiro pretende ser o veneno da misericórdia às acusações de Verney (Arsênio

Como de praxe nas publicações no século XVIII, o suposto editor Niculao Francez Siom, dedicava a obra ao Rei, pois considerava “[...] costume inviolavelmente praticado implorar a generosa proteção dos sábios, e dos grandes para benefício das obras, que saem ao público.” (REFLEXÕES, 1748, s.p.). Além disso, enfatiza que não havia obra que se publicasse “sem a mão de Deus e da Coroa.” (REFLEXÕES, 1748, s.p.). Exaltava ainda o mecenato do rei em relação à Real Academia. O mecenato era aspecto fundamental para os homens de letras no século XVIII. Inicia e termina a apresentação elogiando o monarca. Finalizava com o enunciado de que o rei é um sábio mecenas dos estudiosos e um defensor da Pátria.

A resposta de Araújo também foi escrita em formato de carta, supostamente trocada entre dois freis capuchinhos. Lamenta que a assinatura do VME seja de um franciscano (barbadinho). Sobre o título, afirma que o autor é um mentiroso: não se trata de um novo método. Essa afirmação também pode ser encontrada no **Retrato de Montecór**. Duarte também desmerece autor e obra, e coloca em dúvida a identidade e fidalguia do autor do VME, que julga ser o mesmo que escreveu as respostas ao Frei Arsénio. (RETRATO, 1749).

Estes folhetos dimensionam não somente a polêmica que sucedeu a publicação do VME, mas, especialmente, os principais pontos de discussão em relação às propostas de reforma contidas em suas laudas. Essa alteração colaborou para o fortalecimento em Portugal do mito dos jesuítas, ou ainda, da lenda negra dos jesuítas. A lenda atribuía aos padres da Companhia de Jesus todo o atraso na educação da Mocidade, bem como uma conspiração que incluía os jesuítas como regicidas, o que teria acarretado, segundo essa visão, um entrave na modernização do país entre os séculos XVI e XVIII.

A Companhia de Jesus, desde a sua fundação no século XVI, atuou não somente nas questões religiosas, mas também na direção de colégios oficiais, além de sua ativa participação política no reino

da Piedade). O segundo, Aletófilo, significa amante da verdade, mas também designa escritores satíricos anônimos.

português. Assim, questionar os métodos de ensino vigentes em Portugal no século XVIII era também questionar o prestígio político do qual gozavam os padres inicianos em Portugal. Uma questão queurgia no século XVIII era que o Estado deveria assumir o ensino que estava, sobretudo, nas mãos de Ordens religiosas, dentre as quais se destacava a dos regulares inicianos.

A bibliografia da polêmica verneiana com os padres jesuítas é extensa⁴⁵. A escolha desses três folhetos se justifica devido ao objetivo deste capítulo: apresentar a obra e o debate que se iniciou a partir da publicação do VME entre Verney e os jesuítas. Assim, a opção foi analisar a primeira resposta, escrita por um padre jesuíta, Mestre do Colégio de Santo Antão em Lisboa, a interlocução com o autor a partir da resposta anônima dada a essas reflexões pelo próprio Verney, e a resposta em apoio às reflexões, escrita por outro jesuíta, um dos principais cronistas da Companhia de Jesus, o padre Francisco Duarte.⁴⁶

Como vimos, um dos fatores que contribuíram para a difusão do manifesto de Verney foi o anonimato do autor, especialmente a partir de uma terceira edição, lançada em 1751. Isso contribuiu para que a obra se tornasse mais conhecida, já que se tornou o centro de uma disputa que englobava aspectos religiosos, políticos e pedagógicos. Iniciou-se um movimento entre os intelectuais para descobrir quem era o suposto padre franciscano que propunha tamanha reforma em Portugal a partir de um método de estudar considerado verdadeiro, e que seria *útil à República e à Igreja*. Na

⁴⁵ António Alberto de Andrade apresenta uma lista da bibliografia verneiana na segunda parte de sua biografia. A lista conta com notas sobre a autoria, impressão e data de publicação, entre outras anotações do autor. (DE ANDRADE, 1966, p.454- 491).

⁴⁶ Encontramos uma referência em nota de rodapé ao compêndio de Teologia, *Cursus Theologicus* escrito por José de Araújo e de sua atuação no colégio de Santo Antão na monumental obra sobre a atuação dos jesuítas no Brasil do padre Serafim Leite (2006, p. 28). Não encontramos referência no índice apresentado no último volume da obra ao padre Francisco Duarte. Apesar dos esforços, não conseguimos localizar data de nascimento e morte, nem uma biografia mais detalhada dos dois jesuítas.

folha de rosto do livro lê-se também que aquelas cartas foram: [...] escritas pelo R. P. *** *Barbadinho da Congregação de Itália*.

Essa disputa, que em Portugal teve exórdio com a obra de Verney, retrata o embate entre duas visões de mundo e concepções de educação inerentes a cada uma delas, e, por essa razão, duas visões aparentemente opostas. A disputa entre dois projetos pedagógicos - jesuítico e iluminista - representava principalmente a luta pelo domínio na forma de pensar a sociedade, a economia e a cultura no século XVIII, além de prestígio político junto à Coroa, do que propriamente duas visões que se opunham radicalmente.

Partimos da hipótese de que se trata muito menos de duas visões de mundo significativamente diferentes, mas sim de uma luta principalmente pelo poder político entre a Companhia de Jesus e as demais Ordens católicas. Em Portugal, essa oposição se deu especialmente pelos Oratorianos, congregação da qual Verney fazia parte.⁴⁷ De modo mais amplo, pode-se entender como uma luta entre uma Ordem católica que havia servido a Igreja no movimento de reforma após a ruptura da unidade cristã ocidental e um Iluminismo católico. Assim, são duas concepções de educação que emergem em uma sociedade moderna, com ênfase na razão, na busca de uma verdade científica e na elaboração de um método pautado nessas duas características. Por meio da resposta de José de Araújo, por exemplo, podemos perceber que os jesuítas não estavam alienados em relação às principais revoluções científicas modernas. Entretanto, construiu-se uma visão de regresso associada à Companhia de Jesus, e mesmo um mito jesuítico, a chamada lenda negra dos jesuítas, um movimento que pode ser reconhecido como antijesuitismo.

Esse embate expressava a luta pela hegemonia na forma de pensar a sociedade entre os iluministas, que se diziam

⁴⁷ A partir dos estudos biográficos de Alberto de Andrade que conta com ampla consulta aos arquivos portugueses, não se pode afirmar com certeza se ele pertenceu à congregação do oratório. A tese do autor é de que tudo indica seu pertencimento. O irmão dele, Diogo Verney era membro da congregação. (DE ANDRADE, 1966).

representantes do “novo”, em oposição ao “velho”, representado, especialmente no que diz respeito à educação, pela Companhia de Jesus. Nesse processo, os padres da Companhia foram responsabilizados inclusive pelo “atraso” econômico de Portugal em comparação às nações industrializadas, Inglaterra e França, e como entrave para a modernização do reino português. Marquês de Pombal, por exemplo, fez uso dessa motivação posteriormente para expulsar os jesuítas do reino português. Também oficialmente era preciso construir uma figura artilosa dos padres, como pode-se ler na carta de lei de Dom José I, que ordenava a supressão e extinção da Ordem em 1773:

[...] todas as revoluções, tumultos, e escândalos, que nelas causou a Sobredita Companhia; todos os remédios, com que não menos de vinte e quatro dos Romanos Pontífices seus Predecessores haviam procurado ocorrer aqueles grandes males [...] sem outros efeitos, que não fossem os de se terem manifestado de dia em dia mais freqüentes as queixas, e os clamores contra a referida companhia; e os de se verem abortar os mesmos tempos, em diferentes Reinos, e Estados do Mundo, sedições, motins, discórdias, e escândalos perigosíssimos, que destruindo, e quase acabando de romper o vínculo da Caridade Cristã, inflamaram os ânimos dos fiéis nos espíritos de divisão, de ódio, e de inimizade; até chegarem a fazer-se tão urgentes os referidos insultos, e os perigos deles, que os Mesmos Monarcas, que mais se tinham distinguido na piedade, e na liberalidade hereditárias, em benefício da mesma Companhia, foram necessariamente constrangidos; [...] (CARTA DE LEI, 1773).

Essa construção de uma imagem negativa, também conhecida como a lenda negra dos jesuítas, e que caracterizou os inicianos como permissivos ou atenuantes de normas morais, não iniciou somente na segunda metade do século XVIII, porém, nesse período, representou em Portugal o ápice do embate e de produção de uma

literatura contrária aos padres membros da Companhia de Jesus, denominada corrente *antijesuítica* ou *antijesuitismo*⁴⁸.

A Companhia de Jesus, desde a sua fundação, foi uma Ordem religiosa polêmica. Atraiu muitos simpatizantes, mas na mesma proporção, conquistou repulsa, dentro da própria igreja católica. A *Monita Secreta* (Instrução Secreta), escrita pelo protestante polonês Hieronim Zahorowski, é um exemplo da literatura antijesuítica. Escrita no século XVII, em 1614, ajudou a construir a imagem dos padres jesuítas como interesseiros, amorais, laxistas, e professores da amoralidade. Supostamente apresentada como as instruções que os iniciados na Ordem recebiam, e retrata os inicianos como homens de extrema vaidade, orgulho, vingativos e apegados aos bens materiais⁴⁹. Uma das instruções, por exemplo, ensinava aos padres inicianos como convencer viúvas a doarem seus bens à Companhia. (SAUVESTRE, 2004).

Foi perseguida no interior da Igreja Católica desde a sua fundação, especialmente pelo Tribunal do Santo Ofício. (O'MALLEY, 2004). Verney não foi, por exemplo, o primeiro a questionar a obra do padre Antônio Vieira. No século XVII, a Inquisição portuguesa já havia investigado suas obras, especialmente sua *História do Futuro*.⁵⁰ Além da Inquisição, outras

⁴⁸ Parte da discussão que se segue foi apresentada em formato de comunicação e com publicação em anais como resultado parcial das investigações desta pesquisa no VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em São Luís no ano de 2010, e publicado em versão expandida em 2011. (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2011).

⁴⁹ A tradução disponível em português da obra trata-se da terceira edição publicada em 1863 na França pelo professor Charles Sauvestre. Apesar de já serem consideradas instruções apócrifas, ele divulgou a obra como sendo verdadeiramente as instruções dos jesuítas. A História sobre as origens e percurso editorial desta obra clássica do conspiracionismo jesuítico pode ser encontrada na análise feita por José Eduardo Franco e Cristine Vogel (2003).

⁵⁰ A obra de Vieira profetizava que o Quinto Império seria o de Dom João IV (1604-1656), rei de Portugal. Vieira escreveu que após Portugal conquistar a Terra Santa sob o reinado de Dom João IV se iniciariam mil anos de reinado de Cristo na terra, que antecederia a vinda do anticristo e o juízo final. A Inquisição Portuguesa iniciou um processo contra Vieira. O padre jesuíta foi acusado de heresia.

Ordens no interior da igreja católica também contribuíram para essa construção negativa relativa à imagem dos membros da Companhia de Jesus. (FRANCO, 2006).

A congregação dos oratorianos foi uma das congregações católicas que contribuiu para a formação dessa imagem negativa dos jesuítas em Portugal:

Os oratorianos foram os oponentes dos jesuítas no campo da pedagogia. Promoveram as ciências naturais, levando para Portugal o pensamento de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antonio Genovesi. Defendiam a importância do estudo direto da língua, da gramática e da ortografia portuguesa sem a intermediação do latim. (FONSECA, 2006, s.p.).

Em Portugal, o lançamento do VME em 1746 foi o responsável pelo início de um debate literário intenso e extenso, e contribuiu para o fortalecimento do mito dos jesuítas.

A imagem negativa cresceu e tomou grandes proporções no século XVIII quando, como consequência dessas disputas e campanhas, a Companhia de Jesus foi expulsa do reino português (1759) e extinta pelo papado em 1773. A expulsão dos jesuítas do Brasil deve ter recebido algum influxo das ideias verneianas. (DE ANDRADE, 1965, p. 10). Verney chegou a tomar parte da extinção da Companhia de Jesus, pois era nessa ocasião Secretário de Legação na Corte Pontifícia, em Roma, onde viveu grande parte de sua vida ocupando cargos eclesiásticos.

Foi também nesse século que “uma onda antijesuítica na Europa efervescia e causava discussões calorosas no meio

(CORDIVIOLA, 1996). Serafim Leite em seu último volume da História da Companhia de Jesus no Brasil menciona os documentos do longo processo inquisitorial de Vieira e sua defesa entre os anos de 1665 e 1666. (LEITE, 2006). A perseguição da Inquisição ao padre António Vieira rendeu o uso desse processo para desqualificar e alimentar a lenda negra dos jesuítas por seus opositores. (FRANCO; REIS, 1997).

intelectual e político; discursos apaixonados e exaltados ganhavam os jornais, estimulando o debate [...]” (DE ASSUNÇÃO, 2004, p. 18).

O pensamento iluminista combateu os jesuítas e ajudou a consolidar uma visão negativa da Ordem. Ainda que essa imagem tenha o início de sua construção no século XVI, podemos afirmar que o século XVIII foi o momento de sua propagação.

A tomar como exemplo o verbete *jesuíte* da *Encyclopédie*, organizada e dirigida por Diderot e D’Alembert, há ataques abertamente feitos aos padres jesuítas, que são definidos como desregrados e rebeldes. O verbete afirma ainda que embora os jesuítas tivessem servido aos interesses da Santa Sé no contexto de reformas no interior da igreja, o próprio papado desconfiava de seus interesses de dominação. A crítica, para ser legitimada, utilizava como exemplos as perseguições sofridas pelos padres inicianos no interior da própria igreja.

As acusações aos jesuítas eram as mais diversas, uma vez que “os jesuítas tinham inimigos de sobra dispostos a retratá-los como assassinos de reis, envenenadores ou praticantes de magia negra.” (WRIGHT, 2006, p. 17).

Em contrapartida, foi grande o esforço da Companhia de Jesus em produzir seus próprios santos; construíram mitos para superar as críticas. Grande exemplo foi o enaltecimento do primeiro missionário jesuíta, também um dos fundadores da Companhia, Francisco Xavier (1506-1552). Após sua morte em 1552, as partes de seu corpo se espalharam pela Europa tomadas como relíquias. Tais esforços não foram em vão, pois no ano de 1622 a Companhia de Jesus tinha canonizado seu primeiro santo: São Francisco Xavier. (WRIGHT, 2006, p. 11-21).

Uma das teorias que mais contribuíram para acentuar tal sentimento foi a doutrina do tiranocídio, elaborada pelo padre jesuíta Juan de Mariana (1536-1624). Outros jesuítas chegaram a defender a democracia, um poder vindo do povo, mas Mariana foi além “defendendo o controle eclesiástico sobre os reis e o regicídio: afirmou que um rei poderia ser assassinado em certas circunstâncias, quando abusasse do seu poder.” (VILLALTA, 2002, p. 180).

Quanto ao início da construção desse sentimento:

[...] podemos, pois, classificar o antijesuitismo como um fenómeno originário, universal e quase permanente. Originário porque remonta à génese da *Societas Iesu* começada a constituir-se na década de 30 do século XVI e aprovada pelo Papa Paulo III em 1540; universal porque assistimos à sua manifestação em todos os cenários onde os Jesuítas desenvolvem uma acção mais ou menos consistente com visibilidade e impacto social; e quase permanente porque o antijesuitismo acompanha de forma significativamente fiel a afirmação desta ordem religiosa nos diferentes espaços nacionais, suscitando do lado contrário o filojesuitismo mais devoto que contrabalança aquela reacção hostil. (FRANCO, 2006, p.304).

Apesar de um importante fenómeno psicológico, como analisa Franco, não se deve desvincular a construção do mito dos jesuítas dos aspectos políticos, sociais, religiosos e culturais. Por essa razão, o embate dos iluministas contra os jesuítas, e a conseqüente contribuição para a formação desse sentimento e imagem negativos, deve ser entendido como embate político, como duas visões de sociedade, duas ideologias e, dessa forma, duas concepções de educação. Ainda que a imagem tenha sua génese no nascimento da Ordem no século XVI, pode-se afirmar que seu fortalecimento e ênfase se deram no século XVIII a partir das ideias iluministas.

Mais que originar esse sentimento e o mito negativo dos padres inacianos,

a assimilação das ideias e das imagens que estas produziram em torno dos Jesuítas e a sua cristalização no imaginário social tiveram origem primeiramente nas controvérsias apologéticas. Estas fecundaram a estruturação do imaginário antijesuítico, que por sua vez se tornou fecundador e reprodutor de novas e sucessivas querelas. (FRANCO, 2006, p.305).

Uma dessas querelas em Portugal no século XVIII se refere aos panfletos lançados e da longa altercação após o lançamento do

VME. Os padres da Companhia de Jesus e o próprio Verney iniciaram um debate literário por meio de folhetos publicados a partir de 1748 e que adentraram o século XX com ecos de uma literatura em defesa ou contrária à atuação dos padres inacianos.

Os ataques à Companhia de Jesus foram direcionados a todas as áreas: sua teologia, sua eclesiologia, sua política, sua moral e sua pedagogia. Entretanto, como logo nos primeiros anos de sua existência a Companhia de Jesus se destacou por sua empreitada educacional, o ensino oferecido pelos jesuítas e seu método de ensino foram amplamente atacados.

No tocante à educação formal, o ataque mais direto dos Iluministas foi direcionado à Companhia de Jesus, uma vez que era a Ordem religiosa que dirigia o maior número de colégios na Europa naquele momento, e que, por essa razão, ainda exercia forte influência na formação dos quadros da elite europeia, além de ter ampla atuação nas colônias Ibéricas. Tinham influência junto aos reis, às elites, tanto na Europa quanto na Ásia, África e América.

Verney, por exemplo, apontava que o método dos jesuítas levava a um saber contemplativo, sem uma aplicação naquela sociedade do século XVIII. Assim, para modernizar Portugal era necessário um novo método, que fosse verdadeiro segundo os parâmetros da ciência moderna, ou seja, guiado pela razão e pela experiência, para organizar os estudos, a fim de ser útil tanto à Igreja quanto ao Estado.

A concepção iluminista atribuía todo o atraso de Portugal à ampla participação dos padres inacianos na política, no ensino e em todas as esferas da sociedade portuguesa. Para tanto dialogaremos com os folhetos lançados por padres da Companhia e pelo próprio Verney em resposta ao lançamento do VME.

3.1 Introdução ao conjunto da obra: as protestas do barbadinho

Antes de iniciar a primeira carta, Verney fez uma breve introdução ao conjunto da obra. Dirigiu-se a um interlocutor fictício, e que teria, em uma carta, solicitado a opinião do

barbadinho sobre os métodos de estudo do reino português. Assim, Verney remeteu à ideia de que escreveu o programa de reformas a pedido de um estimado intelectual português, sem mencionar contudo sua identidade.

O autor apresenta a temática principal contida nas cartas: o projeto de renovação do reino português por meio de uma reforma dos métodos de ensino. Para tanto, seguirá o caminho de informar o que deveria ser mudado em Portugal para que se formassem homens úteis para a República e a Religião. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Outra importante indicação de como se estruturariam as cartas reside na menção à sua condição de estrangeirado e da necessidade de dar notícia do que se estudava em outras Nações. Logo nessa apresentação também aparece a questão do método para que essas mudanças acontecessem. Explicita a problemática a ser resolvida por seu programa: discutir os diferentes métodos e propor um verdadeiro, ao estilo de Portugal.

Ao falar de sua condição de estrangeiro, desculpa-se pelos eventuais erros, pois não estaria acostumado a se expressar em português. Com esse recurso retórico, já faz sua primeira crítica: não se envergonhava diante de tais erros uma vez que mesmo os portugueses escrevem errado em sua própria língua. Assim, ainda que apareçam censores caso suas cartas venham a público, o que aconteceu logo no primeiro folheto da polêmica, talvez nem percebam que isso acontecia mesmo entre aqueles nascidos em Portugal. (VERNEY, 1949, vol. 1). Apesar de ter o cuidado de se justificar, não foi poupado nesse aspecto por seus críticos. José de Araújo, em suas reflexões, censurou os diversos erros, sobretudo, aqueles relativos à grafia, uma vez que Verney modernizou a ortografia das palavras, especialmente no que se refere à supressão de letras dobradas. (REFLEXÕES, 1748).

Verney reconheceu que o propósito de reformar os métodos de estudos em Portugal não seria tarefa fácil. Para ele, o projeto de:

[...] emendar o mundo, e principalmente o querer arrancar certas opiniões do ânimo de homens envelhecidos nelas, e consagradas já

por um costume de que não há memória, é negócio que excede as forças de um homem só (VERNEY, 1952a, vol. 4, p. 19).

Reconhecia dessa forma que, para seu propósito se concretizar, necessitaria de apoio. Não por acaso exalta o rei D. João V, e afirma que foi durante seu reinado que se introduziu em Portugal o gosto pelas artes e ciências. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Para encerrar a introdução às cartas, Verney fez quatro declarações. Primeiro, enfatizou que não acusava ou condenava pessoa alguma do reino. Afirmou que não eram críticas pessoais, mas sim, em relação ao método que cada um observava. Apesar disso, já indicava o centro de sua crítica: o método dos jesuítas.

Mas, porque poderá ler esta carta a algum ignorante ou malévolo, que entenda que eu, dizendo o que me parece dos estudos, com isto digo mal da Religião da Companhia de Jesus, que neste Reino é a que principalmente ensina a Mocidade, devo declarar que não é esse o meu ânimo. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 21).

Apesar de afirmar que não poderia criticar os inicianos, pois, o que sabia havia aprendido com eles, tanto em seus colégios quanto em conversas, não é esse o tom da crítica processada ao longo das dezesseis cartas.

Ele indicou que alguns jesuítas estrangeiros também discordavam dos métodos usados nos colégios da Companhia em Portugal. Com essa afirmação, sugeria que somente em Portugal os padres ainda seguiam um método atrasado, e somente porque eram obrigados pelo superior. Adiantava que, em sua proposta, afastar-se-ia dos métodos dos jesuítas:

Os Jesuítas todos são prudentes; e nenhum homem prudente ignora e contraria estas coisas. Os indivíduos de uma comunidade, nem todos são de igual talento; e as comunidades de uma Religião, nem todas seguem o mesmo método. Além disso, aqui em Portugal há muita outra gente que ensina. Os outros Religiosos ensinam os seus e os de fora. Os mestres seculares também ensinam. E assim as

minhas opiniões podem ter por objecto não uma só pessoa. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 23)

Apesar do cuidado e do recurso retórico de que reconhecia o mérito dos padres em educar a mocidade em Portugal, ao longo das dezesseis cartas há muitas críticas severas ao método de ensino dos padres inacianos, bem como a própria estrutura hierárquica, autores, livros e benesses que recebia a Ordem em Portugal. Assim, iniciou a primeira declaração indicando que não criticaria os padres jesuítas, mas ao longo das dezesseis cartas vemos o oposto. Se por um lado a crítica era endereçada ao método dos jesuítas, aos mestres seculares foram destinados os adjetivos mais pejorativos, e foram denominados por Verney como os mais ignorantes.

A defesa da Companhia de Jesus não tardou a vir. Logo no prólogo de suas reflexões, o jesuíta José de Araújo defendia institucionalmente a atuação dos padres inacianos na educação dos jovens em Portugal. Comentou o elogio feito na dedicatória das cartas de Verney, e considerou um ataque direto aos jesuítas:

Estes reverendos padres, correndo a fortuna de seu santo patriarca sempre foram perseguidos de hereges e invejosos; daqueles porque descobrem os seus erros, destes porque lhe assombram as luzes furtadas, com que, pretendem resplandecer. Tenha a certeza esta sagrada religião, que sendo, como disse o oráculo do vaticano, o braço direito da igreja de Deus, não deve temer, nem aos mesmos Alexandres vencedores na Ásia, nem a Sertórios, e iriatos entre nós celebrados na valentia. Digam os satíricos o que quiserem, que as suas ideias nada significam, as suas setas não chegam ao Sol, e as suas palavras são badaladas em sino de cortiça, que não tem som, nem tom. (REFLEXÕES, 1748, p.04).

Não podemos esquecer que se trata da primeira resposta ao VME, e feita por um jesuíta. Mais que isso: por um mestre de Teologia do Colégio de Santo Antão.

Em sua resposta, no mesmo ano, anonimamente Verney defendeu o barbadinho, e afirmou que se o autor teve o cuidado de

afirmar que não dirigia suas críticas aos jesuítas, que deveriam ser consideradas suas palavras. Além disso, replicou: “Em toda a obra se louvam os jesuítas: reprova-se somente o seu método.” (RESPOSTA, 1748, p. 05). Usou como argumentos em sua resposta às reflexões, por exemplo, as situações de conflito entre a própria Companhia e a Igreja nesse processo de desacreditar seu trabalho nas missões. Por exemplo, aproveitou-se da polêmica dos jesuítas no Oriente, iniciada no final do século XVII. A questão consistia na confirmação pelo Papa Clemente XI no ano de 1704 da decisão do Santo Ofício:

[...] que proibira o uso dos termos Tien e Shangti para designar Deus, assim como a participação pelos católicos nas cerimônias chinesas. Essa decisão não considerou o juízo que a Companhia sustentava em relação aos ritos, a de que em si esses não possuíam caráter religioso. Além disso, a decisão de Roma não foi sensível à concepção de educação consagrada pelos inacianos, haja vista que “rejeitava a convicção dos jesuítas de que a educação e instrução podiam purificar os ritos da superstição, tal como se fez com os primeiros cristãos, que tinham adotado práticas e festas pagãs.” Em outras palavras, para os jesuítas a educação não só estimulava as capacidades humanas, como também as moldava, de acordo, é óbvio, com determinados referencias de mundo, referenciais esses essencialmente religiosos. O problema foi que a Santa Sé não entendeu a questão por essa ótica. (CARDOSO, s.d., p. 02).

Com o argumento do conflito dos jesuítas com o papado no caso das missões do Oriente, finaliza afirmando que considerar a Ordem braço direito da Igreja é uma blasfêmia. (RESPOSTA, 1748).

Na segunda declaração afirmava que escreveria em português elegante e usaria estrangeirismos e neologismos. Nesse ponto ele se contradiz: como poderia um estrangeiro – padre barbadinho de uma congregação da Itália - escrever em português elegante? (VERNEY, 1949, vol. 1). A resposta de Araújo não foi piedosa, como sugere o seu pseudônimo. O jesuíta criticou os erros ortográficos do barbadinho, que logo se defendeu em sua resposta apontando os erros de ortografia do inaciano. Interessante notar uma grafia bem

distinta dos três folhetos, o que mostra que a ortografia da língua portuguesa não possuía a uniformização que conhecemos hoje, e que a proposta de Verney representava novidade em Portugal.

Na terceira declaração observava que não citaria em todos os momentos os autores que utilizou. Tal critério dificulta a identificação em alguns trechos dos principais interlocutores de Verney. Ele frequentemente declarava que não iria nominar ou indicar os autores, pois seu interlocutor, como homem douto que era, sabia de quem se tratava. Aqui também residiu a crítica mordaz de seus opositores, que o acusaram de plágio por não citar suas fontes de informação. (REFLEXÕES, 1748; RETRATO, 1749).

No tocante ao método utilizado para embasar suas afirmações e proposições, argumenta que a maioria das coisas que recomenda nas cartas ele mesmo experimentou ou observou. Verney tinha por principal intuito mudar o estilo de escrever com o recurso da autoridade dos autores consagrados para escrever a partir de suas próprias observações, o que indica seu diálogo e aproximação com as ideias do experimentalismo, sobretudo o inglês. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Finalizou suas declarações com a observação de que, apesar de louvar alguns autores de outras religiões, o fazia em razão do seu método, não de sua doutrina. Essa observação se fazia necessária, pois mencionou por muitas vezes em suas cartas não somente autores e obras de protestantes, como também declarou a posição de superioridade cultural de algumas nações protestantes, como Alemanha e Inglaterra, por exemplo. Assim, teve cautela ao fundamentar suas exposições em ideias que eram consideradas naquele momento hereges ou ateístas. Isso também não foi suficiente para que seus detratores não o aproximassem do pensamento dos hereges. Por exemplo, na primeira reflexão, Araújo questionava se o autor seria mesmo um religioso barbadinho, e considerou uma sátira descomedida a afirmação do autor de que iria dar notícias modernas a Portugal. Também julgou inadmissível um religioso negar a importância de São Tomás, que considerava o principal filósofo da Igreja Católica, ao que concluía

que o autor só seria barbadinho se possuísse uma barba postiça. Centralmente nesta reflexão refutou a crítica feita por Verney em diversas cartas a Aristóteles, o que julgava uma ofensa e provava que não se tratava de um irmão franciscano. (REFLEXÕES, 1748).

Apesar das quatro observações cautelosas, Verney não foi poupado das duras críticas, que vieram no mesmo tom irônico e cínico, e direcionavam a argumentação especialmente em rebater as críticas endereçadas à Companhia de Jesus.

Após essa introdução geral ao conjunto da correspondência, Verney iniciou seu conjunto epistolar com considerações sobre o estudo da Língua Portuguesa, que, para ele, era a porta para todos os outros estudos. (VERNEY, 1949, vol. 1).

3.2 O Plano de Reforma das Escolas Baixas: apresentação das cartas de estudos linguísticos e literários (cartas I - VII)

As cartas I a VII compõem o plano de reforma das escolas baixas⁵¹. A partir da leitura das cartas que compõem os estudos linguísticos e literários, reunidos nos dois primeiros volumes da edição de Salgado Júnior, percebe-se em todas elas o ataque ao método dos antigos, representado, sobretudo, pelos padres jesuítas.

Além de considerar uma relação pedante e superficial entre o ensino e o uso do latim, por exemplo, afirmava que era necessário um novo método para se adequar Portugal às letras e às ciências modernas. Ele defendia uma renovação cultural em Portugal para que fosse possível a reforma de ensino, e, conseqüentemente, a modernização do reino.

⁵¹ Apesar de ser comum a denominação dos estudos iniciais como **estudos menores**, e das escolas onde tais estudos se realizavam como **escolas menores**, não encontramos na obra de Verney o uso de tal termo. Por essa razão, adotamos a denominação de **escolas baixas**, utilizada por Verney em sua carta quinta: “Finalmente, é tempo de passarmos à Retórica, para com ela completar os estudos das **escolas baixas** [...]” (VERNEY, 1950a, vol 2, p. 01, grifos nossos). No século XVIII o termo escola se referia aos estudos iniciais, escolas de primeiras letras, e colégios aos estudos filosóficos e destinados à preparação para a universidade.

Não desprezava o ensino de latim, mas criticava o modo como era ensinado. Assim como em todas as outras matérias, o centro da crítica verneiana consistia nos métodos de ensino. Em sua proposta, o ensino de latim deveria servir não como ferramenta propedêutica, como era ensinado pelo método dos jesuítas, mas sim, como parte do ideal de uma pedagogia humanista (DE CARVALHO, 1978). Não rompia totalmente com as matérias a serem ensinadas, mas com a forma como eram ensinadas, e propunha a inclusão de estudos auxiliares.

O ensino de latim e do grego a partir da escolarização humanista era pautado pela valorização da beleza formal da língua e da elegância dos prosadores e poetas antigos, copiados dos estilos de seus discursos. Os jesuítas orientaram os estudos desde seus primeiros colégios pela tradição humanista. O valor era centrado não na compreensão, na gramática da língua, mas na compreensão da construção de frases para que os estudantes pudessem compor as suas próprias. A defesa de Verney se inseria em um contexto de mudanças na utilidade social da língua. A transformação do ensino do latim era atrelada a um movimento maior. A partir já do século XVI, paulatinamente, o latim deixou de ser a língua utilizada nos negócios e assuntos administrativos. Seu uso passou a ser restrito aos religiosos e aos círculos de pessoas letradas, sobretudo nas universidades. Pouco a pouco, os homens de ciência passaram a defender o uso das línguas vulgares, e o latim passou a perder a sua força. Em descompasso com essa mudança social, os colégios continuavam valorizando o ensino de latim e do grego, pautados pela tradição humanista. (PETITAT, 1994).

Nesse sentido Verney defendeu que os ensinamentos deveriam se iniciar pelos estudos de gramática portuguesa, pois, somente assim, Portugal poderia se modernizar. O barbadinho encontrou forte resistência neste tópico, sobretudo dos padres jesuítas. Os inicianos mantinham em seus colégios a tradição dos estudos das línguas antigas, o que consistia em um “laborioso trabalho escolar.” (PETITAT, 1994, p. 80).

Ao estudo do latim, por exemplo, deveria se associar o aprendizado de história, da geografia e da antiguidade clássica. Propunha ainda que fosse intermediado pela língua portuguesa, e isso era novidade em Portugal. Especialmente sua defesa da língua nacional e de seu ensino como fator identitário e como língua dos negócios e da administração pública⁵². Interessante notar que, nos folhetos das críticas, a aproximação do pensamento de Verney aos hereges consistia em sua defesa do exame das fontes originais, de sua história, geografia e cronologia, para que cada um pudesse interpretar de modo direto qualquer texto, bíblico ou não. Percebemos traços de um individualismo, característico do século XVIII, que centra no sujeito a possibilidade e origem do conhecimento. Em contrapartida, a resistência dos jesuítas, por exemplo, em Portugal, consistia na defesa da fé católica e da manutenção do domínio da Igreja sobre a sociedade para além das questões religiosas.

Verney inicia sua primeira carta com uma definição de gramática, que considera como a arte de escrever e falar corretamente⁵³. Afirma que os primeiros mestres das línguas vivas são as mulheres, que ensinam seus filhos em casa, ou pessoas de pouca literatura, os Mestres das escolas baixas. Aqui já temos uma prévia do apêndice sobre a educação das mulheres. Como primeiras educadoras dos filhos, elas deveriam aprender a ler e escrever corretamente a língua.

Para ele, o aprendizado da língua em Portugal era permeado por muitos erros e uso de palavras plebeias. É importante

⁵² O debate em torno da imposição oficial do ensino de língua portuguesa em Portugal e em suas colônias entusiasmou D. João V, mas somente foi executado a partir de 1759 com as reformas promovidas por Pombal. Foi organizada uma obra recente sobre o ensino de língua portuguesa a partir da legislação pombalina e seu influxo no Brasil. (OLIVEIRA, 2010).

⁵³ Sumário das primeiras edições: Motivo desta correspondência e como se deve continuar. Mostra-se como exemplo dos Antigos, a necessidade de uma Gramática Portuguesa para começar os estudos. Dá-se ideia da melhor Ortografia Portuguesa, e responde-se aos argumentos contrários. Que o vocabulário do Padre Bluteau se deve reformar, para utilidade da Mocidade.

considerar aqui a relevância de tal afirmação no contexto do século XVIII. Fazia parte da construção da própria nacionalidade e da ideia de nação a padronização da língua. Isso seria possível a partir do estabelecimento de uma norma culta, oficial. A língua constituiria fator de identidade, e, por essa razão, deveria ser uma preocupação do Estado normatizá-la oficialmente. A gramática ensinada por princípios filosóficos, método utilizado em Portugal até então, principalmente pelos padres jesuítas, teve seus méritos, pois ajudou em uma primeira sistematização. Mas era preciso simplificar as regras e torná-las mais aplicáveis. Aparece pela primeira vez uma preocupação recorrente em seu programa de reformas: a simplificação e abreviação do tempo de estudos. Aprender mais em menos tempo é uma promessa feita ao longo das dezesseis cartas.

Em resposta, Araújo critica essa proposta: além de discordar que devam ser excluídas as palavras plebeias da gramática portuguesa, questiona sobre a sugestão de Verney sobre a simplificação dos dicionários, que consistia em eliminar palavras em desuso. Usa o argumento de que o fato de estar em desuso justifica que uma palavra esteja presente no dicionário, pois só consultamos palavras que pouco conhecemos. (REFLEXÕES, 1748). Em seu **Retrato** (1749), Francisco Duarte também demonstra profunda preocupação com a reforma no ensino de português proposta pelo VME, e reitera as considerações de José de Araújo. Isso, pois, o latim, era a língua que amalgamava a cristandade, no contexto, especificamente era a língua que dava unidade aos intelectuais. Ao iniciar os estudos pela gramática portuguesa e propor o estudo da gramática latina a partir do português, Verney criticava mais que o método dos jesuítas, mas uma prática que se exercia desde a Idade Média. Contestar o latim como ponto de partida dos estudos era questionar a autoridade da própria igreja e de seus estudos e estudiosos.

Após uma breve introdução à temática, estrutura de todas as cartas, apresenta os estudos históricos como preparação necessária

ao estudo da língua portuguesa. Essa também é uma estrutura que se apresentará nas outras quinze cartas.

Remetia aos gregos a origem da arte de falar bem. Isso se deu, pois, os gregos necessitavam falar bem em público devido à sua organização política: a democracia. Para conservar a língua pura, os gregos não aprendiam línguas estrangeiras. Elogiou nesse sentido os romanos, que, ao dominar os gregos, aceitaram que haviam sido vencidos pelo merecimento cultural dos dominados.

Para ele, a história tinha o sentido de aprendizado e de evolução. Utiliza a história nesse caso para exemplificar que “Em todo tempo houve dificuldade em se receberem costumes novos, ainda que fossem úteis. Os velhos não querem ceder dos costumes que uma vez esposaram.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 29).

Defende o método de ensinar aos nacionais a gramática da sua língua, a exemplo dos Antigos, e até mesmo dos bárbaros. Para corroborar sua afirmação citou como exemplo as iniciativas de Carlos Magno (742-814), no século VIII. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Interessante notar a crítica à Idade Média, considerada pelos iluministas a *Idade das Trevas*: “Nos seguintes séculos (ao século VIII) até o duodécimo, em que a **ignorância tanto dominou**, não foi ignoto este uso.” (VERNEY, 1949, p. 32, grifos nossos). Do século XII até o XVI reinou outra ignorância em relação ao método, segundo Verney: “muitos se aplicaram às letras mas muito mal: só reinavam as agudezas e o estilo ridículo.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 32).

Encerra a primeira parte desta primeira carta afirmando que a razão dos estudos de Gramática deve ser o aprendizado da própria língua. Nisso consistia sua importância, e deveria, portanto, ser o início de todo e qualquer estudo, inclusive do ensino dado pelas mulheres aos filhos.

Sua escrita tem duas principais características no tocante ao estilo: o ataque direto com críticas contundentes e a ironia. Outra propriedade de suas cartas é o fato de não embasar tanto suas afirmações. Esta foi uma das principais críticas feitas por seus opositores. José de Araújo, por exemplo, ironizou sobre as proposições demasiado gerais feitas por Verney quando não tem

argumentos. (REFLEXÕES, 1748). Ao fazer afirmações genéricas e vagas Verney justificava sempre que não seria necessário aprofundar a discussão, pois seu interlocutor era homem culto, por não haver espaço na carta, ou ainda por ser assunto sabido por todos.

Mas outra justificativa recorrente em todas as epístolas dimensiona a ambição de seu projeto. Indica que não irá se aprofundar por saber que um amigo seu estava preparando um compêndio de acordo com esse novo método moderno. Aponta isso em todas as suas cartas. Ao que tudo indica, o próprio Verney preparava cada um dos compêndios, mas terminou a elaboração apenas dos manuais de Física, Lógica e Gramática, sendo o último o mais consistente. Dessa forma, não podemos entender as cartas do VME como um compêndio de cada área, mas sim, como um projeto ideal de reforma. Isso inclui a notícia de como estava organizado o estudo nessa área em Portugal, seguido da proposta de um novo método. Para seus opositores, como por exemplo, Francisco Duarte, Verney não cumpriu o que prometia: “[...] convém a saber que falta método a este método.” (RETRATO, 1749, p. 20).

O autor não foi pioneiro ao defender a importância da língua materna para os estudos.⁵⁴ Todavia, a defesa de iniciar os estudos pela gramática portuguesa, bem como de impô-lo em todo o reino, consistia em uma novidade na estrutura de ensino em Portugal do século XVIII. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1). E causou muita polêmica. Indicar que os portugueses deveriam iniciar seus estudos pela língua vernácula era uma afirmação que confrontava não somente o método dos jesuítas. De certa forma, era romper com o fator que conferia unidade à cristandade desde a Idade Média. Esse é o principal tema de refutação da proposta de Verney feita pelo jesuíta Francisco Duarte. O centro de seu Retrato era a defesa do

⁵⁴ Outros autores, como Comênio, por exemplo, defenderam o ensino da língua vulgar como ponto de partida do ensino antes de Verney. Também foi utilizado como estratégia de conversão nos ensinamentos dos protestantes. Verney, contudo, naquele momento, admirava, sobretudo os estudos realizados pelos jansenistas franceses nas Pequenas Escolas, e admirava os estudos de Fenélon e Rollin. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1).

ensino de latim, e a contra-argumentação sobre os estudos de língua portuguesa. (RETRATO, 1749).

A partir do século XVI “[...] a hegemonia do latim estava condenada.” (ANDERSON, 2008, p. 46). Paulatinamente o latim deixava de ser a língua da intelectualidade de uma Europa unida por uma identidade cristã. Vários autores escreveram ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII na língua de seu país, e “[...] o declínio do latim ilustrava um processo mais amplo, em que as comunidades sagradas amalgamadas por antigas línguas sacras vinham gradualmente se fragmentando, pluralizando e territorializando.” (ANDERSON, 2008, p. 47). Ao propor uma reforma que fosse orientada a partir dos estudos de língua portuguesa, Verney contribuía para o debate em torno da normalização da língua em Portugal. Elevar as línguas vulgares à condição de oficiais e impô-las a todos os habitantes do território nacional foi tarefa dos reinos no século XVIII, o que “[...] contribuiu para o declínio da comunidade imaginada da cristandade.” (ANDERSON, 2008, p. 78).

Não é difícil, assim, compreender o motivo pelo qual esse foi o principal ponto da polêmica com a Companhia de Jesus. A partir dos folhetos, podemos perceber a resistência em aderir ao ensino de português e do próprio latim a partir da língua vernácula, pois isso significava uma derrota na resistência que a Igreja Católica mantinha nos países ibéricos e na Península Itálica para continuar fortemente atrelada ao Estado, e, dessa forma, manter a ideologia religiosa frente ao processo de racionalização do mundo que o século XVIII assistia.

O jesuíta Araújo, por exemplo, seguindo com suas reflexões, apresentou suas considerações sobre a Gramática Latina e os estudos de Latinidades. Reforçava a importância do método de ensino de latinidades usual à época: para aprender bem latinidade é preciso aprender a gramática em latim, não em português, como sugeriu Verney. (REFLEXÕES, 1748). Era a resistência da Igreja para não perde seu poder em um mundo que passava por um

acelerado *desencantamento*, isto é, um processo de laicização ou racionalização⁵⁵.

Na segunda parte da carta Verney apresentou seu plano de estudos de língua portuguesa. Iniciou aconselhando a melhor didática, a importância do aprendizado da língua para a redação de cartas e encerra indicando uma bibliografia para o ensino de português.

Podemos perceber de início que a proposta de um novo método para o ensino de língua portuguesa deveria ser baseada em uma gramática curta e clara.

Simplificar e tornar o ensino mais rápido: são duas preocupações que perpassam os planos de estudo de Verney em todas as suas cartas.

No tocante aos encaminhamentos didáticos questionava se a punição por intimidação ou pancadas – prática comum à época, segundo ele – seria o meio mais eficiente de ensinar a mocidade.

Percebemos uma preocupação de Verney em indicar aos mestres quais as práticas usuais que considerava inadequadas para o aprendizado, ou de pouca utilidade. Afirma que o mestre deve ensinar as regras gramaticais na prática, por exemplo, indicando como as regras ensinadas aparecem na estrutura de uma carta vulgar. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Ao analisar as etapas propostas por Verney para o ensino da Gramática portuguesa alguns pontos chamam a atenção. Primeiro não rompe com a repetição, presente, por exemplo, nas regras de estudo do *Ratio Studiorum*, conjunto de regras que regulamentava o ensino nos colégios jesuíticos, alvo central das críticas de Verney. Todavia, enquanto Verney defende que o mestre deveria explicar brevemente as regras, para o método de estudos proposto no *Ratio*, a preleção era a parte central do ensino.

⁵⁵ O Estado e a sociedade passaram por um processo de secularização e burocratização na modernidade. Ao analisar esse processo, o sociólogo alemão Max Weber elaborou o conceito de *desencantamento do mundo*. (*Entzauberung der Welt*). (WEBER, 1967; PIERUCCI, 2003).

Segundo o método jesuítico, o mestre deveria ler todo o trecho, apresentar a explicação e retomar o texto clássico usando exemplos das regras explicadas. Recomenda, contudo, que os estudantes não tomem notas, e estimula a repetição oralmente. (FRANCA, 1952). Verney defende o oposto: a prática da escrita para o aprendizado, mas apenas aos alunos mais avançados. Para treinar a escrita, o mestre deveria solicitar a dois alunos que trocassem cartas a fim de aprender os diferentes modos de escrever e os tratamentos mais apropriados a diversas pessoas. Concomitante, aprenderiam a boa ortografia e a pontuação. Todavia, não rompe definitivamente com a repetição oral, o *ex corde*, apenas defende que seja realizada somente com alunos mais avançados⁵⁶. (VERNEY, 1949, vol. 1). Araújo defende em suas reflexões o método de estudar os versos de cor. Diz que a memória precisa ser exercitada, e isso não cansa, como defende Verney, é até necessário para seu aprimoramento. (REFLEXÕES, 1748).

Verney justificava que esse aprendizado mais voltado à prática e à escrita seria mais útil ao Estado. Muitos homens políticos e com importantes cargos no aparato jurídico e administrativo da coroa Portuguesa não sabiam redigir cartas, e se valiam de seus cargos ou títulos para impor um prestígio e respeito. Para Verney, os homens deveriam ser respeitados e reconhecidos socialmente pela educação que recebiam, não pelo cargo que ocupavam. A começar pelos secretários, gerais e demais funcionários da Coroa, o aprendizado da língua seria fator de distinção e respeitabilidade. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Finaliza a carta indicando as principais mudanças necessárias ao ensino de gramática portuguesa: ortografia, uso dos sinais auxiliares, vocabulário, pronúncia, pontuação, uso de maiúsculas e, por fim, a elaboração de novos dicionários.

⁵⁶ Saber *decor* deriva do latim *ex corde* e quer dizer, saber de coração. Os jesuítas com seu método defendiam que, pela repetição, os estudantes gravariam o que aprenderam não somente na memória, mas no coração, e, dessa forma, nunca mais esqueceriam.

Para ele, a língua deveria ser reestruturada de modo que se aproximasse da forma como os homens cultos a falavam. Critica as afetações, como letras dobradas, e propõe alterações e simplificações na língua que a deixassem mais simples, e as palavras mais “limpas.” Dedicou extensivas 41 páginas a este item, o que demonstra o início de seus esforços em sistematizar e normatizar a gramática portuguesa, que foi completada por seu manual de gramática. No tocante aos sinais auxiliares, diferentemente da ortografia, indica o que se deve colocar, e não retirar. Para ele, faltam acentos, que, além de aumentar a pureza e a elegância são úteis na distinção de muitas palavras. Outros recursos para distinguir melhor o discurso são as vírgulas, os pontos e dois pontos. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Historiciza o uso dos acentos para definir aquela que julga ser a sua função maior: distinguir palavras. Sobre vocabulário e pronúncia destaca a necessidade de adotar algumas palavras estrangeiras para melhor explicar muita coisa. Sobre a pontuação e o uso de maiúsculas destaca a necessidade do parágrafo. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Por fim, defende que o dicionário deveria ser mais condensado, deveriam ser retiradas as palavras latinizadas e que deveria conter apenas as palavras usadas pelos homens mais cultos, extinguindo as palavras *plebeias*. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Em linhas gerais, percebemos na primeira carta a defesa da aprendizagem de língua portuguesa que leve em consideração o seu uso prático, um conhecimento útil ao Estado português. Também a concepção de que a educação seria um fator de distinção social, e não o cargo, ou ainda, o título que o indivíduo possuísse.

Podemos aqui perceber um aspecto relevante da própria biografia do autor, e que revela o lugar de onde ele fala, bem como a sociedade que se consolidava no século XVIII. Verney era filho de um boticário de origem francesa, e que por meio dos estudos conseguiu que seus filhos ocupassem cargos eclesiásticos que configuravam também naquele contexto lusitano poder político. Seu irmão, o padre oratoriano Diogo Verney, ocupava um cargo no

Tribunal do Santo Ofício, e, ele próprio, ocupava o de Arce-diago de Évora. (DE ANDRADE, 1966).

Outro destaque é a preocupação em educar essa nova elite, bem como os próprios nobres. Seu projeto de reformas do ensino não defendia explicitamente a educação do povo, ou ainda, para todos, apesar de indicar para essa necessidade em sua última carta.

Era preciso que a Coroa portuguesa - para se constituir como uma nação forte, moderna e desenvolvida segundo os padrões do século XVIII – padronizasse a língua falada pelos homens cultos. Assim, a distinção social se daria àqueles que tiveram acesso ao aprendizado dessa língua padrão, da norma culta da língua. Esse foi um fator importante tanto na constituição de uma identidade nacional quanto na consolidação dos Estados Nacionais Modernos no século XVIII, pois significava também a constituição de fronteiras, e, principalmente o alargamento delas, a partir da identificação de uma língua comum, dos costumes e também de um passado comum, invocado como glorioso.

Nas laudas iniciais de sua segunda carta Verney introduz o leitor ao seu plano de renovação dos estudos da Gramática Latina⁵⁷. Ele afirma que o método de estudar latim a partir de uma gramática escrita nesta língua consistia somente em decorar as regras e aplicações, mas que os alunos não sabiam o que significavam as palavras. (VERNEY, 1949, vol. 1). A partir dessas considerações, apresentou sua ideia de gramática latina e a “história das suas modernas orientações.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p.144).

Apresentou uma crítica ao método usual e podemos identificar alguns pontos importantes. O primeiro deles, e que constitui uma aparente novidade em Portugal, era a defesa de que a gramática latina deveria ser ensinada somente após a aprendizagem da gramática vulgar. Seu ensino, como o de

⁵⁷ Sumário das edições primitivas: Danos que resultam da Gramática Latina que comumente se ensina. Motivos por que, nas escolas de Portugal, não se melhora de método. Nova ideia de uma Gramática Latina facilíssima, com que, em um ano, se pode aprender fundamentalmente Gramática, etc.

qualquer língua estrangeira, deveria acontecer a partir da língua materna. Isso ajudaria a fortalecer a própria língua, e tornaria o aprendizado mais prático e útil, menos contemplativo. Para o autor, havia uma contradição no ensino de latim em Portugal, pois, para aprender línguas estrangeiras, os portugueses procuravam um professor que falasse ambas e explicasse em português. (VERNEY, 1949, vol. 1). Em suas considerações sobre essa questão, José de Araújo ironizou a proposta de Verney: “A nossa língua não é morta para que os naturais necessitem de tal diligencia.” (REFLEXÕES, 1748, p. 17).

Fez a crítica à gramática escrita pelo jesuíta Manuel Álvares, do século XVI, escrita para o uso nos colégios da Ordem. Segundo Verney, por ser muito complexa, necessitou de várias adaptações e facilitações. Para usar essa gramática, o estudante necessitava de uma série de livros auxiliares.⁵⁸ Esse foi um ponto de intenso debate com os jesuítas. Tanto nas **Reflexões** quanto no **Retrato**, os jesuítas Araújo e Duarte defenderam o uso do compêndio, não por ser uma determinação do Superior da Ordem, mas por seu mérito.

Quando lançou o VME Verney tinha em mente o lançamento da Gramática Latina segundo as ideias expostas nesta carta, o que aconteceu com a publicação, anônima, em 1758. A autoria somente foi impressa na obra em 1785. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1).

Propunha o seu ensino em um tempo menor. Enquanto pelo método dos padres jesuítas a Gramática Latina era ensinada em seis ou sete anos, pelo método proposto por Verney ela seria ensinada em apenas um ano. Esse foi um ponto bastante questionado por

⁵⁸ Primeiro o Padre António Velez a tornou mais complexa e vasta. O livro complementar de Bartolomeu Rodrigues Chorro contava já com uma dúzia de edições na época do VME. Depois outro foi lançado em 1635 por João Nunes Freire. Os padres do Colégio de Santo Antão, por sua vez, lançaram o Cartapácio, e o padre José Soares também publicou explicações sobre essa Gramática em 1689. Concorrendo com essa obra, foi publicada em 1699 a de outro jesuíta, Padre António Franco. Padre João de Moraes Madureira Feijó lançou a *Arte Explicada* em 1729. Também no Brasil, Matias Rodrigues Postela, do colégio da Paraíba lançou um cartapácio impresso em Lisboa em 1738. Eram todos compêndios auxiliares da Gramática latina de Álvares-Velez. (VERNEY, 1949, vol. 1).

seus opositores. Duvidavam que fosse possível reduzir o tempo de estudos como apontava Verney, e, como o autor somente prometia tal intento, não apresentando uma nova gramática, questionavam se isso seria aplicável na prática.

No tocante ao método, novamente tece críticas ao ensino por regras e memorização. Para ele, aqueles que sabiam bem o latim o sabia por ler, escrever e falar, não por decorar regras. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Assim como nas outras cartas, destaca a importância da história. Mas nessa carta, diferente da primeira, não somente faz uso da história para contextualizar o seu plano de estudos, parte inicial também dessa carta. Ele apresenta na segunda parte a história como estudo auxiliar para a aprendizagem do latim. Ao apresentar o histórico do ensino de latim, afirma que “O mundo estava mui falto de notícias e de método antes do século passado.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 145).

Para Verney foi somente a partir dos séculos XV e XVI que se iniciaram alguns estudos, mas ainda não considera que havia um método. Para ele alguns homens “foram letrados à força de estudo, mas não de método” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 145). Essa “glória”, segundo ele, estava reservada para o século XVII⁵⁹.

De modo implícito, traz a concepção de que a história serve de modelo ao presente na medida em que colabora para que os erros do passado sejam identificados e superados, visando o desenvolvimento e o progresso humano. (VERNEY, 1949, vol. 1). Também percebemos a partir de sua contextualização a concepção de método em seu sistema de ideias, que consistia em examinar as matérias com a razão, mas esta deveria estar subordinada à experiência.

Em seguida, apresenta cronologicamente os principais gramáticos e suas contribuições até o século XVII. Considera que os

⁵⁹ Nas cartas de Filosofia percebemos a concepção de progresso da ciência em Verney. Ao apresentar os principais representantes do pensamento moderno, ainda que não concorde, por exemplo, com o cartesianismo, apresenta como importante marco na evolução do pensamento moderno. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

gramáticos contribuíram, mas não havia ainda a construção de um rígido sistema de regras essenciais, consideradas lógicas e universais. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Ao apresentar o histórico da orientação do estudo da gramática, Verney afirma que antes do século XVII não havia método para ensinar latim. Aqueles que tinham aprendido sabiam por conta da leitura de bons autores: “Viam e estudavam com os olhos e juízos alheios.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p.145). Por essa razão, não sabiam ensinar.

Os autores indicados por Verney como gramáticos modernos, e, portanto, que deveriam ser adotados nas escolas, substituíram a ideia de que uma regra falhava nesse ou naquele caso, e precisava, assim, de uma explicação extra lógica, por uma ideia de que a exceção confirmava a regra⁶⁰.

Para Verney, as palavras foram inventadas para explicar nosso pensamento. Assim, independente da língua, as orações devem ter as mesmas partes indispensáveis. Critica os gramáticos filosóficos, apesar de reconhecer seus esforços em estudar a língua latina, e defende um rigoroso sistema de regras universais a serem aplicadas. Para justificar suas afirmações, refere-se à difusão deste método por muitos países.

Verney exalta o método dos gramáticos franceses, alemães, holandeses e italianos. Para ele, a razão pela qual o método não se propagou mais em Portugal devia-se ao fato de que

[...] os estudos da mocidade são dirigidos por alguns Religiosos que seguem outras opiniões. Os doutíssimos Jesuítas ensinam grande parte da mocidade em várias partes da Europa; e, não querendo apartar-se do seu Manuel Álvares, rejeitaram todas as novas

⁶⁰ Verney e os gramáticos dos séculos XVII e XVIII que imprimiram a perspectiva ambiciosa de uma gramática filosófica foram contestados no século XIX. Mas não foram em vão os esforços desse grupo de gramáticos, pois “eles deram à gramática um ar sistematizado que ela não apresentava anteriormente, e, disto resultou, após a sua luta, uma completa transformação na ordem dos estudos gramaticais anteriormente não sonhada.” (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1, p. 149).

gramáticas. Alguns destes Religiosos, que trato familiarmente e estimo muito pela sua doutrina e piedade, me disseram claramente que bem viam que o Álvares era confuso e difuso, e que as outras eram melhores; nem se podiam negar que os princípios de Scioppio fossem claros e certos; mas que o P. Geral não queria se apartassem do P. Álvares, por ser Religioso da Companhia. Este é o motivo por que o P. Álvares se conservou nas escolas dos tais Religiosos; e esta também a origem da tenacidade com que muitos seguem aquilo mesmo que condenam. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 149-150).

Ironiza a rígida hierarquia jesuítica, e afirma que, mesmo esses que reconhecem os limites da gramática, continuam usando nos colégios por determinação do Padre Geral. Em nota, Salgado Júnior afirma que não era o intuito de Verney, assim como na dedicatória e na carta primeira, criticar diretamente os jesuítas (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1). No entanto, a partir da leitura de todas as cartas entendemos a aparente cortesia e admiração pelos padres inacianos como um recurso retórico, pois os ataques são diretos e irônicos. Obviamente esse foi um ponto que mereceu destaque nas respostas dadas pelos jesuítas. Tanto Araújo quanto Duarte defendem que o valor da gramática do padre Manuel Álvares extrapolava a imposição do superior da Companhia de Jesus (REFLEXÕES, 1748; RETRATO, 1749).

Verney indica que outros religiosos acabavam adotando as mesmas orientações dos jesuítas, e que reproduziam o que aprenderam com os mestres. Esses mestres religiosos se contentavam em entender um pouco de latim, sem cuidar em saber gramática. Já os Mestres seculares eram “ignorantíssimos e puros pedantes.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 150).

Interessante notar que Verney indica que isso ocorria apenas em Portugal, pois, em outros países, religiosos e seculares ensinam “segundo os verdadeiros princípios”, dos quais ele julgava ser o mensageiro. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 151). Aqui também fica definido o alvo de suas críticas, os métodos de ensino em solo

lusitano, e o seu projeto de adequar seu método, verdadeiro, ao estilo e necessidade de Portugal.

Antes de apresentar seu plano de estudos, Verney afirma que daria notícia das melhores gramáticas e de “**como** se pode ordenar uma Gramática **útil** para a mocidade.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 151, grifos nossos).

Em seu “Plano duma Gramática Latina Moderna” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 153) alguns pontos referentes ao método de ensino merecem destaque. Primeiro, propõe sintetizar a gramática de ensino de língua latina a fim de dispensar o grande número existente de obras auxiliares. A concepção de método de ensino que perpassa a sua proposta de um material mais sintético é a de que o ensino deveria ser feito com muita clareza e brevidade. (VERNEY, 1949, vol. 1). Outra questão importante referente ao método é a de que não é necessário ensinar ao estudante todos os verbos latinos e suas conjugações, mas um exemplo de cada caso: “[...] basta que aprenda um exemplo e saiba buscar os outros, porque a prática ensina o demais.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 155).

Insiste que o que se ensina aos moços são regras inúteis, coisas supérfluas. Mais que ensinar a decorar verbos é necessário ensinar que em cada contexto eles podem ter significados diferentes. É preciso estimular a reflexão sobre os bons autores, não a memorização. O princípio da utilidade perpassa toda a sua preocupação em propor um novo método de ensinar.

O método que propõe é o de dar um exemplo de cada caso, e, o estudante aprenderá o restante na prática, buscando a informação. Mais importante que apresentar um conjunto de regras a ser decorado é ensinar ao indivíduo o seu uso na sociedade, para além da escola. Isso condiz com a concepção de homem e de sociedade em consolidação no século XVIII, e que exigia uma aplicação prática, uma utilidade do saber. Centra também no indivíduo a responsabilidade da aprendizagem e da busca de informações. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Ao iniciar seu plano para o estudo da sintaxe latina, Verney faz afirmações um pouco vagas. Ao ler o comentário de Salgado

Júnior, percebemos que tal questão foi aprofundada na sua gramática. Assim, podemos compreender que essas cartas são um roteiro do seu método, um projeto de reforma com um programa, e que derivaria delas os manuais e compêndios necessários à sua implantação no reino português. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Ao fazer a crítica ao método de ensinar ortografia latina, indica que não pretende compor uma gramática na carta. Mas afirma que um amigo seu estava se dedicando a esse intento. Como se trata de obra anônima e posteriormente Verney compôs e publicou uma gramática, provavelmente se refere a ela. (VERNEY, 1949). As respostas dos jesuítas que saíram na sequência cobravam tal intento prometido, e pesavam sobre esse ponto muitas acusações (REFLEXÕES, 1748; RETRATO, 1749).

Novamente aparece a ideia de que é necessário aprender mais em menor tempo, seguida da repetição da afirmação de que é mais fácil conquistar um novo mundo que persuadir os velhos da antiga gramática, em referência às próprias conquistas do reino português. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Ao apresentar a didática e aplicação do ensino de gramática latina Verney critica novamente o método baseado na gramática jesuítica de Álvarez. Depois de seis a sete anos o estudante não aprendia latim por esse método, apenas tinha notícia de algumas regras.

Sobre os encaminhamentos didáticos, defende que apenas quando o aluno fosse adiantado nos estudos o mestre poderia obrigá-lo a repetir de memória – novamente uma crítica aos jesuítas e seu método. Reafirma que nem sempre é possível exigir essas repetições de memória. Recomenda que o professor dê um período para o aluno escrever. Defende ainda que a produção textual é mais eficaz no aprendizado que a repetição de memória. Essa defesa está inserida na sua defesa de unificar a língua e fazer com que todos escrevessem bem o português. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Conclui a carta afirmando que um ano bastaria para aprender muito mais gramática com esse método que em anos de ensino de muitos mestres. O modo como se ensinava a gramática latina pelo

método dos antigos morria com a escola. O estudante deveria praticar lendo os autores latinos e só depois passar à Filosofia. Primeiro, o estudante deveria se familiarizar com a língua, e, como consequência, entenderia o latim como se fosse sua língua materna:

O método, porém, que aponto é mais fácil de se conservar na memória, porque é natural e chega à origem das coisas. Mas, em um e outro sistema, é verdade que preceitos sem uso nada valem. Onde, deve o estudante, não só aprender a Gramática, mas exercitar essas regras no discurso, na leitura e na composição, descobrindo em toda leitura as regras que na Gramática lhe insinuam, no que deve ter igual cuidado o Mestre, que o estudante. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 166-167).

Para Verney, preceitos sem uso de nada valiam. O estudante deveria, além de aprender as regras, exercitá-las no discurso, na leitura e na composição. Defende que após a apresentação das regras, os alunos deveriam fazer exercícios de aplicação, preferencialmente por escrito.

Esses exercícios consistiriam centralmente em ler os clássicos para, a partir deles, compreender as regras que aprenderam. Nesse ponto também foi criticado e acusado de heresia. Em sua segunda reflexão, Araújo apresenta uma digressão a fim de associar o método de Verney ao dos hereges, especialmente quando contesta a autoridade das interpretações dos clássicos. Quando sugere voltar aos originais, iguala-se aos hereges segundo os seus críticos. Essa crítica é recorrente no bojo das discussões e debates, o que pode ser percebido a partir dos panfletos publicados. (RELEXÕES, 1748; RETRATO, 1749).

Verney alerta também que estudantes e mestres deveriam ter igual cuidado nos estudos. Na sequência, propõe que o mestre deve organizar o ensino de modo que o aluno escreva em português o que compreendeu, com suas palavras. Os alunos principiantes deveriam segundo seu programa de estudos fazer os exercícios em casa, pois precisam de tempo para ler, entender e escrever exemplificando. Para explicar os textos em latim, o aluno deveria

procurar no dicionário as palavras, e isso o faria ter na memória o conteúdo de forma mais eficiente que simplesmente decorando cada regra em latim.

A repetição de memória deveria ser solicitada somente aos alunos mais avançados. Para Verney, o mestre deveria obrigar os principiantes a apresentar por escrito, e deveria pedir que a tarefa fosse executada em casa. Para ele, nem sempre o mestre deveria obrigar os alunos a repetir de memória, pois o melhor seria dar um período para que ele explicasse no papel. Além disso, recomenda que os professores leiam as produções do aluno com atenção. Assim, o aluno não irá se enfadar do estudo: terá tempo para escrever em casa e saberá que o mestre lerá tudo o que escreveu.

Encerra a carta de forma vaga, afirmando que “ainda me fica muito que dizer. Contudo, do que tenho escrito fica bem claro o que eu entendo.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 168).

Na terceira carta Verney introduz o estudo da Latinidade, ou ainda, o estudo de autores latinos. Percebemos que em seu programa, eles deveriam ser precedidos do estudo das gramáticas, primeiro da língua portuguesa e depois da latina.

Na primeira parte desta carta, dedicou-se a analisar a cultura de meados do século XVIII no que se refere à Latinidade. Acusava seus contemporâneos de não saberem se expressar em latim simples, correto e elegante. Considerava o método de ensinar existente (exercícios de composição ou emendas de versos) e os meios (castigos) como inúteis. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Para Verney, não se aprende latim apenas com o estudo da gramática, mas com o estudo dos autores clássicos. Assim, essa carta complementa a carta segunda, pois se trata da leitura dos clássicos e reflexão sobre suas melhores obras. (VERNEY, 1949, vol. 1).

O sumário primitivo indica que nessa introdução, Verney apresentará os “abusos que se introduziram em Portugal no ensinar a língua latina” e o “Mau modo que os mestres têm para

instruir a Mocidade.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 169)⁶¹. Na sequência, apresenta o método a ser usado no ensino, a importância da cronologia, geografia e história, indica aos mestres quais autores deve ensinar e como devem servir-se e explicá-los com maior utilidade. No final, aponta o “modo de cultivar a memória e exercitar o Latim nas escolas.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 169).

Não bastava o estudo da gramática para aprender o latim: “[...] quem para no vestíbulo, não pode ver as singularidades do palácio.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 170). Era preciso exercitá-lo a partir dos autores clássicos.

Para Verney, alguns intelectuais portugueses falavam um português com palavras latinas, mas não latim, e que, por não conhecerem a língua, procuram usar palavras “grandes e afetadas”, o que julgava ser pedantismo. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 171). Afirma que na Itália, essa forma de falar é chamada de estilo do século XVI.

Como é comum em seu estilo e organização na escrita das cartas, direcionou seu exame crítico ao método de ensino, e novamente afirmou que o aprendizado dos rapazes em Portugal não ultrapassava os limites da escola. Criticou o método de compor em latim, que, para ele, consistia em escolher um autor fácil e elegante e imitar seu estilo⁶².

Defendia que para aprender latim, assim como qualquer outra língua, é preciso exercitar por meio da conversa com outros homens que falam também essa língua. Critica os homens doutos portugueses

⁶¹ Sumário das edições primitivas: Abusos que se introduziram em Portugal no ensinar a língua latina. Mau modo que os Mestres têm para instruir a Mocidade. Propõe-se o método que se deve observar, para saber com fundamento e facilidade o que é pura Latinitade. Necessidade da Geografia, Cronologia e História, para poder entender os livros latinos. Apontam-se os autores de que os Mestres devem servir na Latinitade; e como devem servir-se deles e explicá-los com utilidade; e as melhores edições. Aponta-se o modo de cultivar a memória e exercitar o Latim nas escolas.

⁶² No século XVIII predominava um latim distinto daquele da Idade Média. Escolhia-se um autor e escrevia-se e falava-se segundo seu estilo. O mais usado era Cícero. (ANDERSON, 2008).

que leem os antigos por vaidade e com o intuito de saberem tudo, não sabem nada e não criam um estilo próprio. Não basta ler o máximo de autores clássicos que puder. “Homens há, que lêem indiferentemente todos os livros antigos, e, pela vaidade de quererem saber tudo, não sabem nada.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 172).

Em termos de método, enfatizava que ao usar um autor consagrado pela tradição não significava usá-lo para qualquer finalidade, ou somente para dar legitimidade ao que escrevia. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Interessante a ideia de método que aparece perifericamente ao analisar os cuidados que se deve ter no uso de autores latinos. Verney alerta que nem todos os textos e autores são iguais. Chama a atenção o exemplo dado por ele em relação ao estilo, pois não recomendava a citação de dois autores de estilos distintos em um mesmo texto. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Para ele muitos homens doutos liam indistintamente e faziam uso do pensamento de vários autores. Não é o fato de serem clássicos, antigos, que podem ser citados indiscriminadamente. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Após essas considerações introdutórias, Verney procedeu a uma crítica direta ao método usado nas escolas de Portugal. Iniciou dizendo que sua advertência se aplica mais a Portugal que aos outros reinos, pois os mestres “aqui” (denuncia sua nacionalidade) tinham pouca notícia daquilo que ele dizia. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 174).

Ao analisar a escolha dos autores e livros afirma que os mestres elegem livros e passam de um ao outro só para “encher o tempo e completar o ano” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 174). Os textos dos autores escolhidos são ensinados sem que se explique aos estudantes o merecimento de cada um deles. Não se deve também explicar ao mesmo tempo prosa e poesia.

Ainda em relação à escolha dos autores, defende a necessidade de adequar os autores a cada fase do aprendizado. Cita que livros como Eneida de Virgílio, por exemplo, eram leituras para homens feitos, não para rapazes. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Estava em vigor neste tempo nos colégios jesuíticos a última *Selecta*, que consistia em excertos de autores latinos. Não contemplava a poesia, mas provavelmente os mestres acrescentavam leituras que julgavam importantes às *Selectas*. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Criticava o uso de documentos do papado para ensinar latim, pois para ele aquilo não era latim puro, mas um latim ao estilo forense próprio de Roma, o que considerava inadequado aos estudantes das escolas baixas. Para ele, se o estudante aprendesse bem o latim entenderia depois os textos do Concílio de Trento ou o Breviário, que eram ensinados nos colégios com o argumento de que seriam necessários aos que seguissem carreira eclesiástica. Como em seu plano não pressupõe a formação para esse fim exclusivo, defendia que fossem excluídos dos programas das escolas de estudos iniciais, pois seu ensino é desnecessário aos meninos nos colégios.

Os mestres pediam a tradução palavra a palavra dessas bulas e documentos. Para Verney isso era perda de tempo e servia tão somente para preencher o tempo da aula. Defendia que o latim não deveria ser traduzido palavra por palavra (*ad verbum*), mas sim, pelo sentido (*ad sensum*). Para ele, o mestre deve ler trechos e explicar o sentido. “O mais é perder tempo” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 177).

Para exemplificar sua crítica à forma como era realizada a tradução nas escolas cita o exemplo de um mestre de Filosofia que riu de um aluno que, ao ser solicitado que fizesse oralmente uma tradução, traduziu ao pé da letra algumas palavras de São Paulo, e que acabou deixando a frase sem sentido. Considera uma “parvoíce” mandar traduzir “palavras obscuras”, e que isso nada mais é que pedantismo. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 177).

Dedica boa parte desta carta a criticar o uso do castigo físico. A isso Verney atribui a ignorância que se observa em Portugal. Isso porque quando o estudante é obrigado a repetir oralmente e não consegue, e em vez de ser estimulado a prosseguir recebe muitas palmatoadas, ele é levado a “odiar todo gênero de estudos.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 178). Dirige-se ao seu suposto

interlocutor e indaga: “E não acha V. P. que é uma crueldade castigar rigorosamente um rapaz, porque não entende logo a língua latina, que de si mesmo é dificultosa e ainda o parece mais na confusão com que lha explicam?” Afirma que fica claro de lá (Itália) que pouco se aprende de latim com tal método, e lastima que os mestres em Portugal não percebam o “ridículo deste costume.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 178).

Interessante notar que a centralidade da responsabilidade quanto ao fracasso do aprendizado é delegada ao método de ensinar, e isso perpassa uma crítica direta aos mestres.

Menciona o excesso de castigos no Colégio das Artes (Coimbra) e nas escolas baixas. Não nega a sua necessidade, mas denuncia o que considerava os abusos desses castigos. Afirma que os mestres não ensinavam o que deveriam ensinar, e cobram de seus alunos mais do que aquilo que eles poderiam aprender, tanto pela idade quanto pelo ensino que lhes foi excessivamente de memorização e de coisas desnecessárias. Nesse ponto a resposta da Companhia de Jesus foi incisiva: em sua quinta reflexão, Araújo contestou frontalmente o fim dos castigos. Sobre isso questionava: se os pais e mães em casa, com apenas cinco ou seis, podem bater, porque o mestre com 200 não poderia? E ironiza: os pais em casa castigam, e os mestres que os tratem como se fossem vidros de Veneza? (REFLEXÕES, 1748).

Todavia, Verney não propunha abolir os castigos totalmente. Defendia o castigo aos rapazes que não deixassem os outros estudarem, ou que fizessem “rapaziadas pesadas.” Segundo sua concepção, nesses casos, o castigo não somente seria justo, como defendia que o aluno fosse expulso em caso de reincidência.

Assim, defende o castigo em casos de indisciplina, não de dificuldade de aprendizagem. No caso da universidade, afirma que nesse quesito, de castigar e punir estudantes indisciplinados, era insuficiente. Aqueles que acometiam os novatos e faziam outras insolências eram tratados, segundo ele, de forma abrandada. Sobre isso afirma que:

Nesse particular seria eu inexorável; porque a paz pública, que o Príncipe promete aos que concorrem para tais exercícios, pede-o assim; e, em outros Reinos, executam-no com todo o rigor. Falo somente do castigo que se dá por causa de não acertar com os estudos. A emulação, a repreensão, e algum outro castigo deste género, faz mais que os que se praticam. É necessário ter muita paciência com os rapazes, e ensiná-los bem [...] (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 180).

Apesar de tecer críticas aos castigos físicos, não descartava seu uso, mas sim, discutia sua aplicação. Há casos em que defendia o uso desse recurso. Para Verney os castigos físicos não deveriam ser usados porque um aluno não aprendeu, mas defendia seu uso no caso de disciplinar os estudantes por cometerem “rapaziadas pesadas”, que impedia que os outros estudassem, e especialmente, nos casos de perseguição aos novatos, principalmente nas universidades. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 180). No caso da crítica aos castigos físicos a escola reitera: “Falo somente do castigo que se dá por causa de não acertar com os estudos.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 180).

Defendia que em casos de desordem os castigos eram brandos. Dessa forma, disciplinar fisicamente era necessário para manter a ordem, e isso deveria ser assegurado para que houvesse paz pública. Especificamente sobre o método, defende que o ensino deve ser do simples para o complexo. Trata-se de considerar a experiência sensível para chegar a conclusões universais.

A partir desse método resultariam muitas utilidades segundo Verney. A primeira seria o fato de que os homens saíam da escola não somente sabendo a língua latina, mas também a sua. Lastima o fato de que homens de Política e de Letras, após passarem tanto tempo nas escolas pequenas e grandes (colégios e universidades), não soubessem sequer redigir uma carta em sua própria língua. Procuravam para cartas e discursos públicos palavras estrangeiras ou eruditas e verbos que não existiam. Assim, compunham uma carta com estilo afetado e declamatório que epistolar propriamente dito (VERNEY, 1949, vol. 1).

A segunda utilidade seria aprender a compor em latim com inteligência, pois o homem capaz de escrever bem uma carta em português precisa depois somente traduzi-la para o latim. “Além disto, com este método aprende-se o que significa escrever em Latim com propriedade.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 183).

Sobre a sua proposta de método, destaca que poderia ser questionado quanto à possibilidade de sua aplicação, já que não havia em Portugal professores eruditos suficientes. Mas ele afirma que o novo método poderia ser facilmente executado com um bom manual, um dicionário e material de apoio. Interessante a centralidade dada pelos iluministas aos compêndios. O enciclopedismo era um projeto ambicioso dos iluministas: reunir em livros definições universais sobre as diferentes áreas do conhecimento. O intuito era reunir todo o conhecimento produzido pela humanidade em uma linguagem mais simples, acessível e útil. Para facilitar a aplicação de seu método destaca a necessidade de elaborar um dicionário pequeno para os estudantes, ou adotar um estrangeiro.

Ainda demonstrando uma preocupação no que concerne aos mestres que atuavam nas escolas após a adoção do novo método, fala da possibilidade de se reformar as escolas aproveitando apenas os mestres jesuítas mais moços, que, segundo ele, possuíam toda erudição e capacidade, tirando das escolas aqueles que sabiam pouco.

Aqui temos a informação precisa do ataque aos jesuítas: seu método de estudos. Não são os jesuítas, as pessoas, os religiosos, mas a subordinação deles a um método considerado por Verney ultrapassado. Paralelo a isso, a crítica à hegemonia da Ordem no que se referia à direção de escolas e prestígio político. Defendia que bastava colocar nas mãos dos padres jesuítas mais eruditos o novo método e pedir que o executassem para que obtivessem sucesso. Ao fazer tal afirmação faz uma menção à reforma de estudos feita por um governante. Fica aqui implícita a mensagem de que, para o método que propõe ser aplicado é preciso que ele se torne oficial, e seja imposto nos colégios existentes. (VERNEY, 1949, vol.1).

Verney reconhecia que a aplicação de sua proposta de reforma necessitava da regulamentação do Estado sobre o que deveria ser

ensinado e de que maneira. Esperava que sua proposta fosse adotada como base de futuras reformas oficiais no ensino.

Salgado Júnior, mais uma vez em nota, afirma que Verney não criticava os jesuítas, uma vez que considerava que entre eles havia mestres eruditos suficientes que pudessem participar dessa reforma. Mas será que dizer que eles são inteligentes o suficiente para executar um método não é um ataque, pois retira da Companhia de Jesus, suas escolas e seus mestres a autonomia de ensinar o que lhes parece mais correto e conveniente? Não os transformaria em meros reprodutores de um método de ensino, uma técnica?

Conclui que seria possível reformar facilmente as escolas se a Coroa impusesse o método que ele propõe. Aqui podemos perceber novamente o intelectual iluminista, o homem de pensamento, necessitando do homem de ação, do Estado, para que sua proposta fosse executada. E o confronto direto que abriu contra a Companhia de Jesus, uma vez que ela detinha a hegemonia da educação em Portugal e em suas colônias desde a sua fundação até aquele momento.

O autor repete as orientações contidas na carta anterior sobre a memorização, e defendia com seu método a prática da escrita e composição dos alunos, não somente decorar e reproduzir de memória as regras. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Verney também criticou a prática de compor versos em latim para aprender latim. Para ele “não há coisa mais contrária à boa razão [...]” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 189). Ponderou que nem todos têm habilidade para compor versos. Interessante sua afirmação sobre o desenvolvimento cognitivo: “Os homens não têm capacidade igual; e nem todos são capazes de tudo; antes às vezes acham-se moços tão rudes, que dificultosamente podem entender o Latim.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 189). A partir dessa informação também podemos perceber a centralidade atribuída aos indivíduos na tarefa de aprender a partir da modernidade.

Depois de falar dos abusos nas escolas do reino e que, segundo sua visão, impediam a aprendizagem da língua latina, Verney

inicia a segunda parte de sua carta apresentando os planos de estudos auxiliares. Seriam esses estudos facilitadores do aprendizado do latim, e, mais que isso, pré-requisitos: Geografia e História. Também apresenta como se deve organizar o estudo dessa língua e quais livros utilizar para conseguir tal intento em um curto tempo. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Atribuía a importância dos estudos geográficos para a compreensão da localização dos povos e nações citados nos textos clássicos: “Como há-de o leitor entender as conquistas de Alexandre, se ele não sabe por onde foi, que nações venceu, que dificuldades superou?” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 194). Além disso, para ele, sem a compreensão da geografia, o estudante não poderia analisar os erros que alguns desses autores cometeram por desconhecerem a geografia. Assim, seria erro sobre erro. Em sua quinta reflexão Araújo fez uma crítica a esse aspecto do método verneiano. Contra-argumenta que haveria uma excessiva carga horária nas escolas se acrescentassem estudos de cronologia, geografia e história, como propunha o barbadinho, e não julgava necessários tais estudos para aprender, por exemplo, os versos latinos. (REFLEXÕES, 1748).

Sobre a importância dos estudos históricos, destacou que eles auxiliariam não somente no entendimento das palavras, mas na compreensão do sentido da história contada.

Muito mais sendo certo que, com o socorro da História, se entendem muitas coisas que, sem ela, é impossível entender; e a inteligência do contexto abre a porta para se entenderem muitos nomes (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 196)

Para ele os dois estudos são fundamentais para a compreensão da língua latina, pois, não se alcança a mesma propriedade das palavras sem a compreensão do sentido histórico e geográfico. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Na sequência, Verney indica a bibliografia para os dois estudos auxiliares. Sugere o uso do mapa como recurso para o

ensino de latinidades, partindo da comparação entre os mapas antigos e os mais atuais (século XVIII). Para ele, ao buscar conhecer as cidades, regiões e impérios nas cartas, o mestre estimularia os alunos a buscar a informação.

E isto é o que deve fazer o Mestre e ensiná-lo quando necessário; porque, desta sorte, acostumando os rapazes a buscar, na carta que deve ter na escola, a dita cidade, imprime-se a Geografia na memória, como quem brinca (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 199).

Depois da Geografia deveria ser considerada a Cronologia que, para ele, “[...] não é menos necessária para entender os autores, e fugir os *anacronismos*, ou confusão de tempos” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 199). Assim, não interessava aos principiantes no estudo do latim a compreensão dos acontecimentos, mas a notícia cronológica. Basicamente, cita a cronologia sacra.

Indica alguns autores e recomenda qualquer dicionário histórico que não seja muito longo, apenas que auxilie a compreensão da cronologia. Nesta parte Verney não foi muito metódico ao indicar a bibliografia de história.

Afirma que não havia uma obra de história portuguesa para rapazes que estudam nas escolas. Aqui também indicou que um amigo dele, douto, estaria escrevendo um compêndio histórico, assim como na carta anterior de gramática indica que há um amigo preparando duas, que ele lançou depois anonimamente. Ao que tudo indica, estaria também preparando um compêndio de História Portuguesa para as escolas baixas. Afirma que ele próprio havia começado a escrever uma carta cronológica muito fácil, mas não conseguiu terminar por outras ocupações. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Os padres jesuítas já usavam compêndios de história escritos pelos próprios professores. Todavia, não foram mencionados na obra de Verney. Um exemplo é o primeiro compêndio escolar de História utilizado no Brasil. Escrito pelo padre jesuíta, e professor do Colégio Jesuítico da Bahia, António Maria Bonucci (1651-1728) em fins do século XVII, o *Epítome Cronológico, Genealógico e Histórico*

foi impresso no ano de 1706 em Lisboa. Sua publicação vinha atender uma necessidade advinda da implantação de cursos autônomos de História nos Colégios da Companhia de Jesus no Brasil, cursos que já eram ofertados em Portugal. A junção da história sacra e profana é uma característica presente nesse manual, que se ocupa principalmente em contar a história sacra, a história da Igreja e a história das monarquias modernas. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2010).

A conferir suas afirmações podemos apreender sua concepção de história, presente também nas outras cartas. A necessidade da história como auxiliar centraliza-se na cronologia, para que no presente não fossem cometidos os mesmos erros dos antigos, com imprecisão de datas e épocas. Um exemplo disso seria a necessidade de diferenciar os nomes dos imperadores e as épocas em que viveram. Para Verney, somente depois de consultar uma carta de cronologia o estudante deveria ler um compêndio de história. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Para estudar a Antiguidade Clássica se fazia necessária a compreensão dos usos e costumes das nações greco-romanas. Para Verney, era necessário ao ler um autor clássico considerar que eles escreviam para os homens de sua época. Assim, era necessário de compreender as expressões utilizadas no contexto, e que não estavam explicadas nas obras, pois eram óbvias aos seus contemporâneos. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Finaliza esta segunda parte da carta defendendo que esses estudos auxiliares são realmente necessários. Se não forem aos estudantes, aos mestres são obrigatórios, pois são eles quem explicam os autores e precisam conhecer sua época. Reafirma a necessidade de que o método que propõe, além de introduzido, deveria ser protegido por quem cabe fazê-lo. Cobra mais uma vez a responsabilidade da Coroa na organização dos estudos em Portugal. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Na terceira e última parte da carta apresenta propriamente o plano para os estudos de latinidade. Inicia com os autores a serem indicados pelos professores, e que o critério de seleção dos textos e

dos autores deve ser sempre os mais simples e que possuem linguagem mais familiar. Aproveita para enfatizar novamente que o melhor é o uso da prosa para o ensino de latim, não a poesia. (VERNEY, 1949, vol. 1). Depois, indica que a leitura do texto deve ser feita de modo lento e atento, observando a propriedade das palavras. Depois, deve se atentar para pronunciar bem o latim, recomendação que também faz no plano de estudos da gramática portuguesa. Defende que tem maior utilidade ler bem um livro que ler de tudo sem compreender: “Mas isto é o que muitos não entendem; antes querem ler muito, entendendo pouco, do que saber bem a língua, com um só livro.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 217).

Termina seu plano defendendo seu método, perpassando novamente a concepção de utilidade do saber:

De que vem que a Mocidade não aprende nada com o seu método: passam-se os anos nas escolas baixas que se deviam empregar em coisas mais úteis, pois, na verdade quem não reflete como deve no que lê, tanto importa que leia Cícero, como os actos de *Maria Parda*⁶³. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 218).

Nesse plano de estudos aparece pela primeira vez a defesa da necessidade de se conciliar o aprendizado da língua latina com o aprendizado do moral das ações, com histórias curtas e de preferência cômicas.

Orientava que os mestres não deveriam após as leituras dos autores indicados obrigarem os rapazes a traduzirem de memória. As traduções também não deveriam ser feitas todos os dias, mas em dias alternados, e, de preferência, em casa. Suas recomendações sobre tradução são muito parecidas àquelas já mencionadas na carta anterior. Reiterava que, se o aluno aprendesse a compor uma carta simples em português, depois teria facilidade para traduzi-la para o latim. Mais importante que traduzir é escrever sobre o que

⁶³ Mulher bêbada, personagem da literatura de cordel portuguesa. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1, p. 218).

se compreender. Após as leituras, é mais proveitoso refletir sobre o que se leu que se ocupar em traduzi-las. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Havia nesse tempo em uso nas escolas dos padres inacianos algumas traduções literais de autores clássicos, como Virgílio. Eram chamados pelos estudantes de *Pai-Velho*. Verney critica esse formato de tradução literal, método utilizado para o ensino de latinidades nos colégios jesuíticos. Afirma que esse tipo de material “merecia ser açoitado pelas ruas públicas, e os Mestres que se servem dele, e o livro queimado em praça pública.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 227). Emenda dizendo que “Não há coisa mais prejudicial para a Mocidade, que semelhantes livros; pois, mostrando ensinar a traduzir, são a causa de que se não saiba. O pior é que os Mestres praticam o mesmo que diz o livro nas suas traduções.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 227). Para Verney, mesmo que passem vinte anos na escola, nunca compreenderão os clássicos a partir desse método de tradução. Percebemos que uma preocupação que perpassa suas cartas é o da simplificação do método de ensinar, a fim de torná-lo mais breve.

Para ele era preciso observar o estilo com o qual escreviam os clássicos para que os rapazes aprendessem e executassem os diferentes estilos e discurso que os bons autores utilizavam. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Dirigia-se aos mestres e afirmava que por esse método que propunha os estudantes entenderiam os autores, e poderiam tirar proveito da sua leitura. Esse deveria ser o objetivo dos mestres ao ensinar latinidades.

E isto é o que um Mestre douto faz com muito gosto, porque conhece a utilidade que daqui resulta; e só então pode repreender com justiça os rapazes, quando da sua parte faz tudo o que deve para ensinar. (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 230).

Termina a primeira parte de seu plano de estudos ressaltando a importância do uso de boas traduções, e as enumera e comenta. Ao elencar os melhores editores, recomendou que “a imprensa de

Inglaterra e Paris é mais negra que a de Holanda” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 230). Para ele, as melhores edições dos clássicos se faziam na Holanda. Na segunda parte, indica uma extensa bibliografia para estudos mais aprofundados de latinidades.

Na última parte do plano faz “observações sobre a didática da Latinidade.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 236). Enfatiza que seu método é fácil. Mas para alcançar tal finalidade é preciso ter “a memória cheia de muitas espécies” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 237). Isso, pois sem a memória “nada vale a aplicação, visto que a nossa ciência nada mais é que a simples memória do que temos estudado.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 237). Não negava a importância da memória e de seu aperfeiçoamento com os estudos, mas ela só se justificaria se houver aplicação.

Mais uma vez aparece a defesa de um ensino útil. E de que forma os estudos de latinidades seriam úteis? Na parte inicial do seu plano de estudos mencionou a importância do aprendizado moral que as histórias contadas pelos clássicos oferecem. Principalmente no convívio em sociedade, de forma a colaborar com o bem público.

Muitos daqueles que estudavam nos colégios em Portugal se tornavam religiosos. O ensino de latim e de latinidades estava de certa forma em ligação direta com essa formação, uma vez que a língua papal, dos documentos, das bulas, das missas era o latim. Isso havia levado a uma situação de falta de pessoas para ocupar cargos civis e militares, essenciais na consolidação do Estado Nacional Moderno. Além de Verney, outros iluministas portugueses apontaram a necessidade de formar mais pessoas para atuar em prol do desenvolvimento econômico, para servir ao Estado, não somente à Igreja. Um exemplo é o próprio D. Luís da Cunha, que em seu Testamento Político indica que a formação excessiva de religiosos é uma das sangrias do reino português, que colaborava para seu enfraquecimento econômico e político. (CUNHA, 1976).

Para ele a dificuldade consistia em saber cultivar a memória para que o conhecimento que se aprende nas escolas não se encerre

nelas. É preciso que esse saber seja útil ao reino e à igreja, conforme já destacou no subtítulo do VME. Para ele um dos saberes inúteis era a poesia, e julgava perda de tempo obrigar “os rapazes a aprender muito verso e muita arenga, faz-lhe mal, cuidando fazer-lhe bem.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 237).

Sobre o uso excessivo da memória nas escolas, usa a seguinte metáfora:

Eu comparo a memória cheia de semelhantes ideias a uma livraria grande, cujos livros não estão nas estantes, mas amontoados no meio e pelos cantos: quem nela procura um livro determinado, não o encontra, mas oferecem-se-lhe cem mil, que nada fazem ao acaso. Da mesma sorte, a memória mal regulada, quando lhe pedem uma ideia, oferece tantas e tão fora de propósito, que é o retrato da confusão; de que nasce que nunca se aprendem bem as outras Ciências. (VERNEY, 1949, p. 237).

Assim, aconselhava aos mestres exercitar a memória dos principiantes apenas com algumas ciências, que julgava úteis. Ainda no que se referia à didática dos mestres, afirmou que não deveriam “molestar os rapazes com pancadas; mas animá-los com prêmios, a que decorem bem algumas coisas, remunerando ou louvando os que o fazem melhor; sempre coisas úteis e que possam servir com o tempo” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 238). Novamente destacou a importância da escolha dos livros adequados, e criticou as obras usadas nas escolas, especialmente as más traduções.

A última reflexão da última parte deste plano de estudos, que se ocupa centralmente das questões didáticas, diz respeito sobre a prática de falar nas escolas em Latim. Para ele, há sobre o tema dois vícios. O primeiro deles é o fato de que nas escolas os alunos falam sempre a sua própria língua, e saem dela sem saber ao menos um cumprimento em Latim. Para ele, esse era o maior defeito em Portugal. Em outros reinos, especialmente entre os Polacos, Húngaros e Alemães, praticava-se o oposto: obrigava-se os estudantes a falarem exclusivamente em latim nas escolas, antes

mesmo de compreenderem bem a língua. O resultado é um Latim corrente, que seria melhor não entendê-lo. Critica a prática de que nas escolas havia um esforço para que os alunos aprendessem a escrever bem em Latim, mas que acabavam por falar muito mal. Tanto nas escolas onde não se praticava a conversa em latim, quanto naquelas nas quais isso era uma imposição, o resultado era que, após anos de estudos de latim, os rapazes (e também algumas mulheres, cita Verney), não eram capazes de falar um latim elegante. Não vê que utilidade ou necessidade há em falar um latim vulgarizado ou afetado. Em defesa do método dos antigos, Duarte em seu **Retrato** afirma que “[...] O método antigo não pode deixar de ser bom, ainda que seja prolixo” (RETRATO, 1749, p.18).

Já encaminhando para as conclusões de seu plano, observa que deveria haver nas escolas algum exercício de latim, mas seu ensino requer algumas cautelas. Primeiro, deve ser restrito aos estudos mais avançados, na última escola de Latinidade ou Retórica, quando os rapazes já entenderiam bem o latim. Segundo, os estudantes não devem ser obrigados a falar o tempo todo, mas em dias determinados. O mestre deve dar o exemplo e explicar exatamente o que quer ouvir dos estudantes, por exemplo, um cumprimento e sua resposta. Depois, não devem obrigar todos a falarem ao mesmo tempo: deve antes escolher os melhores alunos, depois dividir os estudantes por turnos. Isso deve ser programado com antecedência, e os estudantes avisados do exercício. Com isso, aprendem aqueles que falam em seu turno e aqueles que os escutam. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Uma das práticas dos colégios jesuíticos era a emulação, que consistia no estímulo à competição, a uma rivalidade entre os estudantes, estimulando disputas por meio de debates. Verney não rompe com essa forma de ensinar ao defender que o mestre deve saber excitar entre os estudantes tal exercício de aprendizado. Mas ao ler todas as cartas nos parece que a sua proposta é a de que qualquer prática nos colégios não deveria ser uma imposição, mas, antes, um desejo dos estudantes.

Encerra seu plano de estudos para Latinidades afirmando que sua proposta “é o verdadeiro método de ensinar a falar Latim” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 241). Mas qual a utilidade do ensino de latim para ele naquele contexto? Ela era ainda a língua dos estudos, especialmente necessários para “quem há-de seguir as letras.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 241). Se para modernizar Portugal se fazia necessário uma reforma na cultura e nos métodos de ensino, era também necessário formar homens de letras e adeptos de ideias modernas.

O apêndice que apresentou para finalizar os estudos de latinidades se referia à importância de alguns latinistas portugueses. Interessante notar que pela primeira vez Verney recorre a uma expressão religiosa para dizer que espera ver seu método executado. A julgar pelos exemplos de boa latinidade de reinos estrangeiros, em Portugal não havia mais que um ou dois. Cita exemplos para confirmar que o latim falado em Portugal era de estilo afetado, afirmação feita logo no início desta terceira carta. Interessante observar que os exemplos de boa latinidade para ele eram nobres que compunham a Academia Real de História. As afetações, para ele, nasciam do “mau método de quem ensina.” (VERNEY, 1949, p. 245). Como sua proposta de reforma deveria ser precedida por uma renovação cultural, pode-se ler nesse apêndice que “quando em um país florescem com grande aplicação as Artes, é coisa observável que saem muitos excelentes.” (VERNEY, 1949, p. 245). Destaca o exemplo dos romanos e gregos, para justificar que havia bons autores que mereciam ser retomados. Para ele, bons autores florescem nos meios que florescem as Artes e as Ciências, e fica implícito o papel que o estado tem nesse compromisso de apoiar tais iniciativas. Não por acaso, destaca como bons latinistas em Portugal nobres da Academia Real de História. Tal fato também está relacionado à importância que as academias assumiram no contexto do século XVIII na divulgação dos métodos e saberes considerados modernos, apoiados pela Coroa.

Conclui que “onde se ensina bem, sempre há homens grandes [...] onde os não há, é uma prova manifesta do mau método de quem ensina.” (VERNEY, 1949, p. 247).

Podemos afirmar a partir da leitura desta carta que para Verney e seu programa de estudos, após o aprendizado de gramática portuguesa e gramática latina, a leitura dos clássicos latinos deveria acontecer com um duplo intuito: o aprendizado do latim e a moral ensinada pelos textos no sentido de uma moral civil.

Na última carta que compõe a sua proposta de reforma dos estudos linguísticos o autor pretende dar notícia da situação do ensino de Grego e do Hebraico em Portugal, para na sequência apresentar seu programa de estudos. Inicia justificando porque dedica uma carta, ainda que breve, aos estudos das línguas orientais. O esperado, segundo ele, seria ir direto aos estudos de retórica. Todavia, o desprezo da maioria em Portugal pelo ensino dessas línguas reside no fato de não terem discernimento de conhecer o bom, nem há bom método para seu ensino. Justifica sua escolha, pois são as duas línguas mais ensinadas em quase todos os estudos naquilo que ele denomina de *Europa Culta*. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Afirma que apesar de haver uma cadeira de Grego no Colégio de Artes em Portugal é como se não houvesse pois ela não é exercitada. Segundo Verney, os jesuítas mais novos somente a frequentam, pois são obrigados, e que não compreendem sua aplicação ou serventia. Após quatro anos de estudo, o que julga ser muito tempo, os estudantes conhecem do grego e do hebraico apenas poucas palavras e as duas principais orações cristãs: o Pai Nosso e a Ave Maria. Explicita uma preocupação que perpassa toda a sua obra em relação à normatização das áreas do conhecimento e à sua aplicação. Para Verney, em Portugal os estudos de grego e hebraico careciam de regras e aplicação.

Em resposta, Araújo refuta a necessidade desses estudos para o aprendizado de Latinidades. Ironiza que, pela proposta do crítico, os estudantes também deveriam aprender francês, italiano, tudesco (alemão), inglês, e por curiosidade, quem sabe até a língua de Angola e dos Tapuya do Brasil. (REFLEXÕES, 1748).

Antes de apresentar os planos de estudos de cada uma das línguas esboça uma breve justificativa para a importância desses estudos. A defesa da necessidade do estudo do Grego e Hebraico era uma afirmação comum nos autores de métodos de estudar do século XVIII. (SALGADO JÚNIOR, 1949, vol. 1).

Para o barbadinho, esses estudos são fundamentais para os Teólogos, os Juristas, os Canonistas e aos Médicos. Ou seja, as quatro profissões equivalentes às Faculdades existentes naquele contexto em Portugal⁶⁴.

Para o Teólogo sua importância seria necessária à compreensão das palavras de Padres e Concílios a partir da consulta das fontes autênticas, para confrontá-las com as compilações e/ou traduções disponíveis, pois nem sempre são fiéis. Já para os Juristas o estudo de grego se justifica para a compreensão do sentido de muitas constituições imperiais escritas nessa língua. O Canonista necessitava de seu aprendizado para procurar as fontes originais da Disciplina Eclesiástica majoritariamente determinada nos Concílios. Por fim, o médico necessita recorrer ao grego para compreender as obras de Hipócrates, pois ele foi “o melhor Médico dos seus tempos”, assim como de outros gregos. Auxiliaria nos estudos de Anatomia e o nome de muitas enfermidades. Termina afirmando que não é possível compreender as Letras Humanas sem o estudo de Grego. Não há a justificativa nesta parte da necessidade dos estudos hebraicos. Interessante perceber a evolução do ensino segundo sua proposta de estudos, pois encerra dizendo que o estudo de Grego não é possível sem que antes se aprenda o Latim. Na carta anterior, afirmou que não seria possível aprender Latim nem Latinidades sem antes o aprendizado na língua portuguesa, por onde deveria se iniciar o aprendizado nas escolas. Percebemos assim, que, para Verney o estudo dessas duas línguas seria importante para que os profissionais das áreas

⁶⁴ Verney voltará a ressaltar a importância desses estudos quando for discutir nas cartas XII, XIII, XIV e XV as reformas específicas de cada uma dessas Faculdades que compunham os estudos superiores, ou *Estudos Maiores*.

destacadas exercitassem a leitura direta das fontes originais, em um esforço de compreender e interpretar a partir dos clássicos da Antiguidade.

A partir dos planos de estudo de Grego e Hebraico, percebemos que Verney não defendia o seu estudo completo, a julgar a característica sintética desta carta se comparada à de Latim. Para o aprendizado das duas línguas, recomenda que se tenha o conhecimento das declinações, conjugações e o manejo do dicionário. Defende o uso de autores fáceis, e mais uma vez menciona a preferência de autores históricos ou prosadores em detrimento de poetas.

No Plano de estudos de Grego apresenta uma lista bibliográfica de autores indicados para o seu ensino. Pouco apresenta de novidade em termos de didática, a não ser pela advertência que faz aos mestres e estudantes de que, por se tratar de línguas mortas, não há a necessidade de exercitá-las oralmente. Percebemos neste plano de Verney mais uma vez a preocupação da utilidade daquilo que era ensinado, bem como a amplitude de seu projeto de reformas e plano pedagógico. Seu projeto de iluminar a pedagogia em Portugal pressupunha a ambição de escrever os compêndios necessários ao ensino de cada uma das áreas do conhecimento. Esses compêndios seriam escritos sob a luz do método por ele proposto nas cartas. Assim, nestes planos também informa que um amigo seu estaria elaborando dois quadros simples de gramática grega e hebraica para uso nas escolas. No Plano de estudos da língua hebraica, indica apenas duas fontes de consulta: a bíblia e um dicionário.

Apresenta muito brevemente na segunda parte do Plano de Hebraico a necessidade dos estudos dos costumes dos antigos hebraicos para a compreensão da língua. Sugere apenas pequenas histórias, nada que fosse muito erudito. Finaliza com dois breves apêndices. O primeiro, “Sobre a tradição dos estudos hebraísticos e Helenísticos em Portugal” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 268) onde vale ressaltar a importância que o autor atribui ao intercâmbio com os homens doutos de outras nações para ter notícia de quais

estudos estão sendo realizados e aplicados. O segundo versa sobre o estudo das línguas modernas, no qual justifica a importância e a necessidade de que se aprendam o francês ou Italiano, para que os estudantes pudessem ter contato com as obras nessas línguas e que eram referência em todas as Ciências. Menciona que o ensino de línguas vulgares já é uma prática em nações como a Inglaterra, Holanda, França e Alemanha: “Esta hoje é a moda.” (VERNEY, 1949, vol. 1, p. 273). Na segunda parte deste apêndice apresenta o método recomendável para o estudo de línguas estrangeiras. Destaca que não esses estudos não necessitam de muito tempo, e que, para facilitar, podem ser lidas, por exemplo, as traduções que os italianos fizeram de autores latinos. Afirma que o italiano é uma língua mais fácil de aprender, mas reconhece que não quer carregar os jovens com tantos estudos. Seguindo a sua concepção de método de ensino reafirma que o ensino de línguas não é uma imposição, mas apenas se ocupa em apontar a sua utilidade.

Verney dedicou as cartas quinta e sexta ao Estudo da Retórica. Na introdução da carta quinta afirma que finalmente chegou ao estudo que completaria os estudos das escolas baixas. Apesar de Verney iniciar a carta afirmando que finalmente com ela seu programa de reformas para as escolas baixas estaria completo, isso acontecerá somente com a carta sétima, de poética, e que finaliza o segundo volume da quarta edição da obra.

A estrutura dessas duas cartas é distinta das anteriores e nas que seguiram em seu manifesto pedagógico. Dedicou a carta quinta à crítica aos sermões portugueses, que divide em cada um dos seus estilos particulares: sermões de exéquias, sermões de ação de graças, sermões de profissão de freira, sermões de Auto da Fé, panegíricos de santos, panegíricos de nossa senhora, outros panegíricos, sermões de quaresma e missões. O alvo de sua crítica é, sobretudo, o padre jesuíta Antônio Vieira. Na carta sexta apresenta o plano de estudos para uma retórica moderna. (VERNEY, 1949, vol. 1).

Partindo da mesma estrutura das cartas anteriores, primeiro apresenta o histórico da Retórica e, na sequência uma definição. O

que chama a atenção é o fato de que, em se tratando de uma discussão de Retórica, Verney se preocupou em escrever por distintas metáforas, e que representa a própria afirmação da utilidade dos estudos nessa área. Aparenta que pretende convencer o leitor daquilo que escreve especialmente no que concerne à necessidade e utilidade da Retórica.

Ao apresentar o breve histórico da área valoriza mais uma vez o passado clássico como nas cartas anteriores. Afirma que, assim como os melhores estudos, a Retórica nasceu na Grécia. Apesar de ser uma área mais moderna que a Gramática, tem a mesma origem, e, é quase tão antiga quanto a Filosofia.

Ao afirmar que não havia coisa mais útil que a Retórica, aponta os principais erros de método quanto ao seu ensino, supomos que em Portugal ao ler o sumário primitivo e ao conhecer a estrutura das outras cartas.⁶⁵ O primeiro erro para ele era a prática de ensinar a Retórica em Latim. Os estudantes não sabiam bem o Latim, assunto por ele abordado nas cartas segunda e terceira, e, assim, mal entendiam do que se tratava a Retórica. Reafirma neste ponto a necessidade de utilizar como ponto de partida para o ensino de qualquer área do conhecimento, inclusive as línguas estrangeiras, a língua portuguesa. Outro erro subsequente, segundo o autor, é a crença, mesmo entre os mestres, de que sua utilidade era somente para as orações latinas. (VERNEY, 1950a, p. 4).

Seguindo nas explicações de Verney sobre Retórica, na quinta página ele a define como a arte de persuadir. Assim sendo, seria útil e necessária não somente aos Teólogos, mas também aos Advogados, ao Filósofo, ou mesmo para escrever bem uma carta e exercitar a própria língua. (VERNEY, 1950a, vol. 2).

Para validar na prática suas afirmações, inicia metáforas sobre pedras preciosas, pinturas e os astros para metaforizar o uso e

⁶⁵ Sumário original: Discorre-se sobre a utilidade e necessidade da retórica. Mau método com que se trata em Portugal. Vícios dos Pregadores. Que são totalmente ignorantes de Retórica. Que absolutamente deve deixar o antigo estilo quem quer saber retórica.

necessidade da Retórica. Alguns destaques merecem atenção. O primeiro destaque é o cuidado com o qual trata a tese heliocêntrica de Nicolau Copérnico. A teoria de que o sol seria o centro do universo, não a terra, em 1746 ainda estava no *Index Librorum Prohibitorum*, lista na qual constavam as obras proibidas pelo Tribunal do Santo Ofício.

O segundo é a descrição da metáfora de uma pintura, momento no qual Verney evoca os princípios do experimentalismo, ao afirmar que

Em uma tábua lisa, ideia a pintura um palácio com imensa profundidade; e, muitas vezes, com tal artifício e tão semelhante ao natural que se enganam os olhos. Não são as cores que originam esta deliciosa equivocação, porque com uma só cor se consegue o mesmo intento; mas a disposição das partes, o saber pôr cada uma na sua justa distância, o saber-lhe dar as sombras com proporção da arte, produz este maravilhoso efeito e faz que eu veja, reconheça e admire o que de outra sorte não poderia ver. (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 8)

E continua sobre a Retórica dizendo que

Ela tem força tal, que me obriga a descobrir o que eu de outra sorte não veria. Os materiais podem ser simples, as razões mui singelas; mas a disposição delas fará efeitos tais, que sem ela não se conseguiriam. (VERNEY, 1950a, p. 8).

Verney não indica os autores ao proceder a crítica a cada estilo de sermão. Pressupõe que o seu interlocutor saiba de quais autores ele fala. Isso dificulta a identificação do endereçamento da crítica. É possível identificar, contudo, um dos pregadores que ele tinha em mente ao fazer a crítica, pois ele dedica um apêndice na carta seguinte especificamente a realizar um balanço o valor de sua obra completa. Trata-se do padre jesuíta Antônio Vieira. O que fica evidente ao fazer a crítica aos sermões, de modo geral, é a referência ao estilo afetado e hiperbólico deles, defeito já apontado por Verney nas cartas de latim e Latinidades. Para cada tipo de sermão, cita

exemplos de como eram feitos em Portugal, sem, contudo, ainda apresentar uma alternativa segundo seu novo método, o que fez na carta seguinte.

Em resposta às críticas de Verney, Araújo dedicou o sexto ponto de suas reflexões ao ensino de Retórica. Refuta a crítica que Verney faz aos portugueses, e acusa o autor de não ter argumentos que se sustentam, pois não bastam afirmações vagas de que um determinado autor é ruim por ser português, por não ter método ou ainda porque é escuro. Essas palavras em nada explicam as considerações do barbadinho. Contra-argumenta as teses de Verney, e defende que em outras nações também há bons e maus oradores, e que isso não se restringe a Portugal como sugere o oratoriano. Acusa Verney de desqualificar autores e compêndios sem, no entanto, apontar objetivamente os erros que eles cometeram. De modo irônico, defende que tudo o que é apresentado na carta de Retórica está em outros compêndios. E que, se Verney propõe uma Nova Retórica, que a apresente. Novamente afirma que espera o prometido compêndio sobre o assunto, assim como o de Gramática, e que estaria sendo escrito em português. Ao mencionar a crítica direcionada a Vieira, destaca que não cabe a ele defender Vieira, pois sua obra por si só se defende tanto em Portugal quanto em Roma, uma vez que, havia em italiano a tradução de vários dos seus sermões. (REFLEXÕES, 1748).

A concepção de método que permeia as considerações de Verney acerca da elaboração de sermões é a ênfase à sistematização e normatização. Para ele, o uso de palavras adequadas, simples, bem organizadas e sem afetações era o mais importante no processo de composição.

A sua concepção de história também perpassa a elaboração dessa carta. Verney indica a necessidade do conhecimento histórico a fim de evitar a confusão em relação a épocas históricas e personagens. Para ele, esse era um dos defeitos dos sermões portugueses. Para evitar tais equívocos era necessário o conhecimento da história dos antigos, bem como considerar

interpretações feitas por Teólogos Judeus, que considera desconhecido dos portugueses.

Para ele, a forma como os sermões eram escritos, desconsiderando tais cuidados, não passavam de “mero jogo de palavras, sem verdade, nem verossimilidade alguma, e que se desfazem em vento quando se examinam de perto.” (VERNEY, 1950a, p. 33)⁶⁶.

Encerra a sua quinta carta apontando como outros defeitos dos sermões portugueses o fato de que muitos pregadores aplicam os sermões aos seus interesses particulares, e acabam pregando de si mesmo em lugar do que deveriam pregar em cada ocasião. Aponta como o principal defeito na conclusão o fato de que não se buscam provas daquilo que se fala. Não saber buscar as informações para não se enganar é essencial para ele na construção do discurso. Para ele, com os cuidados apontados seria mais fácil entender as pregações, sem afetação. Mais uma vez percebemos a preocupação de Verney de simplificar a língua. Isso, contudo, não significa como vimos na carta de gramática portuguesa a defesa do uso de palavras *plebeias*, mas sim, daquelas faladas pelos homens cultos. O modo como o discurso deve ser organizado deve ser simples, a fim de que a audiência compreenda e, principalmente, seja convencida pelo orador. Nas últimas linhas compara as exéquias feitas no púlpito e na Academia, e conclui que era necessário que na Igreja fosse usado o mesmo estilo, mais brando e simples. Percebemos um esforço em aproximar o conhecimento das Academias Literárias e Científicas da Igreja, em especial nas duas cartas de Retórica.

A sexta carta é uma continuação da carta anterior⁶⁷. Ao se estender nas considerações iniciais, Verney divide as suas

⁶⁶ Essa preocupação com a verdade perpassa todas as matérias, até mesmo a Poesia, que ele subordina à Lógica, como veremos mais adiante na carta de Poesia.

⁶⁷ O sumário das edições primitivas é: Continua-se a mesma matéria da Retórica. Fazem-se algumas reflexões sobre o que é a verdadeira Retórica e origem dela. Que coisas sejam figuras, e como devemos usar delas. Diversidade dos estilos e modo de os praticar; e vícios dos que os não permitem e praticam. Qual seja o método de persuadir. Qual o método dos panegíricos e outros sermões. Como se

considerações sobre Retórica em duas cartas. Após apresentar o que deveria ser consertado na carta quinta, aponta o seu Plano de Estudos para uma Retórica que adjetiva como moderna.

Critica dois compêndios de Retórica de dois padres jesuítas, o francês Francisco António Pomey e o italiano Luis Juglaris (1607-1653)⁶⁸. Para ele, o uso dessas obras era a “primeira ruína dos estudos.” (VERNEY, 1950a, vol. 2p. 58). Aproxima duas matérias em Portugal, a Retórica e a Lógica, sem, contudo, justificar e aprofundar sua visão. Afirma que ambas servem para dizer muito para, ao final reconhecer de que nada daquilo que foi dito tem utilidade. (VERNEY, 1950a, vol. 2).

Enfatiza a necessidade de que a matéria fosse ensinada em português. Não via sentido no ensino de Retórica em Latim se o seu uso seria na língua vulgar. Aproximava por seu método a aplicação prática do que se ensinava nas escolas. A ideia de um saber útil e necessário perpassa mais uma vez o seu plano de estudos de uma área específica, e pertence à sua concepção mais ampla de educação.

Assim como nos outros planos de estudos, menciona que conhece um amigo que está preparando uma Retórica portuguesa. Como já apontamos, provavelmente fala de si mesmo, já que as cartas aqui analisadas são o seu manifesto pedagógico, seu programa e proposta de renovação, e os compêndios a execução desse projeto.

Mais uma vez Verney afirma estar seguindo os passos de autores modernos, mas nem sempre os menciona, o que dificulta o conhecimento de cada um de seus interlocutores diretos.

deve ensinar Retórica aos rapazes, e ainda aos mestres. Algumas reflexões sobre a obra do P. António Vieira.

⁶⁸ Não encontramos referências que pudessem auxiliar na indicação das datas de nascimento e morte do padre jesuíta francês. Verney cita o autor e seus compêndios nas cartas III e VI. Em pesquisa sobre o padre, encontramos referência a dois jesuítas portugueses que escreveram comentários a respeito de sua obra no século XVIII, e que eram utilizadas nos colégios jesuíticos em Portugal. Trata-se dos padres Manuel de Azevedo e Antonio Franco. (MACHADO, 1752, t. 3, p. 172,186).

Logo na apresentação de suas reflexões, Araújo avisa que o autor do VME desagravou a Nação e cometeu muitos erros, alguns perniciosos, como a cópia de outros autores, o que considera um mau caráter de letra. Essa crítica reaparece em outros folhetos da polêmica verneiana, e foi uma das críticas centrais à sua obra: a de que sua obra consistia em plágio de diversos autores, não possuía método, e prometia uma nova forma de ensinar, mas não apresentava nada mais que críticas, sem proposições concretas de como isso aconteceria.

No auge da polêmica Verney foi acusado de plagiar várias obras, e que não havia originalidade em suas ideias. Araújo, por exemplo, ao mensurar o valor do autor e da obra, afirma que o conceito que faz da obra é o de que se trata de uma colcha de retalhos. O conceito que faz do autor é de que se trata de um soberbo, presunçoso, vaidoso, narcisista e dogmático. Francisco Duarte, em seu **Retrato**, é menos agressivo nas adjetivações. O tom de seu texto é menos ácido que o de José de Araújo, porém não menos crítico e irônico. Critica o mérito da obra, e destaca que, ao ler a obra, se cansou logo pois: “[...] convém a saber que falta método a este método.” (RETRATO, 1749, p. 20).

Araújo compara Verney a um mestre artesão que, depois do alfaiate cortar o tecido vai lá e só costura as partes: “E qual é o artifício da obra? Em cortes pelo alheio, e coser os panos cortados.” (REFLEXÕES, 1748, p. 8). Assim, para José de Araújo, a obra de Verney é composta a partir de fragmentos das obras dos modernos.

Em sua defesa nas respostas às reflexões Verney afirma que sempre citou que ali seguia os passos de grandes nomes de cada matéria, ou filósofos modernos. (RESPOSTA, 1748). Seu intuito com o lançamento das cartas era, como vimos, levar ao debate sobre o tema, e esperava depois ser o responsável de colocar em prática seu novo método com seus manuais.

No que se refere à definição de Retórica, tanto na carta quinta quanto na sexta, Verney se baseia nas ideias apresentadas pelo padre

francês Bernard Lamy no prefácio de sua obra sobre Retórica: *La Rétorique ou L'Art de Parler*.⁶⁹ (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2, p. 63).

Percebemos, contudo, o esforço de Verney em adaptar as considerações “ao estilo e necessidade de Portugal”, conforme já indicou no título de sua obra. Ao final da sequência do plano de estudos seguido a partir do livro de Lamy, Verney cita exemplos de obras em português como um elogio fúnebre feito pelo padre português Dom José Barbosa Machado e sermões do Padre Antônio Vieira. Aqui consiste a relevância e mérito do VME de Verney. Aproximar o que havia escrito segundo o que ele considerava um método moderno e verdadeiro ao que se praticava nas escolas baixas e universidades portuguesas a fim de reformular seus programas e estudos.

Na sequência de seu plano faz uma crítica interessante em relação aos títulos de livros. Enumera vários exemplos de títulos que não dão notícia exata do tema do qual a obra trata. Critica a forma poética como alguns autores intitulam suas obras:

Estão estes seus autores tão preocupados pelas equipações, que não se contentam de pôr o título do livro claro, mas, ou inventam um estrambótico, ou acrescentam algum epíteto que obscurece o negócio: v.g. *Cristais d'alma, frase do coração; Fenix renascida; Alívio de tristes, consolação de queixosos* [...] (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 115-116).

Conclui indagando: “[...] lendo-se estes títulos, poderá um homem adivinhar o que contêm estes livros? Eu não tenho dificuldade em apostar que não; [...]” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 117).

Percebemos um endereçamento dessas críticas em relação aos títulos de obras ao afirmar que “[...] isto é mui frequente nas escolas da Companhia.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 119).

⁶⁹ Salgado Júnior compara as definições e afirmações apresentadas sobre a matéria com aquelas apresentadas na obra de Lamy, e indica nas notas os trechos, transcritos, que são muitos e muito parecidos com o que Verney propõe (1950a, vol. 2, p. 62-116).

Reafirma que os defeitos que apresenta em seu plano são gerais no reino português, e que necessitavam ser reformados por seu método. Apresenta o modelo a ser seguido: as orações proferidas nas Academias Científicas, novo modelo do fazer científico.

Conclui seu plano de estudos com uma aproximação entre a Retórica e a Igreja. Para Verney, era necessário aos pregadores o conhecimento da cultura pagã. Aqui perifericamente se pode perceber o valor dos estudos históricos como prolegômeno e estudo auxiliar das diferentes áreas do conhecimento. Tal estudo auxiliaria tanto na busca das informações quanto no cuidado com a verificação de sua veracidade. (VERNEY, 1950a, vol. 2). A preocupação com a veracidade das fontes é assunto da modernidade e do fazer histórico do século XVIII. (CARDOSO, 2008).

Baseado amplamente nas ideias de Cícero, as quais cita diretamente, Verney ocupa a parte final de plano de estudos de Retórica, indicando os cuidados com a mímica e a forma de recitar. Para ele, em Portugal os pregadores movimentavam embaraçosamente os braços e as mãos, e pretende indicar a melhor forma de fazer gestos e recitar versos. Aqui repete algumas orientações das cartas de gramática sobre a necessidade de uma pronúncia correta das palavras.

Finaliza a carta com suas orientações didáticas e um apêndice onde mensura o valor da obra do Padre Antônio Vieira. O mestre deve iniciar o ensino de Retórica com noções da distribuição clássica das orações. Depois, aplicar essas noções em um bom autor português, não latino como era comum ao método das escolas em Portugal. Deveriam depois praticar alguns exercícios graduais até que os estudantes fossem capazes de comporem algumas peças de oratória. (VERNEY, 1950a, vol. 2).

Destaque em sua didática para a defesa de uma exposição breve e simples dos mestres, para a importância da língua portuguesa no ensino da matéria, para a relevância dos exercícios práticos graduais e para a composição textual dos estudantes, e não oralmente e de memória. Todas essas propostas vão de encontro ao método jesuítico.

Para os mestres, traz uma lista de indicações bibliográficas antigas e modernas. As obras que apresenta haviam sido adotadas em escolas alemãs e holandesas (SALGADO JÚNIOR, 1950^a, vol. 2). Conforme já indicamos, essas aproximações com os autores considerados hereges foi alvo de crítica dos folhetos da polêmica verneiana: “E até o nosso crítico julga ser acertado ler as obras dos hereges, para deles se aprender o método, como se entre as flores se não escondessem os áspides, e nas rosas se não encontrassem espinhos.” (REFLEXÕES, 1748, p. 7).

Não é nosso intuito neste trabalho analisar aspectos relativos à obra de Vieira, apêndice que finaliza esta carta de Retórica, onde Verney pondera o valor de seus sermões, da sua História do futuro e de suas cartas. Apenas registramos que Verney justifica porque não indica a obra de Vieira, supomos nas escolas baixas porque esse plano se refere a esse nível de estudos.

Além de Vieira, Verney menciona outros autores que não são indicados para o ensino de Retórica segundo o método que propõe. Afirma que não significa que tais obras não tenham valor, mas que não servem ao propósito do método que ele apresenta. A principal crítica é quanto ao estilo dos sermões de Vieira, que, para Verney, não convence, antes diverte: “São daquelas teias de aranha, bonitas para se observarem, mas que não prendem ninguém.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 178). Afirma que seu propósito maior era o de agradar ao público, estilo que Verney considera um “estilo corrupto do seu século.” (1950a, vol. 2, p. 178).

Continua a crítica no apêndice com uma análise do valor da obra História do Futuro. Conclui que as profecias ali apresentadas constituem uma comédia e uma “obra feita para divertir o tempo.” (VERNEY, 1950a, p. 182). Como vimos, ele se aproveitou das polêmicas que envolviam os padres jesuítas para desautorizar seu monopólio como mestres da nação portuguesa. Em defesa de Vieira, mas sem muita argumentação, saiu o primeiro panfleto da polêmica, ao afirmar que a História do Futuro foi [...] mera curiosidade de Vieira. (REFLEXÕES, 1748, p. 23).

Criticava que o estilo do Padre Vieira fosse imitado indiscriminadamente em Portugal, e que isso fazia com que o estilo retórico português fosse do *século passado*, considerando o contexto do qual escrevia Verney, do século XVII. Verney nas cartas anteriores já havia alertado sobre os cuidados na imitação dos clássicos. (VERNEY, 1950a, vol. 2).

Conclui que Vieira não poderia ser considerado o mestre dos Oradores, pois em outros reinos não havia esse reconhecimento, somente em Portugal e na Espanha. Mesmo entre os religiosos da Companhia, Verney afirma que tem notícia de que ele era valorizado nesse quesito apenas na Península Ibérica, mas não em Roma. Ao contra-argumentar sobre o valor de Vieira, Araújo refuta essa afirmação, e diz que Vieira foi traduzido e era lido e prestigiado em Roma. (REFLEXÕES, 1748).

Finaliza discorrendo sobre o valor das cartas de Vieira. Inicia afirmando que, apesar de louvar as cartas, há coisas que reprova. Primeiro, o excessivo uso de pronomes de tratamento, que julga ser “afetação.” Segundo, consiste no estilo que não é simples, mas afetado. Verney considera afetação, conforme vimos nas duas primeiras cartas, o uso de palavras difíceis, ou em desuso, para demonstrar erudição. O terceiro reparo que faz se refere à ortografia, e remete o leitor à primeira carta onde fez observações, por exemplo, sobre as duplicações de letras, presentes na ortografia de Vieira. Para ele, nesse aspecto Vieira pode ser considerado um principiante, e não poderia servir de modelo nas escolas como era corrente em Portugal.

Sobre a crítica ao pedantismo, Araújo responde ao barbadinho comparando os discursos a salas e mesmo aos cabelos e roupas. Para ele, assim como é legítimo o desejo de ornamentar salas e a aparência, também é legítimo ornar o discurso para torná-lo mais agradável. (REFLEXÕES, 1748).

A sétima carta que completa seu programa de reformas das escolas baixas aborda o estudo da poesia. Verney não considera o ensino de poesia útil e relevante em sua proposta de um novo método de ensinar. A tese de Verney nesta carta é a de que a poesia

depende da Retórica, assim como a Retórica depende da Lógica, e, por essa razão, deve seguir um parâmetro de racionalização e normatização.

Novamente compara os poetas portugueses aos antigos, e afirma que não vê estilo próprio nos primeiros. No sumário que precede esta carta nas edições primitivas podemos ler, por exemplo, o primeiro tópico a ser por ele examinado e seu juízo sobre a poesia portuguesa, no qual considera que “Os Portugueses são meros versejadores.” (VERNEY, 1950a, VOL. 2, p. 199)⁷⁰.

Ao definir a Poesia, Verney indica sua subordinação à Retórica. Para ele, “só depois da Retórica se deve tratar da Poesia, a qual nada mais é que uma Eloquência mais ornada.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 200-201).

Inicia criticando os poetas portugueses, que faziam o contrário dos melhores modelos da Antiguidade. Percebemos que Verney defende uma concepção de Poesia que pressupõe um método, regras a serem seguidas. O uso da lógica e da razão para compor versos, para ele, é premissa da boa poesia, e nesse ponto, sustenta sua crítica aos poetas portugueses. Na visão de Verney, assim como todo conhecimento deve ser normatizado, a Poesia como subordinada à Retórica, deve ter regras próprias. Neste ponto ele se aproxima do neoclassicismo francês, e usa para analisar a poesia portuguesa conceitos como verdade, verossimilhança, juízo e discernimento. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2).

⁷⁰ Na sequência, o sumário original apresenta os seguintes títulos: Prejuízos dos Mestres, de não poetarem em vulgar. Que coisa seja engenho bom e mau. Espécies de obra de mau engenho, em que caíram alguns Antigos, mas principalmente os Modernos. Necessidade do critério e Retórica em toda a sorte de Poesia. Primeiro defeito de Poesia: a inverossimilidade. Exemplos. Segundo defeito: os argumentos ridículos. Reflexões particulares sobre as composições pequenas portuguesas, que não podem dar nome a um homem. Defeitos da Nação, provados com exemplos. Reflexões sobre o Epigrama Latino, Elogios, Inscrições Lapidares, Églogas, Odes, Sátiras, Poemas Épicas. Que os portugueses não conheceram as leis do Poema Épico. Prova-se com Camões, Chagas, Botelho de Moraes. Aponta-se o método com que se devem regular os rapazes no estudo da Poesia. Nova ideia de uma Arte Poética Útil para a Mocidade.

Critica os compêndios usados nos colégios e seu método, que, segundo ele, limitava-se a ensinar métrica e rima. Os compêndios que critica são escritos por jesuítas e usados nos colégios da Ordem. (VERNEY, 1950a, vol. 2).

A Poesia não deve ser uma forma de inventar coisas. Mais uma vez fica claro que seu intuito era reformar o modo como se ensinava as matérias, o método: “A Poesia não é pecadora: a aplicação é a que a pode fazer condenável se não é recta.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 205). Percebemos o cerne da questão dos métodos para Verney: sistematizar, organizar e normatizar todas as áreas de acordo com o uso da boa razão, mas, sobretudo, da experiência. A Poesia e seu ensino deveriam ser norteados pelo uso da *boa razão*.

Para Verney, duas partes compõem o poeta: o engenho e o juízo. Ao engenho caberia a criatividade para “saber inventar e unir ideias semelhantes e agradáveis” e juízo “para saber aplicar onde deve.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 207). Avalia que mesmo entre os antigos, até os modernos, “achamos homens com muito engenho e pouco juízo.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 207). Isso faz com que escrevam obras que produzem o riso, pois apresentam “infinitas monstruosidades” e “despropositadas imaginações.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 207).

Cita como exemplo de aproximação de duas palavras que não considera justa e verdadeira: amor e fogo. Muito usada pelos modernos, tal associação não corresponde à realidade. Para ele, isso é um mau engenho, isto é, o mau uso de palavras com significados incertos para compor poemas e versos⁷¹.

Mesmo entre os antigos a um mau engenho na composição de versos. Para ele, os homens do Renascimento no século XVI, que considera o “século da ignorância”, seguiram esse princípio dos antigos, o que ocasionou “ridículas composições.” (VERNEY,

⁷¹ Interessante destacar que aquele que era considerado o maior poeta português, Luis de Camões, faz tal relação em um de seus mais famosos versos: “Amor é um fogo que arde sem se ver, é ferida que dói, e não se sente; é contentamento descontente, é dor que desatina sem doer [...]” (LUIS DE CAMÕES, 2001, p. 49).

1950a, vol. 2, p. 210). Considera pueril o uso de algumas figuras, e cita exemplos de poetas antigos para corroborar sua tese. Traz notícia e critica as composições portuguesas, que contém segundo ele essas composições fundadas na figuração, o que considera tolo, além disso “embrulha o estômago aos leitores de perfeito juízo.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 211).

Faz a crítica às composições do padre Rafael Bluteau, e afirma que ao fazer um poema por ocasião das exéquias da Rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683), esposa de D. Pedro II de Portugal (1648-1706). Segundo ele, o poema não possuía: “método, critério, bom gosto [...]” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 212).

Cita alguns estilos de poesia, entre eles os Enigmas. Verney inicia considerando que eram muito apreciados entre os povos orientais, mas que não irá discutir sobre tais povos “porque ignoraram o que era bom gosto” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 214). Critica todos os estilos de poesia, e aponta a necessidade de uma nova poesia sistematizada com o uso do bom engenho e do bom juízo. Dedicava várias páginas a ironizar as composições fundadas na semelhança de letras, de sílabas e palavras, como, por exemplo, Anagramas e Acrósticos.

Após essa introdução que ridiculariza a poesia existente até então em Portugal, Verney fundamenta sua tese de subordinação da Poesia à Retórica. Inicia essa segunda parte da carta apontando que os dois requisitos necessários aos poetas são o critério e a retórica. Define critério como a Lógica exercitada a partir de bons autores, e retoma a definição de Retórica apresentada na carta quinta. Verney não distingue, assim, a Retórica como o falar em Prosa e a Poesia como o falar em versos. A última depende da primeira e de estar subordinada à sua lógica.

Inicia a sua definição da Poesia, e podemos perceber uma contradição. Para ele a Poesia se traduz pelo simples ato de agradar, entreter. Mas se subordina a Poesia à Retórica, que julga como a importante e útil arte de persuadir, e que teria lugar e utilidade ao bem comum, a Poesia como simples entretenimento não era o que ele justamente criticava nas páginas introdutórias de sua carta?

Podemos perceber a centralidade da crítica do autor em relação à poesia: ela não teria utilidade naquela sociedade. Assim, julga que se os estudantes estivessem livres da obrigação de estudar poesia, poderiam se dedicar em conhecimentos úteis. Também não ocupariam a memória excessivamente, com matérias desnecessárias. Apesar de defender a tese de sua subordinação à Retórica, não sustenta seu argumento ao afirmar que a poesia não tem utilidade. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2).

Faz a crítica ao fato de que os portugueses aprenderam com os espanhóis que os melhores poetas são aqueles que dizem coisas menos verossímeis. Para uma subordinação à Retórica, como defende, é preciso compor com verdade. Ainda que se usem metáforas, elas devem ter o seu lugar. Aproxima-se da crítica feita aos oradores em suas cartas de Retórica ao afirmar que os poemas são o uso desorganizado de palavras difíceis e em desuso. Como newtoniano, filiação metodológica que ele assume nas cartas de estudos filosóficos, percebemos seu intuito de matematização de todas as áreas do conhecimento.

Critica alguns poetas portugueses e espanhóis, citando exemplos de construções que julga “encarecidas.” Ao exemplificar com um verso que afirma ser de um amigo seu, mas que é atribuído ao próprio Verney, percebemos a sua ideia de poesia. (SALGADO JÚNIOR, 1950a, vol. 2). Critica os eufemismos, e defende que a forma que propõe é a mais natural, pois se aproxima mais do conceito verdadeiro.

Finaliza sua consideração sobre o estado da Poesia em Portugal com a crítica de que os portugueses não conheciam as leis dos Poemas Épicos. Para tanto, exemplifica e critica aquele considerado o maior poeta português: Luis de Camões. Aponta toda sorte de defeitos: de forma, de rima, de dissonância, de métrica.

Dedica a parte final de seu panorama e crítica sobre o estado da poesia em Portugal com considerações aos defeitos específicos dos textos dramáticos, recurso didático muito utilizado nos colégios jesuíticos em todo o mundo, e instrumento pedagógico na conversão dos nativos em terras brasileiras. Em suas considerações

breves sobre o tema, Verney demonstra uma concepção vulgar de teatro, e faz generalizações. O que perpassa sua concepção de método é também sua proposta de racionalizar a dramaturgia. Ela deve ter um compromisso com a realidade, todavia, afirma que são impróprias as representações de mortes de homens e outras coisas que julga impróprias, como o uso de cavalos verdadeiros em cena. Além disso, critica o uso de bombas para dar efeitos mais reais a conflitos armados, bem como máquinas para criar a ilusão de que o homem pode voar. Assim, critica tanto o realismo quanto os aspectos fantasiosos na representação dramática.

De suas cartas, esta é aquela que apresenta maior fragilidade quando expõe seu plano de estudos. No sumário podemos ler que Verney pretendia apontar “o método com que devem regular os rapazes no estudo da Poesia”, além de apresentar “Nova ideia de uma Arte Poética útil para a Mocidade.” Tais promessas não foram cumpridas. Se ele não considera importante o seu ensino, porque se dedicou em elaborar um plano de estudos. Percebemos que não considera a Poesia uma matéria obrigatória, mas que poderia ser ensinada de acordo com a aptidão e interesses individuais dos estudantes.

Reafirma a necessidade de regras para a Poesia. Recomenda a leitura de bons poetas, mas antes, devem ter notícia das regras. Não aponta uma utilidade como nos outros planos, pois pensa que não há lugar para o ensino de Poesia para aquilo que propõe em seu programa geral de reformas. Ao propor uma escola separada para o ensino da matéria percebemos a sua contribuição para o assunto. Primeiro, os mestres deveriam examinar se os rapazes teriam ou não facilidade para a poesia. Depois, deveria consultar se ele gostaria de aprender a matéria. Só assim, deveria ser a ele oferecido o estudo de Poesia. Mais que veia poética, um bom poeta se faz com um rígido aprendizado das leis que regem a composição de versos.

Em termos gerais, observamos em sua orientação didática mais uma vez a recomendação da prática escrita em detrimento da declamação oral de memória. Para ele: “mandar pôr a lição por

escrito serve infinitamente para a inteligência das coisas que estudam e para a memória.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 333).

Após esse primeiro grau de estudos de Poesia, recomenda passar a um segundo, também em português, para tratar especificamente das composições latinas e sua versificação. Cada estilo deve ser apresentado aos estudantes, e, somente após esses dois passos mandaria os rapazes comporem em português, para, só então, comporem em latim.

Conclui afirmando que “A Poesia não é coisa necessária na República: é faculdade arbitrária e de divertimento.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 336). Por essa razão, apesar de ser complementar ao programa de reformas das escolas baixas, propõe que seu ensino seja somente aos rapazes que demonstraram aptidão e interesse na matéria, em aulas separadas. No caso daqueles que não demonstrassem aptidão, daria breve notícia das leis poéticas, que considera uma erudição separada da composição de versos. Para ele, essas leis poderiam ser aprendidas por todos, mas não obrigaria todos a comporem versos. “Dessa sorte, livres os estudantes daquele cativeiro, podiam empregar-se em coisas úteis, e dar outro lustre à República.” (VERNEY, 1950a, vol. 2, p. 336).

Anuncia mais uma vez que conhece um amigo que prepara uma obra sobre o tema para ser usada nas escolas. É provável, novamente, que se refira a ele próprio. Encerra dizendo que não tem muita notícia desse assunto, e se desculpa ao amigo interlocutor por ter sido uma carta muito longa, mas que, em termos de notícia do conteúdo, foi muito breve. Afirma que só o fez, pois seu interlocutor fictício havia solicitado que ele se pronunciasse a respeito de todas as áreas que deveriam ser reformadas. Isso incluía, portanto, a Poesia, ensinada em Portugal e incentivada pelos padres nos colégios jesuíticos.

A principal crítica na sétima reflexão de Araújo é dirigida à proposta de Verney de normatização da Poesia, que pretendia dar a ela uma forma exata. Assim como nas outras cartas, acusa Verney de apenas prometer um novo método de ensinar, sem, contudo, cumprir seu intento nas linhas de sua obra. Destaca que Verney não

tem estilo próprio: como pode então poderia criticar que em Portugal não houvesse poetas, só versejadores? Para ele, as provas apresentada por Verney são de um rapaz, especialmente ao criticar os dois grandes nomes da poesia lusitana: Luis de Camões e Antônio Vieira. Satiriza o verso que Verney apresenta duas vezes como modelo de poesia moderna. A razão para que o soneto usado como modelo pelo autor aparecesse duas vezes pode ter uma dupla explicação: ou foi bem pago ou ele é o autor do verso.⁷² Esse soneto ao qual se refere Araújo foi apresentado por Verney como modelo de uma Poesia que não associe conceitos abstratos e absurdos, como, por exemplo, quando ele critica na carta de Poética, a frequente associação dos compositores de versos do amor com o fogo, direta menção ao poema de Camões. Consiste no verso de Verney sobre a dama que era formosa por ser feia.

És feia, mas de sorte, que horrorosa,
À tua vista é bela a fealdade.
Mas tens tal fortuna, que a enormidade
Te consegue os tributos de formosa.
Cara tão feia, coisa tão pasmosa,
Todos observam, e move a raridade.
Não desperta o comum a curiosidade;
Ser rara é que te adula vaidosa.
Ama-se o Belo, e cega o mesmo afecto.
O Feio, pois não liga o pensamento.
Deixa miudamente ver o objecto.
Isto faz que se observe esse portento.
Quanto estás obrigada a esse aspecto,
Se no enorme te dá merecimento. (VERNEY, 1950a, vol. 2, p.145; 274).

Os versos, de acordo com Araújo, além de repetitivos são contraditórios. Como poderia uma dama ser feia e, ao mesmo tempo, formosa? (REFLEXÕES, 1748).

⁷² Verney usa a mesma poesia na carta destinada à Poesia nas páginas 145 e 247 (VERNEY, 1950a, vol. 2).

A proposta de Verney para os estudos iniciais está pautada na valorização do ensino de português como base dos estudos linguísticos e literários, que subordina à lógica. Percebemos uma preocupação com a utilidade social da língua, no seu uso na hierarquia eclesiástica na burocracia estatal, bem como com a elitização do vocabulário. Apesar de criticar o ensino de poesia para todos, não descarta a possibilidade de seu ensino nas Escolas baixas àqueles que possuísem aptidão. Defende um método mais prático, e critica o pedantismo, os castigos físicos e a memorização como parte do método de ensinar.

3.3 O Plano de Reforma das Escolas Preparatórias de Filosofia: apresentação das cartas de estudos filosóficos (cartas VIII - XI)

Na introdução da carta oitava Verney avalia o estado dos estudos de Filosofia no reino português. Destaca que sobre essa matéria tem muito a dizer, mas que sabe que não irá agradar. Verney acaba por fazer também uma introdução ao conjunto das obras filosóficas que se apresentarão nas cartas seguintes. Dedicar a parte inicial a versar sobre a filosofia escolástica e a filosofia moderna. Apesar de não ser nosso objetivo analisar exclusivamente suas ideias em relação ao debate filosófico do período, é inevitável a aproximação com a Filosofia a fim de compreender inclusive as concepções que nos propusemos analisar no VME.

O conjunto das cartas de Filosofia, Metafísica, Física e Lógica completa a revisão do plano de reforma do ensino de Verney que parte de uma cultura geral composta por três aspectos: linguístico, literário e filosófico. O aspecto filosófico é o condutor dos outros dois no esquema proposto por Verney. Seu plano de reformas só se completa a partir da compreensão dessas cartas, que contém o centro do sistema cultural proposto no VME. Nelas Verney admite sua filiação metodológica, expõe sua concepção de História de modo mais incisivo, e expressa sua concepção de educação de modo mais direto ao analisar a origem das ideias e da nobreza humana.

Ao observar o sumário das primeiras edições, Verney segue a estrutura de apresentar em suas cartas a matéria, para em seguida expor o mau método com que se ensina essa matéria em Portugal. Depois, apresenta o valor dos autores modernos, a necessidade dos estudos históricos “para se livrar dos prejuízos” e finaliza apresentando seu plano de estudos de Filosofia e Lógica.

Apresenta logo no início sua ideia sobre as reformas nessa matéria:

[...] as escolas de Filosofia deste Reino necessitavam ainda maior reforma que as outras, porque o mau método das escolas baixas alguma coisa se pode emendar com o tempo; porém uma vez que o estudante começou a provar o *ergo* e *atqui*, e a brincar com eles, e excogitar sofismas e metafísicas obscuras, de tal sorte se ocupa com tal negócio, que não é possível pôr-lhe remédio [...]. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 2).

O mau método, como ele se refere ao método existente nas escolas portuguesas, no ensino de Filosofia era grave, pois levava à confusão no ensino da Medicina, da Teologia e demais Ciências. Para ele os defeitos dos estudos superiores eram decorrência da falta de método dos estudos filosóficos preparatórios.

Na sequência apresenta a organização dos estudos de Filosofia nas escolas portuguesas: “os pobres rapazes passam os seus três ou quatro anos lendo arengas mui compridas; e saem dali sem saberem o que leram, nem o com que se divertiram.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 2)

O quadro da organização dos estudos nas escolas de Filosofia em Portugal apresentado por Verney era substancialmente parecido com o programa estabelecido para o Colégio das Artes nos Estatutos de 1591. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

O curso de Filosofia estava organizado em quatro anos. No primeiro ano eram estudados dois Tratados, denominados de *Universais* e *Sinais*; na metade do segundo ano iniciava-se o estudo da *Matéria Primeira e Causas*, que recebia o nome de Física. No

terceiro ano introduziam as *Intelecções, Notícias, Tópicos*, e algumas questões relativas à Metafísica. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 4-5).

Com esses estudos se formava um bacharel em Portugal desde o século XVI. Com mais um ano de estudos sobre *Geração e Corrupção*. Depois, são feitas conclusões das matérias estudadas, e assim se formava o Licenciado. Ao final dos quatro anos se formava o “homem graduado Filósofo.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 6).

Como esses estudos aconteciam? Nas Escolas de Filosofia dos padres jesuítas os Mestres elaboravam comentários das obras de Aristóteles e a princípio ditavam aos alunos. Isso implicava um tempo muito grande destinado a esse intuito. Assim, com a possibilidade da imprensa a partir do século XVI, a Companhia de Jesus determinou que esses comentários fossem impressos. O primeiro encarregado de organizar os comentários para a publicação foi o padre jesuíta Pedro da Fonseca (1528-1599).

É importante destacar que esta era uma prática que precedia a regulamentação dos estudos nos colégios jesuíticos com a publicação do conjunto de normas, o *Ratio Studiorum*, no ano de 1599. Interessante a preocupação da Ordem, tanto ao ditar quanto ao publicar os comentários, para que eles não fossem deturpados. Assim, mesmo após a regulamentação, os professores continuavam, à época do VME, ditando os comentários, que, segundo Verney eram extensos: alguns Mestres chegaram a ditar 40 cadernos somente em um tema. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Encerra a introdução afirmando que com esse método os Filósofos não sabem indicar em que parte os estudos realizados são necessários na Teologia, por exemplo. Repete sua preocupação com a utilidade do conhecimento ensinado: em Portugal, o estudo “morre com a escola” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 7).

Verney expõe os vários aspectos da resistência à Filosofia Moderna de forma sucinta. Critica que a interpretação dada nas escolas sobre Aristóteles não podem ser questionadas em consonância com os estudos que estão florescendo em vários reinos, inclusive em Roma, “nas barbas do Papa.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 8). Cita autores que são considerados ateístas, como

Galileu, Descartes, Newton, os Árabes, e a crença em Portugal de que esses autores somente reinam em países de hereges.

Provavelmente fosse uma referência comum à época a países onde a reforma havia acontecido, por exemplo, Alemanha, Holanda, França e a própria Inglaterra. Verney considera esses países em outras cartas como adeptos das ideias modernas. Araújo contesta em suas reflexões a importância de Descartes e Copérnico. Para ele, os cartesianos transformaram os seres vivos em máquinas artificiais insensíveis ou objetos vivos. Em Copérnico, critica sua teoria de que o sol fica parado. Mais adiante, em sua VIII reflexão, afirma: “[...] O Sol anda à roda da terra [...]” (REFLEXÕES, 1748, p. 28). Os modernos citados por Verney e seus livros tiveram sucesso entre os mais jovens por três razões: a primeira delas, por serem estrangeiros, o que consistia à época em um modismo. Segundo, a sedução da proposta dos modernos de conhecer toda a ciência, o que para ele era impraticável. Por fim, devido aos encantos da Física com suas experiências e instrumentos, o que reconhece poder ser aproveitado nas escolas. (REFLEXÕES, 1748).

Para Verney, o argumento da autoridade deveria ser questionado, e critica a aliança cega e irrestrita entre a Igreja e Aristóteles. Também parece querer combater a crença de que os autores modernos são ateístas e lidos em países hereges. (REFLEXÕES, 1748; RETRATO, 1749).

Valoriza a leitura dos textos modernos para conhecimento da Filosofia Moderna, o que julga ser ainda muito distante aos homens doutos portugueses. Percebemos que valoriza a leitura de Descartes, Galileu e Newton, por exemplo, na compreensão da Filosofia Moderna.

Julgamos que essa é, sem dúvida, a carta mais bem fundamentada pelo autor. Apresenta a evolução da filosofia moderna considerando Galileu, Descartes, Bacon e Newton seus principais representantes.

Nesta carta Verney reconhece o mérito dos principais autores modernos, e admite sua filiação em relação ao método. Todavia,

não podemos considerar seu método segundo os parâmetros atuais, mas segundo a concepção de seu tempo.

Apesar de reconhecer a importância do sistema cartesiano, não acha possível um sistema ser confirmado integralmente pela experiência, o que o leva a defender um método de ensino baseado na experiência, mas sem desconsiderar por diversas vezes em todas as cartas o uso da boa razão. Todos os autores na época de Verney se ocupavam especialmente com um problema histórico-filosófico, que era o de lidar com o desenvolvimento das ciências naturais, o questionamento dos sistemas, e a proposição de encontrar na natureza as provas empíricas para as teses e argumentos defendidos.

Sobre seu método, vimos que o próprio Verney alerta em carta de 1753 que jurar fidelidade a um determinado método é o primeiro passo para o erro. Não era fiel adepto de um sistema, e acreditava no aprendizado e conhecimento da natureza e dos homens por meio da experiência sensível. (VERNEY, 1753).

Reconhece que Descartes não era desconhecido em Portugal, mas que aqueles que o criticavam sem ter lido suas obras não seriam capazes de ser sequer seu copista. Julga que o fato de haver tantos censores em Portugal às obras dos modernos é prejuízo da falta de conhecimento da história das Ciências.

Na sequência apresenta aquilo que considera impedimento do florescimento da verdadeira ciência em Portugal: o preconceito da inferioridade cultural do estrangeiro. Para ele, os dois países onde se encontra o excesso em relação a esse tema são Portugal e Espanha. Fala do comércio literário entre as nações, e cita os exemplos da França, Alemanha, Inglaterra e Holanda, que enviam “muita gente a Roma, para se aperfeiçoarem na arquitetura, escultura, pintura e em tudo o que pertence às Antiguidades Romanas.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 17).

Para ele, era preciso reconhecer quais nações possuíam os melhores estudos e práticas em cada área, e aprender com elas. Percebemos a defesa de um cosmopolitismo característico das ideias ilustradas, que defendia o comércio literário entre os países.

Fala da importância do intercâmbio entre as Academias e Universidades.

Por usar nessas cartas a alcunha de barbadinho italiano, ao mencionar o exemplo da Itália afirma que “nossos” italianos se regulavam, por exemplo, pelo método da Universidade de Sorbonne, das Academias Régias de Londres, Paris, São Petersburgo, e conhecem as melhores obras que ali se produzem. A razão para que Verney citasse tais centros era o fato de que neles se desenvolviam trabalhos experimentais naquele momento. Para ele, isso concorre para desenvolvimento das ciências nas nações. É preciso reconhecer o merecimento de cada nação em cada área, e para ele, tal troca é ignorada por portugueses e espanhóis, que julgavam ser nocivos ou maus costumes, todo e qualquer estudo estrangeiro.

Inicia uma longa exposição histórica sobre a filosofia, que considera mais uma vez importante argumento para a superação dos maus métodos em Portugal. Conforme afirmamos, esta carta é a mais consistente até aqui no que se refere à profundidade dos argumentos apresentados e aplicação do método que propõe. Mas não foi poupado nas respostas dos seus acusadores. Araújo, de forma irônica, critica a história da filosofia apresentada por Verney. Questiona a utilidade de tal conhecimento, e duvida da veracidade das informações. (REFLEXÕES, 1748).

Inicia apresentando a importância de breve apresentação histórica como prolegômeno de toda matéria. Mas ao fazer sua exposição, evidencia os embates, sobretudo com a leitura feita da filosofia aristotélica em Portugal, e aqui, acreditamos ser uma crítica especialmente direcionada aos padres inicianos mais uma vez.

Após longa introdução, traz como nas outras cartas a definição da matéria:

“A Filosofia é o conhecimento das coisas neste mundo e das nossas mesmas ações e modo de as regular para conseguir o seu fim.” (VERNEY, 1950b, p.21). Considera que ela esteve presente em todos os povos em todos os tempos, mas ao estudante “basta que conheça os Filósofos da Grécia” (VERNEY, 1950b, p. 21). Em

especial, dedica-se após apresentar as principais escolas da Filosofia Grega para chegar a Aristóteles.

Sobre o aristotelismo, se preocupa em tentar pela história retomar o pensamento original de Aristóteles, e procede a crítica à leitura feita do pensamento do autor grego, e que teria deturpado suas ideias. Não é nosso intuito adentrar uma discussão conceitual filosófica, mas manter como princípio norteador o que isso significa em relação à renovação dos métodos de ensino.

Verney preparava com essa exposição histórica os argumentos que usaria na crítica ao método das escolas portuguesas. Em certa medida, ao apresentar no início da carta sua crítica aos comentários feitos pelos mestres nas Escolas de Filosofia e aos ditados que faziam com suas interpretações de Aristóteles, e que não poderiam ser contestados ou debatidos, critica diretamente o que considera um mau método que deve ser mudado em Portugal. Verney não defende a mudança das matérias ensinadas. Assim, não nega a importância na Filosofia do pensamento de Aristóteles, mas sim, a forma como ele é interpretado e ensinado nas escolas que formam bacharéis e licenciados em Filosofia em Portugal até o século XVIII.

Em suas Reflexões, Araújo desaprova que a crítica de Verney fosse endereçada aos mestres, aos intelectuais e aos nobres lusitanos, pois o mais importante e útil a Portugal naquele momento era discutir o *Verdadeiro Método de Trabalhar*: havia ruas com lamas por falta de canais, oficiais mecânicos que atrasavam o serviço e superfaturam materiais, lavadeiras que destruíam as roupas e lavadores que não sabiam cultivar a terra. (REFLEXÕES, 1748). Aqui percebemos a concepção do autor das reflexões de que essas pessoas não precisavam aprender a ler, escrever, contar, como defendia Verney em sua 16ª carta, mas sim, aprender bem os seus ofícios. Tampouco o destino do dinheiro público deveria ser destinado à construção de escolas, defesa feita por Verney, sobretudo em sua última carta do VME onde indica como deveria ser a organização prática dos estudos em Portugal.

Para o padre jesuíta Araújo, o atraso de Portugal não estava relacionado a um atraso cultural, mas sim, ao fato de que ele

produzia pouco. Para modernizá-lo, não era necessária uma reforma na cultura e nos estudos, mas sim, na reorganização do trabalho. (REFLEXÕES, 1748).

As explanações de Verney, para demonstrar seu argumento da deturpação de Aristóteles, apresentam todo o caminho do autor, suas traduções, até chegar ao século XVIII. Após apresentar o itinerário da obra de Aristóteles, destaca aquilo que considera a evolução do pensamento moderno. Podemos notar o seu otimismo e entusiasmo em relação ao progresso e às descobertas da ciência a partir do século XVI, característica própria dos pensadores do século XVIII.

Ele considera como marcos nesse processo de desenvolvimento e progresso das ciências a partir da modernidade nomes como Copérnico, Bacon, Galileu e Descartes, importantes no processo de emancipação do conhecimento. Primeiro, aponta as revoluções propostas por Copérnico ao estabelecer seu sistema físico-celeste. Na sequência, destaca a importância de Bacon para os estudos experimentais, e considera “as especulações deste grande homem como a mais famosa época da verdadeira Filosofia, porque observo de então para diante, uma total mudança e adiantamento sempre para melhor.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 31). Destaca também os progressos da ciência com as descobertas de Galileu, que tem o mérito de usar a Matemática para explicar a Física e contribuir sensivelmente para os estudos de Mecânica. De Descartes dá notícia, mas já apresentou anteriormente muitos argumentos sobre a importância de seu sistema para o conhecimento na modernidade.

Destaca que a Igreja preferiu continuar seguindo as leituras de Aristóteles feitas de forma deturpada que considerar tais descobertas, que nos círculos intelectuais, com destaque para as Academias Experimentais, ganhavam cada vez mais força. Para ele, essas academias foram as responsáveis por dar crédito e divulgar as novas filosofias.

Ao apresentar os estudos naquele contexto em relação à Filosofia apresenta alguns aspectos também pedagógicos. Afirma

que nem todos Religiosos ficaram presos às ideias de Aristóteles. Indica que no século XVIII “[...] infinitos se têm declarado contra o antigo estilo, e ensinam publicamente a Filosofia moderna.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 35).

Com isso, direciona sua crítica aos métodos de ensino em Portugal, especialmente ao afirmar que em outras nações há a divulgação do método moderno entre religiosos: “Verdade é que algumas Religiões ainda o não aprovaram; mas também é certo que muitos leitores delas são declaradamente Filósofos modernos.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 35). Esta menção faz referência possivelmente ao fato de que a maioria desses filósofos modernos havia estudado em Colégios católicos, especialmente nos colégios dirigidos pela Companhia de Jesus. É o caso de Descartes, e do próprio autor das cartas.

Como pedagogo, Verney se preocupa com a situação das escolas em Portugal, frente a essas novas descobertas. Afirma que a direção dos estudos em Portugal ainda se encontrava muito dependente das interpretações dos mestres da Companhia de Jesus, que, por sua vez, ainda estavam muito ligados às explicações baseadas nos argumentos de Aristóteles e da Escola Peripatética. Com as novas descobertas físico-naturais:

É claro que as escolas não puderam ficar indiferentes, e tiveram de introduzir como material de ensino esses novos dados físico-naturais, ou com repúdio completo do sistema de Aristóteles, considerando-o responsável, ou adaptando o texto de Aristóteles aos novos dados. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. 34-35).

Verney aponta que na Itália, alguns religiosos fizeram tais adaptações, provavelmente se referindo aos colégios da Companhia de Jesus. Mas em Portugal, mesmo com a introdução das Academias Científicas e Aulas Experimentais, predominou a manutenção da adaptação das ideias de Aristóteles aos novos dados. Sobre essas adaptações Verney afirma que não há meio modernos. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Para reforçar que falava das ignorâncias no reino português, exemplifica que até mesmo os dominicanos e os jesuítas se viram obrigados a reformar o antigo método e introduzir os novos estudos em suas escolas. Isso aconteceu, por exemplo, em países como França e Itália, mas não em Portugal.

Após a introdução das novas descobertas em Portugal e alguns estudos portugueses sobre essas descobertas, houve iniciativa súbita do rei Dom João V por meio de uma provisão no ano de 1712 de impedir as alterações nos estudos sob a orientação moderna. Opera-se em Portugal “o regresso às posições anteriores” e o combate às ideias modernas, instalando no país à época da divulgação das ideias de Verney, uma ortodoxia nesse aspecto. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. 36). Era nesse sentido que Verney afirmava categoricamente a situação das escolas portuguesas. Isso não significa que em seus colégios a Companhia de Jesus não aderisse em alguns aspectos às teorias modernas⁷³.

Por que teriam os colégios e universidades oficiais, que tinham o monopólio da Companhia de Jesus, a atitude de reafirmar tais dogmas? A resposta perpassa a necessidade da Ordem de reafirmar sua própria posição na sociedade portuguesa, sobretudo sua influência política. Com a ideia de um estado laico, ou mesmo

⁷³ Sobre os jesuítas, a ciência e a cultura em Portugal nos Tempos Modernos, destacaram-se os estudos do padre jesuíta João Pereira Gomes. Ele indica vasta pesquisa onde demonstra que as matérias ensinadas em Portugal nos colégios jesuíticos não eram tão ligadas ao aristotelismo como censura Verney em suas cartas. Publicou vários artigos na *Revista Brotéria*. Claro que não o faz sem a paixão de alguém que defende a Ordem à qual pertence. Interessante perceber que a contenda lançada pela publicação do VME entre Verney e os jesuítas adentraram o século XX. Escreveu na primeira metade do século XX, e continuava a debater os principais pontos da polêmica verneiana, iniciados com os três folhetos aqui apresentados. Mas no caso de Gomes não se trata de mera apologia. Exemplifica com vasta documentação as atividades de professores e obras, por exemplo, a do matemático e jesuíta o Padre Inácio Monteiro, que podem ser consideradas modernas no interior dos colégios da Companhia: “Ora, Inácio Monteiro não é um escolástico; ele não se prende a nenhum sistema, recolhe de todos o que julga verdadeiro, exige plena liberdade intelectual: é um eclético.” (GOMES, 2012b, p. 98).

da secularização, a partir da introdução das ideias renovadoras, constituíam ameaça ao prestígio político da Ordem junto à Coroa, o que ameaçava conseqüentemente, a sua hegemonia na direção dos colégios e universidades em Portugal. Também naquele momento, os questionamentos estavam em torno de responder como Portugal tinha ficado para trás na esteira do desenvolvimento capitalista. Para alguns, como Verney, o atraso poderia ser atribuído aos métodos de estudos e, conseqüentemente, ao monopólio da atuação dos jesuítas na educação e seu prestígio político. Para tanto, modernizar Portugal significava reordenar os estudos e reformar as ideias predominantes. Para outros, por exemplo, o jesuíta José de Araújo, isso era reflexo da baixa produtividade portuguesa, e era preciso reordenar as atividades práticas, o mundo do trabalho. (REFLEXÕES, 1748).

Sobre as conclusões que se podem tirar a partir a História da Filosofia, Verney afirma que por ela “se compreende muito bem com quão pouca razão estes Mestres em Portugal condenem uma coisa que está tão bem introduzida, e não entre Hereges, como eles dizem, mas entre Católicos mui pios e doutos.” (VERNEY, 1950b, vol. 3). Até mesmo na Itália, país católico e sede do poder papal, os estudos modernos foram introduzidos nas escolas. Por que, então, não poderiam ser em Portugal?

Na seqüência de sua discussão sobre a Filosofia, destina uma parte à discussão de uma das áreas subordinadas ao seu estudo: a Lógica. Afirma que a definição geral de Filosofia, e que assim também os peripatéticos a definem, “é conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 39).

Em definição complementar àquela já apresentada no início da carta, Verney utiliza a seguinte metáfora:

[...] saber qual é a verdadeira causa que faz subir a água na seringa é Filosofia; conhecer a verdadeira causa por que a pólvora, acesa em uma mina, despedaça um grande penhasco é Filosofia; outras coisas

a esta semelhantes, em que pode entrar a verdadeira notícia das causas, são Filosofia. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 39).

Todavia, na construção do discurso que explica as causas das coisas pode haver estratégias enganosas de persuasão, como o Sofisma ou Paralogismo. Dessa forma, afirma ser de fundamental importância o estudo da Lógica ou Dialética, “que é muito mais antiga que Aristóteles; mas ele foi o que a compilou com melhor método a respeito do seu tempo, ainda que muito imperfeita, se olharmos para o nosso.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 39).

Assim, Verney indica a necessidade de sua época em renovar os estudos de lógica para além dos estudos de Aristóteles, que considera insuficientes para o contexto dos estudos modernos. A Lógica dos Antigos, finaliza, é um método ou regra que ensina a julgar bem. Para Verney, a lógica não deveria pressupor regras artificiais, mas sim, ser pautada na observação. Ao observar, poderão ser identificadas algumas leis, mas que não são artificiais, mas sim, naturais: “Por outras palavras, a Lógica, em Verney, não é aristotélica, mas lockeana, porque é de base essencialmente psicológica.” (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. 40).

Na sequência Verney analisa o ensino da Lógica nos colégios portugueses, que se pautam na Lógica dos Escolásticos. Afirma que essa lógica não tem utilidade e que leva à confusão. Continua criticando os principais compêndios de Lógica, acusando-os de, além de serem inúteis por constituírem uma conjunto de regras artificiais a serem memorizadas, não possuem método. Já vimos que Verney considera o método moderno a partir da observação e do experimentalismo. Assim, memorizar as regras da lógica aristotélica não tem utilidade alguma, e, por essa razão, não deve ser ensinada dessa forma nas escolas. Mais uma vez centraliza a sua proposta de renovação nos métodos de estudo, não nas matérias ensinadas⁷⁴.

⁷⁴ Não constituiu objeto desta pesquisa comparar Verney a todos os seus interlocutores. Todavia, cumpre destacar que quando Verney inicia suas considerações sobre o valor do Silogismo, inicia a dependência em sua exposição das ideias contidas no **Ensaio sobre o entendimento humano**, de Locke. Salgado

Finaliza a discussão sobre Lógica discutindo a questão central dos antigos contra os modernos: o argumento da autoridade. Seu posicionamento é o de um moderno, e critica o argumento da autoridade. “[...] o método de filosofar não se deve seguir porque o diz este ou aquele autor, mas porque a razão e experiência mostram que se deve abraçar.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 75).

Verney concilia o embate entre racionalistas e empiristas, e deve ser compreendido inserido no bojo dos debates e da questão dos métodos no século XVIII. Critica que o conhecimento dos antigos seja considerado incontestável, e defende o exame criterioso do discurso. Critica os escolásticos por seguirem o pensamento de Aristóteles e elaborar a partir de seus argumentos comentários inquestionáveis. Julga que tais comentários “[...] amofinam a paciência e fazem perder o tempo nas escolas.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 76). Critica a ideia de que um texto tem autoridade e deve ser explicado somente, mas não analisado. Já vimos que esse foi um ponto de contestação nos folhetos com as respostas dos jesuítas.

Em sua nona reflexão Araújo mais uma vez critica as afirmações vagas e falsas promessas do barbadinho. Para ele, Verney prometeu uma boa Lógica, mas tudo o que faz em sua carta não passa de considerações gerais, sem alguma explicação mais consistente. Afirma que a longa exposição de Verney sobre a Física experimental em nada invalida a Peripatética. Para provar sua argumentação, ironiza que não fizeram ainda experimentos na lua para dizer que o sistema baseado em Aristóteles fosse falso. Ao passo que Verney indaga de igual forma irônica: “Estivestes vós algum dia junto da lua, para saberes se tem vapores, exalações e atmosfera?” (RESPOSTA, 1748, p. 35).

Júnior transcreve na íntegra em suas notas os trechos da obra e a visível síntese feita por Verney ao apresentar suas ideias. As quatro razões apresentadas por ele para evitar o uso de silogismos, por exemplo, podem ser encontradas na obra de Locke. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3).

Em sua nona carta Verney discorre sobre a Metafísica. Subordina a matéria à Lógica, e ambas à Física, como podemos ler no sumário das primeiras edições, “Explica-se que coisa é Metafísica, e se mostra que é inseparável da Lógica e Física.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 113).

Inicia considerando, no esforço de sua época em separar as áreas da ciência, se a metafísica pertenceria a alguma ciência particular ou seria uma parte independente. Para ele: “[...] é loucura separar estas metafísicas das outras partes da Filosofia.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 120-121).

Considera ilegítima a Metafísica como disciplina independente. Por essa razão, realiza uma digressão sobre a teoria dos entes. Essa é a menor carta de Verney, pois, ao considerar a metafísica como subordinada à Lógica, detalhou aquilo que acreditava ser necessário para a compreensão na carta anterior.

Dedica um apêndice para discutir o valor da obra do Padre Benito Jerónimo Feijóo y Montenegro (1676-1764). Assim como Verney, o beneditino espanhol lançou entre os anos de 1726-1739 uma obra que visava atingir a um amplo público. Nessa obra, indicava as principais superstições e erros em relação à ciência moderna na Espanha a partir da compilação de diversos autores e publicações das Academias Científicas, de dicionários e enciclopédias recentes. Assim como Verney, teve que responder a publicações que o acusavam, e foi obrigado a escrever defendendo sua obra. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3)

Verney considera o Teatro Crítico de Feijóo y Montenegro como obra supérflua, e prejudicial, do qual “[...] não pode dele tirar coisa boa” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 161). Ele havia feito na Espanha o que Verney propunha em Portugal: uma crítica e reforma dos modelos tradicionais de métodos de ensino. Todavia, Verney é duro em suas considerações, e o embate com o autor espanhol mostrariam mais pontos em comum que propriamente discordâncias (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3). Para justificar seu desprezo pela obra e pelo autor, Verney afirma de modo contundente que se trata de um Peripatético, e que suas

proposições se acham em consonância com os conceitos de Aristóteles. Dessa forma, não poderia ser um Filósofo, nem discorrer bem sobre Lógica ou Física.

Na nona reflexão sobre a metafísica, frei Arsênio refuta as ironias de Verney contra os aristotélicos de igual forma: com ironia. Admite ser um aristotélico e rebate a crítica feita ao padre Feijó y Montenegro, e afirma que pelo menos ele não diz em sua obra que esse ou aquele autor é bom ou mal, como Verney. Para ele Verney fracassou em seu intento nesta carta, pois o que nela se lê nem impugna os princípios aristotélicos, nem prova contra os estudos da metafísica. (REFLEXÕES, 1748). Sobre essa afirmação final, Verney satiriza em sua resposta: “Isto sim, que é um novo modo de criticar.” (RESPOSTA, 1748, p. 37).

Na décima carta o barbadinho introduz o seu leitor ao estudo da Física, que divide em *Física do Corpo* e *Física do Espírito*. Nesta carta diretamente apresenta sua crítica às interpretações feitas de Aristóteles, e não ao autor em si. Apresenta a Física como “[...] o conhecimento da natureza de todas as coisas [...]” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 168).

Um ponto merece destaque. Dedicar a maior parte desta carta a argumentar que os conceitos presentes nos peripatéticos não se encontram nem em Aristóteles, tampouco em São Tomás. Salienta ao longo da carta sua admiração por Aristóteles, e critica o fato de que entre os religiosos se encontrou maior resistência aos conhecimentos modernos pois eles juraram fidelidade a determinada doutrina. Em termos de método, percebemos aqui o homem do século XVIII, naquele contexto de conciliação da ciência: “[...] o jurar determinada doutrina é o primeiro impedimento para toda sorte de estudos.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 178).

Na sequência critica a filiação aos conceitos aristotélicos sem considerar a experiência. Afirma que “Estes bons religiosos passaram a sua vida no seu cubículo, escrevendo; serviram-se do que acharam escrito; e assim não podiam compor obras melhores daquelas por que se guiaram.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 182). A crítica, direcionada aos jesuítas portugueses, recebeu resposta no

primeiro folheto da polêmica. Para Araújo, Verney desconsidera boa a física em Portugal porque ela não é experimental. Ele defende que haja as duas, e que cada um escolha qual delas quer estudar. Não nega que a Física experimental é *boa e engenhosa*. Reconhece que com as máquinas e experiências, muita coisa se provou que os antigos não sabiam. Cita o exemplo das descobertas a partir das navegações. No século XVI já havia os portugueses, pela experiência, mostrado equívocos em pensadores antigos. Reafirma e defende a Física especulativa, pois segundo ele, não havia provas de que ela não fosse mais necessária, pois os argumentos de Aristóteles não foram todos refutados pela Física experimental. E rebate a crítica dizendo que se o autor não deseja estudar a física especulativa: “deixe-nos cá com nosso trabalho.” (REFLEXÕES, 1748, p. 32).

Sobre a presença da Física Experimental em alguns pensadores peripatéticos, afirma que não há meio termo, ou, como ele denomina, *meio modernos*. Não é possível, para ele, conciliar a Física Especulativa e a Física Moderna: “Quem recebe as experiências, e, em virtude delas, quer discorrer, deve renunciar o Peripato; quem abraça o Peripato, deve renunciar as experiências. São coisas totalmente opostas, que uma destrói (sic) a outra.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 184). Não desconsidera que em Portugal exista o conhecimento da Física Experimental. Reconhece que alguns Peripatéticos têm o conhecimento das experiências, mas, apesar de observar, não sabem explicá-las. Cita o exemplo das confusões que um padre Jesuíta teria feito em uma aula experimental de Física. Ou seja, mesmo com a presença das matérias modernas, o método, atrasado, ou como Verney denomina, o mau método, que há em Portugal, compromete seu real aprendizado.

Nesta carta Verney é duro em relação ao experimentalismo. Para ele, “quem não segue esta estrada, perde o seu tempo.” (VERNEY, 1950b, p. 190). Há duas formas de conhecer: observar as propriedades para chegar aos princípios, e conclui que “Este deve ser o primeiro emprego do Físico: observar e discorrer” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 190). O defeito principal dos Peripatéticos é o de

acreditar que podem explicar tudo por suas expressões e conceitos, e, por fim, “embrulham com elas.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 191).

O centro de seus esforços nesta epístola é o de confrontar os antigos e os modernos, especialmente no que se refere ao preconceito da Autoridade. Para ele, esse foi um impedimento no adiantamento dos estudos. Eles merecem louvor naquilo que deixaram escrito, que indicaram estradas, mas que não possuíam método. Razão, método e demonstração: a tríade que Verney considera fundamental aos estudos científicos, e que faltava aos antigos. Eles não tinham telescópios, argumenta Verney.

Na carta de Física percebemos toda a exaltação da Física Experimental e sua filiação irrestrita, até mesmo sectária, ao experimentalismo. Afirma que o sistema moderno é não ter sistema. Não podemos compreender essa afirmação a não ser sob a ótica do século XVIII. Significava que Verney não reconhecia um sistema pré-existente que pudesse explicar o mundo, mas sim, a partir da experiência sensível, da observação, seria possível alcançar o conhecimento:

O que digo é que este meio é o único para descobrir a verdade, com esta circunstância de mais: que ou nos descobre a verdade, ou não nos lisonjeia com uma ciência mentirosa; pois nele claramente se distingue o que é verdadeiro, daquilo que é verossímil e que é falso. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 197).

Por essa razão, dedica parte a rejeitar o cartesianismo antes de fazer tal afirmação, e exalta Newton e suas hipóteses: “[...] este é o método que hoje corre entre os doutos [...] põem-se os olhos na experiência, e procura-se dar razão provável daquilo que se vê.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 201).

Verney iguala os Físicos Especulativos aos Hebreus que se apegam à sua Cabala ou os Egípcios às suas Crônicas. Eles se apegam ao sagrado e não distinguem o verdadeiro do falso. Para ele, a Física Aristotélica é mistério, encoberta por palavras difíceis

e sem sentido. “Que sorte de Filosofia é esta que não se pode explicar?” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 198).

Critica a forma enfeitada do discurso dos Peripatéticos. Para ele, se a razão é boa não necessita de adornos, nem na Física, nem em ciência alguma. Para ele, Física que não se pode explicar e coisas que não se podem provar não devem ser admitidas como ciência. “O Físico deve falar claro; propor as suas razões em qualquer língua de sorte que todos o entendam.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 198).

Encerra a primeira parte de sua carta considerando fundamentais nesse processo de descoberta da verdade por meio da experiência a atividade das Academias. As descobertas científicas eram tarefas coletivas, não individuais. Para ele, as redes de contato que se estabeleciam nessas Academias impediriam a publicação de informações falsas, uma vez que as proposições ali feitas “[...] são vistas e revistas, e aprovadas pelo corpo da Academia. Coitadinhos deles se alegassem falso: sairiam logo mil críticas [...]” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 204).

Todavia, para que tal intento se realizasse, as Academias deveriam ser mantidas pelos Príncipes, que, ao criarem, manterem e incentivarem, deveriam remunerar aqueles que se dedicam aos estudos, pois esses homens fazem, grande utilidade ao bem público.

Ao apresentar seu Plano de Estudos, Verney destaca a necessidade de alguns estudos auxiliares à Física, dentre os quais evidencia a Aritmética e a Geometria. Em sua reflexão sobre a Física, Araújo indaga como em pouco tempo, como propõe em seu método, poderiam os estudantes aprender matemática, geometria e álgebra. Não descarta a importância da Matemática, mas não é matéria rápida como propõe Verney. (REFLEXÕES, 1748). Sobre este tema Verney faz menção às atividades científicas dos jesuítas quando examina que alguns Peripatéticos em parte confessam a importância da Física Experimental e se dedicam à observação astronômica. Reforça essa questão na sua resposta às reflexões. Mas em mais de uma ocasião em suas cartas sobre os estudos filosóficos, se refere aos meios modernos, ao passo que não considera que essas atividades pudessem ser reconhecidas como amostra de que a

ciência em Portugal possuísse espaço nos colégios da Companhia de Jesus. Havia uma cadeira de Astronomia na Universidade de Lisboa, e que foi mantida na transferência para Coimbra, feita por Dom João III (1502-1557). Passados os descobrimentos, os estudos matemáticos perderam seu vigor. Mas foram mantidos, por exemplo, no colégio que os jesuítas dirigiam em Santo Antão. Para manter os estudos de Astronomia, os jesuítas se mantiveram a par dos conhecimentos matemáticos mais modernos. A omissão das principais obras dos matemáticos jesuítas do colégio de Santo Antão, por exemplo os compêndios de Manuel Azeredo Fortes e Manuel de Campos, pode se justificar pois, ambos foram publicados muito próximo da publicação das cartas de Verney, em 1744. (SALGADO JÚNIOR, 1950b, vol. 3, p. 212).

Para Verney a Física é inseparável da matemática, e defende que seu ensino dever ser pautado pela utilidade. Exalta nesta carta os matemáticos das Academias Experimentais, demonstrando mais uma vez um entusiasmo em relação aos pressupostos de Newton. Assim como na carta anterior, ao indicar a bibliografia recomenda as obras newtonianas ou das coleções das Academias Científicas.

Em relação ao método de estudar a Física, novamente reprova o método dos jesuítas de forma direta. Para ele, estudar física não é decorar princípios e repeti-los de memória, mas sim, buscar a compreensão de sua aplicação prática, sua utilidade. Em seu plano de Estudos para esta matéria, destaca que o ponto de partida devem ser os princípios universais segundo a orientação newtoniana. Para a Física do Espírito, recomenda que para provar a espiritualidade da alma devam ser encontradas provas racionais. Encerra afirmando que não é tarefa do Filósofo Moderno discutir, por exemplo, o tratado dos Anjos, mas sim, a existência do “[...] espírito incriado, causa e princípio de todas as coisas.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 244). A existência de Deus deve ser provada pelo uso da boa razão, não de forma metafísica. Parte do princípio de que todos são “[...] obrigados a reconhecer que existe uma causa inteligente que não é matéria, a qual produziu não só o Mundo, mas a mesma matéria. Provado isto, fica claro que há Deus; porque

isto queremos significar por esta palavra Deus.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 246).

Encerra sua proposta com o tempo de duração do curso de Filosofia. Para ele, no primeiro ano deveriam ser estudadas a Lógica, com estudos auxiliares de Geometria, Aritmética e Álgebra. No segundo ano, Física e o estudo auxiliar da Álgebra. Ao todo, Verney divide seu curso de Filosofia em quatro anos, como veremos na próxima carta.

O destaque desta carta, e que gerou uma resposta direta de seus opositores, são os dois casos narrados sobre o ensino de Filosofia. Primeiro, menciona que ensinou Filosofia a um rapaz sem livros e com conversas fáceis de entender, ao estilo dos filósofos antigos, caminhando pelas ruas e não somente preso em uma sala. O segundo caso antecipa a defesa de Verney da educação das mulheres. Cita o exemplo da facilidade com a qual uma senhora aprendeu Física e latim por seu novo método. (VERNEY, 1950b, vol. 3). Sobre os casos contados, Araújo satiriza que os dois estudantes deveriam ter mente angelical, mas que gostaria de provas sobre o ensino do rapaz sem livros e da senhora. (REFLEXÕES, 1748).

Antes de iniciar a sua última carta que completa seu programa de estudos par as escolas de Filosofia, Verney aconselhava que todos os estudos deveriam primar pela utilidade, como por exemplo, a matemática aplicada à Física. Sobre a História da Física, considera que ela não deve ser separada do estudo da própria Física, mas, que não recrimina quem queira estudá-la. Assim, aconselha que seria uma boa leitura para as férias.

Na décima primeira carta Verney completa seu plano de reformas para as escolas preparatórias de Filosofia. Para concluir os estudos, o curso no terceiro ano deve continuar o ensino de Lógica e de Física, aliado aos estudos auxiliares de Álgebra, Aritmética e Geometria. Recomenda que o curso finalize, a partir da metade do terceiro ano, com os estudos de Ética. Se nas cartas anteriores, Verney se ocupa em demonstrar seu sistema filosófico-

cultural, nesta carta merece destaque para os aspectos pedagógicos que compõem seu plano de reformas.

Apesar de seguir sua estrutura de apresentar a história como introdução e preparação a qualquer conhecimento, sua exposição histórica em relação à Ética é demasiado resumida. O autor passa de Platão e Aristóteles ao século XVI, o que mostra o seu já mencionado preconceito em relação à Idade Média.

Defende a integração da Ética à Filosofia, não à Teologia. Esta era para ele a matéria central na preparação para os estudos nas faculdades, devido ao seu caráter propedêutico.

Divide a Ética em duas esferas: a vida particular e civil, que faz parte processo iniciado nos Tempos Modernos de divisão do público e do privado a partir da sociedade burguesa. Para o homem particular, a utilidade da Ética consiste em civilizar os juízos e as ações da mocidade em sua vida profissional. Já para o âmbito civil, evita censuras desnecessárias e erradas em relação às ações dos outros, ou seja, colabora para a vida em sociedade. A partir dessa divisão, inicia uma longa digressão sobre a nobreza, o que nos interessa diretamente, pois contém um aspecto pedagógico importante na compreensão de seu projeto e da sociedade do século XVIII.

Antes de apresentar a visão de Verney sobre o tema, e sua relação com a educação, é necessário um afastamento momentâneo das cartas de Verney para pensar a sociedade portuguesa em sua hierarquia social, a fim de compreender a razão da contestação feita pelo autor dos privilégios da nobreza, ainda presentes em Portugal.

Desde o final da Idade Média, contexto no qual a nobreza tinha uma função essencialmente combativa, os nobres viram-se obrigados a conviver socialmente com a nova camada social, a burguesia, em sua aliança com os próprios reis: “a nobreza belicosa é substituída por uma nobreza domada, com emoções abrandadas, uma nobreza de corte.” (ELIAS, 1993, p. 216). Na formação dos Estados Nacionais modernos, reuniram-se em cortes, onde seu papel passou a ser questionado frente às transformações sociais advindas das mudanças políticas, econômicas e culturais. A defesa

pelo fim dos privilégios nobiliárquicos está presente em pensadores em toda a Europa desde o século XVI. Mas em Portugal, podemos destacar alguns momentos cruciais, e colaboram na compreensão da posição que nosso autor assumiu.

Em primeiro lugar, a distinção social em Portugal já vinha sendo discutida. Encontramos a contestação dos privilégios dos quais gozavam os nobres no Estado Português já no século XVII. No ano de 1642, em sermão proferido diante de Dom João IV (1604-1656) e da nobreza, Vieira defendeu que a nobreza e o clero deveriam contribuir com os tributos. (MENEZES; NAGEL, 2003). Tanto nobres quanto clérigos possuíam o benefício da isenção. A burguesia e o povo, camponeses e cidadãos, arcavam com os tributos reais sozinhos. Para convencer a plateia que se encontrava diante dele, inicia suas considerações sobre a origem da fidalguia para defender a ideia de que todos deveriam contribuir. Ao analisar a origem da palavra fidalguia, demonstra que a verdadeira e única fidalguia é a da ação, das obras, não a hereditária. Com essa afirmação, contradiz a própria escolástica. Isso explica, em parte, as perseguições sofridas por Vieira dentro da própria Igreja, inclusive sua condenação pelo Santo Ofício. (BOSI, 2011).

Também outros iluministas, sobretudo Ribeiro Sanches, em seus *Apontamentos*, defendiam a igualdade e um novo fator de distinção social: a educação. De nada adiantaria o título ou o cargo, se o nobre fosse rude e não soubesse escrever ou conversar. (SANCHES, 2003).

É no mesmo sentido de Ribeiro Sanches que Verney elabora um plano de estudos de Ética para os rapazes nas escolas baixas. Também interessante observar que, à época de Verney, a hierarquia da sociedade nobiliárquica portuguesa era regida por uma Lei específica.

Numa sociedade hierarquizada como era a do Antigo Regime português, as distinções de qualidade foram objeto de legislação desde o século XVI até o período pombalino. A finalidade dessas leis [...] era, por um lado instaurar a ordem no caos das práticas sociais

e, por outro, acompanhar as mudanças por que a própria sociedade ia passando. (DA SILVA, 2005, p. 25).

Esse Alvará Régio regulamentou os pronomes de tratamento e a posição hierárquica entre os cortesãos. (MENEZES; NAGEL, 2003). Isso pode auxiliar na compreensão da preocupação de Verney em discutir tal questão e defender que por meio da educação, o indivíduo poderia se tornar um homem virtuoso, o que considerava a verdadeira nobreza, segundo ele próprio afirma em seu plano de Ética. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Para Verney, a Ética auxilia na formação do homem virtuoso. Considera que a virtude e sua origem foram associadas durante muito tempo à nobreza hereditária. Apesar da emersão de uma sociedade burguesa a partir do século XVI, ela tem início com uma aliança com a nobreza feudal e com a Igreja. Mas no século XVIII, as autoridades da Igreja e da nobreza passaram a ser fortemente contestadas.

Logo de início, Verney associa a origem de toda nobreza à virtude, não ao sangue. A essa nobreza denomina natural, para diferenciar da nobreza hereditária. Aqui podemos mais uma vez relacionar a biografia do próprio Verney. Filho de comerciante foi pela educação que ele e seus irmãos conseguiram um lugar no aparato administrativo do reino português, ainda fortemente unido à Igreja. Defende que “Os homens nasceram todos livres, e todos são igualmente nobres.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 267).

Nesta carta Verney diretamente relaciona educação e virtude. Para superar os privilégios e ter reconhecimento na sociedade, o homem deveria prezar não os seus títulos e/ou cargos, mas a virtude advinda de um processo pedagógico, externo ao indivíduo. Argumenta que “O filho de um homem ilustre não é o mesmo que ser ilustre.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 269). Pelo abuso, que ele condena, poderá até ter algum prestígio com o povo, mas não terá em si as virtudes que o façam verdadeiramente nobre.

Percebemos que ele defende aquela camada da sociedade que não possuía os títulos, ao afirmar que “Haverá outros que tenham

tanto e mais dinheiro; mas, porque não estão naquela opinião, não são nobres.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 269). Associa diretamente o fator de distinção do homem à educação que recebeu. Indaga que, se um grande homem for despido de suas carruagens e criados, como poderá se distinguir de um homem do povo? Em outro país que não o seu, de nada vale sua nobreza hereditária. E conclui que “Os homens insignes é que são os verdadeiros nobres.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 269).

Narra uma história para hierarquizar a nobreza. Primeiro está o nobre pela virtude, que se distingue pelo modo como fala (educação). Logo abaixo, estaria o nobre cujo valor se mensura pelo cargo que ocupa. Na base dessa hierarquia, e aquela que merece menos apreço, consiste na nobreza pela ascendência. Afirma que, em Portugal, quando um homem ascende a cargos importantes na República, logo vão se buscar suas origens humildes para desqualificar suas ações e merecimentos. Conclui que o apego aos títulos demonstra profunda ignorância, pois eles são acidentes.

Em sua defesa da nobreza natural, podemos perceber a reconfiguração da Europa ocidental, e do seu desejo de modificar a forma como os homens pensavam tal questão em Portugal. Para ele, o dinheiro e os cargos são valores mais importantes que os títulos, pois, com dinheiro, os homens podem comprar títulos e adquirir cargos, e com um cargo importante adquire mais prestígio. O apego ao título de nobreza para justificar a importância ou exigir privilégio é, para ele, motivo para que alguns portugueses continuem fazendo “[...] miserável e vergonhosa figura” no exterior. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 271).

O título de nobreza pode ser conferido pelo Príncipe, que, de igual forma, pode dar tanto a um como a cem mil. Já a nobreza advinda da virtude não pode ser conferida ou retirada pelo Príncipe. Para justificar sua tese cita vários homens que, mesmo de família humilde, tornaram-se grandes na Antiguidade. Após tal afirmação, retorna à antiguidade para analisar o conceito de nobreza e como ele foi construído ao longo da história. A nobreza

na antiguidade era um valor relativo às virtudes dos homens, à sua nobreza civil ou natural.

Dedica longas páginas para relacionar a importância da educação no processo de constituição da nobreza em um homem. O centro da virtude de um homem é a educação que ele recebe. Percebemos a crença iluminista da perfectibilidade humana, que considera que por meio da educação os homens poderiam ser melhorados e, dessa forma, contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

A nobreza não é um apêndice da natureza, ou algo que se transmite hereditariamente. A virtude se adquire, e o nascimento não tem sobre ela nenhum influxo. Valoriza a educação recebida:

Se um moço não tem talento para entender bem, docilidade para receber os documentos, e boa educação, seja quem quer que for, raríssima vez obrará bem; visto que ainda muitos, que a tiveram, obraram muito mal, porque neles a malícia desfazia quanto produzia a educação. (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 275).

Exemplifica que os portugueses devem se ater a esse tipo de educação ética para formar homens virtuosos, pois, há entre os senhores portugueses ridículas afetações no que se refere ao apego aos títulos, e, muitos, para fingirem ser muito nobres, acreditam que devem destratar os outros para evidenciar, assim, sua superioridade. Afirma que tais práticas se devem à falta de conhecimento de como se vivem em outros reinos. Admite-se como português ao se desculpar pela digressão acerca da nobreza naquela “[...] parte da Europa onde eu nasci.” (VERNEY, 1950b, vol. 3, p. 283).

O melhor meio para conquistar essas virtudes seria sair do reino português, viajar para conhecer outros reinos. Uma vez que não fosse possível, reconhece como melhor meio a Ética, e o uso de exemplos civis retirados da História. Aqui mais uma vez apresenta a história como modelo para o presente, defesa que se insere na necessidade de constituição da noção de civilidade e patriotismo

em Portugal. Assim, os homens seriam úteis em todos os seus empregos. (VERNEY, 1950b, vol. 3).

Em resposta a Verney, Araújo não concorda que a Ética seja necessária ao Teólogo, que, a partir da doutrina da igreja já a prende o que é necessário nesta matéria. Não é preciso a Ética para formar bons cristãos, Bastaria a razão natural, de que existe um só Deus. Para ele, bastam os mandamentos, a teologia moral. Não é necessária uma Ética “secular.” (REFLEXÕES, 1748, p. 34). Também contesta a digressão feita sobre a fidalguia, ao passo que conclui que as coisas que Verney afirma nesta carta são coisas que “metam medo.” (REFLEXÕES, 1748, p. 35).

A apresentar seu plano para uma Ética Moderna alguns pontos merecem destaque. Primeiro, apresenta que esta matéria se divide em duas partes. Uma, refere-se às obrigações dos homens com Deus; a outra, sua obrigação em relação à própria felicidade e a dos outros homens.

Em relação à primeira, o homem deve servir-se das próprias escrituras, e basta que se ensine aos estudantes o que diz a Igreja a respeito, sem apresentar os debates ou as contendias das diferentes escolas filosóficas. Era o verdadeiro método para ser útil à Igreja. A Igreja dirá o que é condenado ou tolerado, devendo o homem virtuoso seguir seus ensinamentos. Na Ética particular, deve zelar para que cumpra as suas obrigações como pai, filho, amo, criado, príncipe e súdito. Quem obedece as leis de Deus e dos Homens pode ser considerado um homem virtuoso, portanto, nobre. Afirma que o bom cidadão é o bom cristão.

Refutando as proposições de Verney, Arsênio afirmava que a Ética era necessária nos Reinos para o seu lustre e para os postos de maior suposição. Defendia que, se havia fidalgos que não eram nobres em suas ações, que o papel dos religiosos era o de rezar por eles, e lembrá-los que os seus pais e avós deram a Portugal o seu melhor nome, e conseguiram grande glória. Aconselhava que o barbadinho não deveria falar de uma assunto que não lhe dizia respeito. (REFLEXÕES, 1748).

Verney encerrou esta carta indicando o que considerava uma bibliografia moderna para o ensino da matéria. Como nas outras cartas, indicou que um amigo seu estaria compondo compêndio sobre o tema, e que por essa razão, não tinha o intento de fazer um tratado de Ética em poucas páginas.

Por cautela, conforme discutimos no capítulo anterior, apesar de sua grande admiração pela obra de Locke, em sua única menção direta ao autor, Verney tem a cautela de inseri-lo entre os livros não recomendados para rapazes, provavelmente por conta da censura que o livro recebia da Igreja naquele contexto.

Encerra apontando a necessidade do estudo de Ética tanto no último ano das escolas preparatórias de Filosofia quanto ao menos no último dos quatro anos de Filosofia ensinados nas Universidades, pois seria matéria útil a todos, independentemente de sua profissão. Ela poderia ser ensinada em até menos tempo nas Universidades. Sobre o ensino de Filosofia em quatro anos, como propõe Verney em suas cartas, Araújo nega que sua proposta de aprendizado da Filosofia com Ética, Geografia, Cronologia e Astrologia seja possível em apenas 4 anos. (REFLEXÕES, 1748).

3.4 O Plano de Reforma das Universidades: apresentação das cartas de estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos (cartas XII - XV)

Com as cartas XII a XV é completado o plano de reformas dos métodos de ensino em Portugal de Verney. Ao defender um novo método de ensinar Medicina, Teologia e os dois Direitos, Civil e Canônico, Verney endereça sua crítica aos mestres da principal universidade lusitana: a Universidade de Coimbra.

Sobre a carta de Medicina, alguns pontos merecem destaque. O primeiro se refere à dependência no sistema de ideias de Verney da Medicina à Física. O segundo é o fato de que, ao contrário do que defendiam à época nas universidades, não era um estudo impróprio aos religiosos. Menciona exemplos de religiosos dos séculos XI e XII que se dedicaram aos estudos médicos. Terceiro, a defesa de uma Medicina mais prática, com muitos anos de aulas

em hospitais e a defesa dos estudos de Anatomia e da formação científica do cirurgião. No século XVIII havia muitos charlatães nessa área. Verney denuncia práticos nos ofícios médicos sem, contudo uma formação específica para isso. Mesmo àqueles que possuíam formação superior, para Verney, praticavam uma medicina abusiva de prescrição de remédios aleatoriamente, o que causava inclusive, medo na população.

No início da carta justifica que, mesmo sendo um religioso, não iria ignorar a necessidade de se reformarem os estudos de Medicina e Direito Civil. Para ele essas duas áreas são subordinadas à Física e à Ética respectivamente. Também por essa razão, remete o leitor às cartas anteriores com mais frequência, repete orientações já indicadas. Como não possuía cultura médica específica, esta carta é pouco aprofundada em seus argumentos, mas tem os mesmos eixos que norteiam toda a sua proposta de reformas: a filiação ao experimentalismo, a defesa da racionalização e normatização de toda sorte de estudos e a defesa de um conhecimento prático e útil ao bem público. Para defender suas teses, conta com o estilo já apresentado nas cartas anteriores: a crítica ao modelo vigente de estudos em Portugal. Como nas cartas anteriores, apresenta a História da Medicina, e reitera a necessidade do médico em conhecê-la.

Em certa medida mantém a estrutura das outras cartas. Apresenta a sua definição de Medicina, que para ele consiste na Ciência que ensina a conservar e recuperar a vida perfeita e saúde do corpo humano. Aqui Verney se filia a um importante médico que se distanciava da medicina hipotética e propunha uma medicina prática. Trata-se do médico e botânico holandês Herman Boerhaave (1668-1738). Apesar de manter dependência das ideias do médico holandês, não cita, tal qual faz com Locke em sua carta de Ética. Nas quase 90 páginas das respostas dadas às reflexões de Araújo, Verney teve o cuidado de indicar os autores aos quais se referia em cada uma das cartas, com muitas notas de rodapé referenciando tanto os autores quanto os seus livros. (RESPOSTA, 1748).

Após repetir as considerações sobre a mecânica dos corpos apresentadas na carta de Física, Verney defende os estudos de Anatomia como segundo requisito para formação de um médico. O primeiro era o estudo da própria Física. Apesar de reconhecer que há uma cadeira de Anatomia na Universidade de Coimbra, critica que falta prática nessa matéria, que se restringe ao estudo duas vezes por ano em um carneiro, o que considera insuficiente para o conhecimento do funcionamento da máquina do corpo humano.

Considera o corpo humano como uma máquina, o que desagradou aos seus opositores, que refutam a ideia de que o homem fosse um objeto, uma máquina sem sentimentos. (REFLEXÕES, 1748).

Ao defender o ensino prático da Medicina, e que não basta a leitura de bons livros para conhecer as enfermidades e aprender a curá-las. Defende a Cirurgia como prática necessária e que esse método de formar médicos já é usado em reinos estrangeiros. Como em sua proposta a Medicina depende da Física, o bom cirurgião deve ser um bom Físico, pois a ele cabe conhecer as conexões internas das partes do corpo humano. Critica, por exemplo, a medicina especulativa que predominava em Portugal. Julga um abuso o uso indiscriminado de remédios, bem como a sangria de homens vivos. Araújo ironiza em sua décima segunda reflexão, sobre os estudos médicos, que “A tudo topa este célebre homem.” (REFLEXÕES, 1748, p.39). Refuta a defesa das aulas práticas de Anatomia. Para ele, para aprender Anatomia não é preciso abrir corpos, pois há bons livros sobre o assunto.

Pressupõe em seus planos de estudos que para formar um bom médico, ele deve primeiro estudar boa Filosofia, conforme as orientações que já fez. Caso tenha faltado essa formação, a Faculdade deveria suprir essa deficiência nos estudos, ao menos inicialmente. Organiza os estudos de medicina da seguinte maneira. No primeiro ano, considerando que tenha estudado a Filosofia que considera boa, a moderna, o estudante deveria iniciar seus estudos pela Anatomia. Depois, no segundo ano, deveria estudar as principais instituições médicas: patologia, higiene e

terapêutica. Interessante sua proposição de prevenção de doenças e uma necessidade que se apresentava: que o médico aprendesse a identificar a doença para proceder o uso de remédios adequados. Ele afirma que a prática em Portugal consistia em testar um número elevado de remédios, todos guardados em segredo pelo médico.

Defende um aprendizado essencialmente prático, e menos especulativo e hipotético, pois afirma que seriam necessários cinco ou seis anos em um Hospital para formar um bom cirurgião.

Encerra seu plano reiterando a importância da experiência e da observação. Indica a bibliografia necessária, segundo Salgado Júnior (1952a, vol. 4), de segunda mão, reproduzindo o tratado de Boerhaave. Em tempo, indica que os estudantes de Medicina devem ter alguma notícia de Botânica. Não argumenta o intuito, mas deduzimos que seja para o conhecimento das plantas e suas propriedades terapêuticas.

Na décima terceira carta Verney apresenta seu plano de reformas para os estudos jurídicos. Subordina à Ética a formação de um Advogado, Juiz ou catedrático na área. Nesta carta a crítica se direciona especificamente aos catedráticos da Universidade de Coimbra. Mais uma vez menciona que o entrave de Portugal para toda sorte de estudos é o preconceito em relação às ideias estrangeiras. Em resposta, Araújo discorda do barbadinho. Afirma que, sendo os estudos de direito os que mais floresciam em Portugal, e tendo na Universidade de Coimbra os melhores professores dos dois direitos com os merecidos aplausos, é ousadia Verney afirmar que em Portugal não se sabem o que é Direito. (REFLEXÕES, 1748).

Assim como na carta de Medicina, apresenta a dependência das ideias de um autor moderno, o italiano Muratori, sem, contudo identificá-lo. Temos notícia dessa relação graças aos estudos de Salgado Júnior (1952a, vol. 4) e Cabral de Moncada (1941; 2006).

Devido à subordinação à Ética, repete as suas considerações feitas na carta destinada a essa matéria. Mas alguns pontos merecem destaque. Parte do princípio de que os juristas portugueses são presunçosos. Isso se deve ao recorrente argumento

de Verney relativo ao preconceito que em Portugal havia em relação às ideias estrangeiras. Outro ponto importante é relativo à crítica sobre a aprovação indiscriminada de bacharéis na Universidade de Coimbra. Afirma que “[...] em mil estudantes, não se reprova um só.” (VERNEY, 1952a, vol. 4, p. 115).

Mantendo seu eixo de organização crítica o estado dos estudos jurídicos em Portugal, apresenta a definição da Jurisprudência e apresenta o histórico das leis, com ênfase para as leis romanas. Mas destaca a importância de que se conheçam as leis municipais, e da responsabilidade do Príncipe em registrar as mudanças para evitar confusões, que considera frequentes em Portugal. Assim como já discutiu nas cartas iniciais, os catedráticos e bacharéis em Direito são pedantes, pois falam com todo tipo de pessoas usando termos em Latim, e não se fazem entender. Compara de modo irônico que os juristas portugueses são tão rudes que parecem chegados novamente do Paraguai ou Cabo da Boa Esperança. (VERNEY, 1952a, vol. 4, p.118).

Considera inadmissível que um jurista desconheça a história civil. Além disso, julga oito anos tempo demasiado longo para uma formação que considera contemplativa. Exemplifica os reflexos da formação inicial segundo o que considerou um mau método no curso de Direito Civil. Ao encerrar as deficiências e erros cometidos pelos juristas portugueses enfatiza que não condena um homem por saber pouco, mas sim por ser presunçoso e acreditar que sabe demais.

Alguns pontos merecem destaque. Um deles é o fato de julgar que na Universidade de Coimbra, para ser doutor bastava cumprir os anos de estudos, sem provar que era douto. O segundo é a crítica à pompa da erudição dos mestres e dos juristas de modo geral. Questiona o motivo que levariam os juizes e advogados, em conversas com homens comuns, a proferirem palavras em latim sem se fazer compreender. E conclui: “Por grande excesso que um homem tenha, ou de doutrina ou de nascimento, quando se acha com pessoas simples, não deve mostrá-lo, mas ocultá-lo, por não confundir as pessoas com quem conversa.” (VERNEY, 1952a, vol. 4, p. 129).

Reitera a importância de uma formação que contemple o preparo para a atuação na vida pública. Em Portugal considera que falta preparação para assumir um emprego, e que é preciso formação adequada àqueles que atuariam no exterior representando a Coroa.

Em seu plano de estudos apresenta novamente a necessidade da história como estudo auxiliar, e admite que será criticado por tal intento. Encerra seu plano para esta matéria com a defesa da leitura das leis por cada um, e interpretação por além dos muitos tratados e intérpretes que existiam à época. Recomenda que os rapazes leiam os textos e leis originais e anotem seus próprios resumos, pois estudar pelos resumos feitos pelos mestres, pelas “postilas”, pode levar à confusão de compreensão. Faz observações a cada uma das possibilidades de atuação: Advogado, Juiz, Catedrático, entre outros. Em todos, a defesa de um estudo pautado na prática, no convívio com outros profissionais antes de se tornar um graduado.

Encerra propondo que as leis sejam uniformizadas e mais universais, e destaca o papel fundamental do príncipe na reforma que se fazia necessária em Portugal. Para ele, leis certas e breves eram necessárias ao governo do povo. Considera um perfeito juiz aquele que seja útil ao príncipe e ao público. Admite que não faz leis, apenas apontou suas recomendações para formar homens úteis ao bem público, como fez na carta anterior de Medicina. Mais que dissertar sobre os conteúdos, Verney estava preocupado com uma reforma na forma como eles eram ensinados. E termina se dirigindo ao rei Dom João V e aparentemente lamentando: “Se houvesse quem o propusesse a um Príncipe tão amante do bem público e tão capaz de o executar, como é o presente reinante [...]” (VERNEY, 1952a, vol. 4, p. 225).

As duas últimas cartas que completam o programa de reformas dos estudos superiores são escritas com melhores e mais consistentes argumentos que as duas primeiras. Isso pode ser explicado uma vez que Verney cursou em Coimbra e em Roma Teologia e Direito Canônico. Até onde conhecemos os estudos sobre Verney, especialmente aqueles já mencionados e que

embasam este livro, nessas duas matérias ele não manteve dependência das ideias de autor estrangeiro como nas cartas anteriores. (SALGADO JÚNIOR, 1952a, v.4). Mas em suas reflexões, Araújo acusa Verney de copiar suas ideias dos franceses, impregnados de jansenismo. (REFLEXÕES, 1748).

Um ponto merece destaque na carta de Teologia. A polêmica em relação ao método proposto por Verney de retorno à Escritura e interpretação direta das fontes originais foi intensa. Na primeira reflexão, ao apontar os erros graves cometidos pelo autor do VME, Araújo enfatiza as questões teológicas apresentadas por ele. Uma delas é a aproximação de sua visão com a heresia. (REFLEXÕES, 1748). Verney se antecipa na carta de Teologia aos possíveis questionamentos e afirma que o problema não consiste na leitura direta da Escritura, mas da má interpretação dos hereges. Assim, considera que o método é válido e deve ser adotado. Mais adiante, defende que as heresias de Lutero e Calvino abriram os olhos dos Teólogos, mostrando que eles haviam se distanciado do verdadeiro método da Teologia. Critica a Teologia especulativa, e propõe uma Teologia interpretativa. (VERNEY, 1952a, vol. 4). Araújo refuta a crítica feita à Teologia especulativa. Defende sua utilidade para resolver os questionamentos que são feitos à doutrina da igreja. (REFLEXÕES, 1748).

Verney define a Teologia como “a ciência que nos mostra o que é Deus em si, explicando a sua natureza e propriedades, e o que é enquanto a nós, explicando tudo o que fez por nosso respeito e para nos conduzir para a Bem-aventurança.” (VERNEY, 1952a, vol. 4, p. 237).

Um dos centros da polêmica com Araújo foi a afirmação de Verney de que a Igreja veio da tradição. Esse é considerado pelo jesuíta um dos graves erros teológicos de Verney. Para Araújo, a autoridade da Igreja vem do próprio Cristo. Conclui, após os exemplos dados, que a Teologia de Verney é dogmática. (REFLEXÕES, 1748).

Em seu plano de estudos, nenhuma novidade: defende os estudos auxiliares de história e geografia, propõe o método

interpretativo para a compreensão da história civil e eclesiástica e indica que há um amigo seu elaborando um compêndio nessas orientações modernas. Termina apresentando uma bibliografia para os estudos teológicos. Sua proposta de renovação tem como motivação “nobres sentimentos de ajudar utilmente o Público.” (VERNEY, 1952a, vol. 4, p.291).

Na primeira linha de sua décima quinta carta externa sua satisfação em cumprir sua missão de ser um “enciclopedista consumado.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 01). Notícia o valor do canonista português, e faz a crítica ao ensino pelo método de estudar exclusivamente por livros e “postilas.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 9).

Assim como as demais cartas, segue uma estrutura geral, compreendendo a crítica ao estado e ao método de estudos em dada matéria (no caso, Direito Canônico), e na sequência apresenta seu plano de estudos, moderno, que tem por prolegômeno a história.

Para Verney, o método de ensinar Direito Canônico na Universidade era mais frágil que o de Direito Civil. Centralmente critica em sua carta o estudo somente por apostilas, e de apenas três ou quatro matérias canônicas. Questiona se esse método formaria bons juízes e advogados. Critica a estrutura da Universidade de Coimbra que permitia para a obtenção de grau em Direito Canônico, o estudo de um ano a mais após o curso de Direito Civil. Conclui que os bacharéis, tanto em Direito Civil quanto Canônico, sabem menos que o Escrivão e o notário. Atenta para que se vá além do valor do título concedido.

Afirma que em Portugal se sabia pouco em matéria de Direito, e conclui, sem muitas provas e argumentos, que não exercem bem sua obrigação, pois não têm estudado o necessário na matéria. Os que ficaram razoáveis, segundo ele, devem isso à prática. Sobre a Universidade e a prática profissional destaca que: “As matérias que lá estudaram estão muito distantes das que no Foro praticam. De que eu concludo que aquele método de estudar pouco ou nada ajuda para os empregos que se ocupam.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 6).

Para ele, falta o exercício prático de argumentar e defender bem. Tudo se reduz a perguntas.

Assim como na carta de Direito Civil, passa da análise do advogado ao catedrático. Para ele, os mestres em Coimbra liam muito, memorizavam os textos e os repetiam. Isso para ele indica um defeito do método, e mais uma vez critica a aprendizagem pelo método de memorização, que consistia em:

[...] parar na superfície e não passar das postilas que se oferecem. Entendem que, tendo muitos textos na memória e muitos autores que digam aquilo, têm chegado ao que deviam. Toda a galantaria de um professor consiste em que, quando cita um autor, diga o capítulo, o parágrafo, regra, página, e, se é necessário, diga também qual foi o impressor do livro pro que estudou. A isto chama-se ostentar erudição e ser grande letrado; e eu chamo-lhe perder tempo e amofinar a paciência sem utilidade alguma. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 8).

E completa em relação aos estudantes:

Que necessidade tem o estudante de saber todas aquelas coisas? Quando eu sei o que diz a lei, e em que caso, e que um ou dois intérpretes assim a explicam, sei tudo o que basta; nas ocasiões em que me há-de ser necessário servir-me dos autores, não tenho necessidade de tantas miudezas. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 8-9).

Faz a crítica à memorização pois esse método obrigava os homens a encherem a memória com o que não considerava útil. Especialmente, pois, ao estudar as “postilas”, memorizava-se não os autores, mas seus intérpretes.

Conclui que os juristas sabiam de modo memorizado autores, apostilas, intérpretes, mas não sabiam interpretá-los. A ferramenta para essa interpretação seria, para Verney, a história. Para aprender Direito Canônico, o estudante e o mestre deveriam voltar à história das Antiguidades eclesiásticas.

Tinha em conta a valorização da história como exemplo a ser seguido no presente para que não se cometessem os mesmos erros do passado:

Uma autoridade de um santo Padre não tem força, se acaso não se acha no Decreto de Graciano; e cada uma das que ele traz prova tudo. Cometem os mesmos erros que cometeu Graciano; e, em cima, ficam mui satisfeitos de os ter imitado. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 10).

Verney refuta, assim, o argumento da autoridade. Direciona sua crítica a um autor do século XII, Graciano. Questiona o que um autor desse tempo poderia saber de métodos e crítica. Interessante observar nesse ponto que Verney faz a crítica ao método de um autor medieval, com base aristotélica, e considera a necessidade de retomar o passado clássico da antiguidade. Característica do renascimento e do pensamento moderno, e que está presente no pensamento do autor.

Ao apresentar seu plano de estudos para esta matéria percebemos a inserção de Verney em um iluminismo católico, pois, inicia seu plano de estudos, intitulado moderno, de Direito Canônico com a defesa de que a matéria serve para conseguir a bem-aventurança eterna, além da menção a Jesus e aos apóstolos, que teriam sido os primeiros a criar leis de acordo com os ensinamentos de Cristo.

Apresenta a história das leis eclesiásticas, e é interessante notar sua preocupação com a autenticidade das fontes. Elenca os códigos canônicos da igreja primitiva. Para Verney foi no século X que se iniciaram as falsificações de leis. Para ele, as leis aumentaram e foram introduzidas nelas muitas coisas falsas – interessante lembrar que se trata da Idade Média. Para ele, todavia, é no cânone de Graciliano que se apresentaram os maiores erros históricos, muitas autoridades falsas e apócrifas. Descreve na carta as muitas bulas papais, e defende que elas só teriam validade no Direito Canônico se fossem papais.

Apresenta a importância dos estudos da História e Geografia - tanto eclesiástica quanto civil - e de grego como estudos preparatórios. Assim como no Direito Civil, para estudar Direito Canônico era preciso conhecer toda a história da igreja. Verney enfatiza que é necessário compreender também como os homens viviam quando escreveram os documentos, pois “Eles escreviam para o seu tempo; assim, que quem não sabe o que então sucedia, não os entende.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 16).

Segundo Verney, um pensamento comum em Portugal era o de que a História não era necessária a nenhum estudo. Neste ponto, os adversários de Verney insistiram. Araújo, por exemplo, escreve que ao ler as duas cartas de direito chega à conclusão de que Verney não diz coisa com coisa, que parece um “doido” e presunçoso. O Direito era muito vasto. Assim, propor um verdadeiro método quando os maiores professores de Coimbra afirmam que pouco sabem da matéria só poderia ser vaidade e presunção. Refuta a necessidade de que os juristas deveriam saber grego, história romana e eclesiástica, pois todo o direito civil está em bom latim. E ironiza: se o barbadinho quisesse ver sua proposta seguida, só se reformassem os estatutos da Universidade.⁷⁵ Verney responde a crítica na resposta às reflexões. Reitera a importância da História, que considera fundamental para defender a posição da Igreja em relação aos dogmas, e contra-argumentar as afirmações dos hereges se fosse necessário. (RESPOSTA, 1748).

Verney continua sua carta com as indicações bibliográficas para a matéria, seguidas da orientação de um plano de reformas para o Direito Canônico. Para ele, no primeiro ano os estudantes deveriam se dedicar aos estudos de história e geografia civil. No ano seguinte, deveriam se dedicar ao exame da história da igreja.

⁷⁵ Os Estatutos foram reformados em 1772 no bojo da política de reformas promovidas pelo Marquês de Pombal. Todavia, a proposta de reforma da Universidade de Coimbra foi muito mais no sentido de atualizar a instituição do que já se fazia em outras nações, que propriamente de uma proposta nova. A direção ainda continuou nas mãos da Igreja, e a Universidade passou a formar os quadros burocráticos da hierarquia estatal e católica. (ARRUDA, 2009).

Só então deveria se dedicar à história do direito canônico. Esse é o mesmo método que indica em seu método do Direito Civil.

Conclui que o maior defeito da Universidade de Coimbra era negligenciar os estudos preparatórios, especialmente a história. Defende a importância de ir às fontes diretas, aos clássicos, não ficar nas leituras de segunda mão. O vocabulário das bulas é de difícil compreensão. Fala da necessidade de simplificação e de uma adaptação do Direito Canônico às leis e aos tempos, e sugere que em Portugal se devam promover reformas e, nesse estudo, trata-se de um assunto de alçada da Igreja. Para ele, o Papa deveria reduzir o grande número de leis “[...] a um corpo determinado de doutrina, deitando fora muita coisa inútil [...]” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 36). Por essa razão faz um apelo a Bento XIV (1675-1758), papa da Igreja Romana entre 1640 e 1758.

Na sequência, apresenta uma crítica direta as jesuítas. Questiona os privilégios que a Ordem recebia, e que elas deveriam ser divididas, de forma igual, para todas as Ordens religiosas.

Assim como na carta de Direito Civil, tece considerações sobre a preparação nas várias atividades canônicas especializadas: canonista, advogado, juiz e catedrático. Segue as mesmas recomendações da carta XIII.

Dois pontos que se repetem merecem menção. Primeiro a defesa de que o canonista deve procurar a inteligência da lei em si mesma, não em interpretações. Segundo, destaca a importância da prática, ainda que simulada, para o aprendizado. Propõe o exercício do júri simulado.

Nas observações finais tem o cuidado de diferenciar os civilistas e canonistas, e conclui que um jurista civil não está habilitado a atuar em matéria canônica. Encerra pedindo que os juízes não condenem ou julguem sem antes ouvir e conhecer as partes.

Com essa carta Verney encerra sua proposta de renovação dos estudos maiores em Portugal. Vimos que as cartas de Medicina e de Direito Civil encontram em autores modernos uma relação de dependência na defesa do programa curricular a ser adotado. Mas é nas reformas do método que centra seus esforços, como já vimos

nos seus outros dois planos. Foi acusado de plágio por manter essa relação de dependência das ideias de alguns autores sem mencionar quem eram.

Nas cartas de Teologia e Direito Canônico percebemos que as propostas de renovação de métodos se aliam a uma discussão do conteúdo com propriedade. Verney cursou as duas Faculdades, tanto em Coimbra quanto em Roma. (DE ANDRADE, 1966). Sobre as afirmações das duas cartas pesaram duras e irônicas respostas dos jesuítas, sobretudo da primeira resposta ao VME escrita por Araújo, que era professor de Teologia no Colégio de Santo Antão. Os principais erros cometidos pelo anônimo, para ele, são de ordem teológica. Duvidava que o autor desse método de estudar, que se aproximava dos hereges, vestisse realmente o hábito. Além disso, de quem vinha tamanha presunção em ensinar os catedráticos da Universidade de Coimbra? (REFLEXÕES, 1748).

Como também foi acusado de plágio, percebemos em sua resposta às reflexões um esforço em citar suas fontes e mencionar em detalhes livros, citar documentos. Isso reforça a nossa tese de que Verney escreveu o VME de forma anônima para provocar um debate acerca dos métodos de estudo em Portugal, e, desta forma, participar da renovação da cultura portuguesa e sua modernização a partir da publicação de seus compêndios. Isso lhe garantiria também segurança financeira, dado o mecenato dos homens de letras no século XVIII.

3.5 A síntese do Manifesto: apresentação da carta sobre a organização prática dos estudos (carta XVI)

Esta carta apresenta um resumo dos planos de estudos em todas as áreas já apontadas nas outras quinze cartas, e conta com um apêndice sobre a educação das mulheres. Destacaremos os principais tópicos a fim de, com a análise e apresentação desta carta, concluir esta seção. Seu detrator ironiza em sua última reflexão que na décima sexta carta Verney repete tudo o que já disse

“[...] para que as suas célebres ideias nos ficassem mais fixas na memória.” (REFLEXÕES, 1748, p. 53).

Em primeiro lugar Verney destaca a importância dos estudos elementares para a formação do homem virtuoso, discussão apresentada por ele na carta de Ética. A ênfase recaía sobre a importância do ensino dos elementos da fé, de normas de civilidade, do ler, escrever e contar. Essa deveria ser a função das escolas baixas, e abertura e manutenção dessas escolas deveria ser uma iniciativa da Coroa.

Para regular os estudos, eles deveriam começar desde o momento em que os meninos aprendessem a ler e a escrever. Retoma a crítica aos castigos físicos, e defende que seja ensinado às crianças os elementos básicos da fé e boas maneiras. Assim não seria necessário castigá-los. A idade recomendada para o início dos estudos é a de sete anos. Só depois dos elementos da fé, das normas de civilidade e do ler e escrever, os alunos deveriam ser introduzidos nas quatro operações matemáticas.

Outro ponto que merece destaque é a análise que Verney faz sobre o analfabetismo em Portugal, e aponta as escolas necessárias para superar essa situação. Afirma que havia ainda grande descuido em Portugal neste assunto. Para ele, quem não sabia ler ficava escravo dos outros, e não tinha o maior divertimento, que para ele consistia em ler um livro. Diz que fora de Portugal, são raros os plebeus que não sabem ler. Apesar de não defender a educação do povo nas outras quinze cartas, aqui Verney ensaia uma aproximação com a necessidade de um ensino organizado e dirigido pelo Estado e para todas as camadas. Mas plebeu nesse contexto se refere mais à burguesia, sem o título de nobreza, do que propriamente aos pobres camponeses e cidadãos.

[...] não podemos assaz condenar os Pais que se descuidam nesta matéria. Devia também haver em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma **escola do Público**, para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos, o que se pratica em várias partes. Achei-me em Cidades, onde havia escolas de mulheres que ensinavam em

casas separadas rapazes e raparigas. Outras mulheres somente ensinavam raparigas, e assistiam em casas grandes, onde recebiam algumas donzelas honradas e civis, as quais seus Pais lhe entregavam para as doutrinarem em todo o género; e pagava cada uma quarenta mil réis cada ano, por casa e comedoria. Elas vinham às vezes visitar os Pais, em companhia das mestras, cada uma das quais trazia quatro ou cinco. Isto é para os Pais que não podem, por si, ensinar os filhos; porque os que podem não têm desculpas em não fazê-lo. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 50, grifos nossos).

Antecipa uma discussão em Portugal sobre a responsabilidade do Estado em relação à educação, não dos pais nem tampouco da Igreja. Mas não podemos considerar seu pensamento antirreligioso, pois o início dos estudos deveriam ser os elementos da fé católica.

Apresenta detalhadamente o programa dos cursos das escolas baixas, que contemplaria os estudos das gramáticas, iniciando pela portuguesa, seguida da latina e dos estudos de Latinidades e finalizando com a retórica. Supondo que os meninos saibam ler e escrever, Verney afirma que nesta parte apontará “[...] o modo de regular os estudos públicos.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 50).

Do ensino em casas particulares, escreve que não tem o que dizer. Mas nas escolas públicas, defende que “Deve haver em todos os Colégios e Universidades públicas, primeira escola em que se ensine a Língua Portuguesa.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 51). Vimos em detalhes o seu Plano de estudos de língua portuguesa na primeira carta de seu manifesto, que considera esta matéria a porta de todos os estudos.

Após fazer as mesmas considerações da primeira carta em relação ao método de ensinar gramática, critica o método jesuítico de ensino de gramática latina:

Não aprovo aquele estilo de mandar argumentar os rapazes com grandes gritos, caminhando para trás e para diante, e castigá-los, se acaso não adivinham logo o que o contrário lhe pergunta com incrível velocidade. Com este estilo, ninguém pode saber bem o que

deve. É necessário perguntar devagar, e dar-lhe tempo para que responda e considere; pois, se uma vez errar, na outra acertará. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 54-55).

Fala que é preciso paciência no ensino, e que os rapazes não farão milagres. Repete a importância dos estudos de cronologia e geografia, e destaca a História como necessária, porém, como um estudo que demanda cautela:

Nisto da História deve o mestre proceder com advertência. Não é fácil que os estudantes, neste tempo em que devem dar conta de outras coisas, se apliquem inteiramente à História; nem o Mestre deve ser tão rigoroso, que queiram digam palavra por palavra o que ele lhe explica. Mas, se o Mestre souber fazer a sua obrigação, pode adoçar este estudo de sorte tal que, com pouco trabalho, se tire grande utilidade. Basta que explique bem um passo de História dos mais principais, e no seguinte dia diga ao estudante que explique a mesma História pelas palavras que melhor lhe parecer, e proponha um prêmio aos que, no fim da semana, em que se repetem as lições de Gramática, repetirem também as de História. Isto obrigará os rapazes a lerem a dita História, para lhe tirarem a substância; e desta sorte a introduzirão na memória, e sairão da escola com muitas notícias úteis. Isto o que digo aqui é para compreender todo o gênero de estudos; porque quem não quisesse introduzir aqui a História, podia reservá-la para a Retórica e Filosofia, no qual tempo se podia ir explicando. Mas as Antiguidades e Fábulas, entendo que são precisamente necessárias nas Humanidades, para as perceber bem, e é coisa que se explica com muita facilidade. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 59)

Em seguida, Verney apresenta sete observações sobre a organização prática das escolas e classes. Primeiro apresenta as normas de ensino. Não deveriam ser admitidos na mesma escola (sentido de classes) estudantes que se dedicassem a diversas coisas, porque causaria confusão. Nem deveriam ser aceitos na mesma escola (classe) alunos em diferentes níveis de conhecimento. A defesa de uma sala padronizada em relação à idade e ao nível de

aprendizagem não é novidade, e pode essa organização pode ser encontrada nos colégios dos padres inicianos.

Aponta o que para ele era a causa para que não os alunos não aprendesse de forma adequada: o método que usava os decuriões (alunos treinados para ensinar dez alunos). Para Verney, os decuriões sabiam pouco mais que soldados simples. Melhor reduzir o número de alunos por escola. “Sei que os mestres os admitem para não se cansarem; mas podiam buscar outros meios.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 66).

Pela primeira vez nas cartas Verney apresenta como deveria ser uma aula. O mestre deveria dividir a sala em grupos de dez alunos. Cada um explicaria aos outros nove. O Mestre ofereceria um prêmio aos que ouvissem os colegas e, enquanto isso, iria a cada grupo de dez alunos. Assim, conheceria o estado das diferentes classes. Também aponta a possibilidade que um auxiliar do professor cuidasse da metade da escola, mas que ele deveria saber bem o latim. O professor, ao final da aula, deveria pedir que a lição fosse feita em casa e por escrito. Já nos estudos universitários de latim, não aconselha a presença do decurião:

Cuide o Mestre em explicar bem o que deve, e perguntar de repente a algum dos estudantes mais capazes se o entende, e mandar-lhe que o explique aos outros, que com isso é que se sabem as lições, e não com manda-las repetir de memória (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 67)

Em segundo lugar, critica o método de disputa pública, no qual alunos e professores argumentavam oralmente, e que levavam, segundo Verney, a alguns contratempos. Defende que os alunos tenham tempo para fazer suas conclusões, de preferência, por escrito e em casa. Somente aos alunos mais adiantados deveria ser solicitada a disputa pública. O Mestre poderia escolher alguns estudantes que possuíssem mais talento para instruí-los a fazer conclusões de Gramática e Retórica, pois assim aprenderiam a falar sem embaraço em público, com confiança. (VERNEY, 1952b, vol. 5).

Sobre a prática da disputa oral e dos debates como método de aprendizado, Verney critica que alguns arguidores não eram modestos. Defende que deveriam considerar que os estudantes diante deles eram moços, não homens feitos. Afirma que muitos mestres iam para a arguição com o intuito de embarçar o defendente. Relata que alguns até gritavam e pareciam endemoninhados “(como se o argumento tivesse mais força por ser dito com gritaria!)”. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 70). Alguns diziam palavras ofensivas, o que deveria ser evitado, sobretudo com crianças:

E assim cada um dos arguentes deve considerar-se como se fosse Mestre daquele defendente, subministrando-lhe alguma vez a resposta, louvando-o quando acerta com ela, e procurando fazê-lo brilhar no que pode. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 71)

Em uma terceira observação reprova as representações teatrais. Verney acredita que o uso do teatro era inconveniente à aprendizagem. Interessante aqui notar a crítica a um dos instrumentos pedagógicos mais usados nos colégios da Companhia de Jesus. Verney considera as encenações uma perda de tempo, tanto para mestre quanto para os discípulos, pois impedia os estudos principais.

Quem há-de aparecer no teatro, vestido cômicamente para agradar ao público, chamem-lhe como quiserem, é um verdadeiro comediante, cujo emprego, desprezado em todos os séculos do mundo, é indigno de pessoas bem criadas [...] ” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 71).

A maioria das peças encenadas eram textos latinos, para ele, sem função na sociedade portuguesa do século XVIII, a não ser o riso. Além disso, as peças eram encenadas em latim. Afirma que era mais prazeroso ler as tragédias e comédias gregas do que essas modernas, pois “sabe Deus como são feitas” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 72). As peças encenadas nos colégios eram escritas pelos próprios jesuítas, tanto nos colégios na Europa quanto nas colônias.

(ARNAUT DE TOLEDO, RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2007). Outra crítica feita às representações reside no fato de que, por ser uma língua morta, o uso do latim nas peças não possuía graça, pois a pronúncia sendo morta, não se compreendia a harmonia dos versos.

Na sequência, apresenta sua quarta observação relativa aos Concursos, orações e sessões públicas nas escolas e colégios. Critica o exercício que se praticavam nos colégios jesuíticos de propor um prêmio aos alunos que compusessem algum poema ou oração latina. Apesar de importante exercício, afirma que deveria ser restrito aos melhores alunos, pois muitos copiavam seus poemas e orações de outros textos, e ganhavam prêmios sem saber o merecimento. Ficavam a vida toda com a “presunção” de poetas e oradores. Enfatiza na última carta a importância não somente da escrita da oração, mas que em dias de festa os alunos apresentassem oralmente para perderem a vergonha de falar em público. Mas antes disso, deveriam ser cuidadosamente instruídos pelos mestres.

Dedica uma observação, a quinta, em discutir sua posição de reprovação de castigos corporais:

Também se deve advertir aos Mestres que tenham mais empenho em serem amados e respeitados dos discípulos, do que temidos pelo castigo. Não é pequeno abuso neste país castigar os rapazes quando não sabem logo a lição, sem distinguir se provém de ignorância ou de malícia. Estes rigorosos castigos pela maior parte produzem tal aversão aos estudos, que não se pode vencer em todo o discurso da vida. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 73).

Para ele, a consequência dos castigos:

Provém isto, primeiramente, da feia carranca com que pintam os estudos, mandando-lhe estudar uma quantidade de coisas sem saberem que serventia têm, e dando-lhe muita pancada, se as não repetem bem. Isto é uma crueldade [...] (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 73-74).

Assim, os castigos eram inúteis ao aprendizado. O papel do professor para Verney não deveria ser punitivo:

O Mestre deve explicar bem as matérias e facilitar os estudos; deve, além disso, obrigar os estudantes com maneiras agradáveis, e insinuar-se no seu ânimo. Não há coisa que não faça um homem, se lhe sabem inspirar a paixão própria. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 74).

Sobre as motivações dos alunos e o método do professor para despertar o interesse dos alunos, considera que:

Muitos obram pelo interesse do prêmio; outros, pela glória da doutrina e por um louvor dado em público. Estas são as armas de que deve servir-se o Mestre: deve procurar ser amado e, no mesmo tempo, respeitado. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 74).

Insiste que o caminho do aprendizado é o diálogo entre os mestres e os estudantes, pois, se o aluno não é sensível a uma conversa não será ao castigo, principalmente os mais rudes. Continua exemplificando que já presenciou a mudança em muitos rapazes por conversarem e se aconselharem com uma figura que representasse para ele, nas palavras do autor, um “herói.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p.75). Enfatiza que o castigo deve ser o último recurso nas escolas.

Interessante como centraliza na escola e no professor a tarefa de educar e formar o indivíduo bom, que para ele consistia em uma formação moral e religiosa, mas também cívica.

Para isso é que os Pais lhe entregaram os Filhos, e para isso é que a Providência o destinou àquele emprego: para que busque os meios próprios de conduzir os meninos ao fim de serem bons e estudarem bem (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 75).

Suas duas últimas observações merecem destaque. Trata-se de uma proposição relativa ao recrutamento de Mestres e às Cadeiras e Mestres necessários ao programa destes estudos elementares.

Fala da necessidade de que os mestres sejam mais velhos, não os moços recém-saídos da escola.

Um rapaz sabe pouco; e assim não pode ensinar, nem muito, nem bem; além disso, não tem toda a prudência necessária, nem tanta experiência do mundo, que saiba regular os ânimos de tantas criaturas. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 75-76).

Apresenta uma noção de que os professores deveriam ter uma preparação específica e, principalmente, laica: “Especialmente se deve procurar um homem que não seja clérigo, porque, com cólera, ninguém ensina bem, mas algum homem prudente e de muita pachorra.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 76).

Destacou a falta de interesse de homens doutos em Portugal para a tarefa de ser professor: “Em Portugal, os Mestres adiantados não querem aplicar-se a estes estudos, a que chamam baixos, e mandam para eles os rapazes.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 76).

Quanto às cadeiras para o ensino elementar, a proposta emparelha com as defesas feitas em suas cartas, e o que sugere a partir de sua defesa, é que, para cada língua estrangeira oriental deve haver um professor especializado.

Verney apresenta seu programa para as escolas de Filosofia, as escolas preparatórias. Curioso notar que ele escolhe o Colégio de Santo Antão, dirigido pelos jesuítas em Lisboa, como o primeiro onde deveria ser implantado seu programa de Filosofia, em especial, uma aula de Física Experimental. Salgado Júnior (1952b, vol. 5), julga isso ser prova da admiração e respeito que Verney sustentava pela Ordem. Discordamos desta afirmação, e acreditamos ser o oposto: Verney queria reestruturar o colégio jesuítico, e afirma que sobre isso os Peripatéticos não tinham o que responder, e deveriam ficar calados. Acreditamos, pois, que propor uma reforma no colégio dos mestres jesuítas é um sinal de confronto, de redirecionamento da prática pedagógica jesuítica, e da defesa substituição do método de ensino das disciplinas e dos mestres deste colégio.

Outra consideração que merece destaque é a proposta da abertura da universidade e dos colégios públicos a todos aqueles que quisessem assistir os cursos. Isso se refere especialmente aos seculares, pois havia uma restrição à entrada em algumas escolas e universidades públicas. Não se trata, porém, da abertura a todos aqueles que quisessem assistir, mas sim, uma crítica ao privilégio clerical nos assuntos de estudo em Portugal. Podemos observar seu intento na sequência, quando apresenta que em outros reinos, ministros, reis, conselheiros e até senadores, podem ir assistir às aulas experimentais quando quiserem. Trata-se da abertura àqueles que ocupam cargos no reino, mas são seculares.

Apresenta o programa de cada uma das faculdades, na mesma ordem de suas cartas. Na Medicina, repete a necessidade do estudo de Filosofia, sobretudo Física, e o valor da formação prática nos hospitais. Dá sugestões inclusive na mudança da arquitetura dos hospitais, para que se tornasse mais amplos, iluminados e arejados. Defende inclusive que haja divertimento, como música, por exemplo, aos doentes no momento de sua refeição. Sobre os Direitos, reitera a importância dos estudos históricos e éticos, e remete os leitores às cartas anteriores.

Por fim, em seu programa de Filosofia faz uma sugestão que desagradou seu interlocutor das Reflexões: a instrução de confessores e párocos. Verney se serve do exemplo das atividades de confissão dos próprios jesuítas, mas no final, sugere que os confessores deveriam ter formação em Ética. Na resposta de Araújo à carta de Ética, na qual Verney sugere o estudo de Ética inclusive ao Teólogo, já havia indicado que o teólogo já sabia como se portar de acordo com as leis de Deus, sem haver necessidade de formação nessa matéria. Novamente, em sua última reflexão, reafirma que não reconhece a utilidade destes estudos aos confessores, pois a Teologia lhes amparava nos aspectos de conduta moral e ética. (REFLEXÕES, 1748).

Em suas observações finais, timidamente menciona a fundação de Seminários seculares, um colégio para nobres. A fundação do Real Colégio dos Nobres em 1761 fez parte das

reformas promovidas pelo Marquês de Pombal. Juntamente com a Aula de Comércio, o Colégio dos Nobres foram instituições viabilizadas graças ao espólio da Companhia de Jesus. Ambas instituições tinham a finalidade de formar o homem de negócio perfeito, ou ainda, o nobre perfeito, ideal do pensamento iluminista. (GUIMARÃES, 2011).

Além de Verney, Pina e Proença e Ribeiro Sanches defendiam a educação dos nobres. Todavia, a distinção com a proposta de Verney é a de que ele defendia uma formação pública, isto é, em grupos e em escolas, não em casa, individualmente, como Pina e Proença e Ribeiro Sanches, que indicavam a necessidade de educar os nobres, mas com um método preceptoral.

Verney defendia para os nobres, que vimos que considera como sinônimo de homem virtuoso, uma formação nas ciências e nas artes liberais, para formar o cavalheiro. Inclui atividades como cavalgar e dançar, defesa que está presente em Locke, um dos principais interlocutores de Verney, especialmente em seus *Some Thoughts concerning education*⁷⁶. No caso da dança, Locke recomendava o aprendizado desde a mais tenra idade, e considerava a importância da gentileza, da bondade e da cortesia na formação do *gentleman*. Para Locke, a educação do *gentleman* era papel da família, que deveria acontecer com a ajuda de um preceptor. (LOCKE, 1779). Apesar da aproximação com as ideias do inglês, para Verney a formação desse homem culto e erudito era papel do Estado e deveria ser realizada em colégios e em grupos, não com um preceptor individualmente, como a proposta do inglês.

Por fim, o último ponto discutido por Verney: a defesa do estudo das mulheres. Verney foi responsável por introduzir em Portugal essa

⁷⁶ Trata-se de um conjunto de extensas cartas escritas por Locke no período em que viveu na Holanda ao Sr. e Sra. Edward Clarke. Eles haviam solicitado a Locke orientações quanto à educação de seu filho. Todas as considerações, desde a importância do aprendizado de leis civis até as recomendações relativas à alimentação e vestuário, são norteadas pela crítica que Locke fazia ao inatismo. Apesar da menção às meninas, o livro era destinado à educação dos meninos. (YOLTON, 1996).

discussão. Percebemos uma resistência de Araújo nessa questão: “[...] não me meto nisso, porque sempre ouvi dizer, que não era prudência intrometer-se a governar casas alheias; e elas, se querem, bem o farão, porque nunca ouvi, que houvesse tolo para a sua conveniência; e se elas não querem acudir ao governo das suas casas, nada valerão os seus conselhos.” (REFLEXÕES, 1748, p.54).

Justifica que a educação das mulheres, apesar da resistência em Portugal, não é novidade em outras nações. Primeiro, porque as mulheres têm a mesma capacidade intelectual que os homens. Segundo, por ser necessário para a educação dos filhos, pois eram as mães as primeiras a ensinar a língua. Por fim, estudar seria útil ao governo da casa. Além disso, defende que a partir da educação das mulheres se pode “formar os costumes” para os tempos ociosos empregar sua inteligência a coisas úteis e honestas. (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 126).

Araújo concorda que as mulheres têm a mesma facilidade para compreender as ciências que os homens, mas que isso em nada é moderno, e cita o exemplo de Santa Catarina de Alexandria e da mística Santa Teresa de Jesus, ou a capacidade de comandar exércitos como a duquesa de Orleans ou as Amazonas guerreiras antigas. Mas na sequência, o jesuíta apresenta sua verdadeira concepção da posição e função das mulheres: que se elas devem se ocupar em bordar, fazer trabalhos manuais, sobretudo governar suas casas, e educar seus filhos. Assim, como terão tempo livre para os estudos? Só se forem senhoras da primeira esfera (nobres). E questiona: quem vai se atrever a obrigá-las a isso? (REFLEXÕES, 1748).

Ao apresentar seu plano de estudos para as mulheres, defende que a elas seja destinado o mesmo programa que apresentou aos rapazes. Dos cinco aos sete anos, devem aprender os elementos da fé, seguido da língua portuguesa. Depois, enfatiza a necessidade de que aprendessem a ler e escrever corretamente, o que julga ser uma raridade em Portugal. Repete que tanto às mulheres quanto aos homens o ensino deve ser lúdico, e devem aprender se divertindo, de preferência com figuras, desenhos e pinturas.

Depois do aprendizado da língua, assim como os meninos, deveriam aprender as quatro operações.

Apresenta a mesma consideração pelos estudos históricos e geográfico, e repete em grande parte o programa já apresentado aos rapazes. Mas um destaque merece ser feito. Trata da defesa de que as mulheres deveriam estudar economia doméstica para o bom governo da casa. Na sociedade moderna, isto é burguesa, que almejava para Portugal, os homens deveriam ser úteis ao bem público e à igreja exercitando suas profissões. As mulheres, por sua vez, deveriam ser úteis na organização e administração da casa. Cita diretamente pela primeira vez o francês *Charles Rollin* (1661-1741), professor da Universidade de Paris e do Colégio de Artes que já havia demonstrado uma preocupação em reformar os métodos de estudos na França, sobretudo a partir da crítica aos jesuítas.

Aprender a contar seria necessário para que as mulheres pudessem administrar bem o seu lar. Verney defende que as donzelas devem aprender a ter o seu livro de contas domésticas, onde registre a receita e a despesa da casa. Além disso, para administrar bem a casa, deve ocupar seu tempo livre com trabalhos manuais. Sugere que aprendam a tricotar. (VERNEY, 1952b, vol. 5).

Por fim, sugere estudos condicionados, como canto, música e dança. Para ele, a vantagem maior desses estudos consistia no divertimento da própria família. Mas não devem empregar muito tempo e dinheiro nisso. Já as religiosas, devem aprender o mínimo para suas atividades, principalmente aprender a tocar órgão.

A dança, além do aspecto do entretenimento, serviria inclusive para educar o corpo. Aborda timidamente esta questão, remete novamente a Rollin, e afirma que poderia ser um exercício útil para que não ficassem com a costa curva. Araújo não aprova essa ginástica às mulheres, e justifica que há outras formas de endireitar as costas. (REFLEXÕES, 1748).

Verney defende o aprendizado do latim somente para as freiras, não para as mulheres comuns. Não via sentido no fato de que as freiras repetiam orações na língua sem entender o que diziam.

Conclui brevemente que a educação das mulheres em Portugal era péssima, e que os “homens quase a consideram como animais de outra espécie; e não só pouco aptas, mas incapazes de qualquer gênero de estudo e erudição.” (VERNEY, 1952b, vol. 5, p. 149). Atribui a responsabilidade da educação das meninas aos pais, diferente da proposta apresentada no início da carta para os meninos, pois sua educação seria útil à República, tanto nos assuntos públicos quanto nos domésticos.

Verney apresenta uma breve conclusão geral à sua correspondência. Destaca que se trata de sua opinião sobre o método dos estudos. Considera que não faltou nenhuma matéria, mas reconhece que o formato do texto, a pressa em redigi-lo e a falta de livros impossibilitou aprofundamento e justificam os erros. Novamente pede ao interlocutor fictício que não mostre as cartas a ninguém, ou, se o fizer que faça com cautela. Verney indica tanto na apresentação quanto na conclusão geral das cartas que haveria reação e polêmica em torno do conteúdo de suas laudas. Afirma que os mais rígidos censores serão aqueles que não entendem das matérias ali tratadas. A reação veio imediata da Companhia de Jesus. Assim, Verney desqualifica as críticas vindouras dos jesuítas. Afirma que ele pode introduzir suas cartas a Príncipes ou pessoas grandes. Todavia, recomenda que o nome do autor sempre seja ocultado, pois, ao saber que se trata de um estrangeiro, sequer serão consideradas suas ideias.

Ao analisar o conjunto da correspondência fictícia que compõe a enciclopédica obra de Luís António Verney percebemos que ela está circunscrita a um contexto de questionamentos em Portugal sobre o atraso em relação às nações mais ricas. O capitalismo, de sua fase mercantil, estava no século XVIII em sua fase industrial. Portugal, que havia sido nação pioneira no colonialismo, estava em uma situação econômica desfavorável. Os pensadores portugueses, majoritariamente estrangeirados como nosso autor, comparavam Portugal às outras nações no esforço de identificar as causas do atraso português.

Verney defendeu ao longo de suas cartas que uma nação moderna é uma nação que instrui seus jovens. Para tanto, a tarefa de educar não deveria mais ser uma atribuição da família, mas do Estado. À medida que o Estado Nacional Moderno passava por um processo de secularização, urgia a organização da educação para seus próprios fins. (LUZURIAGA, 1959). Assim, a crítica de Verney recaía sobre a educação religiosa em termos de organização, e defendia uma educação pública estatal como necessária para a modernização de Portugal.

Ao percorrer a história da educação pública, devemos considerar as especificidades de cada nação, pois

[...] a educação pública em cada país não é um fato isolado, mas está intimamente relacionada com a concepção do mundo e da vida predominante em cada momento de sua história. Daí decorre que a história da educação em geral e da educação pública em particular não se possa separar do desenvolvimento geral de cada um desses povos. Estudar a história da educação pública é percorrer a história de cada uma das nações. (LUZURIAGA, 1959, p. 3).

Em Portugal, a mais importante dessas especificidades diz respeito à orientação iluminista de pensadores católicos, dentre os quais se destacou Verney. Não consideramos o catolicismo impedimento para o desenvolvimento da educação pública em Portugal, na Itália e na Espanha. O pensamento de Verney não é antirreligioso, mas defendia que a educação não estivesse mais somente nas mãos de uma única ordem: a Companhia de Jesus.

Sua preocupação central era, portanto, retirar o monopólio educacional dos padres jesuítas, reformar os métodos de estudo, e reivindicar que o Estado assumisse a tarefa de educar. Podemos compreender tal defesa uma vez que, a partir da modernidade, a educação se apresentava nos discursos como valor importante, pois os indivíduos não seriam mais diferenciados pelo nascimento, e sim, pela educação que recebessem.

A defesa de uma educação pública ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII possibilitou a ampliação do acesso à escolarização (especialmente a leitura) e da formação dos valores modernos. Essa defesa se intensificou ao longo do século XVIII e se concretizou como política de Estado somente a partir da Revolução Francesa em 1789. (LUZURIAGA, 1959).

Verney não defendia a educação do povo. Mas não era o único. Podemos afirmar a “sombra” do Século das Luzes era justamente o descaso em relação à defesa da educação do povo, por indiferença ou por temor. (PALLARES-BURKE, 2001).

Os iluministas não defenderam a educação que pudessem revolucionar a ordem, mas sim, instaurar e consolidar uma nova ordem: a burguesa. Assim, por meio de uma reforma na cultura, por meio dos métodos de estudo, Verney idealizava instaurar e consolidar em Portugal o desenvolvimento industrial e científico que ele assistia nas outras nações europeias. Seu esforço foi o de conciliar essas ideias às ideias religiosas. Os pensadores iluministas se empenharam na defesa de suas propostas de reformas e melhorias na sociedade, “[...] mas nada que pudesse subverter uma estrutura social na qual se achavam, em maior ou menor grau, confortavelmente instalados.” (PALLARES-BURKE, 2001, p. 65).

Verney era um pensador iluminista católico, estrangeirado, que defendia a educação para a formação de uma elite, para servir tanto ao aparelho burocrático quanto aos cargos eclesiásticos. Estava “confortavelmente instalado” em um cargo eclesiástico na estrutura social portuguesa, fruto do empenho que seu pai, um pequeno comerciante, tivera em educar seus filhos para ocuparem uma posição na hierarquia portuguesa, ainda fortemente nobiliárquica. A saída foi educar os filhos desde cedo para seguirem carreira eclesiástica. Por essa razão encontramos em Verney a defesa de uma nobreza advinda das virtudes, não do título, do sangue. Assim, não defendia uma transformação na hierarquia, mas uma renovação.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos o projeto modernizador do reino português a partir as cartas que compõem o VME de Luís António Verney, podemos perceber sua inserção em um movimento de ideias iluministas. A partir de um otimismo pedagógico e crença na educação como fator do desenvolvimento da sociedade, o autor vislumbrava a possibilidade de reformas na sociedade portuguesa a partir de uma reforma na própria cultura. A forma encontrada para tal reforma foi a proposta de renovação dos métodos de estudos.

A obra de Verney é sempre mencionada na historiografia e historiografia da educação, ora como simples manifesto contra a pedagogia inaciana, e como um livro sem consistência teórica, ora como o mais sábio iluminista português, e base das reformas promovidas por Pombal. Consideramos Verney como um intelectual que propôs mudanças na educação, e tempos de mudança são tempos de polêmica. A polêmica alimentou o mito dos jesuítas, ainda fortemente presente na historiografia e historiografia da educação, e que atribui aos regulares da Companhia de Jesus todo o atraso econômico pelo qual passava Portugal no século XVIII, e que, posteriormente, também foi argumento para corroborar a tese de inferioridade cultural no Brasil nos séculos XIX e XX.

A proposta do estrangeirado português era a de reformar todos os níveis de ensino. Adotamos tal critério no agrupamento das cartas, analisadas sob suas concepções de educação, história e método. A educação, em seu sentido amplo, seria a chave para o desenvolvimento de Portugal, que, de um passado colonial glorioso não se alinhou no século XVIII às transformações do capitalismo mercantil ao industrial. Sua concepção de história era a de uma história evolutiva, de um passado que servisse de modelo

ao presente a fim da construção de um futuro glorioso. O método de Verney não representava o novo, no sentido de promover mudanças, mas, uma reforma, para readequar Portugal à ordem socioeconômica que se estruturava na Europa, especialmente a partir da Revolução Industrial na Inglaterra. Também desejava reformar a cultura a fim de retirar Portugal do que julgava ser uma resistência dos antigos ao método dos modernos. O capitalismo industrial e o modo de vida burguesa passavam a ser o que havia de mais desenvolvido e moderno, e ideal às outras nações, sobretudo a uma nação como Portugal que havia sido pioneira no capitalismo mercantil e uma potência em seu continente.

Ao propor uma renovação, Verney propunha apenas no que concerne ao método, não aos conteúdos. Ao fazer isso tinha um intuito: criticar o monopólio da Companhia de Jesus nas questões educativas no reino português. Seu embate constitui mais em um embate ideológico por prestígio e poder político que necessariamente sobre o conteúdo ensinado nos colégios da Ordem. Isso fica claro quando lemos a obra e as respostas dadas ao VME. Tanto os defensores quanto acusadores, centram seus discursos no prestígio e benefício que a Companhia de Jesus havia acumulado e centralizado em suas mãos.

A crítica feita pelo barbadinho em sua obra desautorizou a atuação dos jesuítas enquanto mestres, o que implicou em um abalo na atuação política da Companhia. Contudo, Verney não estava sozinho: cresciam as críticas e acusações aos jesuítas no mundo todo, especialmente a preocupação com os privilégios e benesses concedidos à Ordem inaciana por reis e pela Igreja.

O Verdadeiro Método de Estudar tem centralmente dois méritos, que colaboram para compreensão do legado da educação no século XVIII. Em primeiro lugar, Verney foi pioneiro ao compor o quadro geral da educação e sistematizar uma crítica a todos os níveis de ensino existentes em Portugal. Em segundo lugar, o autor é o primeiro a propor um amplo programa de reformas a partir da reforma da própria cultura. Para Verney, reformar a sociedade significava formar os quadros administrativos e burocráticos do

Estado, ocupados por uma nobreza sem formação adequada, desde a aparência, como o modo de se vestir, até o novo fator de distinção social: eram rudes, pois não eram educados.

O VME era uma utopia impraticável? Ele deve ser entendido em seu contexto, e como uma proposta ideal de reformas. Para que seu plano de reformas fosse executado, Verney reconhecia que necessitava do auxílio da Coroa e da Igreja. No final, foi ele próprio perseguido e exilado por Pombal, assim como outros pensadores iluministas portugueses, como Ribeiro Sanches, por exemplo.

A partir da bibliografia consultada e análises feitas ao longo dos três capítulos que compõem esta obra constatamos que são poucos os estudos sistemáticos sobre a obra de Verney na área de educação, mas que ele é frequentemente citado em obras que versam sobre as reformas pombalinas de ensino como o mentor dessas reformas. Podemos ver essa concepção, por exemplo, nos estudos dos professores Salgado Júnior e Hernâni Cidade. Outra vertente foi identificada: autores que consideram Verney como um autor inconsistente, e sua obra como ataque infundado aos jesuítas. Podem ser citados como seus principais representantes o professor António Alberto Banha de Andrade e os próprios padres da Companhia de Jesus, por exemplo, João Pereira Gomes. Ao herdar essas interpretações, os estudos de História da Educação reproduzem majoritariamente um sentimento apologético em relação a Verney, e, em contrapartida, um sentimento antijesuítico, ou ainda, uma visão iluminista de educação. Isso implica em um entusiasmo ainda hoje presente entre educadores em relação às novidades em relação aos métodos de ensino.

Defendemos que a obra de Luís António Verney não pode ser vista apenas como um exemplo de uma literatura iluminista e antijesuítica. Diferentemente do que alguns estudiosos da temática afirmam, principalmente dois, Cabral de Moncada (1941) e António Alberto de Andrade (1966), o VME não se constitui exclusivamente em um manifesto escrito com o intuito de atacar diretamente a Companhia de Jesus. Todavia, Verney também não pode ser compreendido, como têm apontado estudos recentes como o de

Eduardo Portella (2006), ou ainda, os estudos de Salgado Júnior (1949), como o mais eficiente porta-voz do despotismo esclarecido em Portugal e o maior sábio iluminista português. Das análises que desenvolvemos nesta pesquisa decorrem outros argumentos que permitem reflexões acerca da importância do pensamento e da obra de Luís António Verney. Ao defender uma reforma dos métodos de ensino, por exemplo, defendeu o ensino de português como ponto de partida nas escolas e a educação das mulheres em Portugal. Sistematizou uma crítica à organização dos estudos em Portugal. Viveu em um contexto de valorização do comércio literário com outras nações, e acreditava que Portugal estava à margem da cultura europeia.

Pretendemos com esta pesquisa, mais que retirar esta literatura do esquecimento, analisá-la sob a lente do método histórico, o que significa, inserir autor e obra em seu contexto, e identificar nela as principais questões e debates pedagógicos do século XVIII. Dessa maneira, algumas considerações merecem destaque.

A primeira delas consiste na constatação de que o século XVIII foi um momento de contendas literárias de todos os tipos. Com a difusão da imprensa, vários folhetos eram publicados e constituíam verdadeiros debates em torno de questões relativas às ciências e seus métodos. Foi também a época de florescimento das Academias Científicas e Literárias em Portugal, e da formação de uma esfera pública literária.

Vários intelectuais portugueses se inserem nesse movimento de *iluminar* a nação portuguesa. O objetivo desses intelectuais era responder centralmente a uma questão: por qual razão Portugal ficou estagnado na esteira do desenvolvimento econômico, político e cultural? Várias respostas foram dadas e, especificamente Verney, atribuía o atraso português centralmente à resistência dos antigos às ideias que considerava modernas e aos antigos métodos de ensinar.

Para Verney, reformar os métodos de estudo em Portugal significava centralmente reformar a própria cultura portuguesa e formar homens úteis ao Estado e à Igreja. Tomando sua concepção

de história, não se tratava de retomar o passado glorioso, mas de preparar Portugal para um futuro de progresso.

O VME é composto por dezesseis cartas, publicadas em 1746 e que suscitaram intenso debate sobre os métodos de ensino. A história de clandestinidade e anonimato que envolveu a publicação da obra fomentou sua difusão e, com ela, um embate entre Verney e os padres inacianos.

Verney se insere no contexto do iluminismo, e, portanto, acreditava em seu papel de intelectual incumbido da tarefa de iluminar a nação portuguesa. Sua obra também deve ser entendida no contexto do enciclopedismo, tanto por seu volume de páginas quanto por seu compromisso com a verdade. Intentava que seu manifesto anônimo suscitasse o clima favorável à promoção de reformas, e desejou ver publicado seus manuais, aos quais dedicou toda uma vida de labor. Além disso, não podemos desconsiderar as especificidades do iluminismo português, sobretudo na forte presença de intelectuais católicos que se situavam nos parâmetros das luzes portuguesa.

O VME conta com apenas quatro edições completas até o presente momento, sendo três publicadas ainda no século XVIII e a última em meados do século passado. A mais recente, publicada em cinco volumes e organizada por Salgado Júnior, teve o último volume publicado em 1952. Agrupamos as cartas de forma distinta da proposta dos estudos anteriores, de acordo com o interesse específico da pesquisa: o aspecto educacional. Assim, analisamos as cartas que consideramos o plano de reformas de Verney para as escolas baixas (I a VII), para as escolas preparatórias ou de Filosofia (VIII a XI) e para os estudos na Universidade (XII a XV).

Na análise de cada carta consideramos as suas concepções de educação, história e método. A partir da leitura do conjunto das cartas, podemos destacar que elas seguem uma estrutura geral. Primeiro, Verney considerava a educação como corolário da modernização portuguesa. Era necessário formar a nobreza e a burguesia para assumir os cargos públicos. Por essa razão, não podemos analisar sua concepção de educação desvinculada da

utilidade do saber. Além disso, Verney pretendia educar o Estado para a aceitação dos ideais modernos.

Em Portugal, o lançamento do VME foi o responsável pelo início de um debate literário intenso e extenso. Verney foi o responsável pela ampliação do debate em torno dos métodos de ensino. Nisso consiste seu mérito. Sua obra não deve ser compreendida apenas como libelo jesuítico, tampouco como a grande obra que embasou as reformas de Pombal. É muito mais a forma como um homem religioso do século XVIII compreendia a educação e um projeto de reformas visando a modernização de Portugal.

A disputa que teve exórdio com a obra de Verney retrata o embate entre o antigo e os modernos, ou ainda, duas visões de mundo e concepções de educação aparentemente opostas. A disputa entre os projetos pedagógicos dos jesuítas e de Verney representava principalmente uma luta por domínio político e prestígio junto aos dois líderes: O Rei e o Papa. Por essa razão, Verney dedica seu livro à Coroa e à Igreja logo no subtítulo da obra. Assim, não se tratava de duas visões que se opunham radicalmente.

Algumas questões emergiram das discussões apresentadas neste livro, e que ainda necessitam de análises sistemáticas. A principal delas diz respeito à possível relação entre as ideias de Verney e as reformas pombalinas. Por que Verney é sistematicamente citado como mentor e braço direito das reformas? Foi apenas labor da historiografia? Em que medida podemos mensurar a confluência das ideias de Verney com o projeto de reformas de Pombal? Qual o possível impacto das ideias de Verney no Brasil? Essas questões ficam como convite às investigações sobre o século XVIII e seu legado para a educação, em Portugal e no Brasil, ainda pouco (ou quase nada) priorizados pela historiografia da educação.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Cartas

CARTA DE LEI. *Supressão e extinção da Companhia de Jesus*. 1773.

Disponível em:

http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/cod_794.pdf.

Acesso em: 10 Ago. 2012.

VERNEY, L. A. Cartas. In: DE MONCADA, L. CABRAL. *Um "iluminista" português do século XVIII*: Luis António Verney. São Paulo: Saraiva, 1941, p. 135-216.

_____. *Carta ao Amigo do Coração*. (1753). In: DE ANDRADE, António Alberto. *Filósofos Portugueses do Século XVIII*. Lisboa: Edições da Revista Filosofia, 1958, p. 05-36.

_____. *Cartas Italianas*. Lisboa: Sílabo, 2008.

Folhetos da Polêmica

REFLEXOENS (REFLEXÕES)/ APOLOGETICAS/ À OBRA INTITULADA/ VERDADEIRO/ METODO DE ESTUDAR/ : DIRIGIDA A PERSUADIR HUM NOVO/ METODO PARA EM PORTUGAL SE ENSINAREM, E APRENDEREM AS SCIENCIAS,/ E REFUTAR O QUE NESTE REINO SE PRATICA;/ : EXPENDIDAS PARA DESAGGRAVO/ DOS PORTUGUEZES EM HUMA CARTA, QUE EM REPOSTA DE/ OUTRA ESCREVEO DA CIDADE DE LISBOA PARA A DE/ COIMBRA/ / O P. FREY ARSENIO DA PIEDADE... ; E OFFERECIDAS AO... SENHOR D. JOAÕ JOSEPH ANSBERTO DE NORONHA... POR NICULAO FRANCEZ SIOM. 1748. F.G. 1092. (Microfilme). Depósito: Biblioteca Nacional de Lisboa.

RETRATO DE MORTECÒR QUE EM ROMANCE QUER DIZER NOTICIA CONJECTURAL DAS PRINCIPAES QUALIDADES DO AUCTOR DE UNS PAPEIS, QUE AQUI ANDAM, MAS NÃO CORREM, COM O TITULO DE "VERDADEIRO METHODO DE ESTUDAR" ... 1749. F.G. 1217 (Microfilme). Depósito: Biblioteca Nacional de Lisboa.

RESPOSTA/ AS REFLEXOENS,/ QUE O R. P. M. FR. ARSENIO DA PIEDADE CAPU-/CHO FEZ AO LIVRO INTITULADO:/ VERDADEIRO METODO DE ESTUDAR./ ESCRITA POR OUTRO RELIGIOSO DA DITA PROVINCIA PARA DE-/ZAGRAVO DA MESMA RELIGIAM, E DA NASAM. 1748. F.G. 411 (Microfilme). Depósito: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Edições do Verdadeiro Método de Estudar

VERNEY, L. A. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 1 (Cartas I-IV). Lisboa: Sá da Costa, 1949.

_____. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 2. (Cartas V-VII). Lisboa: Sá da Costa, 1950a.

_____. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 3. (Cartas VIII-XI). Lisboa: Sá da Costa, 1950b.

_____. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 4. (Cartas XII-XIV). Lisboa: Sá da Costa, 1952a.

_____. *O Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 5. (Cartas XV-XVI). Lisboa: Sá da Costa, 1952b.

OBRAS CONSULTADAS E LITERATURA DE APOIO

ALMEIDA, A. C. C. S. *A música no embate metodológico entre a educação jesuíta e a educação pombalina: os acordes finais*. 209 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2010.

ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda*. 1800-1836. Humanidades: Ibitinga, 1993.

_____. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do estado da arte em História da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. do. (orgs.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Graf. FE: Histedbr, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_043.html. Acesso em: 16 Mar. 2012.

AMEAL, J. *História de Portugal: das origens até 1958*. Porto: Tavares Martins, 1958.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTÓNIO BANHA DE ANDRADE (verbete). In *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$antonio-banha-de-andrade](http://www.infopedia.pt/$antonio-banha-de-andrade). Acesso em 31 Mar. 2011.

ARAÚJO, A. C. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, V. C. M. O Antijesuitismo no Século XVIII: uma análise do verbete *jésuite* da *Encyclopédie* iluminista. *Contrapontos*. Univali. v. 11, n. 2. Maio/Ago 2011, p.228-235.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. O teatro Jesuítico na Europa e no Brasil no século XVI. *Histedbr On-line*. Campinas, n. 25, mar. 2007, p. 33-43.

ARRUDA, P. H. de M. As Reformas Pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE. 9. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. *Anais*. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3341_1811.pdf. Acesso em: 12 Set. 2012.

AZEVEDO E SILVA, Sulamita Castro. *Reforma Pombalina e Tecnologia Educacional*. 1989. 126 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BACON, F. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. In: _____. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. Nova Atlântida. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 23-218. (Coleção Os Pensadores).

BOSI, A. (org.). *Padre Antônio Vieira: essencial*. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.

BOTO, C. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15. N. 44. Maio/ago. 2010, p. 282-299.

_____. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. *Revista da Faculdade de Educação* (USP), São Paulo, v. 22, n. 1, 1996, p. 169-191.

BRAGA, T. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

CAEIRO, F. da G. Para uma história do Iluminismo no Brasil: notas acerca da presença de Verney na cultura brasileira. *Revista da Faculdade de Educação*. vol. 05, n. 1/2. São Paulo. 1979, p. 109-118.

CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de Teoria e Metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.

CARDOSO, P. D. W. *Os jesuítas diante de "O verdadeiro Método de Estudar"*: conflitos políticos e de idéias no setecentos português (c. 1740-1760). 2004. 251 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. Os Jesuítas no Setecentos Europeu: autoridade, ensino e poder. *Cantareira*. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 6ª ed. on-line, s.d., p. 01-15. Disponível em: <http://>

www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao6/os_jesuitas_no_setecentos_europeu.pdf. Acesso em: 02 Ago. 2012.

CARDOSO, Walter. *A Adesão do Brasil Setecentista à Ciência Moderna*. 1991. 375 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, A.; DIOGO, M. P.; SIMÕES, A. *Imagens do Portugal setecentista*. *Penélope*, nº22, 2000, p. 73-92.

CAROLINO, L. M.; CAMENIETZKI, C. Z. *Jesuítas, Ensino e Ciência. Séculos XVI-XVIII*. Caleidoscópio: Casal de Cambra, 2005.

CASTELO BRANCO, C. *Perfil do Marquês de Pombal*. Porto: Lello & Irmão editores, 1982.

CATÃO, L. P. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. 2005. 389 p. Tese (Doutorado em História). UFMG, 2005.

CHAGAS, M. P (dir.). *Diccionario popular historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*. Vol. XIII. Lisboa: Typografia da Viúva Sousa Neves, 1884.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: NASCIMENTO, M. M. do. *Opinião Pública e Revolução*. Ao Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1989, p. 13-19.

CIDADE, H. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*. Coimbra: Ed. Coimbra, 1959.

_____. *Ensaio sobre a crise cultural do século XVIII*. Lisboa: Presença, 2005.

CORDIVIOLA, A. O futuro, a história: uma leitura da História do Futuro. *USP*. São Paulo, n. 29, março/maio1996, p. 126-138.

COXITO, A. *Estudos sobre filosofia em Portugal na época do iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

CUNHA, Luís (Dom). *Testamento político de D. Luis da Cunha*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

CURADO, A. L.; CURADO, M. Prefácio. VERNEY, Luis Antonio. *Cartas Italianas*. Lisboa: Sílabo, 2008, p. 09-29.

DA SILVA, M. B. N. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: EDUNESP, 2005.

DE ANDRADE, António Alberto Banha. *Verney e a projecção de sua obra*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

_____. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1981.

DE ANDRADE, António Alberto. *Filósofos Portugueses do Século XVIII*. Lisboa: Edições da Revista Filosofia, 1958.

_____. Selecção, introdução e notas. In: VERNEY, L. A. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Verbo, 1965, p. 05-18.

_____. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1966.

_____. *Luis António Verney: crítico e primeiro historiador português da Filosofia*. *Brotéria*. Vol. XXXVIII. Abril, 1944, p. 421-441.

DE ARRIAGA, J. *História da Revolução Portuguesa de 1820*. V. 01. Porto: Livraria Portuense Lopes, 1901.

DE ASSUNÇÃO, P. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DE CARVALHO, M. S. Recensão. *Revista Filosófica de Coimbra*. n. 34. 2008, p. 601-610.

DE CARVALHO, L. R. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: EDUSP, 1978.

DE MONCADA, L. C. *Um iluminista português do século XVIII: Luis António Verney*. São Paulo: Saraiva, 1941.

DE MONCADA, L. C. Conceito e Função da Jurisprudência segundo Verney. Coimbra, s.d. In: COXITO, A. *Estudos sobre filosofia em Portugal na época do iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 13.

DE QUENTAL, A. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Nova Ática, 2005.

DE SÁ, V. *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*. Nova Venda: Instituto de cultura Portuguesa, 1979. (Biblioteca Breve)

DESCARTES, R. Discurso do Método. In: _____. *Discurso do Método. As Paixões da Alma. Meditações*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 35-100. (Coleção Os Pensadores).

ELIAS, N. *O processo civilizador*. 2 vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERNANDES, C. d. S. Jacob Burckhardt e a Preparação para a cultura do Renascimento na Itália. *Fênix*. Vol. 03, ano III, n. 03. Julho/Agosto/Setembro 2006, p.01-18. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF8/ARTIGO2-Cassioda.Silva.Fernandes.pdf>. Acesso em 20 Ago. 2011.

FERREIRA, B. F. L. *Contra todos os inimigos*. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750). 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, R. F.; CALVOSO, G. G.; GONZALES, C. B. L. Caminhos da Pesquisa e a Contemporaneidade. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. n. 15. v. 2. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002, p. 243-250.

FONSECA, S. M. Verbete *Oratorianos*. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) *Navegando pela História da Educação*. Campinas: Histedbr, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae>.

unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_oratorianos.htm. Acesso em: 02 Ago. 2011.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, J. E.; REIS, B. C. *Vieira na Literatura Anti-Jesuítica*. Lisboa: Roma, 1997.

FRANCO, J. E.; VOGEL, C. *As Monita Secreta: história de um best-seller antijesuítico*. *PerCursos*. Florianópolis. UDESC. V. 4 n. 1, 2003, p. 93-133.

FRANCO, J. E. O mito dos jesuítas em Portugal. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Ano V, n. 9/10, 2006, p. 303-314.

GIOIA, S. C. A razão, a experiência e a construção de um novo universo geométrico: Galileu Galilei. In: ANDERY, M. A. et. al. *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro/São Paulo: Espaço e Tempo/EDUC, 2000, p. 179-192.

GOMES, J. P. (S.J.). *Obra Selecta*. In: LEITÃO, H.; FRANCO, J. E. (orgs.). *Jesuítas, Ciência & Cultura no Portugal Moderno: obra selecta de Pe. João Pereira Gomes*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JUNQUEIRA, C. (dir.) *O nascimento da moderna pedagogia*: Verney. Int. Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC/Documentário, 1979.

KANT, I. Resposta à pergunta o que é Esclarecimento? In: _____. *Textos Seletos*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1985, p. 100-117.

LEITÃO, H.; FRANCO, J. E. Introdução. In: _____. (orgs.). *Jesuitas, Ciência & Cultura no Portugal Moderno: obra selecta de Pe. João Pereira Gomes*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012, p. 09-25.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 6 vol. São Paulo: Itatiaia, 2006.

LENZ, S. E. Jean Bodin (1529/1530-1596) e os seus *Six Livres de La République*. In: MAINKA, P. J. *A Caminho do Mundo Moderno: concepções clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu contexto histórico*. Maringá: Eduem, 2007, p. 287-306.

LIMA, M. L. P. de. Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755. *Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. vol. XLIII. n. 01. 2008, p. 7-28.

LOCKE, J. *Some Thoughts Concerning Education*. London: J. and R. Tonson, 1779.

LOPES, F. J. A. *Verney e o De Re Physica*. 2002. 403 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

LOPES, M. A. Os Intelectuais no Século da Luzes. *Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte, v. 23, n.75, 1996, p. 553-559.

_____. *Voltaire Político: espelhos para príncipes de um novo tempo*. São Paulo: UNESP, 2004.

LUIS DE CAMÕES. *Sonetos de Camões*. Cotia: Ateliê Editorial, 2001

LUZURIAGA, LORENZO. *História da Educação pública*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 01-22.

MARTINS, J. P. de O. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães editores, 1951.

MARTINS, T. P. *Verdadeiro Método de Estudar*. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/verney.pdf>. Acesso em: 11 Jul. 2012.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente (1741-1758)*. 4 tomos (1741,1747,1752,1759). Disponível em: <http://www.archive.org/>. Acesso em: 28 Nov. 2010.

MAINKA, P. J. A Política Educacional do Estado Prussiano na Época de Kant e as Tendências Pedagógicas do Período. *Quaestio*. Sorocaba. Uniso. v. 07. n. 02, 2005, p. 1-17.

_____. Absolutismo esclarecido e educação na Alemanha - os escritos teóricos do Ministro da Justiça e Educação da Prússia Karl Abraham von Zedlitz und Leipe (1731 - 1793). *Acta Scientiarum*. Maringá, UEM. Vol. 22, n. 01, 2000, p. 157-166.

MARTINAZZO, C. J. A Modernidade Filosófica e os Fundamentos Pedagógicos da Educação Moderna. In: Amarildo Luiz Trevisan & Noeli Dutra Rossatto (Orgs.). *Anais do I Seminário Nacional de Filosofia e Educação - Confluências*. Santa Maria, FACOS/UFSM, 2004. Disponível em:

www.ufsm.br/gpformal/1senafe/bibliocon/amodernidade.rtf. Acesso em: 04 Dez. 2010.

MAXWELL, K. Pombal: the paradox of Enlightenment and Despotism. In: SCOTT, H. M. (ed.). *Enlightened absolutism: reform and reformers in later eighteenth-century Europe*. London: MacMillan, 1990, p.75-118.

_____. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEMÓRIA dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método de Ensino estabelecido após a extinção das escolas jesuíticas, 1759. ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. Apêndice Documental. In: A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil, São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978). Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo.html>. Acesso em 12 fev. 2011.

MENDES, A. C. *O Verdadeiro Método de Estudar: o impasse entre o antigo e o moderno*. Dissertação. 83 f. Programa de Pós-Graduação em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino (Don). *Historia de los Heterodoxos españoles*. Tomo III. Madrid: La Editorial Católica, 1978.

MENEZES, S. L.; NAGEL, L. H. Considerações sobre as transformações sofridas pela nobreza portuguesa na época moderna. *Acta Scientiarum*. Vol. 25, n. 2, 2003, p. 317-326.

MOSCATELLI, R. *O senhor das Letras: o antigo regime e a modernidade*. Maringá: EDUEM, 2000.

NASCIMENTO, M. M. do. *Opinião Pública e Revolução*. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1989.

NOBRE, S. As influências de Christian Wolff sobre a obra matemática do jesuíta português Padre Inácio Monteiro. In:

CAROLINO, L. M.; CAMENIETZKI, C. Z. *Jesuítas, Ensino e Ciência. Séculos XVI-XVIII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, p. 123-133.

O' MALLEY, J. W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: UNISINOS; Bauru: Edusc, 2004.

PAIM, A. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 6ª ed. vol. II. Londrina: Humanidades, 2007.

PALLARES-BURKE, M. L. G. Educação das Massas: uma “sombra” no século das luzes. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (orgs.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 53-66.

PETITAT, A. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIERUCCI, A. F. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

PORTELLA, E. O Iluminismo Luso-Brasileiro. In: *Projeções do Iluminismo*. Lisboa/Rio de Janeiro: Academia de Ciências de Lisboa/Academia Brasileira de Letras. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

PRAÇA, J. J. Lopes. *História da Filosofia em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

RIBEIRO SANCHES, A. *Cartas sobre a educação da Mocidade*. Universidade da Beira Interior Covilhã – Portugal, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf. Acesso em 09 Abr. 2012.

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. As Origens do Ensino de História no Brasil Colonial: apresentação do *Epítome Cronológico, Genealógico e*

Histórico do padre jesuíta António Maria Bonucci. *Histedbr on-line*. Campinas, *número especial*, p.76-85, mai.2010, 76-85.

SALGADO JÚNIOR, A. Organização, prefácio, comentários e notas. In: VERNEY, L. A. *Verdadeiro Método de Estudar*. Vol. 1-5. Lisboa: Sá da Costa, 1949, 1950a, 1950b, 1952a, 1952b.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SAUVESTRE, C. *Instruções Secretas dos Jesuítas*. São Paulo: Madras, 2004.

SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOTT, H. M. (ed.). Introduction: the problem of Enlightened Absolutism. In: _____. *Enlightened absolutism: reform and reformers in later eighteenth-century Europe*. London: Macmillan, 1990, p.01-36.

SERRÃO, J. A latinidade, Luis Antônio Verney e o Sr. Severiano Tavares. In: JUNQUEIRA, C. (dir.) *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Rio de Janeiro: PUC/Documentário, 1979, p.103-112.

SÉRGIO, A. Luís Verney, apóstolo cívico. In: JUNQUEIRA, C. (dir.) *O nascimento da moderna pedagogia: Verney*. Introd. Antônio Paim. Rio de Janeiro: PUC/Documentário, 1979, p. 81-86.

TEIXEIRA, I. Ressonâncias de John Locke da Ilustração portuguesa: Luís Antônio Verney e Francisco José Freire. *Revista USP*. São Paulo. n. 34, jun.-ago./1997, p. 108-124.

VAZ, F. A. L. A difusão das ideias econômicas de António Genovesi em Portugal. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa, 1999, vol. XI, p. 553-576.

VILLALTA, L. C. A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, M. L. C.; VIDAL, D. G. (orgs.). *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 171-184.

VILLARES, A. *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WRIGHT, JONATHAN. *Os Jesuítas: missões, mitos e histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

YOLTON, J. L. Alguns pensamentos referentes à educação (verbetes). In: _____. *Dicionário Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 17-18.

ANEXOS

ANEXO A - Lista de Teses e Dissertações sobre a temática
(Consulta realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES – atual
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES).

1 - AZEVEDO E SILVA, Sulamita Castro. *Reforma Pombalina e Tecnologia Educacional*. 1989. 126 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

2 - CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. *Os jesuítas diante de "O verdadeiro Método de Estudar": conflitos políticos e de idéias no setecentos português (c. 1740-1760)*. 2004. 251 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

3 - CARDOSO, Walter. *A Adesão do Brasil Setecentista à Ciência Moderna*. 1991. 375 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

4 - DA SILVA, Iverson Geraldo. *Verney e a Ilustração Católica: uma Modernidade Singular*. 2008. 193 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

5 - DA SILVA, Marcela Veronica. *Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa*. 2009 Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis.

6 - DE CARVALHO, Lígia Maria. *Os Pressupostos Ideológicos Das Reformas Pombalinas Do Estado Português (1750-1777)*. 2003. 112 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

7 - DE SOUSA, Márcio Jean Fialho. *A postura de Eça de Queirós à Luz dos Debates Educacionais em Portugal*. 2008. 104 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

8 - FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos, Luís Antonio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. 2009. 173 p.

Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

9 - HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. *Compendios Tradicionais De Gramatica Portuguesa* (Sec. XVI, XVII, E XVIII): uma Descrição Comparativa. 1989. 226 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

10 - LOPES, Frederico José Andries. *Verney e o De Re Physica*. 2002. 403 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

11 - MARTINS, João Paulo. *Política e história no Reformismo Ilustrado pombalino* (1750-1777). 2008. 178 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

12 - MENDES, Alexandre Claro. *O Verdadeiro Método de Estudar: o impasse entre o antigo e o moderno*. 2006. 99 p. Dissertação (Mestrado em História da Ciência), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

13 - MONTAGNER, Airto Ceolin. *A Vertente Italiana Da Arcadia Brasileira*. 1994. 187 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

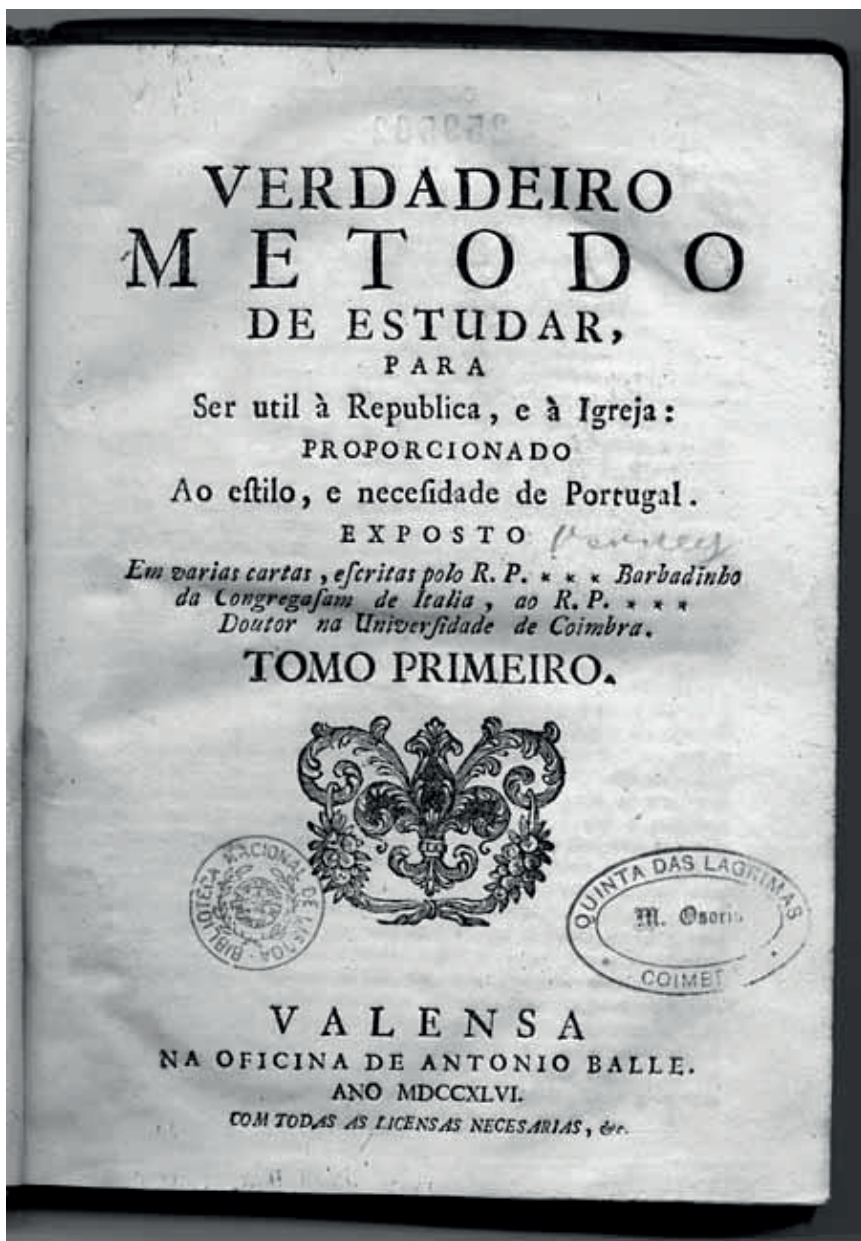
14 - TEIXEIRA JUNIOR, Eduardo Augusto. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. 2005. 186 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

15 - VALLE, Rosemeire Stoian de Brito. *Um estudo sobre a língua e ensino do português, partindo da intolerância linguística do século XVIII*. 2009. 89p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

16 - VERRAN, Rossana Samarini. *A Concepção de Ciência Moderna no Iluminismo Português e as Ciências no Brasil*. 2000. 119 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

17 - ZANON, Marilena. *Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa no século XVIII: "carta primeira" do verdadeiro método de estudar*. 1999. 151 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

ANEXO B - Fronstipício dos dois tomos da primeira edição do Verdadeiro Método de Estudar (1746)



VERDADEIRO
M E T O D O
DE ESTUDAR,

PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:

PROPORCIONADO

Ao estylo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO

*Em varias cartas, escritas pelo R. P. * * * Barbadinho
da Congregação de Italia, ao R. P. * * *
Doutor na Universidade de Coimbra.*

TOMO SEGUNDO.



V A L E N S A

NA OFICINA DE ANTONIO BALLE.

ANO MDCCXLVI.

COM TODAS AS LICENÇAS NECESARIAS, &c.

I N D E X

Do que contem as Cartas do primeiro Tomo.

C A R T A I.

Motivo desta correspondencia: e como se-deve cõtinuar. Mostra-se, com o exemplo dos Antigos, a necessidade de uma Gramatica Portuguesa, para comesar os estudos. Dã-se uma ideia, da melhor Orthographia Portuguesa: e responde-se aos argumentos contrarios. Que o Vocabulario do Padre Bluteau se-deve reformar, para utilidade da Mocidade. Pagina 1.

C A R T A II.

Danos que resultam da Gramatica Latina, que comumente se-ensina. Motivos porque nas escolas de Portugal, nam se-melhora de metodo. Nova ideia de uma Gramatica Latina facilissima, com que, em um ano, se-pode aprender fundamentalmente Gramatica &c. pag. 59.

C A R T A III.

Abuços que se-introduziram em Portugal, no ensinar a lingua Latina. Mau modo que os mestres tem, para instruir a Mocidade. Propõem-se o metodo, que se-deve observar, para saber com fundamento, e facilidade, o que é pura Latimidade. Necessidade da Geographia, Chronologia, e Historia, para poder intender os livros Latinos. Apontam-se os autores, de que os mestres se-devem servir na Latimidade: e como devem servir-se deles; e explicálos com utilidade; e as melhores edisoens. Aponta-se o modo de cultivar a Memoria, e exercitar o Latim nas escolas. pag. 74.

C A R T A IV.

Necessidade das linguas Orientais, principalmente Grega, e Ebraica, para intender as letras Umanas: mas muito principalmente, para a Teologia. Modo de as-aprender. Utilidade da lingua Franzeza, e Italiana, para ser erudito com facilidade, e sem despeza. pag. 112.

C A R T A V.

Difcorre-se da utilidade, e necessidade da Retorica: Mau metodo com que se-irata em Portugal. Vicios dos Pregadores; que sam totalmente ignorantes de Retorica. Que absolutamente deve deixar o antigo estylo, quem quer saber Retorica. pag. 124.
CAR-

C A R T A VI.

Continua-se a mesma materia da Retorica. Fazem-se algumas reflexoens, sobre o que é verdadeira Retorica, e origem dela. Que coiza sejam figuras, e como devemos uzar delas. Diversidade dos estilos, e modo de os praticar: e vicios dos que os nam admitem, e praticam. Qual seja o metodo de persuadir. Qual o metodo dos panegiricos, e outros sermoens. Como se deve ensinar Retorica aos rapazes, e ainda aos mestres. Algumas reflexoens, sobre as obras do P. Antonio Vieira. pag.153.

C A R T A VII.

Fala-se da Poezia. Os Portuguezes sam meros versajadores. Prejuizos dos mestres, de nam poetarem em Vulgar. Que coiza seja ingenho bom, e mau. Especies de obras de mau ingenho, em que cairam alguns Antigos, mas principalmente os Modernos. Necessidade do Criterio, e Retorica, em toda a sorte de Poezia. Primeiro defeito de Poezia, a inverosimilidade: exemplos. Segundo defeito, os argumentos ridiculos. Reflexoens particulares, sobre as composicoens pequenas Portuguezas; que nam podem dar nome, a um oem: defeitos da Nasam, provados com exemplos. Reflexoens sobre o Epigrama Latino, Elogios, inscriçoens Lapidares, Elogos, Odes, Satiras, poemas Epicos. Que os Portuguezes nam conheçeram as leis, do poema Epico: prova-se com Camoens, Chagas, Botelho de Moraes. Apon-ta-se o metodo, com que se devem regular os rapazes, no estudo da Poezia. Nova ideia de uma Arte Poetica, util para a Mocidade. pag.215.

C A R T A VIII.

Trata-se da Filozofia. Mau metodo com que se trata em Portugal. Advertencia das outras Nasoens, em procurar a Ciencia. Necessidade da historia da Filozofia, para se livrar de prejuizos. Ideia da serie filozofica. Danos e impropriedades da Logica, que communemente se explica. Dá-se uma ideia, da boa Logica. pag.276.

V A R T A O

I N D E X.

Do que Contem as cartas do segundo Tomo.

C A R T A IX.

MOstra-se o maõ metodo, de tratar a *Metafizica* neste Reino: e danos que daqui resultam. Explica-se, que coiza é *Metafizica*: e se-mostra, que é inseparavel da *Logica*, e *Fizica*: e que superfluaente que-rem chamar-lhe, ciencia separada. Que nam á tal *Metafizica*, como eles imaginam. Dá-se juizo, das obras do P. Feijoo. Pagina 1.

C A R T A X.

MOstra-se, que coiza é *Fizica*. Que em Portugal nam intendem o que é, nem sabem tratar a *Fizica*. Prejuizos dos *Peripateticos*, e danos que resultam, da *Fizica* da Escola. Exceso da *Filozofia Moderna*, e principalmente da *Fizica*, sobre a antiga. Diversidade entre os mesmos *Modernos*: e qual sistema se-deve preferir. Necessidade da *Geometria*, e *Aritmetica*, para intender a *Fizica*: a qual se-deve estudar, nas obras das *Academias Reais &c.* Prejuizos dos *Portuguezes*, de nam quererem ensinar muitas coizas, em *Vulgar*. Dá-se o modo, de ordenar um curso de *Fizica*. Dá-se una ideia, de estudar com metodo, e brevidade, toda a *Fizica*. pag. 23.

C A R T A XI.

MOstra-se, que a *Etica* pertence legitimamente ao *Filozoso*: que é necessaria ao *Jurista*, e *Teologo Moral*: que é util, para todos os empregos da vida: que é necessaria, aos que ám-de occupar, alguns empregos. Apontam-se os defeitos, que se-acham nos *Juristas*, e *Teologos*, por-falta da *Etica*. Particular necessidade que tem dela os *Nobres*, para poderem formar conceito do *Vicio*, e *Virtude*, e fazerem as suas obrigaçoens. Prejuizos de muitos *Nobres*, nesta materia: e modo de os-emendar. Dá-se verdadeira ideia, do que é *Etica*, e suas partes. Aponta-se um modo breve de a-estudar, com facilidade, e utilidade. pag. 61.

C A R T A XII.

TRata-se da *Medicina*, que é una consequencia da *Fizica*. Nam é impropria aos *Religiozos*. Requizitos da *Medicina*. Que o *Medico*, alem de *Fizico*, deve ser um grande *Anatomico*. Ignorancia da *Anatomia* em Portugal, e principalmente na *Universidade*. Prejuizos que os *Portuguezes* tem, nesta materia: por cuja cauza nam podem saber *Medicina*. Odio que os *Galenicos* tem, aos *Anatomicos*: e por que razam. Abuzo dos-remedios, por falta de boa *Fizica*, e *Mecanica*. Que os remedios, pola maior parte, sam imposturas: principalmente os segredos mais louvados. Que o *Galenico*, nam pode ter boa pratica. Que a *Cirurgia* em Portugal, é totalmente ignorada. Aponta-se o metodo de estudar, a verdadeira *Medicina*, e *Cirurgia*. Apontam-se os melhores autores, em *Anatomia*, *Chimica*, *Medicina*, *Cirurgia*. pag. 86.

CAR-

C A R T A XIII.

Origem da Jurisprudenciã Romana. Mau metodo de tratála em Portugal, e peñinas consequencias que dali rezultam. Desmedida prezunſam que os Portuguezes tem de Juristas, e desprezo das outras Naçoens, ſem fundamento. Nam bãſta o corpo do Direito, ao Jurisconſulto: requer-ſe Politica, e muitas outras coizas, para ſatisfazer aos empregos. Moſtra-ſe com razã, e exemplos, que eſtes eſtudos ſã compariſveis, com as Leis. Dã-ſe uma ideia do Direito Civil, até os tempos prezentes. Neceſſidade da Iſtoria, para o Direito. Tocam-ſe os defeitos intrinſecos, e extrinſecos da Jurisprudencia. Aponta-ſe o melhor modo, de ter uma pratica util, tanto para o Advogado, como para o Juiz. pag. 139.

C A R T A XIV.

Disſorre-ſe da Teologia. Metodo de a-tratar em Portugal, e danos que naceem dele. Frivolas razoens com que os Portuguezes querem defender, o ſeu metodo. Dã-ſe uma ideia, do que é a verdadeira Teologia: como naceo, e ſe-continuou. Aponta-ſe a origem da Eſcolãſtica, e ſua durãſam: e conceito que formãram dela, os doutores deſte tempo. A Teologia Pozitiva, que renaceo com o concilio de Trento, é ignota em Portugal. Moſtra-ſe a inſuſſiencia das razoens em que ſe-fundam, para a-nã-admetirem. Aponta-ſe o modo com que a-tratam, os Teologos modernos. Neceſſidade da Iſtoria, e das Linguas, para ſaber fundamentalmente Teologia. Aponta-ſe o metodo, que deve obſervar o eſtudiante, que quer ſaber boa Teologia. pag. 195.

C A R T A XV.

TRata-ſe do Direito Canonico. Mau metodo de o-eſtudar neſte Reino, e danos que dele rezultam. Dã-ſe uma ideia do Direito Canonico, e da ſua iſtoria. Neceſſidade da Iſtoria Eccleſiaſtica, para entender os Canones. Que daqui deve conſeſar o eſtudo do Canonista, unido com a Civil, e Geograſta Sagrada. Aponta-ſe o metodo, de eſtudar Canones. Neceſſidade das Inſtituiçoens Canonicas, antes que ſe-eſtudem, materias particulares. Apontam-ſe algumas melhores. Aponta-ſe, o que ſe-deve eſtudar deſpois. Tocam-ſe os defeitos do Direito Canonico intrinſecos, e extrinſecos. Como ſe-devem regular na pratica, os que eſtudam Canones. pag. 229.

C A R T A XVI.

APonta-ſe o metodo de regular os eſtudos, em todas as escolas, e comẽſando da Gramatica, até à Teologia. Fazem-ſe algumas reflexoens particulares, ſobre o modo de exercitar utilmente os rapazes, na Gramatica: em que ſe-reprovaõ alguns eſtilos, introduzidos em Portugal: Modo util de exercitar os Medicos, e Cirurgioens. O meſmo ſobre as Leis, Canones, Teologia: onde ſe-aponta, como ſe-podem exercitar, os Confeſſores. Dã-ſe uma ideia, do modo de inſtruir as Mulheres, e nam só nos eſtudos, mas na economia, com utilidade da Republica. pag. 253.

CAR-

ANEXO D - Dedicatória aos padres da Companhia de Jesus e
Apresentação das cartas.

AOS REVERENDÍSSIMOS
PADRES MESTRES,
DA VENERAVEL RELIGIAM DA COMPANHIA
DE JESUS.
No Reino, e Dominio de Portugal.

ANTONIO BALLE
OBZEQUIOZAMENTE SAUDA.



AIEM à luz, Reverendísimos Padres, as cartas eruditas, de um autor moderno: as quais até agora corrêram manuscritas, por algumas mãos; mas chegando ás minhas, e conhecendo em, que podiam utilizar a muitos, me-rezolvi imprimilas. O argumento delas é este. Certo Religiozo da Universidade de Coimbra, omen mui douto, como mostra nas suas cartas; pediu a um Religiozo Italiano, seu amigo, que vivia em Lisboa; que lhe-dêse algumas instruoens, em todo o genero de estudos. O que o dito Barbadinho executa, em algumas cartas: explicando-lhe em cada-uma, o que lhe-parece: e acomodando tudo, ao estylo de Portugal. Este autor escreveo-as, sem nem menos suspeitar, que se poderiam imprimir: como consta de alguns periodos destas, que nam imprimis, e de outras que confesso, em que declara com mais individualsam, o motivo desta correspondencia: e explica varias coizas, que aqui nam se-acham. Onde, para consolar o dito autor, que nam sei se ainda vive, e fazer o que dezojava; nam imprimi senam as que me-parecêram necessarias: e ainda nestas ocultei os nomes dos correspondentes, e de algumas pessoas, que nelas se-nomiavam; parecendo-me justo e devido, nam revelar os segredos, das correspondencias particulares: principalmente, quando podia conseguir o fim, de utilizar o Publico, sem prejuizo de terceiro. As cartas encadeiam tam bem umas com outras, que se-podem chamar, um metodo completo de estudos. podem servir para todos; mas especialmente sam proporcionadas,

das, ao estilo de Portugal: pois esse era o fim do autor. Protesta ele nas mesmas cartas ineditas, que nam dera em varias coizas, melhor metodo; porque temia, que o seu amigo mostrasse as cartas, a pessoas preocupadas: as quais nam fariam nada, se lhe-aconselhasse tudo, o que praticam em outros Reinos: e que por isto se-acomodava ao gosto, do paiz em que estava. E nam cesava de encomendar-lhe, que as-nam-lesse a omens, que interpretassem mal as suas palavras; e as-aplicassem, a outro sentido.

E querendo eu agora imprimir estas cartas, a quem as-devo dedicar, senam a VV. RR.? Prezumo, e com muita razam, que se o autor onrvese de publicar estes escritos, a ninguem mais os-ofereceria, que a esa Sagrada Religiam: visto mostrar a cada passo, o respeito e venerasam, que lhe-profesava. E sendo eu nam menos propenso, e obrigado a toda a Companhia; quero tambem mostrar-lhe o meu reconhecimento, nesta pequena oferta. Se a minha possibilidade dese mais, mais faria: mas as forjas nam correspondem aos desejos: e VV. RR. costumam estimar mais a vontade, que as ofertas. Alem diso, por todos os titulos deviam estas cartas, ser consagradas ao seu nome. Sam VV. RR. aqueles, que so podem ajudar, os pios desejos deste autor: aqueles, que so tem forjas, para isto: e finalmente aqueles, que mais que ninguem desejam, o adiantamento da Mocidade, e se-cansam, para o-conseguir. Acrescento, que o autor confessa, que tudo aprendera, com a diresam desta Roupeta, e polos seus autores. E assim, torno a dizer, por todos os titulos estes livros, se-lhe-devem dedicar.

Quam oportuna ocaziam se-me-oferecia agora, de referir os louvores desta veneravel Religiam, se a moderasam, e simildade de VV. RR. nam me-tapasse a boca! Quem tem dado mais, e mais illustres escritores a ese Reino, que a Companhia? Quem tem promovido com mais empenho os estudos, que os seus mestres? Onde florecem as letras com mais rigor, que nos seus Colegios? Que onem douto tem avido em Portugal, que nam bebese os primeiros elementos, nas escolas desta Religiam? Nam leio as istorias dese Reino, e Conquistas, que nam veja a cada passo, exemplos memoraveis, da grande piedade, da summa erudisam, do inexplicavel zelo dos seus Religiozos! VV. RR. que abriram no-Oriente as portas, ao Evangelho; tem trabalhado com tal empenho, na vinha do Senhor; que se contamos somente os Povos convertidos, tem conquistado para a Fé, e tambem para o Reino, imperios vastissimos. Nem sei a quem attribua maior gloria: se às armas vitoriosas dos Portuguezes, no Oriente; se às pias exortasoes, e fadigas, dos seus Misionarios. Mas se é mais gloriozo o triumpho, que se-consegue sem sangue, so-
mente

mente com a força da eloquencia , sem prejuizo dos Povos , e com grande utilidade da Republica : ficam V.V. RR. muito mais gloriosos , que os mesmos illustres Generais Portuguezes ; pois conseguiram a victoria , nam dos corpos , mas dos animos . Venceram V.V. RR. nam derramando o sangue dos outrós , mas o proprio : e com ele escreveram o seu nome , nam só nos livros da fama , e destas istorias caducas ; mas no-mesmo livro da-vida : e levantaram um padram naquela patria , em que as virtudes se-estimam : premeiam-se dignamente os servisos : e a gloria dos vitoriosos nam morre . Nam me-volto para a Africa , para a America , que nam veja os Religiozos da Companhia , convertendo os idolatras , ajudando os fieis , ensinando a todos . Ai mesmo em Portugal , quem á que nam seja obrigado , á Companhia ; e nam experimente os influxos , desta benigna Religiam ? Quem ja mais chegou , a uma das cazas desta Religiam , para buscar um confesor , a qualquer ora da noite ; que nam ficasse consolado ? um Pregador , para qualquer festividade ; que nam fosse obedecido , ainda sem interese ? quem foi pedir conselho , em materias de consciencia ; que nam tirasse prompta resposta ? quem quiz um parecer escrito , em qualquer materia que o-quizesse ; que nam tornasse satisfeito ? Se olbo para as prizoens , vejo os Religiozos da-Companhia consolando os aflitos , procurando os livramentos , confessando , e confortando a todos . Se olbo para as praças , e ruas publicas , vejo os mesmos Religiozos , doutrinando os ignorantes , excitando a emulsaem nos-meninos , atraindo com suave maneira os que pasam , para ouvirem a verdade Evangelica . Se olbo para as igrejas , vejo-os frequentes no confesonario , exortando os fieis em dias determinados , exatissimos nas funsoens divinas , que celebram com toda a magnificencia , e devoçam . Se olbo para as escolas , vejo-os ensinando aos meninos com grande amor , e paciencia , nam só as letras , mas a piedade , que em toda a ocaziam lhe-inspiram . As mesmas portarias das suas cazas , ensinam com o exemplo ; nos muitos martyres , e doutos , que nelas vemos pintados ; que muda , mas eficazmente persuadem , seguir a mesma estrada : e ensinam com a doutrina , nos livros que nelas incontramos , que suavemente inclinam a vontade , para abraçar a vida perfeita . Finalmente se olbo para qualquer Religiozo da Companhia , vejo o retrato da continencia , da moderaçam , da mansidam , da asabilidade , do respeito : coizas que me-insundem um sagrado terror . Eem dita Religiam , em que o Prelado nam se-distingue do Súdito , senam em ter mais trabalho , e suportar o pezo , do governo economico . Ninguem aspira aos governos : ninguem busca meios de conseguilos : final certo , que se-administram com os olbos em Deus , e na sua obrigaçam . Nam

á distincção de magisterios : nam á izenção de graos . O mesmo que ensina a Teologia na cadeira , ensina o catechismo nas praças : o mesmo que confessa os Grandes , confessa os Pequenos : o mesmo Prelado que manda aos mais , obedece , e serve nas ocaziões a todos . Finalmente todos conspiram , para dar gloria a Deus , utilidade ao proximo , e servir no que podem à Republica .

Nam quero trazer à memoria , o que esta sua Religiam tem feito , e faz , nas mais partes da Europa Catolica . Deixo de parte ; a inviolavel uniam que sempre teve , com a Sé Apostolica : e as perignisões , e censuras criticas , que tem sofrido por esta cauza . Nem menos falo na gloria , que rezulta à Companhia , de ver que tantas Religioens , e Congregações , que se fundaram despois dela , todas a tem tomado por treslado : e nam julgam merecer com justisa , os louvores dos omens pios , senam quando se-avizinham mais , ao seu instituto . Este é um milagre continuo daquelle bemaventurado espirito , que la no-Ceo está sempre pedindo a Deus , pola propagasam , e aumento da Religiam que ca deixou : unir tantas vontades , para imitarem una Religiam , que nam conta longa serie de seculos , mas que é a mais moderna , entre as famozas . Nam , nam quero referir mais singularidades . Intraria na verdade em uma materia vastissima , que me-daria argumento , para muitos e dilatados panegiricos ; mas excederia os meus limites . Só considero , o que faz em Portugal , e o que pratica no seu dominio . Estas coizas occupam de forte a minha ideia , e admirasam , que me-nam-permitem considerar o demais , aindaque seja grande e singular . Nem tem que medizer , que as outras Religioens sagradas todas se-cansam em obsequio da Igreja : ensinam muito , e edificam muito . Confesso , que todas tem as suas singularidades : todas merecem ser louvadas : todas dam gloria a Deus , e servem à Igreja : mas cadauma no seu genero . Nam vejo alguma , que tenha todas as prerogativas , que se-acham juntas , na Religiam da Companhia : e que as-pratique , nam por vaidade , nam por outro interesse mundano ; mas por amor de Deus , e por caridade do proximo . Estam todos os Portuguezes tam persuadidos , desta verdade , que quem quizesse dizer o contrario , seria publicamente escarnecido . Os mesmos Monarcas de Portugal , que sabem justamente estimar a Virtude ; nam costumam intragar , a diresam da sua consciencia , senam aos Religiozos da Companhia . Desde que VV. RR. intráram neses Reinos , conspiráram todos estes Soberanos a reconhecê-los , como prudentissimos divetores , da consciencia dos omens : e por iso os-elegêram , para seus Confesores . Os Principes , a Casa Real , os Grandes , a maior parte dos omens de letras , e empregos , todos praticam o mesmo . Nam é possível , que se-

se-enganem tantos omens, de diferentes gerarchias, e de incontrados interesses, sem que os-obrigue a experiencia, e a verdade. Em todos os seculos, e entre todos os omens de juizo, o consenso de todos, foi argumento irrefragavel, da evidencia. Todos os omens prudentes louvam a VV. RR. todos os-engrandecem, todos os-buscam, todos se-servem das suas prendas, e virtudes: E assim sam VV. RR. tais como eles intendem.

Mas eu PP. RR. ja saí fóra do-meu argumento. Comesei uma carta, e acho-me engolfado em um elogio: cai naquilo mesmo que dexejava evitar. Nam sei se ofendi a sua moderasam, com as minhas expressões: que é verdade que nadem do corasam, e sam proferidas com toda a sinceridade, de um bom amigo; mas enfim sam elogios. Nam obram VV. RR. polos louvores: mas por um fim mais alto, mais grande, mais admiravel. Nam obram bem para o-parecerem, e paraque todos o-conbesam; mas porque o seu instituto assim obriga: assim foram criados: vivem persuadidos diso mesmo: e nam podem obrar de outra sorte. Este é o elogio, que aquele encarecido Romano (1) deu la, ao seu Catam Uticense, com adulasam excessiva: mas que eu intendo, que só se-pode aplicar a VV. RR. nam com lizonja, mas com verdade notoria; porque o-digo publicamente, e a todo o mundo. Assim é, nam obram bem os Religiozos da Companhia, para agradar ao mundo, e conseguir os seus louvores; e deixando eu fazer-lhe a vontade, nam devo opor-me aos seus dexejos. Verdade é, que falando desta Religiam, difficultozamente podia deixar de exprimir, alguma coisa do que intendo. Mas VV. RR. nam mo-permitem; eu me-desfago, e dou por nam dito, quanto até aqui tenho significando. Só digo, que lhe-ofereço, e dedico as cartas de um autor, que conforme julgaram os omens doutos, que as-leram, conheceo o verdadeiro modo de estudar: e para o-conseguir, deu excelentes doutrinas: e quem as-ler, com animo dezapaixonado, e tiver voto na materia, achará nelas tudo o que é necessario, para aquistar o bom gosto literario; quero dizer, um juizo critico, que ensine abraçar somente o que se-deve, em todo o genero de estudos. Acho nelas algumas vezes, certas palavras, e diversidade na uniam dos-Pronomes, e outras particulas com os Verbos &c. conforme o idiotismo Italiano; que o autor pode ser que mudáse, se lhe-puzese a ultima mam: porque me-parece, que era bem informado da-lingua Portugueza, e nam pecou por-ignorancia. Mas se nelas á algumas coisas que emendar, e acreceutar, quem melhor o-pode fazer, que VV. RR. Comque ponho-as nas suas maons, e ofereço-as ao seu criterio: e só direi o que me-pertence, a cerca da presente edisam.

O au-

(1) Vellejo Paterculo.

O autor segue uma Orthografia particular, (que eu, movido das
mesmas razões, abrasei) e que ainda nam está bem recebida, ne-
se Reino: e assim para nam parecer novidade, será preciso ler as
cartas, como se-acham impresas: observando bem a primeira, na qual
dá razão, da sua Orthografia. Mas como em outras cartas explica
varias coizas, que aqui nam se-acham; devo declará-las, para que os
leitores formem conceito, das opinioens do autor. Em certa carta, es-
creita entre a primeira, e segunda do primeiro tomo, diz, que nam
obstante que disse (1), que a linha se-pode pôr entre as disoens, pa-
ra evitar os equívocos: v.g. na particula por, quando significa cauza,
para a-distinguir do-verbo pôr: ou tambem nas particulas no, do,
da; para as-distinguir dos sustantivos nó, dô, e do verbo, dá, dáis:
Contudo observando ao despois, que podia embarasar os principian-
tes, ver as linbas nestas particulas, que sam frequentes; julgára mais
acertado, tirá-las das ditas particulas: como tambem de todas as termina-
çoens plurais dos verbos: v.g. disera-mos, amaria-mos, quizer-mos, fi-
zer-des &c. pola razão que estas terminaçoens sam mui frequentes, e
todos as-intendem mui bem. Acrescenta, que tambem nam se-deve
pôr, naquelas palavras e verbos, em que se-acrescenta uma letra,
para evitar a uniam de vogais, que fazem equívocos. v.g. fazê-la,
quando vale o mesmo, que fazer-a, isto é, fazer ela coiza. Tam-
bem quando se-introduz o pronome no verbo: v.g. dirmeâm, que
vale o mesmo que, diram-me: falosia, obrigalosa, que muitos es-
crevem mal assim; falos-ia, obrigalos-ia: porque a dita palavra com-
põem-se destas: faria-os, obrigaria-os: acrescentando um l, para fa-
cilitar a pronuncia das-vogais: onde separando, ia, separam uma
parte necessaria da palavra; e fazem erro. Nestes casos diz, que
basta o acento em fazê-la, dirmeâm, obrigalosa. Aindaque na pri-
meira e semelbantes, quando sam imperativos, faze-la; quere-la &c.
que valem, faze-a, quere-a; nam reprova que se-ponha a linha,
para mostrar que é estruxola, e que se-pronuncia diferentemente.
Assimque para facilitar a Orthografia, somente deixa as ditas linbas
nestes casos. I. Na uniam dos pronomes com os verbos, ou das par-
ticulas que servem de pronomes, e sam diferentes das terminaçoens
dos verbos: v.g. fazemos-lhe, lhes-fazem, nos-dizem, dizem-no,
o-dizem, as-querem. II. Nos verbos impessoais, que unem com o re-
ciproco: fazem-se, chamam-se, se-nam-fazem: ou tambem nestes;
nos-explicamos, nos-viemos &c. e outras unioens semelbantes: co-
mo no verbo á quando unem com a particula se: porque sempre se-
pronuncia unido: se-á-de, ám-de &c. Tudo isto advertira confusa-
mente, no lugar apontado: mas aqui o-explica melhor. E com efei-

tó tendo escrito com as linhas, as primeiras três cartas, não seguintes observa as regras, que aqui dá. E devendo eu, ou tirar as linhas de todas, ou polas em todas, para proceder coerente; seguí esta segunda parte: aindaque em algum plural de verbo, alguma vez a-nam-puz. A quem nam agradar, observe as regras que o nosso autor dá; que eu também observo.

Adverte na mesma carta o autor, que seria utilissimo, que os omens doutos, seguindo a regra da pronuncia, puzesem i em muitos verbos, e nomes que deles nace, que se-pronunciam geralmente com i; e nam se-podem pronunciar com e, sem se-esforçar: v.g. empre-tar, engrandecer, envergonhar &c. Diz porem, que ele só o-praticou em poucos, e mais comuns, v.g. intrar, incontrar, inganar, intender, ingenhar, importar, informar, e algum outro rarissimo. O que fez, para nam escandalizar de um jato os leitores, pouco informados destas coizas: mas aconselhava, que pouco a pouco se-introduzisse com i. Como também se-escrevesem com e, alguns infinitos, v.g. admitir, permetir, deferir, &c. nam obstante se-pronunciarem com i, os presentes &c.

Em algumas partes, de duas ou três palavras compoem o autor uma só: damedesma, contantoque, namobilanteque. Outras vezes escreve-as separadas: com tanto que, nam obstante que, &c. o que eu conservei na impressam. Mas diz o autor que o-fez, para mostrar, que se-podem unir, e separar, como cadaum quizer: O que fazem os seus Italianos, em varias palavras: e os mesmos Latinos em paulo minus, nihilo minus, quam ob rem, et enim &c. que escrevem ou separadas, ou juntas, como lhe-parece mais elegante. Mas o nosso autor comumente escreve-as unidas.

Algum erro de Orthografia segundo os tais principios, se-cometeo nesta edisam; o que moralmente nam se-podia evitar, nam sendo o mesmo autor, o que corrige a impressam. Estes parece-me que se-podem reduzir, a varios capitulos. I. Puzeram algumas vezes acento agudo, em lugar do grave; e polo contrario: o que o autor distingue mui bem: II. Falta o acento em algumas palavras, em que o autor costuma polo, ou para evitar equívoco, ou para facilitar a pronuncia: v.g. seria, verbo; e scria adetivo: escrevêram, preterito remoto; e escreveram, futuro: forma, nome da escola; e forma, nome de arte: &c. aindaque neste particular o contexto, comumente tira o equívoco. III. Acha-se alguma linha, em parte onde nam devia; ou falta onde devia: mas sam casos mais raros. IV. Varias vezes escreveram i, por e, em admitir, desirir, prefirir, permitir &c. que o autor sempre escreve por e, admitir &c. conformando-se, segundo diz, com a pronuncia comua, e facil, que sempre exprime o e, tirando

rando em bem poucos . Pelo contrario puzeram tambem e por i , em ingano , incontrar , intrar , inganar &c. que o autor sempre escreve por i , pela mesma razao da pronuncia . V. Falta alguma virgula onde devia estar , segundo os principios do autor : e alguma se-acrecentou . VI. Dividiram algumas palavras mal no fim das regras : v. g. min-ha , con-hefo , mel-hor , ba-ita , &c. devendo porem o n , e l das primeiras unir-se con h ; e o s da segunda con o a . Em inco-gnito , per-fpectiva , e outras poucas que tem origem Latina , ou sam quasi Latinas ; intendo que è melhor , dividilas nesta forma , seguindo o estilo Latino .

Estes erros succederam mais frequentemente , nos principios de ambos os tomos , que se imprimiam juntos : tempo em que o corrector nam tinha toda a noticia , da Orthografia do autor . Mas como os ditos erros nam pervertem o sentido do-discurso ; por isto os nam aponte nas erratas . E assim só apontei aqueles , que me-pareceram que mudavam o sentido , ou que eram totalmente contrarios , ao estilo do autor , ou comum da dita lingua . Com as reflexoens que aqui aponto , pode o leitor cortez emendalos , quando s'incontrarem : tendo a vista esta regra : Que achando-se diversidade em alguma palavra , que ás vezes tem uma letra , e n'outras occasioens letra diferente ; observe o que è mais frequente ; e saiba , que isto è o que o autor aprora .

Advirto alem disto , que os que imprimiram o primeiro tomo , nam tinham U vogal maiusculo pequeno , e assim serviram-se deste U , para vogal ; e d'estoutro V , para consoante . No segundo tomo comumente se-distinguem na figura . Tambem advirto , que a minha imprensa nam tinha estas duas linhas = , para pôr no fim da-regra , na direcao forjada das-palavras : (o que seria necessario para distinguir , o que o autor aponta , na primeira carta) e assim puz jomente , a linha simplez . O que advirto ao leitor , para que nam estranbe , saltarem aquelas duas linhas , que o autor em-comenda , e pratica : aindaque com uma só linha , muito bem se-conhece , e distingue o sentido . Finalmente advirto , que puz alguns titulos das materias , no corpo de algumas cartas , v.g. na da Gratica , Medicina , &c. o que fiz , para facilitar a intelligencia aos leitores , e distinguir as materias . Isto è , RR. TP. o que tenho que advertir nesta carta , sobre a impressam , e intelligencia das-ditas cartas . O mais que se-contem nelas , compendiei nos-sumarios , que puz no-principio de cadauna , e tambem se-acham no-Index , de cada tomo . Nem me-pertence anim formar juizo delas , quando as-oferefo a pessoas tam doutas , de quem eu devo receber os ditames . Onde acaba a prezente carta , repetindo de novo a VV. RR. a venerasam que lhe-tenho , e desejando-lhe as maiores felicidades , e a toda a sua Religian .

IN-

SOBRE A AUTORA

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2012), possui mestrado em Educação (2007) e graduação em História pela mesma universidade (2003). Realizou estágio de Pós-Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2017), sob a supervisão do professor Dr. Dermeval Saviani. Atualmente é Professora Associada do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE), na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), *campus* Jacarezinho. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPed) – Mestrado Profissional em Educação Básica - da UENP. Desenvolve pesquisas na área de História e História da Educação, com ênfase nos seguintes temas: Intelectuais e História da Educação, História da Escolarização e História das Instituições Escolares no Norte Pioneiro do Paraná. Também investiga e orienta temáticas das Práticas Docentes para a Educação Básica, especialmente nas seguintes temáticas: História e memórias das Instituições escolares, arquivos e educação básica; Concepções docentes na educação básica; Pedagogia Histórico-crítica; Ensino de História nos anos iniciais. Mãe do Inácio (licença-maternidade de outubro de 2018 a março de 2019).

Trazer Verney à cena do debate contemporâneo é contribuir para que possamos também pensar a atualidade de suas reflexões e, em especial, o vigor de sua presença no espaço público. Em nosso tempo, muitos dos teóricos da educação recusam-se a se colocar no palco da praça pública. Os debates pedagógicos acabam por se restringir aos muros da universidade. Ao deixar de fazer o debate público, este acaba sendo ocupado por atores sociais de fora da universidade, basicamente por integrantes de organizações não-governamentais e até por agentes do mercado. Rer Verney é necessário porque parece imprescindível que a universidade e os produtores de políticas públicas em educação voltem a circular na arena pública, dando a ver a sua produção, o seu conhecimento e os seus projetos de escola e de nação. Só por meio da palavra e do diálogo é que poderemos superar todos os entraves hoje colocados para o desenvolvimento de uma pedagogia progressista, mediante a qual os conteúdos curriculares possam ser mobilizados para o propósito da transformação do tecido social em prol de uma sociedade mais equilibrada, mais justa e mais fraterna.

Carlota Boto

Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo (FE/USP).

